

A Democracia semidireta em Portugal
– Condições e possibilidades para a sua consolidação no
sistema político português –

Nome Completo do Autor: António Carlos Dietrich Lopes

Orientador: Prof. Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciência Política

Lisboa

2017

EPÍGRAFES

Mas nós, que vivemos numa época esclarecida, em que as penalizações por ideias revolucionárias são menos severas, não só podemos como temos a obrigação de ir mais longe nessa pesquisa.

Carl Sagan e Ann Druyan , *Sombras de Antepassados Esquecidos*. Lisboa: Gradiva, 2009, p.11.

Há espaço para palavras sobre assuntos que não sejam as últimas palavras.
Robert Nozick , *Anarquia, Estado e Utopia*. Rio de Janeiro: Gradiva, 1991, p.13.

Em vez de vermos a democracia como uma planta frágil, que é fácil de calcar com os pés, talvez devêssemos considerá-la uma planta robusta, capaz de crescer mesmo quando o solo é maninho.

Anthony Giddens, *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 2012,p.78

DEDICATÓRIA

Ao sempre de ti, Virgílio Lopes, meu pai. Com memória e coração.

Epígrafes	
Dedicatória	
ÍNDICE GERAL	1
Lista de Siglas	3
Agradecimentos	5
Resumo	6
Abstract	7
INTRODUÇÃO	8
Enquadramento Geral do Tema	8
Problema e Objetivos da Investigação	11
Metodologia e Estrutura do Trabalho	16
CAPÍTULO I	
– DEMOCRACIA DIRETA, REPRESENTATIVA E SEMIDIRETA –	20
1. A DEMOCRACIA DOS ANTIGOS E DOS MODERNOS	20
2. EXPERIÊNCIAS DE DEMOCRACIA DIRETA E SEMIDIRETA NO QUADRO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO	26
2.1. Islândia: A revolução dos cidadãos	26
2.2. A Democracia no sistema político suíço	30
2.3. O Orçamento Participativo da cidade brasileira de Porto Alegre	34
CAPÍTULO II – OS MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA EM PORTUGAL E SUA COMPATIBILIZAÇÃO COM A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA –	38
1. AS FRAGILIDADES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EM PORTUGAL	38
2. OS MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS	43
2.1. Os referendos locais e nacionais	43
2.2. As Petições	45
2.3. As Iniciativas Legislativas Populares	46
2.4. Os Orçamentos Participativos	46
3. SÍNTESE HISTÓRICA DA UTILIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA EM PORTUGAL	47
3.1. Nota Prévia	47
3.2. O plebiscito de 19 de Março de 1933	48
3.3. A experiência portuguesa no período pós 25 de Abril de 1974	50

3.3.1.	Os referendos nacionais sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) – 28 de junho de 1998 e 11 de fevereiro de 2007 –	50
3.3.2.	O referendo nacional sobre a Regionalização – 08 de novembro de 1998 –	53
3.3.3.	Iniciativa Legislativa Popular: a Petição nº 495/X/3ª	56
3.3.4.	Os referendos locais	59
3.3.5.	Os casos das 2 consultas populares locais na Junta de Freguesia de Campolide (Lisboa)	60
3.3.6.	Os Orçamentos Participativos em Portugal e as experiências de Lisboa	61
4.	OBSTÁCULOS À AFIRMAÇÃO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA SEMIDIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS	70
4.1.	Os constrangimentos históricos, políticos e legais associados à participação política direta dos cidadãos em Portugal	70
4.2.	A partidocracia portuguesa	75
4.3.	A abstração dos portugueses pelos seus direitos políticos de cidadania	80
5.	POSSIBILIDADES DE AFIRMAÇÃO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA SEMIDIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS	84
5.1.	A democracia no interior dos Partidos Políticos do arco do Poder em Portugal e as suas propostas de democracia semidireta	84
5.2.	Os Grupos de Cidadãos Eleitores em Portugal	92
5.3.	Uma agenda de reforma política	97
	CONCLUSÕES	101
	BIBLIOGRAFIA	113
	OUTRAS FONTES:	116
	Documentos Oficiais e legislação	116
	Artigos em Jornais e Revistas	117
	Relatórios	117
	Webgrafia	118
	Matriz de Epígrafes	120
	MATERIAIS EMPIRICOS	
	Anexos	I – XXXVI
	Apêndices	XXXVII – CLX

Lista de Siglas

AF – Assembleia/s de Freguesia
AM – Assembleia Municipal ou Assembleias Municipais
AO – Acordo Ortográfico (1990)
APL – Autoridade Portuária de Lisboa
AR – Assembleia da República
BE – Bloco de Esquerda
CDS-PP – Centro Democrático Social – Partido Popular
CE – Comissão Europeia
CEE – Comunidade Económica Europeia
CM – Câmara Municipal ou Câmaras Municipais
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CNE – Comissão Nacional de Eleições
CPN – Comissão Política Nacional (PPD/PSD)
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRP – Constituição da República Portuguesa
DN – Diário de Notícias
ECFP – Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
EP – Estradas de Portugal
GCE – Grupos de Cidadãos Eleitores
INE – Instituto Nacional de Estatística
IAS – Indexante de Apoios Sociais
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA- Imposto do Valor Acrescentado
IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez
JSD - Juventude Social Democrata
LORL – Lei Orgânica do Referendo Local
LORR – Lei Orgânica do Regime do Referendo
MFA – Movimento das Forças Armadas (25 de Abril de 1974)
MPT – Movimento Partido da Terra
MUT – Movimento para a Unidade dos Trabalhadores
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Orçamento/s Participativo/s

PàF – Coligação Portugal à Frente (PPD/PSD-CDS/PP)

PAN – Partido Pessoas Animais e Natureza

PCP – Partido Comunista Português

PCTP/MRPP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Revolucionário do Partido do Proletariado

PDC – Partido da Democracia Cristã

PDR – Partido Democrático Republicano

PE – Parlamento Europeu

PEV – Partido Ecologista “os Verdes”

PH – Partido Humanista

PIDE/DGS – Policia Internacional da Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança

PNR – Partido Nacional Renovador

POUS – Partido Operário de Unidade Socialista

PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata

PPM – Partido Popular Monárquico

PR – Presidente da República

PREC – Processo Revolucionário Em Curso

PS – Partido Socialista

PSR – Partido Socialista Revolucionário

PSN – Partido da Solidariedade Nacional

RC – Revisão Constitucional/Revisões Constitucionais

REFER – Rede Ferroviária Nacional

SGMAI – Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

SL – Soflusa

SMS – Serviço de Mensagens Curtas

TC – Tribunal Constitucional

TT – Transtejo

UE – União Europeia

UDP – União Democrática Popular

URSS – União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas

AGRADECIMENTOS

São simples, mas sinceros e profundos.

Em primeiro lugar, eles vão para o meu Orientador, o Professor Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca, pelo apoio, tempo, disponibilidade, pela constante motivação, perseverança e palavra amiga, pelos oportunos e decisivos esclarecimentos, indicações e informações enquadrados na temática proposta. Só com o seu saber académico e conhecimento científico, foi possível desbravar o roteiro para a concretização deste trabalho.

Ao Presidente do ISCSP/UL, Professor Doutor Manuel Meirinho Martins, por ter acreditado sempre na ideia e objetivo desta investigação.

À excelência de todos os meus professores do ISCSP, por me terem alargado as pistas para desbravar a estrada do conhecimento.

A todos os funcionários deste Instituto Superior de referência nacional e internacional da Ciência Política, pela competência, profissionalismo, simpatia no trato pessoal e sempre disponíveis para auxiliarem.

Aos entrevistados neste trabalho – Coronel Vasco Lourenço, Dr. Davide Amado, Doutor Miguel Coelho, Doutor António Filipe, Dr. André Couto, Doutora Ângela Montalvão Machado e Dr. Nuno Trindade Gusmão –, pela cortesia, pela deferência e por todos os oportunos e preciosos testemunhos e esclarecimentos, tão relevantes para esta investigação.

À Equipa do Orçamento Participativo de Lisboa: o chefe da Divisão, Dr. Paulo Francisco, e as técnicas superiores, suas assessoras, Dr^a Alexandra Andrade e Dr^a Josefa Rosado. Harmonia, simplicidade e abertura aliadas à experiência, idoneidade e credibilidade profissionais, são o emblema deste grupo de trabalho da Câmara Municipal de Lisboa.

À minha mãe, Maria Alice, responsável fundamental pelo meu retorno à vida académica e por me ter incutido ao longo da vida, um conjunto de valores e princípios, baseados na fraternidade, solidariedade, justiça, humanismo e respeito por todos os seres vivos da Terra.

À minha tia madrinha, Judite Gonçalves, por ter sido uma segunda mãe.

À Cristina Maria, esposa e mulher da minha vida, pelo amor, dedicação, cumplicidade, tolerância, porque nunca desistiu e por tudo o que me deu de melhor que a vida tem.

Aos meus verdadeiros amigos.

RESUMO

As elevadas taxas de abstenção patentes nos atos eleitorais, a apatia política dos cidadãos, a sua desconfiança e descrédito nas instituições e nos eleitos vão desgastando os pilares das atuais democracias representativas de cariz liberal. Tais fatores motivam dúvidas acerca da legitimidade dos eleitos e das instituições políticas relançando o debate sobre a possibilidade de implementar mecanismos da democracia direta no contexto da democracia representativa, construindo-se assim aquilo que vem sendo denominado de democracia semidirecta, com vista a atenuar a frequentemente denominada crise e erosão da democracia representativa.

Também em Portugal têm sido identificadas várias fragilidades no seu modelo de democracia representativa. Assim, o presente trabalho investiga algumas experiências de democracia semidireta na política contemporânea, centrando-se particular atenção naquelas realizadas no nosso País, procurando desde logo avaliar as suas possibilidades para atenuar as fragilidades da democracia representativa. Examinam-se os constrangimentos históricos, políticos e legais e os indicadores que obstaculizam e condicionam o uso dos dispositivos de democracia direta ao dispor dos cidadãos portugueses, consagrados constitucionalmente com cautelas na Lei Fundamental (CRP). Exploram-se as possibilidades e modificações operativas, no sentido da afirmação dos mecanismos de democracia direta no sistema político português e que, conjugados com a democracia representativa (democracia semidireta), possam contribuir como seu instrumento de complemento e um barómetro ao seu funcionamento. Finalmente, propõe-se uma agenda de reforma política, de forma a aligeirar e resolver alguns dos obstáculos identificados em Portugal à democracia semidireta.

Palavras-chave: democracia direta, democracia semidireta, democracia representativa, poder político, cidadãos, Portugal.

ABSTRACT

The high rates of abstention evident in electoral acts, the political apathy of the citizens, their distrust and discredit in the institutions and the elected ones are eroding the pillars of the current liberal democracies. Such factors raise doubts about the legitimacy of elected representatives and political institutions, relaunching the debate about the possibility of implementing mechanisms of direct democracy in the context of representative democracy, thus building what has been named a semi-direct democracy in order to alleviate the so-called crisis and erosion of representative democracy.

Also in Portugal, several fragilities have been identified in its model of representative democracy. Thus, the present work investigates some experiences of semi-direct democracy in the contemporary politics, focusing particular attention on those realized in Portugal, trying to evaluate its possibilities to mitigate the weaknesses of representative democracy. It examines the historical, political and legal constraints and indicators that obstruct the use of direct democracy mechanisms available to the Portuguese citizens, constitutionally enshrined with caution in the Portuguese Constitution (CRP). Possibilities and operational modifications are explored in the sense of affirming the mechanisms of direct democracy in the Portuguese political system which, conjugated with the representative democracy (semi-direct democracy), can contribute as a complement and barometer to its functioning. Finally, an agenda of political reform is proposed in order to mitigate and solve some of the obstacles identified in Portugal to semi-direct democracy.

Keywords: direct democracy, semi-direct democracy, representative democracy, political power, citizens, Portugal.

INTRODUÇÃO

A investigação em ciências sociais é o corolário do sentido pessoal do vivido, subjectivamente determinante das escolhas e opções temáticas. (...) Manter a espontaneidade e conservar a serenidade na seriedade são as duas virtudes que julgamos essenciais na procura e desenvolvimento de um tema.

Cristina Montalvão Sarmiento, *Os Guardiões dos Sonhos. Teorias e Práticas Políticas dos Anos 60*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp.17-275.

Enquadramento Geral do Tema

A queda do muro de Berlim em 09 de Novembro de 1989, o consequente desmembramento da URSS e a emergência de uma ordem mundial liderada pelos EUA esteve na base de importantes análises acerca das implicações deste momento histórico. Desde logo, despontaram as reflexões tendentes a considerar que assistíamos à vitória da democracia liberal e representativa face aos regimes políticos alternativos. Nesta linha de pensamento, o denominado triunfo da democracia e a sua expansão para terras do leste europeu foi tremendamente popularizada por uma obra emblemática de Fukuyama (2011:272) que afirmava que o desiderato de uma paz global “resultará antes da natureza específica da legitimidade democrática e da sua capacidade de satisfazer as aspirações humanas de reconhecimento”. Na verdade, este autor levantou e arriscou uma premissa, em que o derrube do Muro de Berlim, o colapso do comunismo soviético e o pós-guerra fria representavam o triunfo final das democracias liberais ocidentais e a sua consequente evolução para territórios até aí desconhecidos, alguns com trilhos morosos e esburacados.

Contrariamente àquela reflexão, o politólogo americano Samuel Huntington (1927 – 2008) comparava os processos de democratização e transição democrática, com ondas do mar que avançam e recuam quase em simultâneo. Na conceção deste autor, depois de duas anteriores, (1828-1926, 1943-1962), estávamos no decurso da terceira vaga da democratização encetada precisamente, com a revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal, estendendo-se nos anos oitenta para a América do Sul e nos anos noventa, a chegar às terras do leste europeu, com vagas arrastadas pela implosão da URSS. Revelando-se cauteloso perante expectativas desmesuradas de consolidação democrática no Mundo, Huntington (1991: 263) prevenia-nos: “A Democracia não significa que os problemas serão resolvidos (...). A Democracia considera-se consolidada quando as pessoas compreendem que a democracia é a solução para a tirania, mas não a solução para qualquer outra coisa”. No seguimento desta terceira vaga aventou-se até, em alguns círculos da comunicação social e políticos, a esperança tornada pouco tempo depois, em pesadelo, relativamente a uma provável quarta

vaga da democracia, com as denominadas Primaveras Árabes. Elas afinal metamorfosearam-se em invernos tormentosos e que, grupos radicais como o Estado Islâmico têm sabido aproveitar. Um cenário com consequências diretas e nefastas para a Europa, avolumadas na atualidade com a crise dos refugiados. Trágico problema humanitário, com a UE a estar longe do consenso e a não conseguir dar resposta cabal para estancar o atroz sofrimento humano.

Os catastróficos ataques terroristas em pleno território norte-americano em 11 de Setembro de 2001 trouxe-nos à luz do dia as consequências globais de um profundo retrocesso na capacidade do exercício de direitos, liberdades e garantias, fundamentado na regra utilitarista da preservação da segurança para a maioria das pessoas. Esse dia, que ficou para sempre como um marco na história das nossas memórias e da civilização humana pelas piores razões, trouxe à ribalta a emergência de civilizações outrora adormecidas, numa série de acontecimentos inesperados, impetuosos e chocantes. “Estas mudanças de poder entre civilizações estão a conduzir, e conduzirão, à reanimação e à acrescida afirmação culturais das sociedades não ocidentais e à respectiva rejeição da cultura ocidental” (Huntington, 2009: 95). Estava então, confirmada a realidade do choque profetizado uns anos antes por Huntington. Além disso, residia com aqueles fatídicos acontecimentos, um grave e indissfarçável sintoma pois “Após o 11 de Setembro, (...) o símbolo dos EUA aos olhos do mundo deixou de ser a Estátua da Liberdade e passou a ser o campo de prisioneiros de Guantanamo” (Santos, 2008: 1077-1096). Oposta então às previsões de alguns pensadores dos anos noventa do século XX, cuja formulação mais discutida foi a anteriormente exposta por Fukuyama, em que depois da Guerra Fria, o tempo seria marcado pelo fim da História e pela afirmação definitiva da democracia liberal, assistimos ao rejuvenescimento de um debate antigo, em torno não da ideia de vitória e consagração do regime político democrático, mas, pelo contrário, das ideias de crise e erosão dos sistemas democráticos contemporâneos.

De facto, o debate em torno das limitações e insuficiências da democracia representativa, frequentemente enquadrado em conceções de crise, desgaste e fragilidade tem ocupado ao longo das últimas décadas uma posição relevante no contexto da Ciência Política. Tal debate sobre a crise ou erosão da democracia representativa tem recorrido a diversas ideias e indicadores com vista à sua compreensão. Assim, as elevadas e crescentes taxas de abstenção eleitoral verificadas ao longo das últimas décadas, num número significativo de países ocidentais com democracias representativas, têm-se assumido como indicador primacial com vista a suportar o referido argumento de crise e erosão que, desta forma, se fragilizam e apresentam baixos índices de legitimação. No caso português, que abordaremos em profundidade ao longo deste trabalho, após as elevadas taxas de participação eleitoral

verificadas imediatamente depois à revolução de 1974, vai-se assistindo a um crescimento acentuado da abstenção, quer nas eleições domésticas quer nos escrutínios de natureza supranacional. Tal realidade tem também servido de base para diversas entidades e reputados especialistas elaborarem análises negativas quanto à qualidade da democracia representativa portuguesa. Por outro lado, a ideia de desenvolver e implementar mecanismos da democracia direta no contexto da democracia representativa, construindo-se assim aquilo que vem sendo denominado de democracia semidireta, tem ganho relevância nos debates políticos e académicos no intuito da atenuação e mesmo resolução da denominada crise e erosão da democracia representativa.

O tema que nos mobiliza tem originado na literatura especializada em Ciência Política, um intenso e extenso debate que frequentemente tem oposto, por um lado, os partidários da democracia representativa e, por outro, os defensores da intensificação da utilização da democracia direta. De acordo com estes últimos, a democracia direta tornaria as autoridades políticas mais responsivas às exigências dos cidadãos e, por isso, levaria a um maior acordo e responsabilização dos cidadãos em torno das políticas adotadas. Consequentemente, a democracia direta promoveria um maior envolvimento e participação dos cidadãos na vida política, tornando o processo político de tomada de decisões colectivas mais transparente. No campo oposto, os defensores da democracia representativa argumentam que desta resultam decisões políticas com maior qualidade, eficácia e coerência quando se comparam com as resultantes da democracia directa. Além disso, a democracia directa enfraquece os representantes eleitos e as instituições políticas, estimulando os conflitos e a polarização política além de que algumas matérias políticas mais importantes devem ser tratadas de forma confidencial e não com a total transparência associada à democracia direta.

Paralelamente a este debate tem também sido evidente um crescente interesse pela ideia de que o estabelecimento de uma dicotomia rígida entre a democracia representativa e direta é altamente redutor, visto que é possível combinar as duas, desde logo pela introdução de mecanismos de democracia direta num contexto de democracia representativa. Sobre esta matéria, o conceituado Professor Emérito dinamarquês Palle Svensson partilha esta ideia, considerando que estas duas formas de democracia não se excluem mutuamente, antes pelo contrário, convivem uma com a outra, conjugam-se e completam-se. Nas suas palavras:

"A estabilidade política e a adaptação da legislação parecem estar em harmonia com, pelo menos, alguns elementos da democracia directa. (...) Uma conclusão sensata é, portanto, que as iniciativas populares e referendos não podem e não devem substituir, mas sim

complementar a democracia representativa. (...) No entanto, apesar de um amplo consenso poder ser alcançado sob o ponto de vista de que é a vontade bem informada, refletida e sustentada das pessoas que deve influenciar a democracia e que algo poderia ser ganho em termos de legitimidade, de eficácia e de estabilidade através da expansão da democracia direta a mais questões do que o que se verifica atualmente (...)” (2007:25-27).

Problema e Objetivos da Investigação

O problema da investigação assenta em dois patamares:

a) Premissa Geral: a progressiva diminuição da participação eleitoral verificada nas democracias ocidentais desde há várias décadas até aos nossos dias coloca importantes desafios aos sistemas políticos democráticos, tendo diversos autores argumentado que o crescimento significativo da abstenção eleitoral fragiliza de forma relevante os sistemas democráticos (perda de legitimidade). No caso português, o problema da abstenção eleitoral revela-se significativo e relevante visto que as taxas de abstenção têm vindo a crescer de forma exponencial, bem como se constata uma elevada desconfiança dos cidadãos perante as mais relevantes instituições que estão no centro do sistema democrático;

b) Especificação do Problema de Investigação: a introdução e crescente utilização de mecanismos de democracia direta no contexto das democracias representativas têm sido invocadas no espaço dos debates da Ciência Política como uma das possibilidades para atenuar a fragilização das democracias representativas trazida pelo crescimento da abstenção eleitoral, construindo-se assim aquilo que vem sendo denominada democracia semidireta. Este argumento vai no sentido de defender que a introdução e utilização regular dos mecanismos de democracia direta assumir-se-iam como novos canais de participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas, reforçando a legitimidade dos próprios sistemas democráticos. No contexto português, este tema tem também sido debatido, tendo o ordenamento político e constitucional português que saiu da revolução de 1974, consagrado posteriormente diversos mecanismos de democracia direta no âmbito da democracia representativa. Todavia, a sua utilização tem-se revelado esporádica, restritiva, claramente insuficiente e com resultados desapontantes.

Esta investigação tem como objetivos gerais:

- (1) Verificar quais os obstáculos à afirmação dos mecanismos de democracia direta no contexto da democracia representativa portuguesa;
- (2) Explorar as possibilidades desses mecanismos consagrados na Lei Fundamental, a CRP, se consolidarem no sistema político português, de modo a que combinados

com a democracia representativa – sujeita a acérrimas críticas e diagnósticos de erosão – possam contribuir para a renovação e vigor do seu figurino.

Através da definição de uma Metodologia proposta para a análise desta dissertação, sublinhe-se que a orientação central deste trabalho foi seguir um rumo que nos permita desvendar respostas a duas perguntas fundamentais que mobilizam a investigação, a saber:

- Que obstáculos explicam a falta de consolidação dos mecanismos de democracia semidireta no sistema político português?
- Que modificações se podem operar no sistema político português, tendentes a promover a afirmação dos mecanismos de democracia semidireta em Portugal?

Com este conjunto de propósitos, e, desconstruindo o objetivo geral desta investigação, foram apontados os seguintes objetivos específicos:

- (1) Examinar as especificidades dos instrumentos de democracia direta disponíveis em Portugal;
- (2) Examinar o modo como estes instrumentos de democracia direta disponíveis em Portugal têm sido utilizados, bem como avaliar os resultados dessa utilização.

De modo a esclarecermos o escopo da dissertação, neste trabalho não se refletem dúvidas quanto à validade da democracia representativa, apesar de alguns ilustres autores e pensadores, a considerarem assaz debilitada, nem sequer se nega a relevância dos partidos políticos no nosso espaço democrático e, finalmente, muito menos se alinha na conceção da democracia semidireta, como panaceia para as degenerescências da democracia representativa. O que nos interessa verdadeiramente, focando-nos no caso português, é a avaliação das potencialidades de alguns dispositivos típicos da democracia direta servirem de complemento à democracia representativa com vista à correção de algumas das fragilidades que frequentemente lhe são apontadas. Além disso, enquadrámos o nosso estudo numa conceção de que a democracia participativa é um mecanismo inclusivo da democracia representativa, a agregar instrumentos de democracia direta, nomeadamente as figuras institucionais da Iniciativa Legislativa Popular, Petição e do Referendo.

Sabendo-se que em Portugal a transposição dos mecanismos de democracia semidireta para o seu sistema jurídico e político não tem conseguido ganhar simpatizantes e admiradores de peso, circunstância quiçá motivada, pela falta de vontade do poder político, de um eleitorado com desinteresse pela política, ainda não suficientemente maduro e informado, esta investigação procura no entanto, analisar as possibilidades e virtudes do alargamento da democracia semidireta em Portugal ao dispor dos cidadãos nacionais, no sentido de

participarem com maior dinamismo e de forma direta no processo de tomada de decisão política, valorizando-lhes ao mesmo tempo, o exercício dos direitos de cidadania.

As linhas de força anteriormente traçadas a propósito dos objectivos gerais da dissertação estão fundamentadas no xadrez jurídico e constitucional, cujos tabuleiros ainda não disponibilizam e exploram com toda a sua capacidade e potencialidade, estes dispositivos de democracia semidireta no País. Os mecanismos de participação direta dos cidadãos nos assuntos públicos de Portugal encontram-se dependentes, ainda hoje, do consentimento formal dos deputados com assento parlamentar na AR, do PR e do TC. Todavia, tem sido igualmente manifesto, conforme se demonstra nesta investigação, que por exemplo, e considerando apenas os três referendos nacionais realizados em Portugal até ao momento presente, tais consultas diretas aos cidadãos têm obtido taxas de abstenção similares ou até superiores, quando comparadas com as eleições tradicionais.

O alargamento do nosso conhecimento para este trabalho foi sustentado a partir de um quadro teórico e concetual desenvolvido com o rigor das alusões e contributos de diversas sumidades das Ciências Sociais e Humanas, onde se insere a Ciência Política que assume ser transversal a várias áreas do saber, numa interdisciplinaridade que ainda mais a realça e autonomiza, tornando-se imperativo a recuperação do que é conhecido e do que outros já expuseram direta ou indiretamente sobre a temática e a problemática desta investigação. Teses que definem o que foi dado até ao momento sobre este objeto de estudo, concetualizado para esta análise crítica e analítica. É o que se chama então, o Estado da Arte ou Revisão da Literatura.

Burdeau (1962:32), ao fazer-nos um ensaio sintético sobre a Democracia, descreve-nos em rodapé as instituições de democracia direta na Suíça – iniciativa legislativa popular e o referendo – como agentes de “correção da representação”. Apresentando a democracia participativa como uma opção a ponderar à luz da Sociedade Civil Global, Balão (2014: 451) conclui “ na linha de Bobbio que democracia representativa e democracia direta são na verdade complementares e não eliminatórios”. Investigando a especificidade do caso suíço, mas alargando a sua visão a outras latitudes, Sebastião (2005: 36) nota que “a democracia representativa surge na sequência da complexificação dos problemas políticos e da rápida mudança social, o que torna a democracia direta impraticável ”. Seja como for, a mesma autora afirma-nos que “ o poder popular confere á sociedade civil o poder de controlo «de baixo» do processo decisório diminuindo o poder do controlo feito «por cima» pelas elites. O poder decisório dos cidadãos toma forma, portanto, na utilização das instituições de democracia direta “ (2005: 310).

Aproveitando as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias da informação, Giddens, no cenário complexo e controverso do movimento imparável da Globalização, a viver crescentemente com democracias liberais desgastadas, num sistema económico e financeiro, onde as vantagens de uns se podem converter em tragédias de outros, explica-nos que:

“os governos devem restabelecer contactos directos com os cidadãos, e estes com os governos, através de «experiências em democracia» – democracia local directa, referendos por via electrónica, júris de cidadãos e outras possibilidades. Estas não poderão substituir os mecanismos normais de voto para instituições locais e centrais da governação, mas poderiam tornar-se um complemento importante para elas” (2000:72, citado em Sebastião, 2005: 40).

Held, destaca-nos o papel do conceituado filósofo e cientista político canadense C.B.Macpherson, na crítica sobre as derivas e erosões das democracias liberais, abordando a reavaliação dos aspectos associados às suas tradições, bem como colocando particular ênfase na dimensão da democracia participativa, como provável chave do devir, com força e capacidade para abrir-nos a porta com destino a um futuro mais democrático. Deste modo, "Macpherson defendeu uma transformação baseada num sistema que combina partidos e organizações de democracia directa" (1996: 267).

O antigo vice-Presidente da Philipps Universitã de Marburg, Theo Schiller tem na profundidade das problemáticas em torno da participação directa dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas, conjugada com mecanismos de democracia directa, a sua particular atenção e às quais tem prestado relevantes contributos. Abordando as questões controversas relativamente ao suplemento qualitativo que a conjugação destes mecanismos pode trazer às democracias representativas, Schiller deixa-nos assente:

"Os fundamentos normativos mais fortes para a democracia directa são os princípios democráticos da soberania popular, a igualdade política e todos os argumentos para a democracia participativa que sustentam a ideia de que todos os cidadãos devem ter o direito não apenas de eleger representantes, mas também votar sobre assuntos políticos em referendos " (2011:560-566).

Também Pasquino não deixa de nos transmitir a sua opinião relativamente a esta problemática. Segundo o notável politólogo italiano, “ (...) as formas de democracia directa, em particular os vários tipos de referendo, as petições, as iniciativas legislativas populares e

até a eventual «revogação» dos representantes eleitos constituem precisamente as mais amplas e incisivas oportunidades de participação política “ (2005: 52).

Com um imponente projeto de amplitude internacional constituído por sete volumes, o Professor Boaventura de Sousa Santos, no primeiro daqueles livros, apela-nos perante os paradoxos do nosso tempo, a uma globalização alternativa, contra-hegemónica, com o incremento de uma democracia de alta intensidade. Na sua conceção:

“ (...) um dos conflitos centrais entre o Norte e o Sul resultará do confronto entre a democracia representativa e a democracia participativa. Esse confronto, que decorre do facto de a democracia representativa se ter vindo a recusar a aceitar a legitimidade da democracia participativa, só terá solução na medida em que essa recusa for substituída pelo delineamento de formas de complementaridade entre as duas formas de democracia que contribuam para o aprofundamento de ambas ” (2003: 27-28).

Focando a nossa atenção no caso português, Freire, ao interpretar os resultados dos três referendos nacionais realizados em Portugal – dois em 1998 sobre a IVG e Regionalização, e um, em 2007, novamente sobre a IVG –, não deixa de considerar que apesar da abstenção verificada naquelas três consultas populares e dos objetivos terem ficado aquém das expectativas, os referendos jamais podem deixar de ser “ estudos de caso privilegiados para se analisar a vitalidade da sociedade civil (...), no caso vertente em Portugal “ (2008:15).

Num projeto orientado para o estudo do fenómeno evolutivo, metamorfose e polarização ideológica dos partidos políticos em Portugal desde o processo de democratização iniciado com a Revolução de Abril de 1974 até ao ano de 2008, Lisi, dentro da perspetiva da renovação dos programas partidários e tendo em vista encurtar o distanciamento em relação aos eleitores, propõe-nos ser emergente e “oportuno também tentar introduzir instrumentos de democracia direta dentro dos partidos (...). Estas medidas poderiam contribuir de forma significativa para melhorar não apenas a imagem dos partidos, mas também o funcionamento das instituições democráticas, (...) “ (2011: 263).

Num oportuno estudo empírico apresentado por Belchior (2010: 202), a autora lança-nos dados indicativos de relevância para a orientação desta investigação: “ No que respeita à realização regular de referendos para auscultação da vontade das populações, verifica-se (...) que 90,1% dos eleitores inquiridos a consideram uma boa ou muito boa forma de governar o país, enquanto apenas 68% dos deputados partilham esta opinião”. Ou seja, nestes inquéritos, a vontade dos representados não coincide propriamente com a vontade dos representantes.

Mesmo assim, não podemos desconsiderar os indicadores que revelam o parecer dos nossos deputados.

António Filipe, deputado do Grupo Parlamentar do PCP desde a V Legislatura, ao fazer-nos uma reflexão sobre o papel a desempenhar pelos deputados na aprovação do uso de instrumentos de democracia direta pelos cidadãos nacionais, com outra regularidade e clareza, tendo em vista, estreitar as relações entre cidadãos e os seus eleitos, e consequentemente, melhorar de forma visível o exercício do sistema político português, refere-nos:

“No funcionamento da Assembleia da República, importa (...) viabilizar em termos práticos a possibilidade de iniciativa legislativa popular, dignificar o exercício do direito de petição, (...) mas é também indispensável melhorar muitos outros aspectos da vida política, como a transparência no exercício de funções públicas, o regime de transparência no financiamento dos partidos (...), o reforço da participação real dos cidadãos na tomada de decisões políticas a todos os níveis” (Filipe, *et. al.*, 2011: 381- 388).

Metodologia e Estrutura do Trabalho

A metodologia como um conjunto de métodos e técnicas para a concretização desta investigação privilegiou a aplicação do método qualitativo, associado pontualmente com o recurso a dados estatísticos, indicadores numéricos e percentuais pesquisados nas abordagens quantitativas transmitidas pelos contributos de autores distintos, concernentes com a temática e a problemática propostas. A metodologia apresentada esteve alicerçada a um conceito de autonomia metodológica da ciência política uma vez que “ Depois da ciência política ter escapado ao *imperialismo do direito*, graças a metodologias importadas de outras ciências sociais mais estruturadas, como eram a sociologia e a antropologia, eis que a disciplina atingiu já a categoria de província autónoma do saber (...) “ (Maltez, 1996: 36). Reforçando esta alusão, Sarmento salienta-nos: “ (...) a ciência da política como disciplina intelectual independente dotada de um campo metodológico próprio é percorrer um longo percurso. O caminho é sinuoso. São viagens pelos terrenos de fronteira como acontece a todos os que são impressionados pela interdisciplinariedade “ (2008:32).

Para a análise e produção desta dissertação, ponderou-se uma técnica de investigação que, fixada a partir dos métodos histórico e comparativo, abrangeu:

- Pesquisa do acervo bibliográfico publicado e padronizado para a temática e problemática teórica referidas; consulta, análise e recolha de dados obtidos em cinco Bibliotecas oficiais – ISCSP, Câmaras Municipais de Santarém, Tomar, Lisboa e AR – ;

- Análise a fontes secundárias, contextualizadas para a temática e a problemática teórica da investigação, adquiridas electronicamente na Internet;
- Análise do acervo documental proveniente de fontes e relatórios oficiais, revistas e jornais credíveis, enquadrado no tema deste trabalho;
- sete entrevistas qualitativas semi-estruturadas, a entidades associadas aos objetivos da investigação, recorrendo-se a fontes diretas ou seja, participantes no processo político em Portugal. Os entrevistados foram, em 23 de outubro de 2015, na sede da Associação 25 de Abril, o seu Presidente, o Coronel Vasco Correia Lourenço – Apêndice 1 –; em 20 de novembro de 2015, nas instalações do executivo da Junta de Freguesia de Alcântara da cidade de Lisboa, o seu Presidente, o Dr. Davide Amado do PS – Apêndice 2 –; em 24 de fevereiro de 2016, nas instalações do executivo da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior da cidade de Lisboa, o seu Presidente e deputado do PS, o Doutor Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho – Apêndice 3 –; em 08 de abril de 2016, na Casa da Democracia, a AR, o deputado do PCP e professor universitário, Doutor António Filipe Gaião Rodrigues – Apêndice 4 –; em 18 de abril de 2016, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, a professora universitária de Ciência Política, Doutora Ângela Maria Coelho Pizarro Montalvão Machado – Apêndice 5 –; em 20 de abril de 2016, nas instalações da Junta de Freguesia de Campolide, o Dr. André Nunes de Almeida Couto do PS, o Presidente desta autarquia, também de Lisboa – Apêndice 6 –; em 19 de julho de 2016, no Corte Inglês, o Dr. Nuno Trindade Gusmão, um dos membros do Conselho Nacional e ainda Vogal da Comissão Política da Distrital de Lisboa do CDS-PP – Apêndice 7 –.

As sete entrevistas foram registadas em gravador de voz digital e posteriormente tratadas e transpostas para a norma escrita. De seguida apresentaram-se na íntegra aos entrevistados, no sentido de procederem às alterações que por si entendessem como relevantes ou pertinentes e que considerassem como necessárias e vitais ao esclarecimento do saber. Finalmente, depois desta revisão, estas sete entidades autorizaram formalmente com a sua assinatura, a reprodução das respetivas entrevistas como Apêndices a esta dissertação de Mestrado em Ciência Política.

O trabalho apresenta uma estrutura que para além da Introdução ancora ainda dois Capítulos, sete subcapítulos desmontados com dezasseis Títulos (secções secundárias), seis subtítulos (secções terciárias) e encerra com as concernentes Conclusões ou seja, a súmula final da investigação, as respostas às Perguntas de Partida. Os materiais empíricos paginados em numeração romana estão patentes com nove Anexos, cujos dados foram obtidos a partir

da bibliografia e de outras fontes citadas neste trabalho e ainda, sete Apêndices produzidos pelo autor da tese, expostos com sete entrevistas semiestruturadas a entidades concernentes com o objeto de estudo da presente dissertação, de modo a enriquece-la qualitativamente.

Respeitou-se o método da pirâmide invertida, onde começamos a partir do geral até chegarmos ao particular, assente na lógica de “ (...) aproximações sucessivas, e que tem a particularidade de fornecer provas e contraprovas aos seus argumentos (...)” (Bessa, 1993 : 186), numa investigação cimentada estruturalmente em dois pilares, a saber :

– No Capítulo I – DEMOCRACIA DIRETA, REPRESENTATIVA E SEMIDIRETA – fazemos o Enquadramento Teórico do trabalho e debatemos tecnicamente o assunto. Analisamos a diferença fundamental entre democracia direta e representativa e como chegamos à democracia semidireta, como conjugação daqueles dois modelos de regimes democráticos. Para o efeito, viajamos no tecido do espaço/tempo no sentido de estabelecermos uma relação entre a Democracia dos Antigos exposta nesta tese pelo modelo clássico inspirado no regime político ateniense (séculos V/IV a.C.) e a Democracia dos Modernos associada à representação política, duas palavras chave, subscritas por teóricos relevantes do pensamento político contemporâneo (Arblaster, 2002, Bevir, 2010, Bobbio, 1997 e 2000, Held, 1996, Robinson, 2010). Fixados na operacionalização da democracia representativa da atualidade, damos destaque por exemplo, ao conceito de Poliarquia democrática delineado por Dahl (1998) concebido para democracias de larga escala como forma de debilitar ou desconcentrar poderes centralizadores do Estado e de alargar o poder participativo dos cidadãos no processo da tomada de decisão política nas sociedades atuais. Continuamos e finalizamos o nosso excursus neste Capítulo, abordando três experiências de democracia direta e semidireta na política contemporânea: Islândia, Suíça e cidade brasileira de Porto Alegre;

– No Capítulo II – OS MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA EM PORTUGAL E SUA COMPATIBILIZAÇÃO COM A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA –, como culminar da dissertação, começamos a concentrar o nosso estudo no diagnóstico relativo às fragilidades da democracia em Portugal. Seguidamente identificamos os mecanismos de democracia direta existentes, fazendo-se ao mesmo tempo, uma arrumação do seu enquadramento jurídico e constitucional no País. Continuamos a nossa viagem no tecido do espaço/tempo situada num percurso diacrónico e sincrónico onde descrevemos o contexto histórico e político da utilização dos mecanismos de democracia direta em Portugal antes e depois da revolução de 25 de Abril de 1974. A partir do quarto subcapítulo – OBSTÁCULOS Á AFIRMAÇÃO DOS

MECANISMOS DE DEMOCRACIA SEMIDIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS – traçamos a centralidade da nossa investigação. Procuramos assim neste ponto, responder ao primeiro objetivo e primeira pergunta de partida da tese, explicando-se os constrangimentos legais no sistema político português ao uso dos mecanismos de democracia semidireta pelos cidadãos nacionais e as razões pelas quais quer a partidocracia quer a fraca cultura política dos portugueses, geralmente desligados dos seus legítimos direitos de cidadania, contribuem, pesam e se oferecem como obstáculos à consolidação daqueles dispositivos. Já no quinto e último subcapítulo – POSSIBILIDADES DE AFIRMAÇÃO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA SEMIDIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS –, sugere-se a ideia de que os mecanismos de democracia semidireta em Portugal podem, pelo menos em parte, resolver um conjunto de problemas diagnosticados. Deste modo, situamos a nossa abordagem para darmos respostas ao segundo objetivo e segunda pergunta de partida levantados para este trabalho. Tomando como referência a XIII Legislatura, destacamos o desenvolvimento da democracia na vida interna dos partidos políticos do arco do Poder em Portugal – PS e PPD/PSD – e os fundamentos destas duas instituições, consignados nos seus Programas e Estatutos, sobre a aplicação de instrumentos de democracia direta que podem servir para obviar alguns dos obstáculos resultantes da partidocracia, de modo a conseguir-se aquilo que se espera dos partidos políticos nas democracias representativas, isto é, serem agentes de ligação entre a sociedade civil e o poder político. O aprofundamento da prática democrática no interior dos partidos políticos em Portugal é colocado aqui como elemento que pode impulsionar-lhes uma maior receptividade à utilização dos dispositivos de democracia direta. Falamos igualmente no peso e capacidades dos GCE em Portugal, o seu desenvolvimento evolutivo a nível local enquanto se vai levantado a hipótese de poderem mesmo candidatar-se num futuro próximo, a lugares de representação no Parlamento. Finalmente preconizamos uma agenda de possíveis reformas políticas em Portugal, no sentido de se agilizarem meios para a afirmação dos mecanismos de democracia semidireta, assim como atenuar ou resolver alguns dos obstáculos indicados no quarto subcapítulo anterior que tornam impeditivos a consolidação desses instrumentos no sistema político português.

CAPÍTULO I

– DEMOCRACIA DIRETA, REPRESENTATIVA E SEMIDIRETA –

Isto implica que, de fato, democracia representativa e democracia direta não são dois sistemas alternativos (...), mas são dois sistemas que se podem integrar reciprocamente.

Norberto Bobbio, *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. 6ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.52.

1. A DEMOCRACIA DOS ANTIGOS E DOS MODERNOS

Começamos então este subcapítulo, viajando no tecido do espaço/tempo para regressarmos aos séculos V e IV antes de Cristo, estacionarmos na Democracia dos Antigos, a clássica, exemplificada nesta síntese crítica e analítica pela democracia ateniense, cuja cidade, Atenas, simboliza-nos a escola da Grécia antiga.

A designada democracia direta ateniense era um regime político e um modelo organizado de governo da *Polis* “a sociedade por excelência” (Bobbio, 2000: 393), “a comunidade política” (Maltez, 2014:346), onde os cidadãos participavam diretamente na tomada de decisões ao nível das políticas públicas. Todavia, este sistema não fugia ao figurino da representação pois segundo o Professor Meirinho Martins :

“ (...) o sorteio raramente foi utilizado de forma exclusiva. As cidades-estado gregas (...) recorreram a formas combinadas de seleção dos governantes. (...) em Atenas, a eleição era usada para preencher cargos que requeriam qualificações especiais e o sorteio aplicava-se a cargos políticos de natureza representativa” (2008:125).

Era o caso das nomeações para o Conselho, umas das instituições de referência da cidade que destacaremos nas próximas linhas. No entanto, a representação relativa aos eleitos, não primava propriamente pela regularidade. Conforme nos elucida Bobbio:

“ hoje a eleição é a regra e a participação direta a exceção, antigamente a regra era a participação direta, e a eleição, a exceção. (...) a democracia de hoje é (...) representativa às vezes complementada por formas de participação direta; a democracia dos antigos era (...) direta, às vezes corrigida pela eleição de algumas magistraturas “ (2000:374).

A Atenas democrática consagrava um exemplo puro, mas imperfeito, de expressão da vontade do povo, visto que circunscrevia o estatuto de cidadão com direitos e deveres, civis e políticos, somente a dez por cento da sua entidade populacional. Era a democracia possível destes tempos, ainda hoje elas não são perfeitas, “mas mesmo a democracia mais distante do modelo não pode ser de modo algum confundida com um estado autocrático e menos ainda

com um totalitário “ (Bobbio, 1997:38). A cidadania era privilégio de uma minoria, legitimando-se desta forma, os detentores do poder político desta cidade-estado, provavelmente mediante um processo democrático de tomada de decisão, frequentemente considerado como restrito. Uma minoria governante em nome das massas. Só os cidadãos – nobres, mercadores e alguns artífices – eram atenienses. Ao arripio desta ordem ficava a maioria: metecos, mulheres e escravos. Amaral entende este processo político condimentado com um estilo de próto bipartidarismo engajado, a “dois grupos – o partido aristocrático, (...) os mais ricos, e o partido democrático, (...) os mais pobres” (2012:25).

Em “ A República “ – a Polis perfeita, o Estado ideal –, uma obra imortal da política, cultura e da civilização ocidental europeia, Platão (427-347 a.C.) critica os conceitos fundamentais de justiça e virtude dos sofistas na democracia ateniense, regime do qual não era particularmente adepto, tal como não o era Aristóteles (384-322 a.C.). Discípulo de Platão, o estagirita seguiu contudo mais tarde, uma via diferente daquela preconizada pelo seu mestre. No pensamento de Platão, a democracia direta ateniense não garantia a eleição dos melhores. Com os sorteios, o cidadão poderia ser governante e governado e o falso saber acabaria por governar a cidade. Governar hoje para ser governado amanhã, não podia constituir a cidade perfeita, justa e virtuosa. Ninguém poderia exercer mais que uma tarefa ou seja “ (...) cada um deve ocupar-se de uma função na cidade (...). Quando o mesmo homem tentar exercer estes cargos todos ao mesmo tempo, nesse caso (...) esta mudança e confusão serão a ruína da cidade” (1976: 186-188).

Para Platão, na democracia ateniense os sofistas eram na verdade o cerne da sua crítica a este regime político. Manipulavam a população, devassavam a juventude e corrompiam a alma dos cidadãos tornando-os injustos. O governo das massas era, deste modo, facilmente instrumentalizado por aqueles retóricos com o dom excelso da palavra. A justiça não era sê-lo mas parecê-lo e os sofistas conseguiam com a injustiça ser suficientemente hábeis para repará-la, pois eram os mestres da demagogia persuasiva. Eram igualmente bastante requisitados a troco de substanciais vencimentos para serem os educadores dos aristocratas, seus filhos e restante família, ficando assim habilitados para argumentarem e, com isso, facilmente defenderem-se mesmo que roubassem, corrompessem, assassinassem ou ultrajassem a justiça. Naquela obra, Platão declara a Sócrates (469 – 399 a.C.): “ cada um desses (...) mercenários, (...), nada mais ensinam senão as doutrinas da maioria, que eles propõem quando se reúnem em assembleia (...). É de homens dessa espécie que provêm os que fazem o maior mal às cidades (...) “ (1976: 283-287). A ideia de isonomia – igualdade perante a lei e um dos princípios base que rege as democracias – era assim um mero conceito

instrumental. Adepto da educação espartana – o émulo de Atenas –, Platão via a democracia direta ateniense como a mecanização da ideia de igualdade no juízo de cada um. “ Ora a democracia surge, (...) quando após a vitória dos pobres, estes matam uns, expulsam outros, e partilham igualmente com os que restam o governo e as magistraturas (...) ” (1976: 386).

Em “Política” – governo da polis ou gestão dos negócios públicos –, Aristóteles expõe-nos a concepção de que era a classe média da *Polis* a dar aos pobres aquilo que os ricos tiram. A classe média não cobiçava e satisfazia as necessidades de uns e de outros, impedindo o aparecimento de antagonismos, pois “ A cidade governada com base nestes elementos médios (...) será necessariamente a mais excelente de todas (...), a melhor comunidade política é a que provém das classes médias, (...) ” (1998: 311-313). Segundo Aristóteles, a esse segmento equilibrador da sociedade, jamais lhe interessaria o modelo da democracia direta ateniense, o melhor dos piores dos regimes, sempre inclinado para as degenerescências e a *Polis*, unidade geográfica, social, autónoma, de pequena dimensão territorial, estabelecia a identidade pessoal e política, distinguindo vida privada da vida pública, onde os indivíduos participavam nelas de acordo com a justa medida, a regra da prudência e sem os conflitos provocados por viciosos interesses opostos.

Foram aristocratas como o legislador Sólon (638 – 558 a.C.), o reformador da política espacial ateniense, Clístenes (565 – 492 a.C.), e o governante, estratega, político e militar, Péricles (495 – 430 a.C.), os obreiros, os impulsionadores desta democracia local. Estávamos perante um sistema político alicerçado a quatro instituições de referência, localizadas em torno da Ágora – que era o mercado e a praça pública situada na parte baixa da cidade e o local agregador de confraternização da população – : a Assembleia (Eclésia), o Areópago, o Tribunal Popular da Helieia e finalmente, a Bulé, o Conselho, a escola política dos cidadãos onde assentavam 500 membros, ou seja, os 50 representantes sorteados e nomeados de cada uma das 10 tribos ¹, não o podendo ser mais do que duas vezes não seguidas da sua vida. Todos prestavam contas no final do seu curto mandato anual. A rotatividade dos cargos e funções tinha como objetivo evitar os abusos, corrupção e outras degenerescências do poder político. Não existia uma separação nítida dos poderes entre aquelas quatro instituições, havendo já nesta época a preocupação de contrabalançar num anacrónico sistema de freios e contrapesos para evitar os perigos da concentração do poder. Qualquer delas detinha poderes judiciais, executivos, legislativos e até, competência para condenar à morte e ao ostracismo.

¹ Cada tribo dividia-se em trittias constituídas por 10 demos, expressões de identidade básica social e política, célula base do regime democrático ateniense, vínculo direto à administração central da cidade.

Apesar de ser sustentada pela rudeza das suas imperfeições, perversões, contrariedades e paradoxos, próprios de todos os sistemas e regimes políticos, a democracia direta ateniense, mesmo com o seu arcaísmo, jamais poderá ser refutada e embaciada da História e da Ciência Política. Bobbio (1997: 84) realça-nos isso pois “ (...) a democracia nos faz imediatamente vir à mente a imagem, (...) da "ágora" ou da "eclesia", isto é, da reunião de todos os cidadãos num lugar público com o objetivo de apresentar e ouvir propostas, denunciar abusos ou pronunciar acusações, e de decidir, erguendo as mãos (...) ”. O discurso de Péricles de homenagem aos mortos registado por Tucídides, seu opositor mas presente neste acontecimento é, só por si, um eterno contributo para a história política e social dos povos e na visão de Amaral (2012: 30), ele “marcou para sempre a história da civilização ocidental: democracia, liberdade, igualdade, participação cívica, dignidade de todos, (...) qualidade de vida, cultura, sociedade aberta ao exterior; e vontade esclarecida e livre de, em caso de guerra, morrer pela Pátria (...) ”. Elucidando-nos que o modelo político da cidade de Atenas era análogo noutras cidades-estado da Grécia clássica, Arblaster recupera-nos particularmente, a relevância da democracia ateniense e das suas instituições, sentindo-a como o berço das democracias da atualidade:

"Entre as cidades-estado Atenas não era a única democracia no mundo grego antigo, mas foi a mais estável e de longa duração e a melhor documentada, porque única ela foi politicamente a mais importante e culturalmente a mais brilhante e criativa de todas as cidades-estado. (...) A maioria das questões e problemas envolvidos na definição de democracia e na luta para alcançá-la já estão claras na experiência da democracia grega ” (2002: 16-23).

Deste modo, a democracia direta ateniense, a dos antigos é para a Ciência Política, um modelo e acontecimento balizador que jamais deverá ser esquecido e remetido para o pó das prateleiras dos arquivos históricos.

É preciso avançarmos praticamente 21 séculos no tecido do espaço/tempo para a democracia se reerguer no conceito dos teorizadores do pensamento político, em parte, ainda alinhado com as concepções clássicas da democracia. O fim do seu período da idade das trevas deu-se em consequência de um conjunto de fatores, nomeadamente dos ideais democráticos preconizados de modo distinto por Rousseau e Locke referenciados por Bobbio como “os pais da democracia moderna” (1998:332); da expansão do movimento liberal, pois “o estado liberal é o pressuposto não só histórico mas jurídico do estado democrático” (Bobbio, 1997:20), numa ideologia onde se destacam os clássicos teóricos do liberalismo –

Tocqueville, Smith, Keynes, Constant, Kant –, que enalteciam os valores soberanos da razão iluminista, da liberdade individual – económica, religiosa, política, de associação, de pensamento – limitando o papel centralizador do Estado no controlo e coação, do conhecimento, dos cidadãos e das sociedades, não as deixando funcionar pelas suas próprias dinâmicas; dos fundamentos utilitaristas de Bentham e Mill; da separação de poderes projetada pelo barão de Montesquieu, de seu nome Charles-Louis de Secondat; dos princípios da representação de cariz parlamentar, embora restritiva e condicionada juridicamente nos direitos de cidadania; do impacto mundial, social e político produzido pelas revoluções americana e francesa, e, consequente, reconhecimento dos direitos universais dos seres humanos. Para o visionário Toffler, a industrialização fez emergir uma nova classe social – os trabalhadores operários – e ao mesmo tempo funcionou como o motor de arranque, decisivo para impulsionar o reemergir da democracia, porque com a “vaga de industrialização chegaram revoluções e reformas democráticas explosivas que conduziram a um alargamento da participação “ (1983: 137).

Estes acontecimentos marcantes da história dos povos, não ficaram compartimentados, juntos abriram consciências, despoletaram processos de democratização iniciados no século XIX, fizeram surgir partidos de massas assentes em correntes socialistas, alargaram paulatinamente o direito de voto com a passagem do sufrágio censitário – só votava quem tivesse determinado património – para o direto e universal, consagrado com eleições livres e justas destinadas a um corpo eleitoral constituído não apenas por homens mas também mulheres. O sufrágio direto e universal veio progressivamente impulsionar e impor as democracias representativas no século XX, a democracia indireta dos modernos, correspondendo à progressiva complexificação das sociedades, perante o aumento da dimensão territorial e demográfica dos Estados, assim como, à crescente especificidade de natureza técnica no processo de tomada da decisão política. Face à mudança das circunstâncias históricas, “ com a transição da cidade – Estado para os grandes Estados territoriais “ (Bobbio, 2000:420), a democracia direta, tal como era concebida na Atenas da Grécia clássica, tornou-se impraticável. Todavia e seguindo a ideia de Bobbio, mesmo a representação política é um significante com vários significados. Na verdade se a democracia pode ser representativa, nem toda a representação é democrática, tal como, se “ (...) nem todo o estado representativo é um estado parlamentar, o estado parlamentar pode muito bem não ser uma democracia representativa “ (1997: 44).

Tendo-se em conta a crise e erosão da democracia representativa na atualidade – assunto que retomaremos no primeiro ponto do Capítulo II –, temas a implicarem com a

discussão da representatividade, nitidamente visível no descrédito apresentado pelo elevado abstencionismo, apatia e desconfiança dos cidadãos nos seus representantes e instituições, vão emergindo publicações de teses que contextualizam uma nova operacionalização das democracias representativas contemporâneas de larga escala. Investigações teóricas dirigidas ao reforço do poder das instituições democráticas e da participação dos cidadãos. É o caso da democracia poliárquica delineada pelo norte-americano Robert Dahl (1915-2014).

Um sistema político disperso, diverso, anti-monocrático, que potencia a distribuição, desconcentração do poder, retirando-lhe força e capacidades de centralização; uma sociedade centrífuga, com múltiplas instituições, um governo de muitos, com vários centros de poder de natureza autónoma, por isso descentralizados, um género de pequenas sociedades, onde prolifera e convive no seu seio, uma pluralidade de atores públicos e privados, interiores e exteriores ao Estado – económicos/financeiros, políticos, sociais – conscientes da necessidade de constantes acordos, negociações, coligações e de estabelecer pontes para transpor obstáculos. Estamos perante uma forma de operar a democracia dos modernos que abre as portas ao amplo envolvimento participativo dos cidadãos em diversos contextos e níveis de influência nos processos da tomada de decisão, seja local, regional ou nacional, e, consequentemente, robustecer-lhes os direitos de cidadania.

Segundo Dahl (2000:85-86) são seis as instituições da democracia dos modernos, cada uma delas vistas como essenciais e que no seu conjunto servem para o pleno desenvolvimento das poliarquias democráticas: Funcionários Eleitos, Eleições Livres, Justas e Frequentes, Liberdade de Expressão, Acesso a Fontes de Informação Alternativas, Autonomia Associativa e Cidadania Inclusiva. A democracia ideal de larga escala revê-se nesta poliarquia e as suas seis instituições encontram-se de acordo com os desígnios dos direitos de cidadania e podem ser uma solução aos problemas das democracias representativas, passando até pela possibilidade de ser sua alternativa. A representação passa então a ter outra dimensão e outros contornos. Estes factos são sublinhados pelo autor porque “as seis instituições políticas da democracia poliárquica surgiram, pelo menos em parte, em resposta às exigências de inclusão e participação na vida política” (2000:91). E evidenciando a relevância do fator tamanho, Dahl sintetiza-nos sobre aquelas instituições: “As seis instituições acima listadas desenvolveram-se porque são necessárias para governar países, não unidades menores. A democracia poliárquica é um governo democrático em larga escala do Estado-nação ou do país ” (2000:92).

Dentro desta linha de força traçada anteriormente, sobre a amplitude da participação cidadã no processo da tomada de decisão numa pluralidade de condições – não apenas

políticas –, mas com uma visão oposta, já em 1984, surgiu-nos a concepção de Democracia Forte (*Strong Democracy*) do nova-iorquino Benjamim Barber. O autor dá-nos enfoque à atividade mobilizadora das organizações de base popular local, fundamental para a participação direta dos cidadãos, vistas como protagonistas na resolução dos problemas prementes das comunidades locais, e mesmo regionais e nacionais, pois uma democracia forte:

“ (...) é uma forma de democracia participativa distintamente moderna. (...) Numa comunidade democrática forte (...) os membros individuais são transformados (...) em cidadãos (...). As instituições locais podem ser de fato um campo de formação crucial para a democracia (...). O projeto mais desafiador é encontrar formas de os cidadãos participarem da execução de decisões comuns tomadas por assembleias de bairro ou por governos locais (...)” (1984: 117-304).

Todavia, mesmo com o contributo destas sumidades do pensamento político contemporâneo, não nos parece despiciendo recordar o pragmatismo de Rousseau, defensor da democracia direta e acérrimo crítico dos sistemas representativos, tal como na época se encontravam, destacando pela negativa o inglês. Para este histórico autor suíço do século XVIII (1712-1778) natural de Genebra, jamais alguém pode ser representado e a verdadeira democracia tem apenas lugar no domínio dos deuses, pois na complexidade da dimensão territorial e demográfica dos Estados torna-se um regime político utópico para cidadãos comuns: “ (...) nunca existiu democracia, e nunca existirá. (...) Se houvesse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Um governo tão perfeito não convém a homens” (1974: 69-70). Todavia, esta concepção não se enquadra na orientação deste trabalho. A democracia na vida terrena, mesmo com determinados obstáculos, recuos, imperfeições e degenerescências, continua a ser o regime político onde é possível incrementar vínculos entre representantes e representados.

2. EXPERIÊNCIAS DE DEMOCRACIA DIRETA E SEMIDIRETA NO QUADRO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

2.1. Islândia: a revolução dos cidadãos

Com a inspiração da Pedra Filosofal, poema eterno de António Gedeão, continuamos então a nossa viagem pelo tecido do espaço/tempo, como um sonho que comanda a vida pelo “ mundo que pula e avança como bola colorida entre as mãos de uma criança”, para analisarmos três experiências de democracia direta e semidireta no quadro político contemporâneo, dirigindo-nos de imediato para a mítica Islândia, um pequeno território com

103.000 quilómetros quadrados, a rondar os 325.000 habitantes e distinguirmos um evento histórico e político dos nossos dias, que de certa maneira, tanto teve de exemplar como de esquecido. Estamos num País com fortes tradições democráticas, cujas raízes remontam à volta de 1.000 anos atrás, germinadas nas assembleias populares das tribos escandinavas e germânicas, nas quais a justiça e as deliberações comuns e relevantes da vida comunitária eram, na presença do chefe e seu clã, decididas pela grei presente por votação direta de braço no ar. Ainda hoje o peso desta memória mantém-se. Segundo o Relatório proveniente do estudo elaborado pelo *The Economist Intelligence Unit – Democracy Index 2015* –, que mediu a condição das democracias nesse ano em 167 países, a Islândia inclui-se entre os 20, com democracias consolidadas ou plenas (*full democracies*) e ocupa no ranking global – Tabelas nº1 e nº2 em Anexo 1 – o 2º lugar, apenas atrás da Noruega, apresentando a pontuação geral (*overall score*) de 9,58, numa escala de 0 a 10 (2016:4). Voltaremos a este relatório, quando na nossa viagem pararmos na Suíça, Brasil e definitivamente em Portugal.

Nesta revolução das “ frigideiras “, concentrada na Ágora de Reiquiavique, a praça Austurvöllur, junto ao Parlamento – o Althingi –, o povo veio em massa durante três meses consecutivos exigir explicações e apontar sem tréguas o dedo aos responsáveis, culpando-os perante a realidade de uma fraude e pelo caótico estado da economia e das finanças da Islândia, após o choque da bancarrota oficialmente declarada em 08 de Outubro de 2008 pelo primeiro-ministro da época, Geir Haarde ², um colapso motivado pela especulação imobiliária e falência dos três principais bancos islandeses. Partiu-se então para a revolução. O espaço ciberdemocrático, especialmente a rede social do “facebook”, funcionou neste caso na plenitude quanto à interligação dos cidadãos para a convocação do debate de sugestões, projectos e vontades de um novo figurino político, económico e financeiro para o País. A Internet nesta revolução dos cidadãos, resultou adequadamente como meio de comunicação para divulgação dos intentos populares. Foram dias e noites de intenso fervor ruidoso, com o som de milhares de pessoas a bater em tachos, panelas e frigideiras, onde não choveu sangue, mas verificam-se alguns incidentes pelo meio, como foi o caso do apedrejamento do carro oficial de Haarde. Exigiu-se nas ruas de Reiquiavique, a imediata demissão do governo que acabou depois por se consumir, culminando esta revolta, ainda com um cordão humano à volta do “ Althingi “ no sentido de impedir a entrada dos seus 63 deputados.

Nesta sucessão de acontecimentos espontâneos, emergiram os mecanismos de democracia semidireta ao dispor dos cidadãos islandeses. Conjugando instrumentos de

² Acontecimentos igualmente relatados no Documentário “ Amanhã”, visto em https://www.youtube.com/watch?v=iaunR52y_e4 e passado na RTP 3 em 31 de Dezembro de 2016.

democracia direta com a representação, esta revolução permitiu o pleno exercício da cidadania ao puxar pessoas comuns para a prática dos negócios políticos, no sentido de se repor a força do poder democrático espelhado por exemplo, com a participação direta cidadã na reconfiguração constitucional do País. Uma histórica sublevação popular alavancada formalmente a partir do Thjodfondur, o Primeiro Parlamento, a Assembleia Geral de Cidadãos constituída por mil representantes nomeados a partir de assembleias locais. Ali, todos os cidadãos são convidados a participar, usando se for preciso da palavra e dizendo de sua justiça. É o local onde se reúnem os islandeses sempre que aconteça a possibilidade de se decidir matérias de relevante interesse nacional. De facto, foi esta Instituição a mãe da revolução popular na Islândia "uma revolução singular", conforme se salienta na reportagem ao País feita pela Visão, onde se inclui “ excertos da entrevista a Einar Mar Gundmudsson, escritor e um dos organizadores dos protestos “³.

Os delegados eleitos do Thjodfondur não quiseram esperar muito tempo pelas decisões do poder político para canalizarem os seus esforços, no sentido de enfrentarem e resolverem eles próprios, os graves problemas deparados na sua Islândia. Centraram-se neste período conturbado no debate para se eliminar a corrupção, incitando a mobilização popular para a rua e ao mesmo tempo, lançaram as bases da discussão sobre a consciência e força de serem cidadãos na sua plenitude, ao exigirem sobretudo, tomar diretamente parte na redação de uma nova Constituição. A ideia pegou rapidamente como um rastilho de pólvora, passou à ação prática e agilizou-se o processo. Deste modo foram eleitos em 2010, diretamente pelos cidadãos, entre 552 candidatos, 25 representantes nomeados depois, oficialmente pelo Parlamento e mandatados para redesenharem então a nova Constituição – a primeira mundialmente, a ser escrita diretamente pelos cidadãos –, que acabou por ser sufragada em 21 de outubro de 2012 por um referendo consultivo e aprovada por 67% dos islandeses, ainda assim, com alguns ajustes posteriores no “ Althingi “. Neste grupo dos 25, englobavam-se várias profissões, desde funcionários públicos, médicos, comerciantes, advogados, escritores, atores, jornalistas, agricultores, pescadores, professores, operários, sindicalistas. Todos eles tinham igualmente o desiderato de exercerem um controle rigoroso sobre a ação dos agentes económicos e financeiros, e sobretudo, da elite política.

Fruto das eleições de 2010, constituiu-se um novo governo virado à esquerda – sociais-democratas e verdes –, que ficou respaldado às assembleias populares disseminadas na

³ Visão-online, 03/05/2011 – “A crise levou o dinheiro, mas não a criatividade “ –, acedido em <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/a-crise-levou-o-dinheiro-mas-nao-a-criatividade=f600966#ixzz1ufOHQmea>, consulta a 20/05/2016.

Islândia e a uma nova composição parlamentar majoritária que iniciou funções em fevereiro de 2011, para instituir uma outra Constituição. Com assento no Parlamento, ficaram os Verdes, Aliança Social Democrata, Independentes, Partido do Progresso (ruralista de direita), Partido da Independência e o Movimento, a força partidária que saltou para a ribalta com a revolução. Integrou-se na ação política, tornou-se partido, que há imagem de Moisei Ostrogorski (1854-1919), tende na ideia dos seus fundadores a ser uma organização transitória. “Thór Saari é o presidente do Movimento. Mas esse também é um cargo que roda todos os anos. O Movimento é, aliás, um partido com os dias contados, explica Saari: (...) Ao fim de dois mandatos, se conseguirmos cumprir o nosso programa, acabamos. Se não conseguirmos, acabamos também”.⁴

Para o autor russo, os partidos como aqueles que viciavam a democracia, isto é, os seus dirigentes e elites profissionais tinham a obrigação de deixarem de existir como organizações permanentes. Eles deveriam passar a ser temporários, em torno de projetos e objetivos precisos, de acordo com o interesse da população pois:

“No intervalo que separa as eleições gerais umas das outras, a atividade de várias associações relaxa, especialmente no partido vencedor, alguns deles dão mesmo um único sinal de vida ou só existindo no papel. Mas com a aproximação das eleições todos eles acordam e ganham vida. “ (1993:247).

Para este sociólogo e cientista político, a partir do momento em que os partidos elessem deputados, deixavam-no do ser e fechariam transitoriamente as portas das suas sedes, até ao próximo período eleitoral. Ostrogorski defendeu uma tese revolucionária, adotou uma metodologia com levantamento de questões ainda atuais. Afinal, podemos de alguma maneira admitir, não ser tão utópica como parece, esta conceção ter aplicabilidade nos dias de hoje.

Saliente-se que na Islândia, “10% da população pode impor um referendo, a impopular candidatura da Islândia à adesão à União Europeia (apenas 17% a defendem) tem de ser referendada e os recursos naturais que ainda sejam públicos não podem ser privatizados.”⁵ E também em referendo, os islandeses em 2011 rejeitaram liminarmente os acordos feitos pelo governo anterior com a Inglaterra e Holanda, onde era exigido aos islandeses, um pesado pagamento faseado aos depositantes daqueles países que tinham investido as suas poupanças

⁴ Idem, Ibidem.

⁵ Idem, Ibidem.

com elevadas somas, no Icesave, filial do Landsbanki, a operar fundamentalmente via on-line, isto é, um serviço à luz da Internet e um mundo virtual de negócios duvidosos ou seja, os islandeses através de mecanismos de democracia direta, juntos com a representação, fizeram valer a soberania popular sem cair em radicalismos. Desta maneira, decidiram opor-se a serem eles a pagar a fatura do descalabro daquelas entidades financeiras, apresentada pelos governos inglês e holandês. Mas mundialmente – tal como a própria revolução em si – pouco foi publicado acerca dos 93% do NÃO dos islandeses. Seja como for, deu-se legitimidade ao novo governo para a prática de uma política de depósitos versus uma política de empréstimos bancários e para levar a cabo medidas protecionistas das suas empresas, símbolos da nação: as de eletricidade e de distribuição de água quente.

Alguns céticos tentaram diminuir este sucesso da potencialidade deliberativa dos cidadãos, em virtude do diminuto peso demográfico islandês e da pequenez do seu território. Este estudo não tem o objetivo de discutir aquelas teses, mas é indelével que a Islândia estando à beira do abismo e, mesmo não fazendo parte da zona euro, conseguiu inverter esta tendência, ao fugir literalmente das receitas da recessão e da austeridade, com medidas que valorizam substancialmente a democracia semidireta e por consequência, a participação cidadã e o papel dos movimentos sociais. O rumo da revolução islandesa despertou olhares curiosos, e, como acontecimento ímpar da política mundial, deve ser olhada com a atenção de um peculiar estudo de caso, histórico, social e político. Mesmo com o constante bloqueio das alas conservadoras do País, presenciámos uma sociedade civil, unida, solidária, mobilizada, ativa, participativa e a impor-se. Este tipo de exercício de cidadania funcionou como baluarte para a Islândia ser a primeiro país a sair da crise que atingiu vários Estados da Europa. Uma lição democrática a todos os povos do mundo. Não fez escola, porque é escassa a sua literatura e esquecida da generalidade da comunicação social. Seja como for, isso não impede que esta revolução das “ frigideiras “ seja um laboratório de aprendizagem para o mundo, no sentido de combater as devassas da corrupção e do compadrio do poder económico, financeiro e político que degeneram os pilares da democracia.

2.2. A Democracia no sistema político suíço

Recomeçamos então esta nossa viagem de desmontar o espaço/tempo, saindo da Islândia, continuarmos na Europa, percorrermos 2.619 km para sueste e fazemos escala na Suíça, de modo a percebermos genericamente como funciona a democracia semidireta neste País e porque é que este sistema político continua a fazer fé no seio dos seus cidadãos, prova viva da complementaridade da representação com instituições de democracia direta que se

relevam social e politicamente. Não fazendo parte da UE “a que nunca quis aderir cumprindo a escolha de uma curta maioria de eleitores (50,3%) num referendo de 2014 (...)” (Tecedeiro, 2015:32), com uma população a ultrapassar recentemente os 8 milhões de pessoas, administrada territorialmente com a divisão em 26 Cantões, 2.400 cidades, numa sociedade pluralista e multicultural constituída por três principais idiomas – alemão (63,5%), francês (22,5%), italiano (8,1%) –, a Suíça é nos tempos contemporâneos, a referência europeia e até mundial, na utilização de instrumentos de democracia direta dentro do seu sistema político, com a média de 5 referendos anuais e 55% de participação do eleitorado.⁶

Relativamente à realização de referendos, tal como nos refere Filipe, numa análise comparativa entre o período de 1990 e 2014, “(...), 107 Estados realizaram 693 referendos nacionais, sendo 223 na Suíça e 470 no resto do mundo (...)” (2016 a: 46). Mais à frente, o mesmo autor destaca-nos sucintamente, dados confirmadores desta singularidade: “A Suíça é um mundo à parte. Dos 1.496 referendos que pudemos identificar em todo o mundo, a nível nacional e em Estados soberanos até final de 2013, 597 foram realizados na Suíça e 899 em outros Estados” (2016 a: 56). Na entrevista semiestruturada realizada na AR em 08 de Abril de 2016 com este autor e conhecido deputado do PCP, apresentada no Apêndice 4 deste trabalho, são-nos confirmadas aquelas palavras: “À volta de metade dos referendos realizados em todo o mundo realizam-se na Suíça (...). Não é a forma normal de legislar, o que há é uma facilidade relativa comparada com os outros Estados, das pessoas com iniciativas legislativas de cidadãos desencadearem referendos” (Filipe, 2016 b: XCV).

Sobre a qualidade da democracia neste Estado Federal, o Relatório do *The Economist Intelligence Unit – Democracy Index 2015* –, faz – nos constar a Suíça quatro lugares abaixo da Islândia, ou seja, no 6º lugar do ranking das 20 democracias consideradas consolidadas ou plenas. Os dados confirmam esta classificação com uma pontuação média ou geral de 9,09 (2016:4). Relembre-se também, um pouco à imagem da história da democracia islandesa, o identificado por Filipe: “Na Suíça, a tradição de democracia direta criou o caldo de cultura favorável à propagação da ideia de referendo. A sua origem não era ateniense, mas germânica. Os alemães tinham uma forte tradição de gestão dos recursos naturais por meios democráticos e comunitários” (2016 a: 29). Esta ideia dos costumes políticos suíços é igualmente partilhada pelas considerações de Sebastião: “As primeiras manifestações da participação dos cidadãos suíços em democracia directa remontam às assembleias das tribos germânicas e às chamadas *Landsgemeinde*: assembleias anuais de cidadãos masculinos em comunidades de

⁶ Dados obtidos no site <https://www.swissinfo.ch/democraciadireta>, consulta a 25/05/2016.

reduzida dimensão “ (2005: 158), que remontam aos primórdios da idade média. Curiosamente na Suíça, também existiu até 1971, o segregacionismo, excluindo-se as mulheres na participação do exercício do voto, para além de ainda hoje “ os estrangeiros não votam (excepto em Neuchâtel e Jura), apesar de serem cerca de 20% da população total (...) (2005: 170), dois factos a fazer-nos regressar à Atenas clássica de Péricles, Sólon e Clístenes.

Sónia Sebastião, com a experiência de ter residido na Suíça e de ser uma observadora direta deste processo político, desconstrói-nos de maneira pragmática, numa obra de referência para a nossa investigação – *A Democracia Directa ainda interessa? O caso Suíço.* –, a realidade e o mito do uso de instrumentos de democracia direta no seio da legislatura da representação, num sistema político misto que complementa duas formas de democracia e pratica a conjugação destas instituições, ou seja, estamos perante a democracia semidireta, integrada na união de múltiplas nacionalidades, distintas na história, religião, língua, cultura, deste singular País. “ O sistema político suíço não é melhor ou pior: é o suíço. A democracia directa não é a mais igualitária, nem a mais livre, nem a melhor para todos: mas é a adoptada pelos suíços (...) “ (2005:314). Ao mesmo tempo, Sebastião consciencializa-nos dos riscos em realizarmos comparações, propostas, sugestões, oriundas do sistema político suíço para por exemplo, pô-las em prática dentro do sistema político português. Além disso, o território geograficamente peculiar, onde sobressai a imponente dos Alpes suíços, com as consequentes dificuldades na progressão de tropas, tolhia a vontade dos reis invasores, em disponibilizarem os seus militares para este tipo de teatro de operações ou seja, locais isolados, agrestes, organizados em pequenas comunidades, insignificantes estrategicamente. Este cenário cimentou uma estrutura autónoma de resiliência ao poder centralizador. Às severidades territoriais e climáticas, correspondia o prosperar de valores democráticos como, liberdade, igualdade e fervor de independência em relação a qualquer domínio invasor trazido pelos líderes europeus da época, onde naturalmente se incluía o Papa.

O País da neutralidade, da insistência em não fazer parte da UE, chama o seu povo a votar a cada 4 anos, para eleger os 246 deputados do Parlamento bicameral divididos desta forma: 200 representantes têm assento na Câmara dos Deputados ou Conselho Nacional e 46 mandatários representam no Senado ou Assembleia Federal, os Cantões, conferindo àqueles menores em demografia e território o mesmo peso político dos maiores. O poder judiciário está à guarda do Tribunal Federal, subdividido nos vários tribunais federados existentes no País. Prevê-se outrossim, a possibilidade dos cidadãos com 100.000 assinaturas, poderem requerer através de uma iniciativa legislativa popular, a resolução de temas delicados tais como o redesenho constitucional ou modificação de uma lei federal. Segundo Sebastião “ (...) os

suíços não têm qualquer problema em reformar a Constituição sempre que tal se torne necessário “ (2005: 139-140). Na mesma linha, aparece-nos o referendo seja ele obrigatório ou facultativo. Deste modo pode-se apresentar uma petição para a realização de um referendo com 50.000 assinaturas reunidas no prazo limite de 100 dias para por exemplo, os cidadãos recusarem uma lei que entretantes tenha sido aprovada pelo Parlamento. Para além de legislar, a casa bicamarária da democracia suíça elege os sete membros do executivo, o governo ou Conselho Federal, “ o governo directorial “, segundo Barreiras Duarte (2016:50), onde se estabelece uma pioneira forma de governar, segundo a “ fórmula mágica “ do consenso – $2+2+2+1$ ⁷ –, estabelecida em 1959 e onde estão representados proporcionalmente, os quatro ou cinco partidos de maior peso eleitoral, apesar de ser vista pelos seus detratores, como uma peça a guardar numa das gavetas escondidas dos arquivos esquecidos do museu nacional de arte antiga suíça. Na ótica de Loewenstein o perigo das “diferenças decorrentes por associação a diferentes partidos e por opiniões pessoais são superadas por mútuos compromissos “ (1976:237).

Estamos perante um sistema político e de partidos assaz fragmentado, “ fraco, comparativamente, com outros países ocidentais. (...) A sua estrutura, (...) é determinada pelas clivagens sociais e culturais e pelas instituições do federalismo e da democracia direta “ (Sebastião, 2005: 183). Do Conselho Federal, mas sempre eleito pelas duas Câmaras, sai anual e rotativamente o Presidente do Estado Federal da Suíça, um género de Presidente da República e primeiro-ministro juntos, com a dupla função de presidir às reuniões do governo e representar politicamente o país no exterior.

Os partidários e os censores da democracia semidireta suíça esgrimem cada qual os seus argumentos. Os primeiros enaltecem o facto de os cidadãos participarem diretamente no processo da tomada de decisão política e onde a procura de consensos, faz parte integrante da idiossincrasia suíça. Para os adeptos desta democracia, anula-se deste modo no tabuleiro do xadrez político, os traços da escola maquiavélica de jogadas negociais de bastidores com consenso de favores feitas entre as elites políticas. Os segundos fazem acérrimas críticas a este regime político, nomeadamente que o uso desmedido de referendos, petições e iniciativas legislativas populares entravam gravemente o processo decisório, é uma constante força de bloqueio aos poderes executivo, legislativo e aos tratados internacionais, não se percebendo quem é o efetivo responsável pela decisão final. Também à luz destes cétricos, a abstenção não

⁷ A fórmula nem sempre tem esta soma. Na atualidade, a composição deste Conselho, a todos os títulos original, é o seguinte: Partido Social Democrata (SP), 2 ; Partido Liberal (FDP) , 2 ; Partido Popular Suíço (SVP), 1; Partido Democrático Popular (BDP) , 1; Partido Democrata Cristão (CVP), 1. Estes dados foram obtidos na consulta realizada a 28/05/2016, ao site <https://www.eda.admin.ch/aboutswitzerland/pt/home/politik/uebersicht/bundesrat.html>.

é esquecida, pois dá-se a possibilidade de alterar e ferir de morte a Constituição, quando votam nestas consultas populares referendárias, uma média de duas em cinco pessoas e em que o imprevisto da votação eleitoral toma parte constante na engrenagem do sistema.

No entanto, mesmo com esta dicotomia de glosas e admirações, não podemos deixar de destacar que a Suíça constitui no mundo contemporâneo, um sistema político sem igual, com os cidadãos a participarem diretamente na vida política e no processo da tomada de decisão, dispondo de petições, iniciativas legislativas populares e referendos para além de elegerem os seus representantes. Sebastião (2005: 15) descreve-nos que “ Com mais de 700 anos de existência, a Confederação Helvética constitui um laboratório de estudo particular e único no mundo em termos de Ciência Política“. Neste regime de poder descentralizado, observamos um pioneiro sistema de *check and balances* entre a representação e as instituições de democracia direta à disposição dos cidadãos suíços que sentem orgulho das suas tradicionais instituições democráticas. Segundo a autora, para os suíços é impensável saírem deste nicho pois “ existem resistências da população (...) dado o apego às instituições, à autonomia e ao princípio da subsidiariedade “ (2005: 154). A Suíça é a escola da democracia semidireta na Europa e no Mundo. Um sistema que deve ser olhado com a devida atenção no que concerne ao aperfeiçoamento dos sistemas democráticos de cariz representativo e uma pérola de valor inestimável para o estudo, investigação e conhecimento da Ciência Política.

2.3. O Orçamento Participativo de Porto Alegre

No respeito pelo método da pirâmide invertida e na evolução da nossa posição, vamos finalizar esta incursão pelo tecido do espaço/tempo deste primeiro Capítulo do nosso estudo, viajarmos até ao extremo austral do Brasil e fixarmo-nos na capital do Estado federado do Rio Grande do Sul, a cidade gaúcha de Porto Alegre, para analisarmos o seu OP introduzido desde 1989, uma forma de participação direta dos cidadãos no processo decisório, relativo à orientação a seguir nos investimentos das várias temáticas da cidade, face aos recursos financeiros disponíveis e ainda um modelo peculiar de democracia direta local ao dispor dos munícipes ligados a todos os setores da sociedade que completam o parecer técnico exercido pelo executivo liderado pelo Prefeito, legitimado por sufrágio direto e universal. Como a solicitação popular excede geralmente os limites orçamentais, subjaz nesta instituição, a ideia de definir prioridades ou aquilo que é de facto premente realizar-se. “ Muito sucintamente, (...) é um processo regularizado de intervenção permanente dos cidadãos na gestão municipal “ (Santos, 2002: 8), mas a englobar atualmente outros dois patamares da decisão ou seja, o estadual e o federal, níveis que o presente trabalho não irá debruçar. No entender de

Boaventura S. Santos, o OP de Porto Alegre vincula “ (...) uma combinação de regras de democracia direta e (...) representativa, e realiza-se através de instituições de funcionamento regular cujo regimento interno é determinado pelos participantes (...) ” (2002: 25).

Curiosamente, a instituição do OP surge-nos numa cidade do sul do Brasil, um imenso País, com contrastes, injustiças, desigualdades sociais, pouca tradição democrática, multicultural e multiétnico, ancorando oficialmente durante várias dezenas de anos, a escravidão integrada na governação de regimes oligárquicos de natureza patrimonialista, militar, déspota, atingido ainda hoje, por graves crises políticas infligidas por nepotismo e corrupção, onde se destacam figuras proeminentes dos poderes executivo, legislativo e judicial. O relatório *The Economist Intelligence Unit – Democracy Index 2015* – posiciona no seu ranking, o Brasil no 51º lugar, integrando o grupo das 59 democracias imperfeitas (*flawed democracies*) (2016:5). Todavia, Porto Alegre consegue ser exceção a esta regra do sistema político brasileiro, porquanto o caldo de cultura de valores democráticos tem fortes raízes no seio desta cidade. Nas palavras de Santos “ Porto Alegre é uma cidade de amplas tradições democráticas (...). A ditadura militar deparou-se com uma resistência política feroz no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre ” (2002: 20).

O OP desta cidade tem sido desde a sua fundação, um processo a precisar de ser diariamente tonificado, em contínua evolução, aprendizagem, aperfeiçoamento. Não raramente, desbravam-se ervas daninhas trazidas das múltiplas contendidas entre os decisores do executivo e os delegados eleitos diretamente pelo povo, sabendo-se que esta relação não se estende por enquanto ao poder legislativo desempenhado pela Câmara de Vereadores. O processo não está isento de problemas, engrenagens e bloqueios à vontade popular. No entanto para aquele autor, “ Os conflitos e as mediações entre questões técnicas e políticas, entre conhecimento e poder, são constitutivos do OP. “ (2002: 104). Por outro lado, também temos conhecimento que a instituição OP de Porto Alegre, ainda não foi reconhecida e institucionalizada oficialmente no Estado Federal brasileiro, uma brecha que naturalmente pode ser aproveitada pelas entidades dos poderes executivo e legislativo da capital gaúcha.

Desde o Ciclo de 2007/2008, que a cidade de Porto Alegre passou de 16 para 17 Regiões e 6 Temáticas. Estas estão inscritas nas seguintes matérias: Saúde e Assistência Social; Educação, Desporto e Lazer; Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Cultura; Desenvolvimento Económico, Tributação; Turismo e Trabalho. A nova Região chamada de Ilhas – uma antiga aspiração dos seus habitantes – foi consequência da divisão da Região 1, agora denominada de Humaitá/Navegantes. Cada Ciclo do OP iniciado em fevereiro, realça três ordens de acontecimentos: o começo das reuniões

preparatórias realizadas nas Assembleias Regionais e Temáticas, onde o executivo municipal liderado pelo Prefeito presta contas do seu trabalho durante o ciclo anual anterior e expõe o Plano de Investimentos e Serviços delineado para o próximo período; a Rodada Única de Assembleias Regionais e Temáticas; a Assembleia Municipal da Cidade. Entre abril e maio naquelas assembleias populares destacam-se o dinamismo da mobilização e participação dos cidadãos que decidem então, as prioridades a tomar relativas ao emprego dos recursos disponíveis, elegem os delegados Conselheiros que integram o Conselho do Orçamento Participativo, órgão máximo fiscalizador e deliberativo, aprovam quantos delegados da cidade estarão presentes na constituição dos Grupos de Discussões Temáticas. Os dois titulares e dois suplentes Conselheiros, constituintes do Conselho do Orçamento Participativo, mandatados de cada uma das 17 Regiões, são eleitos diretamente pelo povo nas Assembleias Regionais e Temáticas, onde se revela de facto a democracia semidireta na sua essência. Fazem igualmente parte do Conselho, um titular e um suplente, cuja delegação provém da União das Associações de Moradores de Porto Alegre e 2 titulares e 2 suplentes, representantes da Prefeitura do Município, apenas entidades de corpo presente, pois não tomam parte nas votações e decisões do Conselho.

Esta realidade não retira o facto de serem os órgãos do executivo, os coordenadores e primeiros responsáveis pela efetivação do OP. Por sua vez, os Fóruns de Delegados são o local de debate onde se estabelece a ordem de prioridades das obras e serviços a realizar nas regiões e como tal, no todo da cidade. Também aqui, entre maio e julho, depois de examinado e discutido, aprova-se o Plano de Investimentos e Serviços, concernentes a cada Região e Temática. Os cidadãos presentes, depois de recenseados, recebem uma cédula que os capacita para o ato da votação em cada Região, consistindo na triagem de 4 prioridades entre 18. Da primeira à quarta são atribuídas respetivamente, notas de quatro a um e do total da sua soma, saem três maiores pontuações, correspondentes às três primeiras prioridades a executar no OP, aprovadas depois pelas Regiões. O critério do número de participantes das Assembleias Regionais e Temáticas pode servir, caso isso aconteça, para também desempatar as precedências indicadas pelos cidadãos, de modo a que só três sejam efetivamente tomadas em conta no processo decisório (Prefeitura de Porto Alegre, 2016). ⁸

Sousa Santos distingue, como complementaridade à democracia representativa, canalizada sobretudo para o poder local, o sucesso da participação direta dos cidadãos na discussão e aprovação do OP de Porto Alegre, um processo observado e estudado com

⁸ A atualidade destas informações foram obtidas a partir do site http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=5#, consulta em 01/06/2016.

atenção, reconhecido, louvado por governos e organizações internacionais, das quais se destaca a ONU e, presenciado em trabalho de campo pelo próprio autor seguindo a sua evolução entre os anos de 1995 e 2002. “ São muitas as cidades brasileiras que têm vindo a adoptar, sob várias formas, o sistema do OP, ao mesmo tempo que vários organismos internacionais o encaram com simpatia cada vez maior, embora mais interessados nas suas virtudes técnicas (...) do que nas suas virtudes democráticas (...) “ (2002: 111). Portugal também o reconheceu publicamente, introduzindo posteriormente esta instituição no seu território, assunto que abordarmos especificamente no Capítulo II desta dissertação.

A população das 17 Regiões da capital do Estado federado do Rio Grande do Sul é nesta ligação da democracia representativa com a direta, livre e abertamente convocada a mobilizar-se, no intuito de compartilhar competências no poder da decisão com os outros órgãos de soberania, mas na opinião daquele conceituado professor catedrático, os burocratas, técnicos e elites do aparelho governativo, vão neste processo, continuando de alguma maneira, resistentes e hesitantes em ouvir, compreender e encaixar a palavra dos cidadãos locais, no processo da tomada de decisão, sobre a construção de infraestruturas encaradas como prioritárias para a cidade. Na verdade “ o tempo veio dar razão às vantagens da moderação e harmonia dos distintos interesses, com as práticas do conhecimento da vida e do local onde se reside “ (Santos, 2009) ⁹. Começou-se a perceber a mais valia da voz, conhecimento e das rotinas diárias e práticas dos cidadãos comuns, no contexto de eles serem preciosos elementos de ajuda e cooperação na solução e decisão técnica final.

Porventura não parece despropositado referirmos que o OP de Porto Alegre jamais pode ser visto como um problema mas sim como uma oportunidade. Ele tem possibilidades e capacidades para reforçar a democracia no seu todo. Alimenta-a e robustece-a. Com este dispositivo, a decisão é obrigatoriamente democratizada e passada diretamente aos cidadãos que são convidados a participar neste processo e a elegerem os seus delegados regionais, tornando-se entidades primeiras na aprovação de políticas públicas à volta das três primeiras prioridades eleitas como vitais para vida da cidade, e, na responsabilização do executivo.

Vamos agora nesta nossa viagem no espaço/tempo, voltar à Europa, para a partir do próximo Capítulo até ao fim deste trabalho, estacionarmos de vez em Portugal, cantado na Estrofe 20 do Canto III de “ Os Lusíadas “ pelo eterno Luís Vaz de Camões, como um

⁹ Boaventura de Sousa Santos – Intervenção no III Encontro Nacional do Orçamento Participativo, Forum Lisboa, 19 e 20 de Junho de 2009. Acedido em <https://www.youtube.com/watch?v=etCYZL0MhAA>, consultado a 02/06/2016.

território único “ (...) quase cume da cabeça De Europa toda, (...), Onde a terra se acaba e o mar começa (...) “ (Camões, 1975: 132).

CAPÍTULO II

– OS MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA EM PORTUGAL E SUA COMPATIBILIZAÇÃO COM A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA –

“(...) face à degenerescência da democracia actual, os homens ainda não conseguiram(...) a organização ideal da sociedade que permita a expressão da vontade geral na feitura de leis e a participação voluntária dos cidadãos no processo político.

Por outro lado, subsiste a dúvida sobre a vontade e a capacidade do cidadão comum participar na vida política do seu país contribuindo para o processo de decisão. “

Sónia M. Pedro Sebastião, *A Democracia Directa ainda interessa? O Caso Suíço*. Lisboa: ISCSP, 2005, p.40.

Assim, o sistema criado para assegurar o *governo do povo, pelo povo e para o povo* acaba por revelar uma clara tendência para a usurpação do poder político por parte das elites políticas. Por isso, o discurso em torno das questões relacionadas com a participação política e com a vontade do povo, não passam de meros componentes da fórmula mais vasta do poder.

Sandra Balão, *A Matriz do Poder. Uma visão analítica da Globalização e da Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*, Lisboa: MGI (Portugal), Lda, 2014, p.463.

1. AS FRAGILIDADES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EM PORTUGAL

No estudo/relatório elaborado pelo *The Economist Intelligence Unit – Democracy Index 2015* –, entre 167 Estados, Portugal ocupa o 33º lugar no ranking que avalia a qualidade das democracias a nível global, situando-se no quadro dos 59 países integrados nas democracias imperfeitas (2016:4), uma tendência igual à registada em 2014 (2015:4), mas a refletir, segundo os dados dos relatórios anteriores, também uma queda de 7 e 8 lugares relativos aos anos de 2012 (2013:4) e 2013 (2014:4). Conforme a escala dimensionada de 0 a 10, Portugal apresenta uma pontuação média de 7,79, resultando de uma tabela completada com 5 indicadores: Participação Política (*Political Participation*), Funcionamento/Comportamento do Governo (*Functioning of Government*), Cultura Política (*Political Culture*), Processo Eleitoral e Pluralismo (*Electoral Process and Pluralism*) e Liberdades Cívicas (*Civil Liberties*). Os valores respetivos apresentados para Portugal são: 6,67, 6,43, 6,88, 9,58 e 9,41, nos quais, os mais baixos reportam-se precisamente aos dados da Participação Política, Funcionamento/Comportamento do Governo e Cultura Política.

Não podem deixar de merecer atenção especial neste trabalho, nos casos das democracias ocidentais onde se inclui Portugal, o abstencionismo, a desilusão, a apatia política e o descrédito da generalidade dos cidadãos nas suas instituições, que por princípio, deveriam ser legitimamente democráticas, e, sobretudo, nos políticos representantes, aspetos que indiciam a erosão dos pilares estruturais da democracia. Touraine alerta-nos para algumas consequências desta fragilização:

“A democracia, enfraquecida deste modo, pode ser destruída quer a partir de cima, por um poder autoritário, quer a partir de baixo, pelo caos (...), pela guerra civil, quer a partir dela própria, pelo controlo exercido sobre o poder por oligarquias ou por partidos que acumulam recursos económicos ou políticos para imporem as suas escolhas a cidadãos reduzidos ao papel de eleitores “ (1994: 16).

Assim, como nos ensina Adriano Moreira, o desgaste das democracias ocidentais, provocado pelas altas taxas de abstencionismo implica que:

“ Os regimes racional - normativos do Ocidente tendem para fazer coincidir legalmente a comunidade política com a totalidade da população maior, mas o processo político demonstra que ela é bem menos extensa e que os não participantes, os abstencionistas, crescem em termos de constituir (...) a maioria silenciosa” (2006: 185).

A abstenção eleitoral tem vindo, aliás, a suscitar diversos debates teóricos e académicos sobre a legitimidade da representação política nas democracias e “ voltou a trazer para a ribalta a questão da validade do sistema representativo e do distanciamento entre eleitores e os eleitos. Algo que poderá ser designado como falta de qualidade da representação” (Pinto 2015: 11). Com uma média de elevadas taxas de abstenção expressas nos diversos atos eleitorais, assistimos hoje a um sufrágio direto e universal diminuído na sua potencialidade, a legitimar com dúvidas, controvérsias, o exercício do poder conferido aos representantes. Estamos então, perante um sufrágio direto e universal minoritário em relação ao todo da população de Portugal. Segundo os estudos de 2014 da Pordata¹⁰, suportados nas estatísticas do INE ¹¹ do mesmo ano, existiam 10.401.100 cidadãos portugueses e estavam recenseados 9.746.069 eleitores. Relativamente à abstenção em Portugal, os dados são esclarecedores. O crescimento dos seus números transparece nos diversos tipos de eleições realizadas em Portugal – Legislativas, Presidenciais, Autárquicas e Europeias –. No conjunto de todos os

¹⁰ Pesquisa no site <http://www.pordata.pt/portugal>. Consulta em 27 e 28 de Junho de 2016.

¹¹ ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS 2014. Instituto Nacional de Estatística, IP, Edição 2015.

resultados, e sabendo-se da dimensão demográfica do País, não podemos deixar de quantificar os totais de abstencionistas e votos brancos/nulos, respetivamente: 137.092.831 e 7.502.412.

Começando-se por fazer uma análise aos resultados das Legislativas, “aquelas em que tradicionalmente a votação é mais expressiva” (Belchior, 2015:36), desde o período pós 25 de Abril de 1974 até às de 2015, a evolução das taxas de abstenção e número de abstencionistas tem vindo a subir de forma visível. Os gráficos 1 e 2 do Anexo 2 demonstram que, apesar de um ligeiro abrandamento nas Legislativas de 1980 e 2005, com menos 1,07% e 2,78% de abstenção em relação às eleições precedentes de 1979 (intercalares) e de 2002, o abstencionismo é na generalidade crescente, atingindo a marca dos quatro milhões de abstencionistas a partir de 2011 e alcançando o seu máximo nas eleições de 2015, com 44,14% de abstenção, representando 4.273.748 cidadãos que nelas recusaram participar. Nestas 15 eleições para a AR (incluindo as primeiras para a Assembleia Constituinte) realizadas em Portugal com um regime político democrático, verificaram-se um total de 37.854.626 abstencionistas (Gráfico 9, Anexo 2), não podendo esta análise omitir os 2.586.771 votos brancos/nulos (Gráfico 10, Anexo 2).

Quanto às 10 eleições Presidenciais realizadas em Portugal desde 1976 até 2016, verificam-se 30.414.323 abstencionistas (Gráfico 9, Anexo 2), acrescentando-se ainda o total de 1.666.384 votos brancos/nulos (Gráfico 10, Anexo 2). Conforme se pode observar nos Gráficos 3 e 4 do mesmo Anexo, as taxas de abstenção e os abstencionistas têm oscilado para cima e para baixo, mas numa flutuação com dados tendencialmente em crescendo, destacando-se, salvo a reeleição de Eanes nas Presidenciais de 1980, que todas as outras eleições para um segundo e consecutivo mandato presidencial, fazem crescer substancialmente os valores da abstenção. Assim, na recondução de Soares a taxa de abstenção cresceu 15,83%, traduzida no aumento de 1.428.411 abstencionistas, na de Sampaio subiu 16,5%, correspondente a 1.570.447 cidadãos, e na reeleição de Cavaco Silva, verifica-se mesmo o pico do abstencionismo nas eleições para a Presidência da República, uma subida em relação ao primeiro mandato de 1.669.652 abstencionistas.

Para o total das 11 Eleições Autárquicas realizadas desde 1976 até 2013, onde estão consignadas CM, AM e AF, a informação fornecida pela SGMAI e CNE, apresenta-nos indicadores semelhantes às outras eleições já aqui examinadas. Assim, continuamos presos ao diapasão do crescimento e da elevada abstenção, com um total nestas eleições de 33.996.194 cidadãos abstencionistas, 2.155.545 votos brancos/nulos e uma média de taxa de abstenção de 37,20% (Gráficos nº 5,6,9 e 10, Anexo 2).

Igualmente preocupantes são os números, a baterem todos os anteriores recordes, referentes às Eleições Europeias que elegem proporcionalmente os deputados portugueses para o PE. Em consequência da adesão de Portugal à CEE, concretizada em 01 de Janeiro de 1986, realizaram-se apenas 7 eleições deste tipo. A grandeza dos números é uma realidade nos seus totais: 34.827.688 abstencionistas e 1.093.712 votos brancos/nulos, com uma média de taxa de abstenção cifrada em 56% (Gráficos 9 e 10, Anexo 2) referindo-se ainda que, entre as primeiras Eleições Europeias de 1987 e as últimas de 2014, o número de abstencionistas aumentou 38,58% (Gráficos 7 e 8, Anexo 2).

Já sobre o crescimento da abstenção em resultado da des(confiança) dos portugueses nas suas instituições, nos seus representantes e na (in)satisfação com o rumo da democracia, Belchior aponta-nos que “ (...) o diagnóstico dos problemas políticos portugueses não é novo. O único aspecto que poderá ser verdadeiramente inovador respeita à acção: tem faltado coragem e determinação política para agir “ (2015:88). Aquelas variáveis têm sido determinantes para a fragilização da democracia representativa em Portugal. Segundo a mesma autora “ a confiança é um princípio fundamental das democracias liberais, (...) a desconfiança política é sinónimo de potencial crise no sistema “ (2015:13-28). Em entrevista efetuada ao Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara (Apêndice 2), Dr. Davide Amado, também a confiança é referida como fundamental para o regular funcionamento e legitimidade da democracia representativa, pois conforme nos salientou: “ (...) De facto, relativamente aos políticos, nos últimos anos, temos tido exemplos daquilo que (...) não devem dar exemplo. E isso tem levado à relutância das pessoas na confiança dos seus políticos (...) “ (2015: LIX). Quase de seguida, completa este seu raciocínio em torno da valorização dos mecanismos de democracia semidireta em Portugal e ao dispor dos cidadãos: “ (...) mas antes, para que eles tenham sucesso é preciso primeiro, que este problema da confiança seja resolvido. E essa questão (...) só se resolve quando houver uma profunda reforma dentro dos partidos políticos “ (Idem, Ibidem).

No contexto da investigação que temos vindo a prosseguir, os dados do Eurobarómetro 83, sobre a “Opinião Pública na União Europeia” são elucidativos. Tal publicação resultou de um trabalho de campo encomendado pela CE, realizado em meados do mês de maio de 2015 e envolveu os 28 Estados Membros da UE. Foram inquiridas uma média de 966 pessoas, sabendo-se que em Portugal responderam 1.000 cidadãos nacionais a este inquérito. Fazendo-se uma análise comparativa com os outros 27 e com a média dos 28 Estados Membros da UE – ainda a incluir a Inglaterra –, Portugal aparece-nos numa posição de destaque pela negativa. Deste modo, escolhemos três relevantes instituições nacionais e uma supranacional da UE

avaliadas por aquela fonte, tendo em vista ajustarem-se de acordo com este estudo: Partidos Políticos, Parlamento, Governo e PE (Comissão Europeia, 2015: 69-103).

Quanto aos Partidos Políticos, 85% dos cidadãos nacionais inquiridos, não sentem confiança nestas organizações. Fazemos com esta percentagem, parelha com os 1.028 italianos a dar resposta a este inquérito. À nossa frente situam-se no cume desta desconfiança, os cipriotas com 92%, seguidos da Espanha com 91%, Grécia, Eslovénia, França com 90%, Letónia, 88% e, finalmente, República Checa, a apresentar um ponto percentual acima do nosso País ou seja, 86% (Gráfico 11, Anexo 2).

Relativamente ao Parlamento, constata-se números desabonadores para a imagem pública dos representantes eleitos. Entre os Estados Membros da UE, Portugal encontra-se em 13º lugar, com uma taxa de 72% de cidadãos que não confiam no Parlamento, atrás de 12 países com valores superiores e que por ordem crescente são: Grécia e Itália com 73%, Polónia, 74%, Letónia, 75%, Hungria, 76%, Lituânia, Chipre e Roménia, 77%, Bulgária, 78%, Espanha, 80%, República Checa, 83% e a Eslovénia no topo, com 85%. (Gráfico 12, Anexo 2). Já sobre o PE, o cenário é um pouco mais animador. Mas, também não deixa de ser verdade que 47% dos entrevistados portugueses duvidam da sua eficácia e competências, 43% confiam e 10% não sabem responder, colocando-nos assim, no 7º lugar da presente classificação (Gráfico 13, Anexo 2).

Com valores percentuais próximos do Parlamento português, está a apreciação dos inquiridos portugueses sobre o Governo. O Gráfico 14 do mesmo Anexo indica – nos que, 76% dos inquiridos nacionais, não confiam nesta Instituição. Emparelhados com os italianos situamo-nos no 3º posto, apenas atrás da Eslovénia que tem mais dois pontos percentuais (78%), e, da nossa vizinha Espanha, no cume desta lista, com 84%.

Finalmente, suportados pela análise empírica de Belchior, não podemos deixar de relevar a maneira como os portugueses interpretam o funcionamento da sua democracia. Assim, no ano de “2013 apenas 16% dos portugueses estavam satisfeitos com a nossa democracia” (2015:48). Já os dados lançados pelo Eurobarómetro de 2015, reproduzidos no Gráfico 15, elevam doze pontos percentuais esta inclinação pois 28% dos 1.000 inquiridos portugueses consideraram-se totalmente satisfeitos, 71% não estavam e 1% não sabiam (Comissão Europeia, 2015:136). Estas taxas de não satisfação dos cidadãos com o caminho traçado pela democracia em Portugal, colocam-nos, no conjunto dos 28 Estados Membros da UE, apenas suplantados pela Eslovénia, com 73% e por Chipre, no topo desta ordenação, com 78%. Contudo, Belchior relembra-nos que não podemos ir pelo caminho de :

“confundir a satisfação com o desempenho da democracia com o apoio popular à democracia enquanto regime. (...) As percentagens de apoio popular ao regime democrático na generalidade dos países europeus situam-se acima dos 80% (...). A legitimidade do regime não deve ser por isso confundida com a satisfação com o desempenho do mesmo (...)” (2015:48).

Conclui-se então que a desconfiança, a insatisfação dos portugueses nas suas instituições democráticas, o seu alheamento, desinteresse por assuntos da vida política do seu país, revelados pelas elevadas taxas de abstenção eleitoral, contribuem para fragilizar os sustentáculos da democracia representativa portuguesa, afetando negativamente a sua legitimidade mesmo sabendo-se dos problemas existentes com a atualização do Recenseamento Eleitoral, devido à existência de eleitores ainda recenseados mas já falecidos. Nos dados levantados por Belchior, a autora refere-nos que neste quadro de eleitores «fantasma» “ (...) terão contribuído em, pelo menos, 6% para a percentagem oficial da abstenção nas eleições autárquicas de 2013 e, no mínimo, em 4% para a abstenção nas eleições europeias de 2014 “ (2015:36-37). Sendo certo que a presente dissertação pondera avaliar em que medida é que os mecanismos de democracia directa podem contribuir para a minimização da fragilização descrita neste subcapítulo, procuramos seguidamente realizar um breve roteiro, sobre o seu enquadramento jurídico e constitucional em Portugal.

2. OS MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS

2.1. Os referendos locais e nacionais

O referendo local foi consagrado na CRP aquando da primeira Revisão Constitucional de 1982, inscrito no Art.º 240º e que no seu nº 2 faculta “a cidadãos eleitores o direito de iniciativa de referendo “ (Canotilho & Moreira, 2008:157). Foi a primeira experiência desta instituição no rito constitucional e jurídico do Portugal pós 25 de Abril de 1974 e, tal como o referendo nacional, a sua instituição foi precedida de reserva e prudência, causadas no entender de Amaral, por razões de natureza histórica pois o “ (...) Estado Novo fez do referendo local um instrumento de ratificação de posições de determinados grupos de interesse, transformando-o num referendo orgânico. Foi provavelmente esta a razão da não inscrição do instituto na versão original da Constituição de 1976. “ (2010: 607). É um assunto a que voltaremos, ao falarmos dos constrangimentos relacionados com a participação política direta dos cidadãos em Portugal, constantes neste Capítulo, em **4.1.**

Da CRP, o referendo local transitou para a norma jurídica, sob a égide da Lei Orgânica nº 4/2000 de 24 de Agosto, a LORL e a sua realização foi regulada pela Lei 49/90. Teve desde então, duas alterações passadas quase despercebidas, com a Lei Orgânica nº3/2010 de 15 de dezembro e Lei Orgânica nº1/2011 de 30 de novembro. Em nota de rodapé, na conceção de Filipe, elas “não se apresentam relevantes quanto à matéria substantiva relativa aos referendos locais “ (2016 a: 347). Em conformidade com o Art.º 219º – Eficácia – da LORL, o referendo local toma lugar à vinculação nas instituições autárquicas dando-lhes eficácia jurídica com a condição de “ o mínimo de votantes ser superior a metade dos eleitores inscritos no recenseamento “. ¹² Contudo, mesmo não ganhando vinculação normativa, o resultado do referendo local – tal como o nacional –, pode ser vinculado politicamente.

Incluído nos, Art.º 10º – Poder de iniciativa – e Art.º 13º – Titularidade –, ambos daquele mesmo diploma, consta o arranque das diligências formais para a realização do referendo local que de acordo com Filipe, pode competir a diferentes entidades locais: “ a) Aos deputados às assembleias municipais ou às assembleias de freguesia; b) Às assembleias municipais ou de freguesia; c) Às câmaras municipais ou juntas de freguesia; d) A um mínimo de 5.000 ou 8% dos cidadãos eleitores recenseados na área respectiva, consoante o que for menor. Nos municípios e freguesias com menos de 3.750 cidadãos recenseados, a iniciativa tem de ser proposta por, pelo menos, 300 ou por 20% do número daqueles cidadãos, consoante o que for menor (...) “ (2016 a: 348).

A consagração constitucional e jurídica do referendo nacional depois de 25 de Abril de 1974 foi demorada e apenas teve lugar em 1989, no seguimento da segunda Revisão Constitucional. O referendo nacional ficou assim instituído oficialmente com o Artigo 115 º da CRP, dando posteriormente validade à LORR, a Lei nº 15 – A/ 98 de 03 de Abril, com 5 alterações introduzidas pelas, Lei Orgânica nº4/2005 de 08 de setembro que faz agilizar uma série de dispositivos para a realização deste tipo de referendos, Lei Orgânica nº 3/2010 de 15 de novembro, instituída no sentido de se ampliar e uniformizar “o regime do exercício do voto antecipado “, Lei Orgânica nº 1/2011 de 30 de setembro, onde se assinala a passagem de competências dos governos civis para órgãos do poder local, Lei nº 72-A/2015 de 23 de Julho que estipula o regime legal relativamente ao papel dos meios mediáticos em épocas de campanha eleitoral, e, particularmente relevante para o nosso estudo, Lei Orgânica nº1/2016 de 26 agosto, pois no seu Artigo 16º aprova a redução de 75.000 para 60.000 assinaturas reconhecidas oficialmente, de cidadãos recenseados em Portugal e Regiões Autónomas dos

¹² Regime Jurídico do Referendo Local (versão simples). Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto (LORL), p-50.

Açores e Madeira poderem, através de uma iniciativa legislativa popular dirigida à AR, dar seguimento legal para ser discutida em Plenário, mas com remota possibilidade de desencadear por si própria, a realização de um referendo nacional.

Na verdade, a efetivação deste instituto, constitucional e juridicamente, ainda não resulta da iniciativa direta dos cidadãos. Apenas se distingue a ação dos órgãos de soberania através do exercício de uma série de competências partilhadas entre eles “ por forma precisamente a impedir que o referendo possa ser utilizado numa guerra de órgãos de soberania uns contra os outros “ (Filipe, 2016 b: XCVI). Deste modo, só o Governo ou a AR podem propor a realização do referendo nacional ao PR, a passar entretanto e obrigatoriamente, pelo crivo do TC que avalia acerca da sua constitucionalidade. Após esta fiscalização, o despacho final “ do Presidente da República é inultrapassável. A decisão (...) é um veto absoluto “ (Filipe, 2016 b: XCV).

2.2. As Petições

Tal como nos refere o deputado Barreiras Duarte, integrando-a como “um dos novos mecanismos da democracia participativa, a petição “ (...) é um instrumento político e jurídico que, nos termos da Constituição e da Lei, tem um papel a desempenhar no funcionamento do nosso sistema de Governo, fora da lógica partidária, (...) “ (2011:17), como foi o caso da Petição contra o AO, lançada em 2008 por um grupo de cidadãos tema particularmente destacado nesta dissertação, no subtítulo 3.3.3. do presente Capítulo.

O Direito de Petição está consagrado no Art. ° 52° (Direito de petição e direito de acção popular) da CRP ¹³ e juridicamente estabelecido na Lei 43/90 de 10 de Agosto ¹⁴. Nela assegura-se que determinada petição seja publicada no Diário da AR, desde que formalizada dentro dos trâmites legais, com as assinaturas reconhecidas de 1.000 cidadãos nacionais. Automaticamente, baixará a Plenário da AR a partir da subscrição de 4.000, indicadores aliás, de acordo com o preceituado no n°1 do artigo 21° (Audição de peticionários) e alínea a) do n°1 do artigo 24° (Apreciação pelo Plenário) daquela mesma Lei.¹⁵

O Direito de Petição começou por ser introduzido constitucionalmente na CRP de 1976 como Artigo 49°, passando ao atual 52°, fruto da primeira Revisão Constitucional (RC) de

¹³ Canotilho, J.J.Gomes & Moreira, Vital – *Constituição da República Portuguesa e Lei do Tribunal Constitucional* –. 8ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 39-40, 2008.

¹⁴ Disponível em <http://www.parlamento.pt/EspacoCidadao/paginas/direitopeticao.aspx>. Consulta em 10 de Outubro de 2016.

¹⁵ A Lei 43/90 teve entretanto três alterações no tempo introduzidas respetivamente pelas, Lei n°93 de 01 de Março, a dar nova redação aos Capítulos III – Petições dirigidas à Assembleia da República – e IV – Disposição final –, Lei n°15/2003 de 04 de Junho, com nova redação nos Artigos, 9°, 15°, 17°, 20° e 21° e Lei n°45/07 a produzir nos Artigos 1°,4°,6°,8°,9°,15°,15°-A,17°,18°,19°,20°, 21° e 22°, uma nova redação e inscrevendo aditamentos com os Artigos 14° - A (Desistência), 17° – A (Audição dos peticionários), 21° – A (Controlo de resultado).

1982, que lhe reviu outrossim o texto, modificando-lhe o seu nº1, “ depois, pela RC/89, que aditou o nº2 e alterou o nº 3 (antigo nº2); seguidamente, pela RC/97, que alterou os nºs 1 e 3; por último, pela RC/04, que alterou os nºs 1 e 2 (...) “ (Canotilho & Moreira, 2008:39).

2.3. As Iniciativas Legislativas Populares

A Iniciativa Legislativa Popular ficou consignada na Constituição de 1976, inicialmente com o Artigo 170º e após a quarta RC de 1997 fixou-se no Artigo 167º (Iniciativa da Lei e do referendo). Teve algumas significativas alterações de texto com a RC de 1982, “ que alterou os nºs 1,2 e 4 e aditou os então nºs 5 e 6; depois, pela RC/89, que aditou os nºs 3 e 7 (passando os nºs 3,4,5 e 6 a nºs4,5,6 e 8) e alterou a epígrafe e os demais números, salvo do (actual) nº 8; (...) pela RC/97, que alterou os nºs 1,2 e 3; por último, pela RC/04, que alterou os nºs 1,2 e 7, cuja redação (...) “ (Canotilho & Moreira, 2008: 111) condiciona a iniciativa do referendo por grupos de cidadãos eleitores, com a aplicação da lei.

A disposição prevista constitucionalmente somente transitou para a norma jurídica em 2003, sob a égide da Lei Geral da República nº 17/2003 de 04 de junho – Iniciativa Legislativa de Cidadãos – , com duas alterações. A primeira introduzida pela Lei nº26/2012 de 24 de Julho, com uma pequena remodelação de texto, não substantiva, na redação do Artigo 2º. A segunda foi determinada pela Lei Orgânica nº1/2016 de 26 de agosto referenciada anteriormente, que para além de ter introduzido alguns ajustes nos seus Artigos 2º e 6º, regulamentou outra remodelação de peso, ao reduzir de 35.000 para 20.000 o número de cidadãos eleitores com capacidade legal para apresentar a iniciativa legislativa popular, obrigatoriamente por escrito ao Presidente da AR.

Conforme o Artigo 6º (Requisitos) da Lei nº17/2003, a iniciativa dirigida ao Presidente da AR deve descrever, o assunto fundamental e seus objetivos relatados sumariamente, as principais motivações que levam a redigi-la, as assinaturas dos subscritores onde se inclui o nome completo, data de nascimento e número de bilhete de identidade ou cartão de cidadão de cada um deles, a composição reconhecida oficialmente, de 4 a 10 elementos que integram a denominada comissão representativa dos cidadãos proponentes, com a designação do seu domicílio, e ainda, uma lista onde possam constar documentos anexos. A partir do momento que a iniciativa subscrita por grupos de cidadãos é admitida como diploma na Casa da Democracia, toma a forma de Projeto de Lei.

2.4. Os Orçamentos Participativos

Como já referido em 2.3. do Capítulo I, Portugal reconheceu publicamente o mérito do OP da cidade brasileira de Porto Alegre, vindo a exportar paulatinamente esta instituição para

as especificidades do seu território, introduzindo-a inicialmente em pequenas autarquias com cariz consultivo, não vinculativo, experiência essa transposta posteriormente para as cidades, com outras dinâmicas de desenvolvimento, coordenação e organização, cujo exemplo encontra-se patente no OP da cidade de Lisboa que analisaremos em **3.3.6.** .

Segundo Dias (2009:9-10), o OP disseminou-se nas autarquias portuguesas com dois momentos diferentes, “duas famílias de processos” designadas como a 1ª e 2ª geração de OP realizados no País, desenvolvidos respetivamente no período 2000-2006 e após o ano de 2007. A principal diferença entre os dois reside justamente, no facto do primeiro ser um processo essencialmente de carácter consultivo, enquanto o segundo consigna em particular, o método deliberativo/vinculativo.

O OP como mecanismo de democracia semidireta para além de referendos, petições e iniciativas legislativas populares, não está consagrado na CRP, todavia enquadra-se estreitamente nos seus Artigos 2º (Estado de Direito Democrático), 48º (Participação na vida política) e 109º (Participação política dos cidadãos), ao permitir que os cidadãos ao nível das suas localidades possam diretamente tomar parte na decisão sobre o destino a dar aos recursos financeiros atribuídos numa parte do orçamento da autarquia. Cada OP em Portugal tem o respaldo de regulamentação própria emanada dos executivos autárquicos, onde ele se inscreve. Neste contexto, para Dias, foram concebidos apenas na 2ª geração de OP “instrumentos de regulação do processo, como por exemplo, princípios orientadores, regras ou normas de participação” (Dias, 2009:10).

Atualmente o OP vai atingindo outros níveis, tais como o OP das Escolas aprovado pelo Despacho nº436-A/2017 anunciado no Diário da República, 2ª série, número 5, 1º Suplemento de 06 de Janeiro de 2017 e o OP Portugal, um projeto de dimensão nacional, de tipologia deliberativa, com a primeira edição em 2017 a garantir três milhões de euros, provenientes diretamente do Orçamento do Estado, conforme o estipulado na Lei nº 42/2016 de 28 de Dezembro. Vai abranger cinco áreas: agricultura, cultura, educação e formação de adultos, ciência. Este OP saiu de uma iniciativa pioneira do XXI Governo Constitucional e a resolução do Conselho de Ministros nº25/2017 aprovou os Princípios Técnicos do OP Portugal, publicados em 30 de Janeiro de 2017 no Diário da República, 1ª série, número 21.

3. SÍNTESE HISTÓRICA DA UTILIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA EM PORTUGAL

3.1. Nota Prévia

Tem sido ténue a aplicação prática dos mecanismos de democracia direta em Portugal. Os anos de 1933, 1998 e 2007 são os períodos que balizam a nível nacional, os quatro momentos históricos da realização de consultas populares suportadas na realização de um plebiscito e três referendos ¹⁶. Com o plebiscito à Constituição de 1933, verificou-se a primeira utilização oficial deste dispositivo, isto num contexto político de afirmação de um regime autoritário, denominado de Estado Novo. De facto, nem sempre os mecanismos de democracia direta conjugam com os sistemas políticos democráticos.

Os outros três acontecimentos que marcaram consultas populares referendárias a nível nacional, aconteceram depois do 25 de Abril de 1974. Duas realizaram-se em 1998. Uma delas, acerca da IVG e a outra sobre a Regionalização, dois temas aliás, ainda hoje, fraturantes política e socialmente em Portugal. O terceiro e último referendo teve lugar em 2007, novamente sobre a IVG. Falamos outrossim da Petição nº 495/X/3ª contra o AO de 1990, cuja entrada na AR teve lugar no dia 08 de Maio de 2008. Esta Petição tinha, ao abrigo do rito legislativo, capacidade jurídica para mesmo com vários obstáculos advindos do próprio sistema político, poder ser transformada num referendo, fruto do Art.º 16º da Lei Orgânica nº1/2016 de 26 de agosto ¹⁷, mas a verdade é que tal não veio a acontecer mesmo com a força de 121.000 subscrições legais.

Abordamos igualmente neste subcapítulo, os 5 referendos locais realizados no País, os únicos a passarem no exame prévio do TC que os considerou dentro das normas constitucionais, os controversos casos de duas consultas populares locais de tipo referendário ocorridas na Junta de Freguesia de Campolide (Lisboa) e descrevemos ainda, a utilização dos OP em Portugal em 2016, uma outra forma de democracia direta ao dispor da democracia representativa e dos cidadãos no processo da tomada de decisão – por enquanto local –, com destaque para as experiências de Lisboa desde 2008.

3.2. O plebiscito constitucional de 19 de Março de 1933

¹⁶ Esta investigação considera similares os conceitos de plebiscito e de referendo. É certo que eles continuam a assumir diferentes significados para distintos autores e teóricos, continuando a gerar intensos debates no espaço político, académico e mediático. Porém, no contexto desta investigação, considera-se o plebiscito como um modelo de consulta direta feita ao povo, cuja matéria ainda não foi estabelecida oficialmente como lei, tal qual aconteceu em 19 de Março de 1933, para a formalização da Constituição do mesmo ano – a única que foi sufragada por plebiscito – e consolidar a captura do poder por Salazar através da instituição de um regime autoritário, ditatorial, anti-democrático, atomizado na fulanização do poder do seu líder e a sobreviver já sem ele, desde 1968, com a evolução na continuidade preconizada por Marcelo Caetano, até à noite de 24 de Abril de 1974. Relativamente ao referendo, tratamo-lo aqui como um mecanismo de participação direta dos cidadãos concebido através de uma consulta referendária, cuja finalidade é o povo recusar ou aprovar uma lei já constituída, como foram os casos aqui propostos e a analisar. Conforme nos elucida o Professor Adelino Maltez, a origem da palavra remonta “Do lat. *referendus*, coisa que deve ser relatada. Pergunta diretamente feita ao povo cuja resposta se toma vinculativa. Uma forma de democracia direta, admitida pela democracia representativa” (2014:370).

¹⁷ “ (...) O referendo pode resultar de iniciativa dirigida à Assembleia da República por cidadãos eleitores portugueses, em número não inferior a 60 000, regularmente recenseados no território nacional (...).

Tudo começa em 1926 com um golpe militar na cidade de Braga. Foi o início de uma ditadura militar até 1933. Portugal estava, mais uma vez, sob a alçada de uma grave crise financeira e dependência externa, fatores decisivos para o protagonismo alcançado então pelo Dr. António Oliveira Salazar, visto aos olhos da generalidade dos portugueses e do espaço mediático da época, como o mago da política económica e financeira em Portugal. Afirmava-se Salazar e a ditadura das finanças, sendo que o Estado Novo traduziu-se numa descontinuidade da história política nacional. Uma ruptura face a uma determinada tradição liberal proveniente do século XIX. Um regime autoritário que cultivou o alheamento generalizado dos cidadãos da política e dos assuntos públicos.

Os traumas da degenerescência plebiscitária são reconhecidos pelo Professor Adelino Maltez ao preconizar que “ Os defensores da democracia representativa temem a democracia plebiscitária, suscetível de degenerar em cesarismo. É assim com o estabelecimento do II Império em França, por Luís Napoleão. Também em Portugal, (...) Salazar faz aprovar a Constituição de 1933 através de um plebiscito nacional “ (2014:370). Deste modo e indo-se ao encontro das palavras de Filipe (2016 b), conseguiu-se sob a capa de um mecanismo de democracia direta, instaurar-se um regime de obscurantismo em Portugal, onde imperou durante quatro décadas, a repressão da liberdade individual de ação e pensamento político, conquistados com a Revolução de Abril em 1974.

Realizada em 19 de Março de 1933, esta consulta popular aos portugueses da época representou um artilho delineado por Salazar para atingir por este meio a legitimação dos seus fins, esquecendo-se por completo, o verdadeiro propósito da participação direta dos cidadãos. Tal como nos refere Rosas (1998: 187), “o voto era obrigatório, considerando-se como voto tácito concordante os abstencionistas que não provassem impedimento legal ” e o voto discordante ter a particularidade de ser expresso por escrito. Falseava-se um resultado que o poder político da época não queria que fosse propriamente livre, justo, transparente e democrático. Estávamos perante uma encenação realizada pelo regime, no entender de Cardoso (1993:187), “ uma farsa plebiscitária “, que integrou um sistema eleitoral de semblante duvidoso quanto à sua legitimidade e transparência, associado a um tipo de sufrágio censitário que limitava o voto aos eleitores chefes de família com idade mínima de 21 anos, que pagassem impostos, soubessem ler, escrever e contar e fossem, acima de tudo, leais ao regime, num processo onde raramente se incluíam mulheres.

Para reforçar a ideia de incapacidade política dos portugueses, Salazar, na sessão de 05 de Maio de 1932 do Conselho Político do regime, sublinhava o analfabetismo e imaturidade do povo da época para este tipo de eventos, porque não estava “ (...) na sua grande maioria,

apto para votar em perfeita consciência o texto completo da Constituição, o seu voto de confiança nos seus dirigentes”¹⁸. Estava então traçado o destino inculto de um povo que não discutia a Pátria, a Família nem Deus ou seja, o regime, e, como tal, ausente por completo da participação na vida política de Portugal.

Esta consulta plebiscitária foi constituída a partir de um universo eleitoral de 1.300.000 cidadãos com capacidade para votar e aprovou o novo texto constitucional com 719.364 votos a favor, 487.374 abstenções e votos em branco e finalmente, 5.995 votos contra. Nascia deste modo oficial, o Estado Novo que expirou aos 41 anos e cujo enquadramento constitucional situava a sede formal do poder no Presidente da República, mas a sede real desse mesmo poder, residia em Salazar, Presidente do Conselho de Ministros.

3.3. A experiência portuguesa no período pós 25 de Abril de 1974

3.3.1. Os referendos nacionais sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) – 28 de junho de 1998 e 11 de fevereiro de 2007 –

Em Portugal realizaram-se dois referendos nacionais facultativos em torno da despenalização da IVG e com a mesma pergunta feita aos cidadãos: “Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez ser realizada, por opção da mulher, nas 10 primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”¹⁹. A primeira consulta popular sobre esta temática foi efetuada no dia 28 de Junho de 1998. A segunda, quase nove anos depois, teve a data da sua realização em 11 de Fevereiro de 2007. Segundo Filipe, a efetivação destes dois referendos em Portugal perdurarão “na História como a mais relevante da experiência referendária portuguesa.” (Filipe, 2016 a:499).

A diferença no espaço/tempo entre a realização destes dois referendos foi refletida igualmente na dos indicadores anunciados pela CNE e visíveis nas Tabelas 3 e 4 em Anexo 3. É elucidativo que no segundo referendo, o SIM venceu o NÃO com uma diferença de 18,5%, enquanto no primeiro referendo, a distância não foi tão acentuada na vitória do NÃO, com a margem mínima de 1,79 %. Sublinhe-se a desigualdade no número de votantes entre os dois referendos pois o de 2007 comparado ao de 1998, resultou num aumento de 1.130.673 cidadãos eleitores (Gráfico 16, Anexo 3).

O processo referendário de 1998 envolveu não apenas os partidos com assento parlamentar na época – PS, PPD/PSD, PCP, CDS-PP, PEV –, como outros partidos exteriores ao Parlamento, nomeadamente dois (UDP e PSR), que viriam pouco mais tarde a ser a base

¹⁸ Acedido em <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/1933-plebiscito-a-constituicao/>, consulta a 08/07/15.

¹⁹ Acedido em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=28&mes=06&ano=1998&eleicao=re1> e <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=11&mes=02&ano=2007&eleicao=re1>, consultados a 09, 10 e 11/07/15.

ideológica e militante do BE, e uma plataforma política fundada por dissidentes do PCP (Política XXI). Dos outros partidos minúsculos envolvidos, assinalamos os históricos PCTP/MRPP e PPM. O reconhecimento oficial da CNE, quanto à participação direta na campanha deste referendo, incluía outrossim, 7 GCE. Pelo NÃO estavam 4: “ Vida Norte “, “ Juntos pela Vida “, “ Plataforma Solidariedade e Vida “ e “ Aborto a Pedido? Não! “. Do lado SIM, afirmavam-se três destes movimentos, cada qual com os seus signatários, mas curiosamente, com o mesmo lema: “ Sim pela Tolerância “²⁰.

A realização do primeiro referendo sobre a IVG salientou-se por ter sido acordado pelos dois partidos políticos portugueses do arco do poder. Havendo maioria parlamentar no sentido de despenalizar a IVG, a direção do PS, contrariando o sentido da proposta da sua ala parlamentar, veiculada no Projecto de Lei nº 451/VII e aprovada em sede de plenário da AR, comunicava precisamente no dia seguinte a este facto, ter feito “ um acordo com o PSD para a realização de um referendo sobre a despenalização do aborto, tendo como contrapartida um acordo sobre a composição do Tribunal Constitucional e a aceitação do PSD da possibilidade da realização em simultâneo dos referendos sobre a União Europeia e a regionalização. “ (Filipe, 2016 a: 467 – 468). Afinal, como nos escrevia Maquiavel há 500 anos, atrás do palco político, quando cai o pano após terminar o ensaio da representação eleva-se o preceito de que em política aquilo que parece é, porque o “ príncipe não precisa (...), de ter todas as qualidades enumeradas, mas convém que pareça que as tem “ (1976: 94-95).

Esta instrumentalização do referendo criada por um pacto de bastidores entre aqueles dois partidos de modo a atingirem os seus fins, associada à tradicional letargia política dos portugueses, ofuscaram a ação dos GCE. Para Filipe, estes movimentos sociais:

“ (...) não substituíram os partidos políticos enquanto principais mediadores entre a sociedade civil e o Estado. Não apenas porque a lei do referendo reservou um papel relevante para os partidos na campanha para o referendo, mas também porque (...) a cultura política tradicional portuguesa sobrepôs-se às possibilidades de um novo reportório democrático criado pelos referendos (...) e, (...) os eleitores refugiaram-se na abstenção “ (2016 a: 475-476).

De facto, outra realidade que não podemos deixar de salientar foi a existência de altas taxas de abstenção que nestes dois referendos se situaram na média dos 62,27%, valores

²⁰ Disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=28&mes=06&ano=1998&eleicao=rel>, consulta a 9,10 e 11/07/2015.

superiores aos anunciados nas eleições nacionais e supranacionais. Um fracasso relativamente à expectativa gerada em torno deste mecanismo de participação direta dos cidadãos numa tomada de decisão política. Acresce ainda, a excessiva confiança na vitória por parte dos apoiantes do SIM, desde logo baseada nas sondagens então disponíveis. A alta abstenção foi a responsável tanto pela vitória do NÃO em 1998, como a sua diminuição teve peso substancial na vitória do SIM em 2007. As taxas de abstenção apuradas relançam o debate sobre a desconstrução do mito de que este tipo de mecanismos de democracia direta resulta num aumento exponencial da participação dos cidadãos na democracia representativa. Bem pelo contrário, conforme nos comprovam os dados exibidos no Anexo 3.

Para além dos altos níveis de abstenção, também no primeiro referendo realizado em 1998, a campanha foi protagonizada pelo envolvimento fragmentado do PS, fruto da posição do seu líder António Guterres na orientação do voto NÃO. Era uma escolha contextualizada às suas convicções religiosas e de ser um católico praticante, indo ao encontro da inculcação da Igreja, dos partidos à direita e das forças conservadoras da sociedade civil, a exortarem o voto naquele sentido. A opção de Guterres veio enfraquecer as forças ideológicas sociais e políticas viradas à esquerda, nomeadamente o PCP, mas sobretudo, o próprio PS. Freire dando ênfase a estes acontecimentos, refere-nos:

“ um fraco empenhamento do PS na campanha, fruto das suas divisões internas. Pelo contrário, apesar de existirem também divisões no PSD, a vontade de derrotar o PS sobrepôs-se a tais divisões e a direita apresentou-se basicamente unida (...). O campo do «não» contou com um poderosíssimo aliado, a Igreja Católica, uma organização com fortíssima implantação no terreno “ (2008:48).

Também divididos ideologicamente sobre esta temática com numerosas problemáticas, estiveram na campanha para o referendo de 2007 os partidos deste período com assento parlamentar – PS, PPD/PSD, PCP, CDS-PP, BE e PEV – e outros novos e antigos partidos de fraco peso eleitoral: PPM, PNR, PH e POUS. O deputado António Filipe sublinha por outro lado, o aumento significativo de GCE, a constituírem-se fora da lógica partidária. “ Constituíram-se 19 grupos de cidadãos, sendo cinco pelo Sim e 14 pelo Não “ (2016 a: 492), a maioria destes últimos, associados à Igreja Católica.

Desta vez, José Sócrates, o líder de então do PS, envolve-se diretamente na campanha exortando à participação e ao voto no SIM, acabando por dar vínculo político ao resultado deste referendo. As tradicionais forças conservadoras perderam força pelas

indecisões e por falta de outra retórica para persuadirem o voto no NÃO. Freire, nesta linha de força, diz-nos que:

“ Quanto aos partidos, as principais diferenças residem nas mudanças de posição do PS e do PSD. No primeiro caso, há agora um claro empenhamento na despenalização da IVG, ao contrário do que se passou em 1998. Por outro lado, em 1998, o PSD defendeu abertamente o «não», mas agora apresentava-se sem posição oficial e sem indicação de voto “ (2008:53-54).

Em 2007, a quebra da abstenção inverteu a tendência do anterior referendo. Além disso, as forças políticas e sociais contra a despenalização da IVG, não conseguiram agora aglutinar no mesmo plano os seus habituais seguidores. Conforme anteriormente referido e indo ao encontro de Freire, “ O «não» não mudou de campo mas consentiu a vitória do «sim» abstendo-se mais. “ (2008:64-65). Nesse ano, os partidos políticos saltaram novamente para a ribalta do protagonismo, e segundo o mesmo autor:

“ mais empenhados na contenda, exceptuando talvez o PSD (...). Ou seja, dos referendos de 1998 para o de 2007 parece ter havido um efeito de aprendizagem cívica por parte dos vários intervenientes (...) na utilização deste instrumento típico da democracia participativa, nomeadamente incorporando (...) em 2007, lições extraídas dos erros cometidos em 1998. “ (2008:16).

3.3.2. O referendo nacional sobre a Regionalização – 08 de novembro de 1998 –

No ano de 1998, dia 08 de Novembro, foi realizado um novo referendo a nível nacional – o segundo deste ano –, agora sobre outro tema que continua ainda hoje vivo, fraturante e a bipolarizar o campo ideológico e as conveniências dos portugueses: a Regionalização. Sublinhe-se que a criação das regiões administrativas foi inscrita na redação da CRP em 1976 com alterações de texto e artigo após as RC de 1982 e 1989, fixando-se de momento no Art.º 255º.

É um assunto longe de estar encerrado. Ainda hoje se ouvem vozes políticas sobre a hipótese de se reabrir o processo da Regionalização com um novo referendo nacional, no sentido de dar corpo a uma divisão administrativa e territorial de Portugal distinta da atual com 11 Regiões Geográficas, 18 Distritos e 2 Regiões Autónomas. Vários argumentos assentam na complexa questão das assimetrias nacionais. Elas continuam, nas reflexões do Professor Óscar Barata, a ser obstáculos à capacidade de desenvolvimento de todo o País pois como é público, prevalece em Portugal:

“ (...) diferenças de bem-estar e desenvolvimento económico tais que permitem a uns, nos distritos do litoral entre Setúbal e Braga e na costa do Algarve, viver com acesso a muito do melhor que a sociedade moderna pode oferecer, enquanto outros em áreas extensas dos distritos do interior e do sul se vêem sujeitos a limitações de vida e a privações que temos de reconhecer impróprios nos tempos em que vivemos “ (2000:12).

Continuam a fazer fé o sentido destas palavras.

Os dados apresentados pela CNE ²¹ (Tabela nº 5, Anexo 3), dão-nos a significativa vitória do NÃO (60,87%) sobre o SIM (34,97%), uma diferença de 25,88% traduzida com 1.079.690 votantes que responderam à pergunta lançada de âmbito nacional “Concorda com a instituição em concreto das Regiões Administrativas?” ²². Comparando-se estes dados com os do segundo referendo sobre a IVG, notamos que o da Regionalização acolheu mais 330.923 votos (Gráfico 17, Anexo 3). Neste ato eleitoral realizado poucos meses depois do primeiro referendo sobre a IVG, é patente que entre os três referendos nacionais realizados em Portugal no período pós 25 de Abril de 1974, o da Regionalização obteve o maior índice de participação eleitoral. O assunto levantado envolvia diretamente a vida e os interesses nacionais, regionais e locais dos portugueses. Ouviam-se até algumas correntes de opinião com o receio de que num pequeno país como o nosso, houvesse o risco de brechas relativamente à unidade nacional e por consequência no Estado e na própria independência de Portugal. Relativamente à segunda pergunta deste referendo – “Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de Recenseamento Eleitoral?” – ²³, agora virada para o espaço regional, a incidir nas oito regiões propostas – Entre Douro e Minho, Trás – os – Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Setúbal, Alentejo, Algarve –, verificou-se novamente a vitória do NÃO (58,92%) sobre o SIM (33,25%), a significar mais 25,67 % e 1.070.886 eleitores (Tabela 6, Anexo 3). Esta segunda pergunta deixou automaticamente de ter viabilidade institucional, a partir da derrota do SIM na primeira questão de âmbito nacional.

Segundo os indicadores da CNE, participaram na campanha eleitoral deste referendo, os 5 partidos com assento parlamentar na VII Legislatura (1995-1999) – PS, PPD/PSD, CDS-PP, PCP e PEV –, 9 partidos exteriores àquele plenário mas com voz ativa pelo SIM e pelo NÃO – MPT, MUT, PCTP/MRPP, PDC, PPM, PSN, PSR, Política XXI, UDP –, e ainda, 20

²¹ Acedido em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=08&mes=11&ano=1998&eleicao=re2a>, consulta a 9,10 e 11/07/2015.

²² Idem, Ibidem.

²³ Idem, Ibidem.

GCE, onde se confrontavam 9 pela resposta SIM e 11 pela resposta NÃO. Comprovou-se assim, o aumento dos GCE em relação aos outros dois referendos, uma realidade que ninguém pode refutar, apesar de ficarem novamente aquém das expectativas otimistas geradas em torno da participação e mobilização cidadã, até porque, a alta taxa de abstenção situou-se em 51,71%, isto é, 4.465.743 abstencionistas. Apesar de uma ligeira descida da abstenção em relação ao anterior referendo sobre a IVG, a participação eleitoral continuou baixa. Continuaram notórias as clivagens partidárias e das suas elites dirigentes, agora também em torno desta temática igualmente com extensas problemáticas, a suscitar mais uma vez nos cidadãos nacionais, perplexidades, receios sobre as consequências de todo este processo e falta de motivação para estarem presentes neste ato eleitoral.

Sobre o número de regiões administrativas para Portugal, as roturas partidárias afirmavam-se. O PCP propunha 8 regiões, o PS 9. O PPD/PSD e CDS-PP liderados então por Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas, opunham-se frontalmente à Regionalização e viam na realização deste referendo, uma oportunidade para a travar, apesar de que dentro das suas bases militantes, essencialmente do interior regional, também existiam partidários da Regionalização. Mas as divisões partidárias mais polémicas estiveram novamente a cargo do PS, o principal obreiro da iniciativa desta consulta popular. Foi o caso mediático em que Fernando Gomes apareceu em destaque. Militante de longa data dos socialistas e acérrimo defensor da Regionalização, o ex- Presidente da Câmara Municipal do Porto tornou público o seu desapontamento pela forma inconcebível, como a direção do partido liderada por Guterres tinha conduzido o processo, levando o PS e todos os adeptos da Regionalização a uma pesada derrota. Inconformado, Gomes declarou:

“ Quando faço a retrospectiva do que se passou, apenas um momento me deixa particularmente triste. Foi quando a direção nacional do PS entendeu levar por diante, de uma forma tão pouco cuidada - para não dizer coisas piores - o processo de regionalização. E ao aceitar o referendo nacional, tivemos aquela tremenda derrota. Tremenda derrota do país e tremenda derrota no Norte “²⁴ .

Não podemos também deixar de salientar outro facto, a revelar-nos caminhos inexplicáveis na condução e organização deste referendo. Falamos na abstração do eleitorado dos Açores e Madeira, revelada nos níveis superiores de abstenção em relação aos já de si altos do continente. Na visão de António Filipe, “ Não estava em causa a criação de nenhuma

²⁴ Acedido em https://www.rtp.pt/noticias/politica/fernando-gomes-responsabiliza-ps-pela-derrota-no-referendo-da-regionalizacao-em-1998_n801285, consulta a 12/06/16.

região administrativa no território das regiões autónomas, pelo que os cidadãos aí recenseados (...) naturalmente, alhearam-se “ (2016 a: 543).

Jorge Sá, numa alusão crítica ao referendo marcado para quase um ano depois, alertava-nos “ que o referendo a nível nacional sobre esta matéria coloca as regiões em que a vontade de regionalizar é intensa na dependência de outras em que pode ser menor “ (1997:43). Freire e Baum (2001:168) no entanto não entram no mesmo diapasão. Para estes autores, não podemos de maneira alguma pôr de lado “ que a regionalização poderá ser adequada para um país como Portugal, pois as identidades regionais coexistem em aparente harmonia com uma forte e estável identidade nacional. “ ²⁵ Todavia, as diversas correntes de ideias sobre este polémico assunto, não apagam o facto de estarmos mais uma vez, perante um insucesso na utilização deste mecanismo de democracia direta ao dispor dos cidadãos nacionais.

3.3.3. Iniciativa Legislativa Popular: a Petição nº 495/X/3ª

“A ortografia é um fenómeno da cultura, e portanto um fenómeno espiritual. O Estado nada tem com o espírito. O Estado não tem direito a compeli-me, em matéria estranha ao Estado, a escrever numa ortografia que repugno, como não tem direito a impor - me uma religião que não aceito” (1993:119). Esta citação visionária de Fernando Pessoa traduz no fundo, o estado de consciência de um número considerável de cidadãos portugueses que aderiu a uma petição iniciada em 2008 com características algo especiais. Os números de assinaturas que envolveram esta Petição, jamais observadas em Portugal, deram-lhe força jurídica para baixar ao Plenário da AR. Estes signatários estavam indignados pela forma como o AO de 1999 estava a ser instrumentalizado pelo poder político, pois consideravam estar-se a desmontar as normas de uma língua com peso na cultura dos povos dos cinco continentes, uma das 6 mais faladas a nível mundial, com 224 milhões de falantes ao nível da CPLP, a corresponder a 3,7 % da população mundial (Gráficos nºs 18, 19, Tabela nº 7, Anexo 4), dados extraídos do Observatório da Língua Portuguesa e do Banco Mundial. ²⁶

Ao recolher um elevado número de assinaturas, a visibilidade de uma petição ganha peso político e social e maior será a probabilidade do seu impacto no espaço mediático, nos partidos políticos e nas suas elites dirigentes, em especial nas forças partidárias do arco do poder e no seio dos outros partidos também com representação parlamentar. A Petição a

²⁵ André Freire e Michael A. Baum, acedido eletronicamente em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2654642.pdf>, consulta a 10/05/2016.

²⁶ Acedido em <http://www.observalinguaportuguesa.org/pt/dados-estatisticos/as-linguas-mais>, consulta entre 08/04/16 e 10/05/16. e <http://data.worldbank.org/>, consulta a 08/06/16.

analisar não fugiu a esta regra, pois constitui-se num modelo de manifestação popular demonstrativo da vontade dos cidadãos, funcionando ao mesmo tempo, como um instrumento de pressão sobre o poder político em Portugal. Deu-se então registo normativo a uma petição pública, um outro instrumento de democracia direta ao dispor da democracia representativa.

A Petição nº 495/X/3ª discutida em plenário da AR em 2009 – um acontecimento que na época, foi aludido por Vasco Graça Moura como o “triunfo da petição!”²⁷ –, mobilizou para o mesmo lado, figuras distintas de diversos quadrantes políticos, desde Manuel Monteiro, Manuel Alegre, Vasco Graça Moura, Zita Zeabra etc. . Promoveram-se debates, fóruns, e houve acima de tudo, exercício dos direitos de cidadania. A Petição baixou à AR, foi colocada em sede de Plenário, onde se reconheceu ter havido algumas precipitações, todavia, sem se enunciar responsáveis. Este movimento cívico foi com o tempo ganhando simpatizantes, tendo conseguido pelo menos, influenciar a tomada de decisão para que a concretização do AO obedecesse a outros princípios e orientações. Entretanto, no fim do mês de Abril de 2008, a Petição estava pronta para ser presente na AR com 17.500 assinaturas.

A Petição que descrevemos vinha no seguimento de pareceres datados de 2005, do Instituto Camões, Associação Portuguesa de Linguística, Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, favoráveis à prudência e que o AO fosse devidamente reavaliado. Em 27 de Junho de 2008 tinha-se chegado às 75.000 assinaturas, suficientes na época para produzir uma iniciativa legislativa a poder terminar em referendo (Art.º16/Lei nº15-A/98, de 03 de Abril). Estes cidadãos signatários liderados por Graça Moura – o principal mentor deste processo –, exortavam os portugueses a participarem nesta Petição e não poupavam os partidos do arco do poder, porque na verdade:

“75.000 assinaturas, (...) equivalem à fundação de 15 partidos políticos. Nas eleições directas do PS de 2004 votaram cerca de 36.000 militantes inscritos, dos quais cerca de 28.000 votaram no actual Primeiro-Ministro. Nas eleições directas do PSD de 2008 votaram cerca de 45.400 militantes, dos quais cerca de 17.000 votaram na actual Presidente do partido. Se os votos de 45.000 cidadãos portugueses (...) são suficientes para escolher o futuro 1.º Ministro de Portugal, 75.000 assinaturas deveriam ser mais do que suficientes para

²⁷ Acedido on-line em <http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.pt/2009/04/vasco-graca-moura-o-triunfo-da-peticao.html>, consulta a 08/06/2016.

parar este Acordo (...) “ (Em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico, 2008) ²⁸.

O crescimento da Petição não parava (Gráfico 20, Anexo 4). No mês de Março de 2009, já se contavam 100.201 assinaturas legais e em 13 de Abril desse ano, estavam reconhecidas oficialmente 107.321. No mesmo mês, dia 26, subiram para 110.758 e Feliciano Barreiras Duarte, autor e deputado relator do Relatório Final da 12^a Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura de 08 de Abril de 2009, remetido ao Presidente da AR e publicado posteriormente no Diário da AR, tendo em vista a sua apreciação em Plenário, resumia assim neste Relatório, a importância do contexto e do interesse nacional desta Petição, recomendando aos responsáveis do executivo, legislativo e judicial que deveriam dar atenção aos novos pormenores e factos levantados :

“ Por tudo isto, muitas das preocupações e sugestões dos peticionários deverão ser tidas em conta, de forma a permitir uma operacionalização e implementação do acordo ortográfico que salvguarde a melhor defesa da cultura e língua portuguesa. (...) Esta petição, concordando-se com a totalidade ou só com algumas das suas partes, com os seus objectivos, merece elogio parlamentar positivo, porquanto ao abrigo do Direito de Petição, consagrado constitucional e legalmente, veio contribuir para o debate e para a chamada de atenção de uma matéria de relevante interesse público “ (2009:24).

O debate parlamentar sobre o AO pela força desta Petição, acabou por se realizar em 21 de maio de 2009. Neste dia, contou oficialmente com 113. 206 assinaturas e em Julho, no seguimento de um processo que não parou por aqui, reuniu 121.000 subscritores. Esta Petição, dado o número significativo de peticionários, poderia ter sido tomada em conta pelo poder legislativo, no sentido de propor ao PR dar voz ao povo através da realização de um referendo nacional. Sobre esta possibilidade, no entender de Montalvão Machado, na entrevista em Apêndice 5, “ (...) é prova de que não houve vontade política. (...) Portanto (...), deveria ter mesmo seguido o caminho lógico do referendo. Seria isso que fazia sentido, ainda por cima, cumprindo na íntegra, tudo aquilo que está estipulado em termos de legislação. ” (2016:CXIV-CXV). Também o deputado socialista e Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior em Lisboa, Miguel Coelho, noutra entrevista a nós concedida em Apêndice 3, apesar de discordar da realização de referendos para temas como a IVG e Regionalização, partilha a mesma posição: “Se a Petição requereu o número de assinaturas

²⁸ Acedido on-line em http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.pt/2008/06/petio-contra-o-acordo-ortografico_28.html, consulta a 12/06/2016.

para ir a referendo, eu acho que devia ir a referendo, conforme o que está na Constituição” (2016:LXXX), mas a verdade, é que tal não veio a acontecer.

3.3.4. Os referendos locais

De 1990 a 2014, foram submetidas à apreciação da jurisprudência do TC, no sentido de este se pronunciar acerca da legalidade e constitucionalidade do ato, 44 propostas de referendo local, onde 39 foram recusadas e somente 5 foram acreditadas dentro dos tramites legais, a apontarem uma média de 42% de participação cidadã. As deliberações requeridas pelas instituições autárquicas versaram matérias de interesse local que incluíam, criação, integração e transferência de freguesias, construção de infraestruturas, demolição de antigas estruturas, dias dos feriados da autarquia, construção de troços de estradas, desenvolvimento de áreas protegidas, corridas com touros de morte, manutenção de linhas férreas, instalação de unidades industriais etc.

Sendo assim, o primeiro referendo local, realizado em Portugal, teve lugar na Freguesia de Serreleis do município de Viana do Castelo em 1999. À pergunta lançada aos 947 cidadãos eleitores inscritos “ *concorda com a construção de um campo de jogos para desportos diversos (polidesportivo) na parte de trás do Salão Paroquial de Serreleis?*” (Filipe, 2016 a: 359-360), 351 eleitores votaram SIM e 366 optaram pelo NÃO. Estiveram presentes neste ato eleitoral, 726 votantes, a significar 76,66%.

O segundo referendo local realizou-se no município de Tavira (1999) . Participaram neste ato eleitoral 7.585, dos 20.948 cidadãos recenseados, a traduzir-se na percentagem de 36,2%. À pergunta “ *concorda com a demolição do antigo reservatório de água (desativado) do Alto de Santa Maria?* ” (Filipe, 2016 a: 360), escolheram o SIM, 2.671 eleitores, a corresponder a 35,2% e o NÃO, 4.122 ou seja, 54,4% dos cidadãos participantes.

A terceira destas consultas populares efectuou-se no município de Viana do Castelo (2009) com esta pergunta: “ *concorda que o município de Viana do Castelo integre a Comunidade Intermunicipal Minho-Lima?*” (Filipe, 2016 a: 360-361). De um universo constituído por 88.114 pessoas recenseadas, 9.934 (37,80%) preferiram o SIM, 16.347 (62,20%) votaram NÃO.

O quarto referendo local aconteceu no município do Cartaxo (2011) com 20.886 cidadãos inscritos no recenseamento. Responderam SIM, 122 eleitores correspondentes a 4,68 % e NÃO, 2.484, a traduzir-se numa esmagadora maioria de 95,32% de votantes, num ato eleitoral com uma baixíssima percentagem de participação: 12,59 % a significar apenas, 2.629 eleitores votantes. A pergunta solicitada era se os cidadãos desta localidade concordavam com a contratualização por parte da Câmara Municipal do Cartaxo para “ *a concessão de*

exploração do parque de estacionamento coberto, e de mais 620 lugares de estacionamento dispersos nas ruas circundantes ao centro urbano, por um prazo de 30 anos a uma empresa privada “ (Filipe, 2016 a: 362-363).

Finalmente, o quinto e último referendo local teve a sua realização na freguesia de Milheirós de Poiares (2012) pertencente ao concelho de Santa Maria da Feira. À pergunta feita ao povo por este órgão autárquico “ *concorda com a integração da freguesia de Milheirós de Poiares no concelho de São João da Madeira?* “ (Filipe, 2016 a: 363-364) participaram dos 3.283 cidadãos recenseados, 1.773 ou seja, uma taxa percentual de 54%. O SIM conquistou uma esmagadora vitória com 1.417 votantes, equivalentes a 81%, contra os 329 cidadãos (19%) que votaram NÃO. Sublinhe-se que o conjunto dos dados destes 5 referendos locais, foram lançados em conformidade com a Tabela nº8, do Anexo 5, resultante de uma pesquisa feita à obra publicada em 2016, da autoria do Professor e Deputado António Filipe, “*O Referendo na Experiência Constitucional Portuguesa*”.

3.3.5. Os casos das 2 consultas populares locais na Junta de Freguesia de Campolide (Lisboa)

As 2 consultas populares locais – um género de mini referendos –, realizadas na Junta da Freguesia de Campolide em 09/10 de Julho de 2012 e 4/5 de Março de 2015 (dias de semana), com urnas abertas entre as 14 e 22 horas, foram consumadas durante a vida de dois ciclos autárquicos – 2009-2013/2013-2017 – liderados pelo mesmo presidente desta autarquia e nosso entrevistado em Apêndice 6, o Dr. André Couto do PS. Estas consultas não pertencem propriamente aos trâmites processuais que ancoraram constitucional e legalmente os 5 referendos locais analisados anteriormente. Efetivamente elas tiveram alguns contornos *sui generis*, pois destinavam-se na verdade, a auscultar a posição dos residentes de duas distintas artérias da Freguesia, de modo a transmitirem ao executivo da Junta uma opinião orientadora para a sua tomada de decisão. Os resultados não foram vinculativos, mas em ambos, este executivo autárquico teve-os politicamente em conta.

No primeiro destes dois processos fomentados por esta Junta através de convocatórias deixadas nas caixas de correio, entre a escolha da construção num terreno baldio situado na Avenida Miguel Torga de um jardim ou de um parque de estacionamento “ A população da freguesia de Campolide, em Lisboa, decidiu construir um jardim (...). (...) A vontade dos moradores foi expressiva: cerca de 67% escolheu a criação de um espaço verde

(...) “ (Público, 2012) ²⁹. Conforme nos referiu o Dr. Couto, o executivo orgulhou-se pelo facto do jardim ter sido uma realidade, de acordo com os prazos formais da obra, concretizada poucos meses depois daquela auscultação popular (2016:CXXVIII). Já quanto à participação dos residentes, o Boletim oficial da Junta relativo a Setembro de 2012, informa-nos: “ Depois dos dois dias de votação, (...) foram apurados 130 votos e o resultado foi uma expressiva votação em favor do Espaço Verde: Espaço Verde - 77 votos; Parque de Estacionamento - 49 votos; Brancos - 4 votos ” ³⁰, resultando segundo André Couto, a participação de 33% dos eleitores desta zona de Campolide, a exceder as expectativas iniciais do executivo, que andavam à volta dos 10%. Na sua ótica, este tipo de aferição popular local pode servir para responder em parte, à crise da qualidade democrática do País: “ Aquilo que nós pensamos (...), foi (...) iniciarmos experiências que invertessem esta crise (...). Explicar às pessoas que (...) a sua participação democrática é importante “ (2016: CXXVII). Foi um processo iniciado por um abaixo-assinado dos moradores daquela artéria de Campolide, que “ (...) continua a ser curiosamente, um mecanismo que a população emprega com efeito algo mobilizante muito para além da influência dos partidos políticos, apesar de haver alguns abaixo-assinados que têm a sua origem “ (Idem, Ibidem). No remate final deste inovador processo eleitoral local, Couto garantia-nos ao Público (2012): “ Vamos continuar com este tipo de experiências ” ³¹. E o prometido foi devido.

Todavia, se no cômputo geral, a consulta popular de 2012 não trouxe no seu rescaldo críticas contundentes à sua realização e sobre o resultado final da participação cidadã, já na segunda de 2015, sobre a requalificação do pavimento de passeios numa zona antiga de Campolide, não se pode dizer o mesmo. Este facto foi sentido com antecedência por André Couto: “ Eu já sabia que estava provavelmente a comprar aqui uma guerra com algumas consequências. (...) quando lancei esta consulta popular local, mesmo sabendo que iria ter espinhos para mim, foi até certo ponto propositado, porque eu acho que era (...) oportuno, lançar-se este debate na sociedade “ (2016:CXXIX). E sobre a aludida fraca participação, Couto assumia ainda o facto de ter havido no conjunto deste processo “ um erro de comunicação ” ³² , porque esta consulta dirigia-se apenas aos residentes desta área de

²⁹ Acedido <https://www.publico.pt/2012/07/12/local/noticia/lisboa-moradores-escolhem-construir-jardim-em-campolide-num-referendo-local-1554632>, consulta a 17 de Abril de 2016.

³⁰ Boletim da Junta de Freguesia de Campolide, N.º 45, Ano XII, Setembro de 2012, p.5.

³¹ Acedido em <https://www.publico.pt/2012/07/12/local/noticia/lisboa-moradores-escolhem-construir-jardim-em-campolide-num-referendo-local-1554632>, consulta a 17 de Abril de 2016.

³² Acedido em <http://www.dn.pt/portugal/interior/movimento-pede-anulacao-de-referendo-sobre-calcada-ao-tribunal-constitucional-4439682.html>, consulta a 18 de Abril de 2016.

Campolide e não ao total de eleitores aqui recenseados. Com efeito, poderá ter havido no resultado final deste mini referendo, informação prestada, indevidamente deturpada. O destacado pela generalidade dos órgãos de comunicação social foi que, de um universo eleitoral de 15.000 cidadãos recenseados, votaram apenas 349 pessoas e destas, 61,5% decidiram-se pelo piso liso ou continuo em substituição da calçada tradicional e 38,5% decidiu-se pela tradição.

Foi um processo controverso, com apoios, reações positivas, mas também críticas, algumas delas abrasivas, feitas principalmente com o propósito da desvinculação oficial desta consulta popular local, perante o mediatismo dos órgãos de comunicação social, após conhecidos os resultados finais. Estes protestos partiram de um movimento de cidadãos, o Fórum Cidadania Lisboa, dos partidos e coligações da oposição, representantes em minoria na Assembleia desta Freguesia – 3 membros da Coligação Sentir Lisboa, formada pelo PPD/PSD, CDS-PP e MPT e 1 membro da CDU, contra os 6 do PS –. Ao consideraram ilegal e falacioso todo este processo, enviaram diversas queixas ao TC, à CNE e à Provedoria da Justiça que na voz escrita do seu Provedor achou todo este processo com o objetivo de o invalidar juridicamente, por ele estar associado a pormenores inconstitucionais algo insensatos, conforme certificado pela “ Recomendação n.º 1/A/2016 “, datada de 08 de Abril, feita ao Presidente da Junta de Campolide e reproduzida em Anexo 6.

André Couto, numa entrevista ao Diário de Notícias, refutando interpretações negativas deste consulta popular local – com duas perguntas para a opção de uma: “ qual a sua preferência de tipo de pavimento a colocar nas ruas da Freguesia que a Junta de Freguesia de Campolide vier a intervencionar ? a) Calçada, tradicional, à semelhança do que já existe; b) Outro tipo de pavimento contínuo, mais moderno e seguro.” –, defendia que as ações levadas a cabo por aqueles ruídos propagados na comunicação social não tinham “qualquer tipo de fundamento” ³³. Couto reforçava a sua linha de ação baseado nos valores da participação cidadã, ao convocar a população a aderir a este tipo de escrutínio popular, sabendo ao mesmo tempo, que neste género de ato eleitoral nada consegue ser perfeito e nem sempre tudo corre como idealizado: ”

(...) nós quisemos lançar para a população (...), este desafio de participação. Dar-lhes essa oportunidade. Chamar as pessoas que vivem nestes locais a pronunciarem-se (...) e a dizerem da sua justiça sobre problemas que as afeta diretamente. Depois foram os resultados que se viram. É muito pouco, deveria ser mais? Claro que sim. (...) agora há

³³ Idem, Ibidem.

aqui fatores que nós não podemos esquecer. (...) esta é uma consulta local que não tem uma campanha nacional, e isso é refletido nos jornais, na TV (...). Só começou a haver algum barulho, quando esses movimentos mais tradicionalistas como o Fórum Cidadania que sabiam da realização desta consulta popular, mas só se pronunciaram depois de saberem o resultado. (...) havia um regulamento que nós aprovámos e que regulava todo este procedimento, e era perfeitamente legítimo eles poderem vir aqui apresentar reclamações, tentar impugnar o ato, chamar a polícia ou registar alguma anomalia acontecida durante o ato eleitoral. Não, não houve nada disso. (...) o ato eleitoral decorreu, eu diria, sem macula. “ (2016: CXXX-CXXXI).

E quanto às recomendações cáusticas feitas pelo Provedor da Justiça, ao executivo liderado por André Couto, este também não se recusou a usar com firmeza, os seus legítimos direitos de resposta:

“ (...) eu pensei e vou responder-lhe que dentro da minha autonomia, tenho todo o direito em ouvir as pessoas da minha Freguesia, (...) da forma que eu entender e como uma forma de os incentivar a participar, e sinceramente, não reconheço a nenhum órgão, imposições desta forma numa democracia. (...) vou-lhe explicar que entendo como um direito perfeitamente legítimo, ouvir a população da minha Freguesia. “ (2016: CXXXVI).

Noutra ocasião, no Boletim Informativo desta Junta, agora referente ao mês de Maio de 2015, Couto, quando confrontado porque não tinha sido escutada a AF nesta matéria, era peremptório: “ criámos uma regulamentação própria, (...) com o envolvimento da CML. (...) Não há nada na AF que dissesse que esta questão tinha de ser analisada lá, e nós tivemos o cuidado de convidar todos por igual para o debate, para a votação “³⁴.

Numa breve síntese deste subtítulo, é perceptível noutra sede de participação direta dos cidadãos no processo de tomada de decisão, agora local, novamente fraturas políticas, sociais e até institucionais que vieram por em causa a legitimidade de um processo que valha a verdade, não consigna impedimento legal de um presidente de junta de freguesia, aferir a opinião dos residentes de determinada artéria local sobre um assunto relevante que lhes toca diretamente, no sentido de orientar a decisão executiva. Foi perceptível a existência de forças de bloqueio, como frontais opositoras a este tipo de dispositivos de democracia direta à disposição da democracia representativa, só contrariadas pela persistência do executivo chefiado por André Couto que recusou a tradição do nosso *satus quo* político e institucional.

³⁴ Boletim da Junta de Freguesia de Campolide, N.º 65, Ano XIV, Maio de 2015, p.7-8.

3.3.6. Os Orçamentos Participativos em Portugal e as experiências de Lisboa

Os OP gerais de base territorial em Portugal – aqueles que circunscrevem os territórios de cada Concelho ou Freguesia –, iniciaram-se no ano 2002 em Palmela, Município que até à presente data, apenas interrompeu esse ciclo nos biénios 2009/2010 e 2012/2013. Consumava-se assim, o batismo no País de um novo modelo de governação local oriundo da cidade de Porto Alegre, com um mecanismo de democracia direta, a convidar os cidadãos para participarem diretamente na tomada de decisão das suas localidades. Um processo cujo fomento, divulgação e regulamentação, está sob responsabilidade das autarquias locais que dão a palavra às populações no sentido de estas proporem projetos de interesse da comunidade.

De acordo com os dados obtidos das entidades nacionais responsáveis pelo estudo dos OP em Portugal, sabe-se já, que para o biénio 2016/2017 – porque o início e fim do processo tem a duração de 2 anos –, estão disponíveis 17 milhões de euros a serem distribuídos pelos OP constituídos em Portugal. Além disso, é notório desde o começo deste processo, o crescimento participativo do número de cidadãos e evolução da qualidade criativa dos projetos. E comparando o nosso País com o Mundo, o Guia de Disseminação dos OP em Portugal ³⁵ regista – nos “ no final de 2015 a mais elevada percentagem de municípios a nível mundial (...) “ (2015:9).

Segundo os dados apontados pelo Observatório Nacional dos Processos de Democracia Participativa em Portugal, ³⁶ realizaram-se no biénio 2015/2016, 118 OP em Portugal, 85 municipais, 33 no âmbito de freguesias, 110 de tipologia deliberativa, 8 de vertente consultiva (Tabela 9, Anexo 7), indo-se portanto ao encontro da 2ª geração de direitos, a impor-se a partir do ano de 2007. A Associação In Loco no site da Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, (2016) refere-nos que “ Só em 2016, Portugal contou 50 novos Orçamentos Participativos “ ³⁷ . Dos 18 Distritos e 2 Regiões Autónomas, Lisboa apresenta-se como a campeã dos OP em Portugal, com 22, a uma larga distância de todos os outros, conforme se observa no Gráfico 21 do Anexo 7 deste trabalho. Curioso e relevante para o nosso estudo é o facto de alguns regulamentos destes OP preverem a abertura da participação, a cidadãos residentes oficiais com idades a partir dos 16 anos. Pela

³⁵ O Guia de Disseminação dos OP em Portugal é um documento da Rede de Autarquias Participativas germinada no projeto denominado de “ Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal ” e cuja coordenação encontra-se a cargo da Associação In Loco, uma entidade que divulga o desenvolvimento da cidadania de base local, criada em 1988, reconhecida oficialmente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional em 1991, e que tem atualmente como Presidente de Direção, o Mestre Nelson Dias.

³⁶ Uma instituição com funções de consultoria e monitorização dos OP realizados em Portugal e que se encontra sob responsabilidade da Associação In Loco. Disponível em <http://www.portugalparticipa.pt/Monitoring>, consulta a 20/21/22 de fevereiro de 2017.

³⁷ Acedido em <http://www.minhaterra.pt/orcamentos-participativos-em-alta.T12849.php>. Consulta a 31 de janeiro de 2017.

informação recolhida naquele Observatório, conseguimos contabilizar 20 Municípios e 5 Freguesias nestas condições ³⁸. Podemos ainda adiantar que a faixa etária mínima de acesso à participação nestes OP, baixa até aos 15 anos em 2 Municípios e 1 Freguesia ³⁹.

Em paralelo com a realização dos OP gerais de base territorial, podem também acontecer os OP jovens. No biénio 2015/2016, foram observados neste setor 16 OP municipais e 1 de freguesia ⁴⁰. Também pode acontecer não existirem OP gerais de base territorial, mas unicamente OP jovens. Nesta situação, foram identificados 18 Municípios e 1 Freguesia⁴¹. Face à especificidade regulamentar deste género de OP, o acesso à participação pode compreender vários escalões de idades, com intervalos que vão desde dos 10 aos 30 anos (Trofa), dos 12 aos 17 anos (Alenquer), dos 12 aos 30 anos (Estarreja, Belmonte, Tábua, Tomar), dos 14 aos 30 anos (Felgueiras), dos 14 aos 35 anos (Braga, Rio Maior), dos 15 aos 20 anos (Famalicão), dos 15 aos 35 anos (Vila Nova de Cerveira), dos 16 aos 19 anos (Gaia), dos 16 aos 35 anos (S. Teotónio, Alfândega da Fé, Oliveira do Hospital, Condeixa – a – Nova, Horta) dos 18 aos 30 anos (Santo António dos Olivais) e dos 18 aos 35 anos (Bragança).

Também não podemos deixar de assinalar, os indicadores relativos aos OP gerais de base territorial suspensos (Tabela 10, Anexo 7). Deste modo, foram sinalizados 24 municipais, 12 de freguesia⁴², 9 com tipologia deliberativa, 28 consultiva, um padrão a ligar-se diretamente à 1ª geração de OP, a impor-se, como anteriormente descrito, no período 2000-2006. Apesar de tudo, “ (...) de 209 processos iniciados, 54% continuam ativos “ (Associação In Loco / Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, 2016). À cabeça dos OP suspensos por Distrito, encontra-se Setúbal com 6, seguindo-se Beja, 5, Faro, Viana do Castelo e Porto 4, Lisboa, Santarém e Região Autónoma dos Açores, 3, Braga, 2, e com 1,

³⁸ Os 20 Municípios são: do Distrito de Aveiro, S. João da Madeira, Ovar e Águeda, do Distrito de Beja, Aljustrel e Odemira, do Distrito de Braga, Braga, Cabeceiras de Basto, Póvoa do Lanhoso, do Distrito de Castelo Branco, Proença-a-Nova, do Distrito de Coimbra, Lousã e Penacova, do Distrito de Faro, Loulé, do Distrito da Guarda, Manteigas, do Distrito de Leiria, Nazaré, Pombal e Leiria, do Distrito de Santarém, Torres Novas, do Distrito de Viana do Castelo, Caminha, do Distrito de Viseu, S. Pedro do Sul, da Região Autónoma dos Açores, Santa Cruz da Graciosa e Ponta Delgada.

As 4 Freguesias pertencem todas ao Distrito de Lisboa : Aqualva do Concelho de Sintra, Arroios, Penha de França e Olivais, do concelho de Lisboa.

³⁹ A Freguesia de S. Martinho do Concelho do Funchal e os 2 Municípios são: do Funchal na Região Autónoma da Madeira e Vila Nova da Cerveira pertencente ao Distrito de Viana do Castelo.

⁴⁰ Municipais: Estarreja, Braga, Bragança, Mirandela, Vila Nova de Poiares, Lousã, Reguengos de Monsaraz, Guarda, Caldas da Rainha, Alenquer, Odiveias, Torres Novas, Tomar, Vila Nova de Cerveira, Viseu e Ponta Delgada. De freguesia: S. Teotónio do Concelho de Odemira.

⁴¹ Municípios: Miranda do Douro, Alfândega da Fé, Belmonte, Oliveira do Hospital, Tábua, Condeixa – a – Nova, Miranda do Corvo, Trofa, Lousada, Amarante, Felgueiras, Gaia, Valongo, Rio Maior, Alcanena, Vila Pouca de Aguiar, Horta e Lagoa. A Freguesia é a de Santo António dos Olivais do Concelho de Coimbra.

⁴² Os OP municipais são: Aveiro (Distrito de Aveiro), Castro Verde, Mértola, Serpa, Alvito, Almodôvar (Distrito de Beja), Vila Verde, Vieira do Minho (Distrito de Braga), Tavira, Faro, Vila Real de Santo António, Portimão (Distrito de Faro), Cartaxo (Distrito de Lisboa), Avis (Distrito de Portalegre) Santiago do Cacém, Grândola, Sesimbra, Alcochete (Distrito de Setúbal), Valença, Ponte da Barca (Distrito de Viana do Castelo), Boticas (Distrito de Vila Real), Madalena, Angra do Heroísmo, Lajes do Pico (Região Autónoma dos Açores). Os de freguesia são: Carnide, (Distrito de Lisboa), União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, Leça da Palmeira, Ermesinde, Gandra (Distrito do Porto), Carregueira, Arouquelas, Assentiz (Distrito de Santarém), Castelo, S. Sebastião (Distrito de Setúbal), Santa Leocádia de Gerez do Lima, Sá (Distrito de Viana do Castelo).

Aveiro, Portalegre e Vila Real. Foram interrompidos 10 OP no ano de 2008, 8 em 2011, 7 em 2012, 5 em 2010, 3 nos anos de 2013 e 2014, e 1, em 2016. As razões que motivaram a suspensão destes OP, deveram-se entre outras, à fraca adesão cidadã, à intransigência política do executivo autárquico quanto à tipologia e, ao clima de austeridade económica e financeira, vivida nos últimos anos em Portugal.

Sublinhe-se por outro lado, outros dois projetos pioneiros de OP em Portugal. Em relação ao primeiro, falamos da “ Plataforma Participativa Aqui decides tu “, criada e desenvolvida a partir de 2006, no Concelho de Santa Maria da Feira. Destina-se a crianças que frequentam os 3º e 4º ano de escolaridade e que podem intervir, na denominada Assembleia de Crianças. O segundo, iniciado em 2016, situa-se na Euroregião Norte, Portugal/Galiza. É um OP transfronteiriço de tipologia deliberativa, entre dois concelhos de Portugal e Espanha: Vila Nova de Cerveira e Tomiño.

Pela informação que conseguimos obter, pois nem todos os Municípios e Freguesias divulgam o montante dos seus OP, a generalidade das dotações financeiras a eles atribuídas, estão longe de serem significativas ou generosas. Algumas são mesmo irrisórias face à quantidade de problemas e necessidades locais. Factos que os próprios executivos autárquicos admitem e também a poderem pesar na desmotivação dos cidadãos em aderirem a estes OP, outro estudo de caso para o qual este trabalho, por questões estruturais, não se debruçará. Dentro do mesmo Concelho, existem até diferenças substanciais nas verbas concedidas e algumas Freguesias inclusive, têm OP com dotações superiores em relação a alguns Municípios. No âmbito destes, os valores conferidos compreendem por ordem crescente, 10.000 euros (Cabeceiras de Basto, Nazaré), 15.000 euros (Arruda dos Vinhos), 20.000 Euros (Murça), 25.000 euros (Torre de Moncorvo), 30.000 euros (Fornos de Algodres, Batalha, S. Pedro do Sul), 35.000 euros (Viseu), 50.000 euros (Mira, Mêda, Sabugal, Ansião), 60.000 euros (Graciosa), 70.000 euros (Lousã, Penela), 75.000 euros (Penacova), 87.000 euros (Condeixa-a-Nova), 90.000 euros (Vila Nova de Cerveira), 100.000 euros (S. João da Madeira, Ovar, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Fundão, Alcoutim, Manteigas, Pombal, Marinha Grande, Lourinhã, Tomar, Valença), 150.000 euros (Fafe, Mirandela, Proença-a-Nova, Albufeira, Pinhel, Caldas da Rainha, Alvaiázere, Marvão, Faial), 195.000 euros (Caminha), 200.000 euros (Reguengos de Monsaraz, Gondomar, Torres Novas), 210.000 euros (Ribeira Grande), 215.000 euros (Bragança), 250.000 euros (Aveiro, Póvoa do Lanhoso, Vendas Novas, Torres Vedras, Viana do Castelo, Ponta Delgada), 266.000 euros (Abrantes), 280.000 euros (Chaves), 300.000 euros (Guimarães, Figueira da Foz, Redondo, Lagoa), 310.000 euros (Leiria), 400.000 euros (Olhão), 500.000 euros (Águeda, Odemira, Covilhã,

Alenquer, Funchal), 515.000 euros (Amadora), 750.000 euros (Braga), 1.000.000 euros (Vila Franca de Xira, Odivelas), 1.500.000 euros (Cascais) e 2.500.000 euros (Lisboa). Ao nível das Freguesias, as verbas identificadas incluem na mesma ordem, 2.000 euros (União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés), 2.500 euros (Fiães, S. Victor) 3.000 euros (Vila Boa do Bispo), 5.000 euros (Oliveira do Bairro, União de Freguesias de S. José, S. Lázaro e de S. João do Souto), 6.000 euros (Mafra, União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga), 10.000 euros (Castelo Branco, Penha de França, Oliveira do Douro, Rio Tinto), 12.500 euros (S. João da Madeira), 15.000 euros (Fafe, Vila do Conde), 16.000 euros (Penafiel, União de Freguesias de Vila Real: Nossa Senhora da Conceição, S. Pedro e S. Dinis), 20.000 euros (União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, de Alverca e Sobralinho e S. Martinho do Funchal), 25.000 euros (Benfica), 45.000 euros (União de Freguesias de Sintra: Santa Maria, S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferim), 75.000 euros (Arroios) e 100.000 euros (União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão).

Facilmente se depreende que nesta disparidade de dotações orçamentais à disposição dos OP gerais de base territorial, Lisboa é o Município que tem maiores ativos financeiros, seguida de Cascais, Vila Franca de Xira e Odivelas. No entanto, a quantia monetária de 100.000 euros, é aquela que serve mais Municípios (12). Quanto às Freguesias, a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão obtém maiores verbas (100.000 euros), seguido de Arroios (75.000 euros) e da União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga (45.000 euros), mas apenas 10.000 euros, reservam-se à maioria dos OP (4).

Os meios através dos quais os cidadãos podem ter voz ativa e participar diretamente nos OP ou seja, emitirem opinião, escolherem e votarem nos projetos da sua preferência, são vários: endereços de correio eletrónico disponíveis nas plataformas da Internet, SMS, – duas ferramentas digitais relevantes nos dias de hoje e possíveis com o registo virtual dos cidadãos residentes nas páginas oficiais das respetivas autarquias –, correio oficial, telefone, atendimento presencial nos balcões ou postos indicados ou aquando da realização das designadas Assembleias Participativas, previamente convocadas. Os projetos a considerar incluem áreas como, apoio social, remodelação, conservação e construção de infraestruturas, inovação e conhecimento, educação, desporto, cultura etc. O número de votos/propostas a que cada cidadão participante tem direito, difere com os regulamentos de cada OP pois eles podem ir de a 1 a 5 votos. No contexto da votação, o Município de Cascais foi no biénio 2016/2017, o vencedor da participação cidadã nos OP em Portugal, com 58.567 votos, mais 6.976 votantes que Lisboa, a capital do País que destacamos nas próximas linhas.

Conforme nos foi confirmado pela Equipa do OP de Lisboa (Dr. Paulo Francisco, Dr^a Alexandra Andrade e Dr^a Josefa Rosado), numa reunião nas instalações da Divisão de Inovação Organizacional e Participação do Departamento de Marca e Comunicação da CML, acontecida na manhã de 21 de Julho de 2016, não se desconsidera jamais, o fator presencial, mas os meios de comunicação potenciados pela Internet e por SMS, assumem neste processo, ser uma aplicação de peso para dar voz ativa aos cidadãos, sobre o destino de uma parte do orçamento global, referente ao Município de Lisboa. Segundo os dados obtidos no site oficial do OP de Lisboa ⁴³, este processo teve início no ano de 2008, chegando ao biénio 2016/2017, à sua 9^a edição. Nestas nove edições, houve um investimento de 31.305.668 euros. Recaíram sobre todos os projetos, 230.863 votos, saindo deles, 105 projetos vencedores, de um escrutínio de 1.829, antecedido pela apresentação de 5.770 propostas.

Tal como o OP de Porto Alegre, também o de Lisboa não foge à regra de se executar e girar em torno de várias etapas do seu percurso, constituindo-se assim, a vida do seu Ciclo. Tudo começa (18 de abril a 12 de junho) com a apresentação de propostas enviadas pelos cidadãos, após o seu registo nas Assembleias Participativas ou através do site referido anteriormente. Nestas sessões públicas, aquela Equipa faz a divulgação de todo o processo junto dos cidadãos e recolhe presencialmente as suas propostas, caso existam. Segue-se (20 de junho a 23 de setembro), a análise técnica dos serviços municipais competentes para o efeito e que escolhem as propostas selecionáveis para projetos submetidos posteriormente a votação. Na 3^a etapa (28 de setembro a 05 de outubro), publica-se a lista provisória de projetos para serem votados e ainda reclamações sobre alguns, examinados como não elegíveis. Na 4^a fase (15 de outubro a 20 de novembro), que constitui toda a razão de ser deste OP, procede-se ao escrutínio dos projetos. Finalmente, na 5^a etapa, os projetos vencedores serão apresentados oficialmente, numa cerimónia pública em local, hora e data a determinar pela autarquia. É de salientar que “a partir da edição de 2012 os projetos foram divididos em 2 grupos: projetos até 150.000 euros, projetos entre 150.000 e 500.000 euros.” ⁴⁴. Sabendo-se das tradicionais dificuldades em mobilizar politicamente os portugueses, neste OP, os lisboetas têm contudo, aderido em crescendo ao convite feito pela CML. De 2.802, no biénio de 2008-2009 passamos no período 2016-2017, para 51.591 cidadãos participantes, a implicar num aumento de 48.789 (Gráfico nº22, Anexo 8).

⁴³ Disponível em <https://www.lisboaparticipa.pt/>, consulta a 02 de fevereiro de 2017.

⁴⁴ Acedido em <http://www.cm-lisboa.pt/participar/orcamento-participativo/historial>, consulta a 03 de fevereiro de 2017.

Relativamente à justa distribuição das verbas disponíveis nos OP, o Presidente da Concelhia de Oeiras do CDS-PP, Dr. Nuno Trindade Gusmão, foca-nos na nossa entrevista em Apêndice 7, um assunto polémico mas visto com atenção neste trabalho:

“ (...) Nós notámos em Oeiras o seguinte: basicamente quem ganha as propostas são as corporações de bombeiros. (...) Deveria haver aqui uma fusão destas corporações. Para o seu funcionamento, algumas ficam dependentes da autarquia. (...). Começa a existir aqui um certo caciquismo. (...) Denotámos que havia um grande lobby. (...) E nós com isto, estamos a subverter o verdadeiro sentido do que é uma proposta que deve vingar no OP. “ (2016:CLIII).

Sobre esta surpreendente revelação feita por Trindade Gusmão, a Equipa do OP de Lisboa sublinhou-nos que esse monopólio e certo caciquismo denunciados no OP de Oeiras, são praticamente impossíveis de acontecer no OP de Lisboa pois existe da parte da Equipa e serviços técnicos municipais responsáveis, a rigorosa observância das Normas de Participação, sempre com a possibilidade de serem reavaliadas e revistas anualmente, tendo-se em consideração todas as forças vivas da cidade. Além disso, existe a estrita determinação para se respeitar uma política distributiva justa e equilibrada, reforçada com total transparência, até porque as 5 zonas de Lisboa – Norte, Ocidental, Centro, Centro Histórico e Oriental – recebem a mesma parte deste OP. A Equipa do OP de Lisboa, ainda nos fundamentou que as Normas de Participação com 18 regras transportam um conjunto de princípios que refutam a direção de caminhos ínvios, até porque, estes regulamentos estão cimentados com a Carta de 8 Princípios vista por aquelas três entidades, como central e basilar no seu fundamento desde 2008. Na verdade, se no OP de Oeiras existe uma Carta com 13 princípios ⁴⁵, ela não se completa com a existência de Normas de Participação, como se verifica com as do OP da edilidade lisboeta.

Fazendo-se uma concisão deste subtítulo, não podemos deixar de relatar, as palavras do deputado Miguel Coelho, transcritas na outra entrevista a nós concedida para este trabalho (Apêndice 3) : “A figura do OP de Lisboa deveria ainda ser mais incentivada. E essa é (...) uma boa forma (...) do exercício de democracia direta. Pode ajudar (...) a uma boa governação e consolidar um género de democracia semidireta “ (2016:LXXIX).

⁴⁵ Acedido em <http://orcamentoparticipativo.cm-oeiras.pt/estatico/cartaprincipios2014.aspx> , consulta a 18 de Julho de 2016.

4. OBSTÁCULOS À AFIRMAÇÃO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA SEMIDIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS

4.1. Os constrangimentos históricos, políticos e legais associados à participação política direta dos cidadãos em Portugal

Tal como iremos verificar, os constrangimentos históricos, políticos e legais associados à participação política direta dos cidadãos nacionais, apresentam-se interligados, interagem entre si e têm-se constituído como obstáculos à afirmação dos mecanismos de democracia semidireta no sistema político português, alienando os nossos cidadãos de um direito que à partida deveria ser seu.

Começando pelo peso do atraso estrutural relativamente à participação política dos portugueses nos assuntos da vida pública que o Estado Novo impôs, a Doutora Ângela Montalvão Machado na nossa entrevista, recorda-nos “que tanto Salazar como (...) Caetano consideravam mesmo que, ao contrário de outros povos como era o caso do inglês, portador de cultura política democrática, (...) o povo português não era aberto e virado para a democracia e questões políticas (...). “ (2016: CXVII). Tal conceção justifica a repressão política, a negação do pluralismo e das liberdades individuais, a censura de mais de quatro décadas a perdurar de alguma maneira ainda hoje, na nossa idiossincrasia política.

Sobre o emprego do referendo no sistema político português, o deputado António Filipe, noutra entrevista para este trabalho, considera não existir “em Portugal uma tradição referendária. Não houve durante a monarquia constitucional, não houve durante a I República, excepto umas tentativas de ensaios fugazes de referendos locais, mas com características completamente diferentes na forma como o referendo é concebido hoje” (2016 b: XCV). Filipe alerta-nos para a possibilidade deste mecanismo de democracia direta ser instrumentalizado, conspurcado e legitimar poderes absolutistas como aconteceu em Portugal:

“ (...) até 1974, a única experiência deste tipo (...) foi uma má experiência para os democratas, porque foi a aprovação por plebiscito da Constituição de 1933. Portanto, a primeira utilização como mecanismo formalmente considerado de democracia semidireta ao dispor dos cidadãos teve um objetivo de natureza autoritária, ou seja foi legitimar constitucionalmente a ditadura militar e a sua transição para o regime chamado de Estado Novo (...) ” (Idem, Ibidem).

Napoleão Bonaparte, Mussolini, Hitler e outros da mesma natureza, também o fizeram para imporem os seus poderes e legitimarem a suas políticas.

Devido ao trauma de uma ditadura de quatro décadas infligida aos portugueses, António Filipe reforça-nos particularmente a ideia de que o referendo nacional – como já tinha acontecido com o local – é um instrumento apenas disponível da vontade dos órgãos de soberania e aparece, segundo o autor:

“ consagrado na Constituição em termos extraordinariamente cautelosos. (...). Consagrou-se (...) o referendo, mas exclusivamente como um complemento da democracia representativa e nunca como algo que pudesse ser arremessado contra a democracia representativa. (...) As questões das raízes históricas, razões depois relacionadas com querelas políticas na democracia portuguesa em torno da utilização do referendo ajudam a explicar de facto porque é que a relevância deste mecanismo é baixa. Ele não foi só tardiamente consagrado na lei constitucional portuguesa como tem tido uma expressão limitada “ (2016 b: XCIV-XCV).

De facto, a consagração demorada do referendo aparece na Lei Fundamental como um instituto não regular e de exceção. O distinto constitucionalista Jorge Miranda explica-nos igualmente, a integração tardia do referendo nacional na CRP: “ Ter-se-ia de esperar pela segunda revisão constitucional, realizada em 1989, para agora num contexto de consolidação institucional e de maior serenidade política se consagrar, aliás em moldes prudentes e restritivos, a figura de um referendo vinculativo nacional (...) “ (2008:157).

Como adiante se demonstrará, apesar da maioria dos portugueses considerarem relevante para a democracia representativa a utilização do referendo, ele revela formalmente outras particularidades salientadas por Jorge Miranda, que podem contrariar aquela opinião:

“ A mais forte nota singularizadora do regime do referendo em Portugal consiste em que, (...) o povo não aprova ou rejeita um específico acto jurídico-público, (...) mas sim decide se tal acto deve ser aprovado ou rejeitado. (...) O referendo (...) não produz efeitos (ou efeitos imediatos) fora da estrutura organizativa do poder público; não produz efeitos, só por si, sobre as normas jurídicas reguladoras da matéria sobre que incide. A sua eficácia esgota-se no interior do Estado, da região autónoma ou da autarquia local (2008:159).

Associados ao peso da tradição e da história, estão uma série de dispositivos jurídicos, constitucionais e políticos que se oferecem como obstáculos à afirmação dos mecanismos de democracia semidireta em Portugal, a começar pela própria CRP. A Lei Fundamental oferece-nos algumas incoerências, pois se por um lado, apela e consagra um lugar de destaque à participação direta dos cidadãos na vida política e no processo de tomada de decisão,

conforme previsto no nº 1 do Artigo 48º (Participação na vida pública), reforçando-se este princípio com o estabelecido no Artigo 109º (Participação política dos cidadãos), vem na face oposta, restringir o uso do referendo nacional em torno de determinadas matérias. Efetivamente, o determinado no artigo 115º (Referendo) da CRP condiciona a capacidade dos portugueses em fazerem uso pleno daqueles meios no processo de participação direta da tomada de decisão de políticas públicas em Portugal. Tal como nos relembra Carvalho, “ (...) trata-se de uma decisão política direccionada à função legislativa. O referendo só pode ter por objeto questões de relevante interesse nacional (nº3 do artigo 115º), sendo excluídas do seu âmbito as alterações à Constituição, as questões e os actos de conteúdo orçamental, tributário ou financeiro (...) “ (2010:397-398). Dando-se ênfase a estas palavras, cite-se o comentário de Mendes, ao Art. 2º (Objeto do Referendo) da LORR: “ O referendo mesmo que impulsionado por iniciativa de grupos dos cidadãos eleitores, tem de obrigatoriamente passar pelo crivo da Assembleia da República, o que demonstra, mais uma vez, a forte implicação política” (2006:10).

Sobre a possibilidade de um referendo pela força das 121.000 subscrições contra o AO de 1990, para o deputado António Filipe, existem razões de outra natureza, impeditivas da sua realização e que se prendem mais uma vez, com:

“ juízos de impedimento constitucional. Nós temos um impedimento institucional que os tratados internacionais vieram impor para matérias submetidas a referendo. (...) quanto ao AO (...), nos termos constitucionais, nunca passaria no TC a possibilidade de realizar esse referendo, e portanto, à partida, ficaria desde logo inviabilizada a sua realização, devido ao facto de haver a existência desta limitação constitucional “ (2016 b: XCVI-XCVII).

Na verdade, podemos acrescentar que apesar do sucesso respeitante à mobilização e participação cidadã jamais vista numa petição, foi também visível a força incontornável da realidade atual, fruto da dependência das decisões institucionais. Também a consagração do instituto da iniciativa legislativa popular, não está isenta de obstáculos á participação dos cidadãos, traduzidos num conjunto significativo de matérias: “ *a)* As alterações à Constituição; *b)* As reservadas pela Constituição ao Governo; *c)* As reservadas pela Constituição às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira; *d)* As do artigo

164.º da Constituição, com exceção da alínea i); e) As amnistias e perdões genéricos f) As que revistam natureza ou conteúdo orçamental, tributário ou financeiro “⁴⁶ .

Este tema alusivo aos obstáculos de afirmação em Portugal dos instrumentos de democracia semidireta, foi identificado por duas individualidades pertencentes às alas moderadas do PREC, integradas no denominado Grupo dos Nove, duas relevantes figuras observadoras e intervenientes diretas num processo revolucionário com impacto nacional e internacional, um acontecimento impar da história política do País no século XX – o 25 de Abril de 1974 –. Falamos de Vasco Lourenço, o dinamizador daquele movimento e Melo Antunes, mentor da politização e democratização do MFA e ainda redator do seu Programa.

Na entrevista destacada em Apêndice 1 deste trabalho, o Coronel Vasco Lourenço, seguindo as linhas de força traçadas num livro repleto de informação inédita – “*Do interior da Revolução*” –, produzido a partir de uma outra entrevista acedida a Maria Manuela Cruzeiro entre 1992 e 1995, mas só publicado em 2009, responde-nos sem rodeios a várias questões polémicas surgidas em torno da Revolução, admitindo erros, mas enaltecendo acima de tudo os valores e princípios subjacentes à revolução dos cravos. Por outro lado, também a democracia direta conjugada com a representativa – algo quimérico para a época, e porque não dizê-lo, ainda para os dias de hoje – tomava forma e era sentida no âmago de outras personalidades do Grupo dos Nove – Franco Charais, Victor Alves, Pizarat Correia, Sousa e Castro, Garcia dos Santos, Ramalho Eanes, Loureiro dos Santos –. Na sua visão, Vasco Lourenço testemunha-nos: “ (...) tal como preconizávamos a democracia representativa, incentivámos também a democracia direta ou participativa. O que aliás não obrigava a grande esforço, dada a dinâmica que se criou. Estávamos adiantados? Certamente lembro-me do Melo Antunes me dizer que estávamos fora do tempo, pelo menos 20 anos...” (2015:XXXIX).

Numa fase avançada da entrevista concedida a Manuela Cruzeiro, este capitão de Abril aborda a problemática do fundamentalismo revolucionário no seio das classes das Forças Armadas – Oficiais, Sargentos e Praças –, levando-o a referir que se “inviabilizou um projeto que poderia ter sido inovador e extraordinariamente revolucionário” (2009: 350). Um pouco mais à frente, Vasco Lourenço explica-nos a sua frustração pelo insucesso deste propósito, responsabilizando os partidos políticos por o terem boicotado, desde logo, instrumentalizando as comissões de base local, e ainda, a ação da esquerda radical, a preconizar apenas a democracia direta, expurgando a representativa:

⁴⁶ Art.º 3º – Objeto –, da Lei n.º 17/2003 de 4 de junho (TP) – Iniciativa Legislativa de Cidadãos –, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/2012, de 24 de julho (TP) e Lei Orgânica n.º 1/2016, de 26 de agosto (TP), p.1 .

“Falo do enorme problema da conciliação entre a democracia formal ou representativa e a democracia direta ou de base. (...) O facto é que nós fomentamos o aparecimento e o crescimento das estruturas de base, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, comissões de bairro, etc., etc. Agora, na perspectiva de que cada uma delas é criada para defender os interesses específicos dos seus associados, não para se substituir a organizações doutra natureza (...). Está claro que quando a comissão de moradores de um bairro, em vez de se preocupar com o problema do lixo, da segurança, da mobilidade, etc., nesse bairro, aparece a manifestar-se pela dissolução imediata da Assembleia Constituinte, como aconteceu, está tudo errado” (2009: 350-351).

Recorde-se que a Assembleia Constituinte foi eleita em 1975 com a votação recorde de 92% de eleitores. Esta conjuntura política que feria gravemente a afirmação da democracia semidireta em Portugal, é-nos igualmente relatada, na nossa entrevista:

“A certa altura, soubemos que na Calçada da Ajuda, em Lisboa, existiam sete comissões de moradores. Intrigado, porque o lógico era que houvesse apenas uma comissão. Mandeí investigar. Descobrimos que uma dessas sete comissões (...) era constituída por sete elementos, nenhum deles morador na Calçada da Ajuda (...) O facto é que cada partido político queria ter a sua comissão de moradores em cada rua, bairro, etc. (...)” (2015:XXXIX).

Estes ideais frustrados foram igualmente corroborados pelo Coronel Melo Antunes, (1933-1999) que numa outra longa entrevista publicada em 2004 – “*O Sonhador Pragmático*” – também concedida à investigadora Maria Manuela Cruzeiro, reconhece que estava de reserva um esboço que tinha em mente um desígnio político “relativamente original, que unisse a democracia direta com a representativa (...). Existiam pontes onde era possível encontrar algumas soluções, ao contrário do projeto do Vasco Gonçalves com o qual considerávamos que já não havia qualquer conciliação possível (...)” (2005:237). E sobre as dificuldades de sobrevivência deste projeto, Melo Antunes acrescenta, apontando outras responsabilidades:

“(...) nas condições em que se processava o projecto revolucionário, era extremamente difícil conseguirmos aquilo que até então não fora alcançado em parte alguma, mesmo em termos teóricos. Quer dizer, era muito complicado fazer essa elaboração teórica e simultaneamente levá-la à prática. (...) Para mim tornou-se cada vez mais patente que isso era um projecto interdito, tinha muito interesse, mas...era um pouco utópico realizá-

lo na prática. E depois (...) o próprio Otelo se encarregou de o inviabilizar” (2005: 237-238).

4.2. A partidocracia portuguesa

Após o golpe militar e revolução do 25 de Abril de 1974, os partidos políticos foram legalizados em Portugal no seguimento do processo de transição democrática. Vasco Lourenço recorda-nos: “ Depois de 48 anos de fascismo e partido único, nós considerámos essencial a criação de partidos políticos. Por isso, eles foram incentivados e a vida foi-lhes facilitada. A democracia representativa tinha de ser apoiada “ (2015: XXXIX). Na verdade, os sistemas políticos democráticos assentam na liberdade de ação e pluralidade dos partidos políticos. A democracia representativa abre-lhes as portas para terem o relevante papel da representação política, de serem eles os agentes intermediários entre a sociedade civil da diversidade e em permanente devir e o poder político ou seja, os mediadores da ligação entre governados e governantes, representados e representantes.

Conforme indicadores citados nesta investigação, os portugueses querem partidos mas não partidocracia, outro obstáculo de peso à afirmação dos mecanismos de democracia semidireta em Portugal. Segundo o parecer transcrito em Editorial sob o título “ Desencanto democrático “; de António Teixeira, Diretor da revista semestral XXI, TER OPINIÃO, “ A partidocracia vai colonizando o Estado (...). A participação política é vital para a democracia, daí que não se devam desvalorizar os mecanismos referendários. (...) A democracia representativa (...) está enfraquecida e é pouco confiável. Precisa de se libertar da partidocracia, não dos partidos “ (Teixeira, *et. al.*, 2016: 6). Bobbio, ao refutar o termo pejorativo que a palavra partidocracia encerra em inúmeros investigadores, porquanto ela é consequência incontornável da força e domínio dos partidos nas atuais sociedades democráticas, toca-nos na questão da soberania partidária:

“ Soberanos são os partidos, cuja diretriz política orienta, dirige e vincula o grupo parlamentar. O termo “ partidocracia “ reflete esse estado de coisas, gostemos ou não, vale dizer, uma situação na qual quem toma as decisões em última instância não são os representantes com mandatários livres dos eleitores, mas os partidos como mandantes imperativos dos chamados representantes, aos quais dão “instruções” (2000:470-471).

Temos então, deputados enfileirados ao diretório partidário. Por outro lado, registamos o alerta de Touraine, concludente na sua conceção pois “(...) não há democracia sem partidos, (...) ninguém o contesta (...). Mas a *partidocracia* destrói a democracia roubando-lhe a representatividade e conduz quer ao caos quer à dominação de facto de grupos económicos

dirigentes, até à intervenção de um ditador.” (1994:84). Balão, virando a sua atenção para as elites políticas dirigentes inseridas no movimento da Globalização, explica-nos que “ (...) as máquinas políticas – partidárias são na verdade, reféns das Elites que, na sombra, tomam as decisões e transmitem as orientações para a acção. Por isso, consideramos que a elite global tende (...) em casos extremos, a transformar-se em partidocracia” (2014:351).

Em Portugal, desde que os partidos políticos se institucionalizaram na sua expressão contemporânea, houve no percurso destes 40 anos de regime democrático de Direitos, Liberdades e Garantias, uma evolução do seu papel na sociedade portuguesa e na vida política do País. Atualmente não estamos longe de uma simbiose de duas tipologias de partidos políticos delineadas pelo constitucionalista alemão Otto Kirchheimer e pelos reputados professores de Ciência Política, o irlandês Peter Mair e o norte-americano Richard S. Katz, respetivamente: os partidos *catch-all-party* e de cartel. O primeiro modelo afirmou-se a partir da transformação do cenário económico após a devastação da segunda guerra mundial, fortalecendo-se o Estado Providência com consequente melhoria na condição de vida das populações. Partidos que com o tempo foram perdendo a capacidade de mobilização cidadã e a sua identidade ideológica original, visando principalmente, conquistar o maior número de eleitores. Estes partidos *apanha tudo* passaram a ser interclassistas e com um objetivo prioritário: a captura e manutenção do Poder. Quanto à segunda tipologia proposta por Mair e Katz, ela desenha-nos um quadro partidário a favorecer em Portugal, particularmente os partidos do arco da governação, ou seja, PS e PPD/PSD. Este tipo de partidos passaram a estar fortemente condicionados pelos financiamentos do erário público, cristalizam o sistema político, dificultam a participação cívica, o pluralismo e a oposição.

É nos contextos políticos levantados por aqueles três pensadores, que o sistema partidocrático tem vindo a impor-se. Sendo assim, a partidocracia é reconhecida por Pasquino (1998: 906) como “ (...) o predomínio dos partidos em todos os sectores: político, económico e social “. Bessa (1993:358) acrescenta-nos que “ A partitocracia é, pois, a confiscação da acção política pelos partidos institucionais (...) ”. Para o mesmo autor, existem duas razões que potenciam a partidocracia: o financiamento dos partidos feito à custa dos recursos financeiros do Estado, bem como “a atribuição de cargos em diversos sectores da sociedade em função da filiação e militância partidária, que representa um meio de colonização de instituições fracas, um loteamento seguro e rendoso (...) “ (Idem, Ibidem).

Numa obra publicada em 2014 – “ *Os Partidos Políticos e o Recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal. O caso do PS e do PPD/PSD* ” –, Miguel Coelho confirma-nos o incontornável da Lei de Ferro de Robert Michels na vida interna de PS e PPD/PSD,

demonstrando-nos a natureza oligárquica estabelecida na nomeação e distribuição das presidências e diretorias dos principais estabelecimentos públicos do País, sob a hegemonia daqueles dois partidos ou seja, um género de *spoils system* à maneira portuguesa. De facto “apontam-se (...), todas as empresas e institutos públicos (...) como exemplos concretos de nomeações de gestores de governos do PS e do PPD/PSD (...)” (2014:173).

Fazendo-se a desmontagem dos Quadros 1 e 2 constantes em Anexo 8 do presente trabalho, Coelho no primeiro, expõe-nos as “Presidências por partido nos Conselhos de Administração das Empresas Públicas de Transportes” (2014:174), nomeadamente na CP, REFER⁴⁷, no METRO, na CARRIS, TT, SL e APL. O autor reconhece mais uma vez “que PS e PPD/PSD dividiram entre si a presidência dos conselhos de administração das grandes empresas públicas de transporte, em regra coincidindo a respetiva cor política destes dirigentes com o governo que os nomeou” (Idem, Ibidem), notando-se inclusive, a repetição destes cargos recaídos na mesma pessoa noutras empresas públicas. Como tal, verifica-se que de 41 nomeações para o vértice da pirâmide da administração pública de transportes, 21 (51,2%) são personalidades adstritas ao PPD/PSD, 18 (43,9%) ao PS e 3 (7,3%) a gestores notados como independentes. Para Coelho, e conforme exibido no Quadro 2 do mesmo Anexo, este cenário persiste para a escolha dos “Diretores Distritais das Estradas de Portugal (1991/2006)” (2014:175), repetindo-se a hegemonia destes dois partidos na divisão das nomeações, “alternando igualmente no cargo, consoante o governo em funções” (2014: 174-175). De todas as nomeações e respetivos mandatos destes diretores distritais da EP, 22 (43,1%) são entidades ligadas ao PPD/PSD, 11 (21,6%) ao PS, 5 (9,8%) ao CDS/PP, sempre em repartição de mandato com os sociais-democratas, ressalvando-se as 18 nomeações de independentes (35,2%), sabendo-se contudo que também neste tipo de escolhas políticas, ser independente formal não coincide com o real.

Relativamente ao financiamento dos partidos saído do erário público, outra das variáveis que segundo o Professor Marques Bessa contribuem para a partidocracia, (1993:358) ele está consagrado na Lei nº19/2003 de 20 de Junho, revista com 6 alterações⁴⁸. No seu Art.º 4º, formaliza-se no rito jurídico nacional, três tipos de financiamento a expensas do Estado: as subvenções para financiamento dos partidos políticos, para as campanhas eleitorais e outras consideradas legalmente previstas. Assim, ao abrigo do Art.º 5º –

⁴⁷ CP e REFER fundiram-se entretanto com a EP e deram lugar a uma nova empresa pública oficializada em 01 de Junho de 2016, a Infraestruturas de Portugal S.A.

⁴⁸ Lei nº19/2003 de 20 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º287/2003, de 12 de novembro, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Lei n.º 55/2010, de 24 de Dezembro, Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro, Lei Orgânica n.º 5/2015, de 10 de Abril e Lei nº 4/ 2017 de 16 de janeiro.

Subvenção pública para financiamento dos partidos políticos –, está envolvido um pagamento anual vencido em duodécimos, tendo-se em conta, o número de votos conseguido por cada partido com assento parlamentar mesmo que em coligação, e após requerimento para este efeito dirigido ao Presidente da AR. É uma “ quantia em dinheiro equivalente à fração 1/135 do valor do IAS, por cada voto obtido (...) “ ⁴⁹. Ainda em conformidade com o nº 7 deste Artigo, a subvenção envolve igualmente os partidos que embora não elejam deputados, conquistam 50.001 votos e desde que também a requeiram ao Presidente da AR. Esta subvenção estatal saída do Orçamento da AR estava até 2012, calculada em 3,15 € por cada voto recebido, mas sofreu um corte de 10% (0,315 €), passando desde 2013 para 2,84 €.

Face ao que antecede e perante os resultados das últimas eleições Legislativas de 04 de Outubro de 2015 ⁵⁰, a coligação PPD/PSD-CDS-PP, - PàF –, com 1.993.921 votos (36,86% e 102 deputados) perceberá anualmente 5.662.735,6 €, o PS, 4.963.425,4 €, ao obter 1.747.685 votos (32,31% e 86 deputados), o BE, 1.564.533,2 €, com 550.892 votos (10,19% e 19 Deputados), a CDU, formada pelo PCP e PEV, com 445.980 votos (8,25% e 17 Deputados), vencerá 1.266.583,2 €, o PPD/PSD a eleger sozinho 5 Deputados, (1,50% e 81.054 votos), receberá 230.193,36 €, verba a recair diretamente na coligação PàF e o PAN, o novo partido com assento no Plenário, a conseguir eleger um deputado pelo circulo de Lisboa, (1,39% e 75.140 votos) arrecadará 213.397,6 € anuais. Apesar de não terem alcançado a representação parlamentar, o PDR, fruto dos 61.632 votos conseguidos nas urnas (1,14%) embolsará desta subvenção estatal, 175.034,88 € e o PCTP/MRPP, depois de obter 59.955 votos (1,11%) irá auferir anualmente, 170.272,2 €.

Acrescem aos valores atrás referidos, a Subvenção para Encargos de Assessoria aos Deputados, paga outrossim em duodécimos anuais e destina-se: “A cada grupo parlamentar, ao Deputado único representante de um partido e ao Deputado não inscrito em grupo parlamentar da Assembleia da República (...), correspondente a quatro vezes o IAS anual, mais metade do valor do mesmo, por Deputado, a ser paga mensalmente (...) “ ⁵¹. Suspensa a sua atualização desde 2009, o IAS permanece até á data com o valor de 419,22 €. De modo a não existirem dúvidas quanto à composição dos grupos parlamentares, o estipulado no nº5 do Art.º5º da Lei nº19/2003, diz-nos: “ Os grupos parlamentares originários de partidos que tenham concorrido em coligação ao ato eleitoral são considerados como um só grupo parlamentar (...) “. Fazendo fé no estabelecido nesta Lei e, nos votos traduzidos nos atuais

⁴⁹ Nº 2/Artº5º da Lei nº19/2003 de 20 de Junho.

⁵⁰ Análise dos dados em <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/>, consulta a 30 de Julho de 2016.

⁵¹ Nº 4/Artº5º da Lei nº19/2003 de 20 de Junho, p.4.

mandatos dos deputados, cada partido ou coligação com assento parlamentar na AR vencerá desta subvenção, os valores anuais, a saber: a Coligação PàF, 448.565,40 €, o PS, 360.529,20 €, o BE, 79.651,80 €, a CDU, 71.267,40 €, e, finalmente o PAN, 4.192,20 €.

Independentemente das subvenções anteriormente referidas, acresce ainda o Financiamento das Campanhas Eleitorais, também advindo do erário público, reconhecida a “51% dos lugares sujeitos a sufrágio para a Assembleia da República”⁵². A subvenção pública para as campanhas eleitorais das legislativas, está descrita no ponto 4 do Art.º 17º da Lei n.º 19/2003: “ (...) de valor total equivalente a (...) 20.000 vezes o valor do IAS (...) “, o mesmo é dizer, 8.384.400,00 €, mas face ao corte de 20%, também desde 2013, o valor situa-se atualmente em 6.707.520,00 €, a dividir 20% (1.341.504 €) em partes iguais por cada dos atuais 7 partidos com assento parlamentar e, os outros 80 % (5.366.016 €), repartidos proporcionalmente de acordo com o número dos seus votos.

Associam-se a estes vastos fundos estatais, um conjunto de outros benefícios de várias ordens, tais como os partidos serem desonerados de alguns impostos, nomeadamente de IMI, IVA, sobre o património e imposto automóvel, concessões aliás, patentes e regulamentadas no Artº10º – Benefícios – da mesma Lei. E apesar do predomínio e peso dos montantes públicos, temos dados a comprovarem que os valores recebidos estão aquém de chegarem para os das despesas. Segundo os dados de 2014 lançados pela ECFP⁵³, entidade coadjuvante do TC, são os partidos do arco da governação, os que apresentam os resultados mais contraproducentes, apresentando-se consideravelmente endividados a instituições de crédito e a fornecedores. No topo aparece-nos o PS com 18,8 milhões de € de dívida, seguido do PPD/PSD, com 10,3 milhões de €. Também os restantes partidos com assento no plenário da AR neste período, tinham dívidas por saldar. Assim o PCP surge-nos na terceira posição com 4 milhões de €, em quarto lugar, o CDS-PP, com 703 mil €. No fim desta lista, aparecem o BE, com 323.000 € e o PEV, com 5.316 €. Estávamos perante valores globais na ordem dos 34.031.316,10 €.

Após a exposição destes factos que tornam a partidocracia portuguesa uma realidade a impor-se no quotidiano dos cidadãos nacionais, é notório que os partidos políticos em Portugal legislam em causa própria, com a agravante de nenhum deles acima referenciado cumprir a lei. A partidocracia desvirtua a essência dos partidos políticos e é reconhecida como obstáculo à afirmação da democracia semidireta em Portugal e da participação direta dos cidadãos nacionais no processo da tomada de decisão de políticas públicas. O financiamento

⁵² N.º 2/Artº17º da Lei n.º19/2003 de 20 de Junho, p.11.

⁵³ Acedido em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/contas.html>, consulta a 27, 28 e 31 de Julho de 2016.

partidário, o endividamento colados ao monopólio da distribuição de lugares na administração de topo do Estado, revela-nos um paradoxo grave, para quem quando é governo exige transparência e seriedade da parte do cidadão, especialmente em tempos de austeridade.

4.3. A abstração dos portugueses pelos seus direitos políticos de cidadania

Longe de pormos em causa a história, dignidade, o heroísmo e outros talentos próprios do povo português, ainda presentemente fustigado pelo regime de austeridade imposto pelas competentes autoridades supranacionais, não podemos contudo, como a todos os povos, também deixar de lhe passar algumas críticas, neste caso, direcionadas para o seu débil comportamento participativo nascido por iniciativa própria, a partir de um grupo de cidadãos ou mesmo quando convocado facultativamente pelo poder político para uma consulta, cuja opinião poderá vir a ser um ponto a ter em conta, na vinculação do processo de tomada de decisão. Como nos sustenta o Dr. Gusmão na nossa entrevista: “ nós em Portugal somos das sociedades menos participativas (...). Falamos claro, dentro das sociedades ocidentais. (...) Fora da lógica partidária. (...) Tudo isto pode igualmente implicar questões estruturais e históricas da nossa população. O próprio sistema (...), a própria lei, também não facilita esses mecanismos “ (2016: CXLVI). Estas oportunas observações refletem na verdade, o fraco interesse dos cidadãos pelo debate das questões políticas e tudo indica que continuamos na generalidade adversos a elas, sentindo-se um certo comodismo com o desenrolar do sistema. Junta-se numa mesma panela, a indiferença, desconfiança, saturação, formalizando-se tacitamente, a aceitação ou manifestação de negatividade em relação ao poder político.

Todavia, apesar de todos estes pretextos, jamais poderemos apagar da memória a nossa específica identidade nacional, com raízes históricas na formação da Nação e posteriormente do Estado. É um trabalho exaustivo de sociologia política que este, não pretende naturalmente desenvolver. Almejamos no entanto, perceber até que ponto, a idiosincrasia dos cidadãos portugueses tem estado ou não aberta ao exercício da cidadania, onde se encontram os direitos políticos relativamente ao processo de tomada de decisão, prescritos como anteriormente citado, na CRP (Artigos 48º e 109º). Estamos perante vasta potencialidade e débil capacidade, sobretudo no que concerne, transformar a vontade teórica em prática.

Indo quase ao sentido dos dados lançados na Introdução deste estudo por Belchior (2010: 202), uma sondagem/estudo de opinião efetuado pela Pitagórica – Investigação e Estudos de Mercado SA – para o jornal diário *i*, descreve-nos que 67, 1% dos portugueses aprovam o referendo como um mecanismo de democracia direta possível de ser integrado no seio da ação da democracia representativa, tendo em conta até, dar-lhe um suplemento aditivo

para melhorá-la.⁵⁴ Todavia, na entrevista a nós concedida, o deputado António Filipe tomando como referência o conjunto daqueles indicadores e dos resultados dos três referendos nacionais realizados depois de 25 de Abril de 1974, sublinha-nos a distância entre a verdade teórica e a veracidade prática na ação participativa dos portugueses:

“ De facto as pessoas mostraram-se na realidade alheadas a este mecanismo, isso contrariando até sondagens baseadas em inquéritos em que uma boa maioria das pessoas quando lhe perguntam, até acha essa ideia da realização dos referendos como favorável e muito positivo para a democracia. (...) revelou-se que a vontade de participar é muito inferior à vontade de dizer que se participa ou que se deve participar. Isso é também um exemplo que se deve ter em conta. O que se fala para o papel e o que se faz depois na prática “ (2016 b: CII).

Salvo algumas exceções, como foi o caso dos tempos do PREC, onde a participação política dos portugueses atingiu níveis jamais observados até aos dias de hoje, é histórico o fraco associativismo dos portugueses em torno de relevantes decisões do País e onde o Estado tem sido o pai e o castelo protetor de uma população, que por isso, tem também sido pouco propensa para se imiscuir em assuntos políticos. São raízes advindas do período da fundação da nacionalidade. Segundo Sobral:

“ A diversidade regional nunca constituiu um desafio ao poder do Centro em Portugal, à excepção recente (...) dos Açores e da Madeira. Tal deve-se ao facto de as regiões portuguesas jamais terem sido sedes de poder (ou poderes) que pudessem rivalizar com o do Estado, cuja importância cresce à medida que os poderes senhoriais vão enfraquecendo” (2012:31).

Para além destas palavras traçadas na linha de pensamento desta identidade da antropologia nacional, continua ainda a fazer todo o sentido retomarmos hoje Eça de Queirós, sob a relevância da proteção do Estado, a perpetuar-se por várias gerações de portugueses: “ A classe média vive do Estado. A velhice conta com ele como condição da sua vida. (...) A própria indústria faz-se protecção pelo Estado (...). A imprensa até certo ponto vive do Estado. A ciência depende do Estado. O Estado é a esperança das famílias pobres e das casas arruinadas; (...) é o usufruto da burguesia. “ (2004:29-30).

⁵⁴ Barómetro i/Pitagórica entre 22 e 25/01/13, acedido em <http://paginaglobal.blogspot.pt/2013/01/sondagem-ipitagorica-portugueses-querem.html>, consulta a 18 e 29/06/15.

Por falarmos em imprensa, não podemos deixar de referir também o papel da comunicação social que não disfarça o alheamento dos portugueses pelos seus direitos de cidadania. A criação de grandes espaços como resposta à crise do Estado soberano, fez recuperar a ideia do relevante papel na atualidade da comunicação social – para uns o quarto poder, para outros o quarto equívoco, tal a preponderância que assume relativamente aos poderes clássicos –, que escolhe aquilo que para ela é importante neste encadeamento de globalidade e instantaneidade dos acontecimentos. As pessoas querem respostas rápidas. Impõe-se a informação que encanta e não a que incomoda. Este cenário também não foge à regra no nosso País. A comunicação social tem sido um factor de erosão da democracia representativa que lhe abriu o caminho para nos dias de hoje, ser um portento de influência, mesmo no âmago da sede do poder. De acordo com Giddens:

“ Os *media*, especialmente a televisão, têm uma relação equívoca com a democracia. Por um lado (...) a emergência da sociedade global da informação é uma poderosa força da democratização. Por outro, a televisão e os *media*, graças à vulgarização constante e à personalização das questões políticas tendem a destruir o próprio espaço público do debate que abrem. “ (2012:75).

Hoje observamos nas rádios, televisões, imprensa regional, nacional e fóruns eletrónicos, a apresentação de espaços de debate e opinião, mas poucos, onde se incentiva a participação direta dos cidadãos no processo da tomada de decisão. No entender de Fitoussi e Rosanvallon:

“ Quando a sociedade se torna opaca, os *talk shows* impõem-se; quando o reformismo se transvia, desenvolvem-se os *reality shows*. Os meios de comunicação tendem a tornar-se uma espécie de alternativa aos défices do político. (...) Sugerem que são capazes de superar os limites técnicos da democracia, tornando possível a passagem da democracia representativa à democracia directa. Tal é a utopia perigosa da teledemocracia “ (1997:131).

Vivemos a democracia da definição desligada da prática política, dominada por uma televisão que a transformou e a substituiu no fórum de debate público pela personalização e o escândalo, metamorfoseando os princípios e valores democráticos. Assistimos à manipulação das massas em função do número de votos e onde o aparelho partidário português busca a sua legitimidade, através do sufrágio direto e universal. Neves destaca-nos o papel pernicioso das sondagens eleitorais no preparo, condicionamento e influência do comportamento do eleitorado no momento da votação, pois no seu entender “ as sondagens (...) constituem

excelentes pretextos para as práticas mais inesperadas e mais duvidosas “ (2016: 155). O papel das massas é absolutamente determinante porque legitima o exercício do poder. As massas aplaudem nesta sociedade espectáculo e deliciam-se quando ganham em nomenclaturas distintas mas com ideias basicamente iguais. Muda a perspectiva, todavia o conceito é o mesmo. “ Os direitos niveladores da generosa inspiração democrática, converteram-se, de aspirações de ideias, em apetites de supostos inconscientes “ (Ortega e Gasset, 1989:74).

Ainda a pesar no desinteresse dos portugueses na participação direta e ativa na vida política e nos processos de tomada de decisão do seu País, Marques lembra-nos que :

“ Esta oscilação, quase esquizofrénica, entre um insuficiente individualismo e um excesso de anti-solidarismo, manifesta-se através de várias atitudes e práticas de resistências ao alargamento da esfera do público que condicionam o processo modernizador (...). Mas o que aqui interessa destacar, (...) é o incivismo, ou o anti-solidarismo, para retomar a expressão usada, que continua a marcar a vida (...) dos portugueses “ (2010:303-350).

Acresce a circunstância de no sistema educativo nacional, ser ainda débil a abordagem de temas políticos. Deve - se contudo salientar – apesar do seu advento, calendarização e integração continuarem a ser paulatinos –, a Unidade Curricular de Ciência Política integrada no programa do ensino secundário nacional, a revelar-nos algum interesse dos responsáveis pela educação, em que os discentes nestas faixas etárias comecem a preocupar-se com os destinos políticos do seu Portugal e almejem participar diretamente neles. É um assunto que retomaremos mais à frente. Porém, e como foi referido pela Professora Montalvão Machado na nossa entrevista, jamais poderemos esquecer que ainda não conseguimos escapar ao peso de mais de 40 anos de Estado Novo, onde se alertava em tom ameaçador que a participação dos cidadãos na vida política e democracia, eram assuntos a evitar, perigosos, objetos de censura e que deveriam constar do desconhecido. Efetivamente, e como foi identificado, foram quatro décadas de fuga e de receio em intrometermo-nos na política, realidades que se apoderaram da nossa idiossincrasia, tendência essa que ainda hoje, tem sido difícil de contornar e que perdura na nossa maneira de estar, perante os problemas políticos do Portugal atual e que a todos nós deveriam interessar. Contudo, o conjunto de obstáculos anunciados neste subcapítulo, não são impossíveis de saltar ou seja, existem sempre algumas possibilidades para os mecanismos de democracia semidireta se afirmarem no sistema político português. É o que iremos tratar na próxima e ultima etapa desta dissertação. Na verdade, os

Estados democráticos jamais podem deixar de basear a sua legitimidade, na ideia do exercício de cidadania, onde naturalmente se inserem os assuntos políticos de cada país.

5. POSSIBILIDADES DE AFIRMAÇÃO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA SEMIDIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS

5.1. A democracia no interior dos Partidos Políticos do arco do Poder em Portugal e as suas propostas de democracia semidireta

Os partidos políticos do arco do Poder em Portugal desde o processo de transição democrática, em consequência da Revolução de 25 Abril de 1974, têm demonstrado ao nível da organização das suas estruturas e da eleição das suas elites dirigentes, algumas transformações que segundo Lisi (2011: 205), são expressas na “ (...) maior inclusividade na selecção dos candidatos e dos líderes partidários, assim como na introdução de mecanismos de democracia directa e na maior intervenção dos membros na definição das linhas políticas. Esta tendência parece contrariar a tradicional imagem oligárquica e elitista dos partidos, promovendo assim uma maior abertura e transparência “. Mas como descrevemos anteriormente ao citarmos Maquiavel, em política aquilo que parece é!

Por necessidade de enquadramento estrutural deste trabalho, serão aqui analisados apenas os dois partidos que alternam o Poder em Portugal, respeitando-se a ordem de cada um no atual desenho parlamentar na AR, isto é, o número de votos traduzidos em mandatos, fruto dos resultados das legislativas de 04 de Outubro de 2015: PPD/PSD, 89 deputados e PS, 86. Os respetivos Estatutos e Programas, são documentos centrais de apoio a esta investigação. Tomámos em linha de conta a XIII Legislatura, por ela ser atual e resultar de um inovador acordo parlamentar em Portugal entre PS e os partidos à sua esquerda (BE e PCP/PEV), a legitimar o XXI Governo Constitucional. Começemos então pelo PPD/PSD.

O PPD/PSD é o partido que mais governos constitucionais liderou (10), talvez porque como nos diz Jalali (2015:41), o Partido “ parece ser favorecido pelo sistema eleitoral, dado o seu apoio relativamente mais forte nos distritos rurais do Norte do país “. Alguns destes governos têm funcionado com o Partido de quadros e visto em Portugal com potencial de coligação, o CDS-PP. O PPD/PSD consagra nos seus Estatutos aprovados no XXXIV Congresso realizado no ano de 2012 em Lisboa, o apelo à conjugação de dispositivos de participação interna dos aderentes e militantes com a delegação, no sentido do alargamento do pluralismo democrático. Isso é referido, no Artigo 2º, dedicado à democraticidade interna do Partido assente na: “ a) Liberdade de discussão e reconhecimento do pluralismo de opiniões dentro dos órgãos próprios do Partido; b) Eleição, por voto secreto, dos titulares dos órgãos

do Partido e participação nos referendos internos; (...) “⁵⁵. A instituição do referendo na vida interna do PPD/PSD, fica reforçada no Artigo 66º (Referendo) que inicia o Capítulo VI – Disposições Diversas –. É referenciado não apenas o papel do Conselho Nacional, mas sobretudo, a iniciativa interventiva vinda de uma parte dos militantes: “ 1. Podem ser sujeitas a referendo dos militantes, no intervalo entre Congressos, quaisquer grandes opções políticas ou estratégicas, desde que o referendo seja requerido pelo Conselho Nacional ou por 1/20 dos militantes. O Conselho Nacional aprovará o Regulamento do Referendo “⁵⁶.

Estas dinâmicas de mobilização participativa na vida interna do PPD/PSD foram transportadas para a vida política nacional, pois segundo Filipe, este partido no Parlamento da AR, “apresentou nove propostas de referendo (...). Votou favoravelmente sete (...), votou contra propostas de referendo por 20 vezes “ (2016 a: 622). Filipe sublinha-nos a persistência do PPD/PSD em sucessivos debates parlamentares, de chamar a si, “a consagração constitucional do referendo em 1989 como uma vitória sua, por ter sido o seu proponente mais insistente “ (2016 a:623). Isto não invalida o facto de só em 1996, ter sugerido a realização de referendos, ganhando ao PS mesmo estando na oposição, dois referendos nacionais em 1998 (IVG e Regionalização), ao capitalizar estrategicamente, a divisão interna no seio dos socialistas como foi anteriormente verificado. Outro caso digno de nota deste autor “é que o PSD, em regra, não aceitou referendos enquanto se manteve no poder “(Idem, Ibidem), mas tem sido consensual com o PS quando se tocam assuntos de natureza da UE.

Belchior avalia-nos as regras conducentes à organização de formas de funcionamento participativo interno de seis partidos com assento parlamentar – PPD/PSD, PS, CDS-PP, BE, PCP e PEV –, numa análise exposta respetivamente com seis quadros. No caso dos socialistas-democratas, a autora apresenta-nos argumentos quanto à relevância da consulta popular e, a atitude programática sobre o incremento de instrumentos de participação direta dos seus militantes – e só a estes –. Belchior considera que “este partido valoriza a participação política (...), indicando os referendos (...) como vias para a institucionalização da consulta política pública. A defesa desta é contudo, encarada com contenção (...). Enfatiza a participação dos cidadãos, mas muitas vezes com um propósito de actuação cívico-social e em substituição de um Estado considerado demasiado interveniente “ (2010:166), caso contrário, tender-se-á a fazer cair aqueles mecanismos na ineficácia da sua atuação política. Sobre a “Importância da consulta popular “, inserida no uso de meios digitais, tendo em vista saber-se a

⁵⁵ Estatutos do PPD/PSD, aprovados no XXXIV Congresso – Lisboa, 23, 24 e 25 de Março de 2012, p.1.

⁵⁶ Idem, Ibidem, p.1.

opinião das sociedades locais em projetos relevantes para o seu desenvolvimento, para esta investigadora, o PPD/PSD impulsiona “ a dotação das autarquias de meios efectivos de consulta à população (com o desenvolvimento de (...) plataformas de democracia *on-line*) (...) envolvendo diretamente as populações nas decisões estruturantes das comunidades “ (Idem, Ibidem). Todavia, parece estarmos mais uma vez perante uma contradição ou seja, a constatação da distância entre a teoria da boa intenção e a prática política da tomada de decisão.

Miguel Coelho, acerca do nível de satisfação dos militantes, relativamente à escolha dos dirigentes nos partidos do arco do poder em Portugal, com a introdução da eleição direta dos seus líderes, indica-nos que:

(...) “ no PPD/PSD, embora os resultados reflitam uma tendência majoritária, há 44% de satisfeitos contra 37% de insatisfeitos. O número dos que não souberam ou não quiseram responder no PPD/PSD é de uns significativos 19 %, dados que poderão potenciar a explicação (...) quanto à *paternidade* das eleições diretas por parte do PS e quanto ao *dinamismo* dos congressos do PPD/PSD “ (2014:164-165).

Neste Partido, muito por culpa da vontade oriunda das suas bases em demolir barreiras antigas, e, de inquéritos a nível nacional realizados no interior do partido, os números indicam-nos que a participação, “ superou a barreira dos 60% “ (Coelho, 2014: 230). As diretas introduzidas no PPD/PSD no ano de 2006 por Marques Mendes, então líder dos sociais-democratas, são eleições abertas às bases do partido não alargadas a simpatizantes e estão previstas no Artigo 72º (Eleição direta do Presidente da CPN) dos seus Estatutos. Elas abriram fendas, foram controversas porque remeteram para um papel secundário os históricos congressos sociais-democratas, ao ponto do inconformado Nuno Morais Sarmiento vir a terriero fundamentar “que a eleição do líder do partido em congresso faz parte da matriz fundadora do PSD “ ⁵⁷ .

Relembre-se que ao abrigo do nº1 do Artigo 14º (Competência) dos Estatutos “ O Congresso Nacional constitui o órgão supremo do Partido “ ⁵⁸ e pode ser, de acordo com o Artigo 15º do mesmo regulamento, reunido extraordinariamente para além de dois em dois anos, desde que seja solicitado pelas assinaturas legais de 2.500 militantes ou, pelo segundo órgão máximo do partido, o Conselho Nacional “ responsável pelo desenvolvimento e

⁵⁷ Ricardo Rego – *Passos. Candidato até quando ?* In Jomal I, número 2.128, de 07/03/16, pp.6-7.

⁵⁸ Estatutos do PPD/PSD, aprovados no XXXIV Congresso – Lisboa, 23, 24 e 25 de Março de 2012, p.5.

execução da estratégia política do Partido definida em Congresso (...) “⁵⁹. E foi no até agora último Congresso do PPD/PSD realizado em Espinho entre 01 e 03 de Abril de 2016, que a JSD avançou com uma moção, também polémica e fraturante no Partido, que defendia eleições primárias, similares às efetuadas no PS, abertas a militantes e a simpatizantes, mas ao que tudo indica, ficou por enquanto na gaveta e a aguardar uma melhor oportunidade.

Comparando os dois partidos do arco do poder em Portugal sobre o processo de revezamento e renovação da sua classe política, Coelho considera existir dentro deles, a condicionante do novo aderente ou militante aceitar sem reservas os programas e estatutos internos, impondo-se desde logo a disciplina partidária, a implicar diretamente na lealdade às suas elites dirigentes. Segundo este autor, baseado nos elementos fornecidos pelos Estatutos do PS e pelo Regulamento de Adesão ao PPD/PSD:

“verifica-se que a adesão a estes dois partidos se processa de modo individual mediante o preenchimento de uma proposta de candidatura a membro do partido, devidamente assinada pelo candidato e subscrita, no caso do PS por dois proponentes, e no caso do PPD/PSD, por um proponente, obrigando-se tanto no que respeita ao PS como ao PPD/PSD, o candidato a aceitar o Programa e os Estatutos do partido. “ (2014: 251).

Tal como no PPD/PSD, também se encontram nos Estatutos do PS ingredientes de participação na decisão conjugados com a delegação de eleitos assente na representação, atualmente, não apenas destinados aos militantes, abrindo igualmente o leque, ao contrário dos sociais-democratas, à participação dos simpatizantes, conforme exposto nos Artigos 8º (Do Registo como Simpatizante) e 12º (Dos direitos e deveres dos simpatizantes). Este facto de dar relevo à figura do simpatizante, foi constatado com a realização das Primárias no seio do PS em 28 de Setembro de 2014. No Posfácio do livro de Miguel Coelho que tem sido referido ao longo deste trabalho, já o Secretário-geral do PS António Costa, sugeria:

“Hoje, o grande desafio que se coloca aos partidos políticos é a sua capacidade para estarem abertos à participação cidadã que vá além da militância tradicional (...). Acho que a ideia de participação política através dos partidos se estende muito para além dos militantes. O reconhecimento da figura do “simpatizante “ (...) do partido pode ser um passo importante nesse sentido “ (2014: 27).

A efetivação das eleições Primárias no PS trouxe-nos uma dualidade de critérios sujeitos a uma breve análise. Elas abriram as portas por um lado, à possibilidade de se alargar

⁵⁹ N.º 1 do Art.º 18º (Competência), p.6, ESTATUTOS DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.

a participação direta dos cidadãos, nomeadamente aos simpatizantes do partido, por outro, poderem evidenciar a fulanização do poder na pessoa do seu Secretário-geral ou seja, a personalização do partido. Confrontam-se então duas faces da mesma moeda, a poderem apontar-nos que afinal, não é tão linear que estas eleições primárias sejam na realidade, responsáveis pelo aumento do grau de democraticidade na vida interna partidária em Portugal. António Filipe refere-nos algumas contradições, resultantes das Primárias no PS:

“ (...) foram eleições feitas no interior de um partido para escolher qual dos dois seria líder (...) e seria apresentado como candidato a primeiro-ministro. Acontece que nas eleições legislativas não há eleição do primeiro-ministro e creio que o próprio PS, após as eleições de 04 de Outubro de 2015, deverá ter tido a possibilidade de se aperceber se teria sido isso o mais indicado, na medida em que por essa lógica absolutamente fulanizada, podia-se legitimar a ideia de que o primeiro-ministro saído de 04 de Outubro teria de ser inevitavelmente o Dr. Passos Coelho, quando nos termos constitucionais não teria de o ser. Portanto, o PS acabou por assumir e liderar uma solução governativa para Portugal, (...) o que contraria muito o espírito daquela eleição super fulanizada que fez. Deste modo, decididamente não há eleições para primeiro-ministro “ (Filipe, 2016 b: CV).

Ao sublinhar o papel dos militantes, considerando mesmo ter havido alguma falta de consideração por eles neste processo, Filipe sustenta-nos com a defesa dos projetos políticos a que aderiram e preconizam:

“ eu como militante de um partido, não gostaria, pois está-se a desvalorizar o papel que devem ter aqueles que no fundo são todos os que construíram o partido e lhe dão vida, e cujo poder de decisão pode ser subalternizado. (...) Se os cidadãos limitarem a sua escolha a uma espécie de “ concurso de beleza “ ou de carisma dos líderes, esquecendo as ideias e os projetos políticos que defendem, creio que isso de facto conduz a uma degradação da democracia e (...) de a maior parte dos cidadãos estarem hoje descrentes (...) pois têm a sensação que tenham a opção que tiverem, as coisas continuam na mesma (...) “ (2016 b: CV-CVI).

Uma outra incoerência destas Primárias é apontada por Trindade Gusmão em Apêndice 7, ao compará-las com as realizadas nos EUA, essencialmente pelo facto de fazermos parte de um regime político semipresidencialista: “ (...) nos EUA, estamos perante um regime Presidencialista, o que não é o nosso caso. Houve logo aqui à partida uma contradição (2016 b: CLVIII) “. Indo também ao encontro da fulanização do poder que este tipo de eleições pode trazer, a Professora Montalvão Machado é pragmática:

(...) “não sei se terá grande relevância em termos práticos ou seja, penso que pode mostrar uma abertura, mas uma abertura, digamos assim, quase cosmética. (...) Em termos de personalização do líder, é um facto, é inevitável (...). Aliás o atual Primeiro-Ministro (Dr. António Costa) é um excelente exemplo disso mesmo. Foi a sua personalidade, o seu carisma (...), que levou a esta reorganização política decorrente das últimas eleições legislativas. “ (2016:CXXI-CXXII).

Naturalmente que Miguel Coelho, deputado e autarca do PS, vê estas eleições noutra prisma, enaltecendo na nossa entrevista, o pioneirismo democrático acontecido nestas eleições:

“ as Primárias, foram (...), uma cabal demonstração de como os cidadãos estão interessados em participar na vida política em geral e também na vida política dos partidos. Este foi um grande momento da nossa democracia, e espero que este processo venha a ser uma nova prática introduzida na vida partidária em Portugal. Isto é, os cidadãos têm uma palavra a dizer sobre quem é que deve ser o líder de um partido (...) “ (2016: LXXXIV).

Contrariando o rótulo da personalização política em torno do seu Secretário-geral na vida interna do seu partido advindo destas eleições, Coelho fundamenta-nos:

“ Estas experiências de recurso a mecanismos de eleições primárias abertas à sociedade em geral podem ser de facto um bom antídoto para atenuar muito também (...), esta cortina de ferro que as elites partidárias em todos os partidos criam, e de apenas permitirem a renovação a conta-gotas. Foi de facto um bom exemplo que beneficiou muito também de uma situação – e é bom que se diga – de dramatismo interno. Estavam em confronto, dois pesos pesados do PS, duas figuras com história, (...) com muitos apoiantes cá dentro, e (...), isto também suscitou maior cobertura pelo facto de estarmos a viver no País, uma situação muito dramática. (...) As Primárias poderão permitir, que bons protagonistas possam surgir mais facilmente, contrariando a tendência para que sejam sempre os mesmos (...) ou os protagonistas controlados (...). Agora não são a panaceia para resolver o problema, tal como as (...) eleições diretas que têm acontecido no PS não o foram “ (2016: LXXXV-LXXXVI).

Como sabemos, foi sobre a vigência de António José Seguro, na altura em funções como Secretário - geral do PS e na oposição ao XIX Governo Constitucional, que se criou e avançou para o processo das eleições primárias, um atípico ato eleitoral na história dos partidos políticos e da democracia portuguesa, uma inovação no figurino da vida partidária de

Portugal. Apesar de ter saído derrotado, Seguro ficou para história, pois foi sob a sua égide que este tipo de sufrágio entrou diretamente no espaço político português. Embora se reconheça o peso do fator novidade para os cidadãos nacionais, também não se pode negar que estas eleições *sui generis* ficam registadas para a história da democracia portuguesa com indicadores a ter em conta na adesão e que mobilizou inicialmente a inscrição de 248.573 eleitores – 98.657 militantes e 149.916 simpatizantes –, contando com a participação direta de 70,31% dos eleitores inscritos – 174.770 deste universo eleitoral –, e com abstenção inferior a 30%. Uma taxa de participação positiva tendo-se em conta, os habituais padrões de envolvimento eleitoral e de cidadania ativa dos portugueses. Contudo e para estudos posteriores, pouco mais ficou para ser solidamente investigado. Por ordens da direção do Partido e para respeitar a confidencialidade dos votantes, os ficheiros informáticos deste processo foram destruídos.

Esta chamada à participação direta nas decisões internas do Partido para além dos militantes, sai reforçada com os Artigos 18º (Da participação de cidadãos independentes) e 82º (Dos clubes de política) dos Estatutos aprovados no XX Congresso Nacional em 29 e 30 de Novembro de 2014, realizado em Lisboa e posteriormente confirmados na Comissão Nacional em 31 de Janeiro de 2015. Estes regulamentos base de orientação política e programática do PS, tais como os do PPD/PSD, também não esquecem as vantagens da participação trazidas pela Ágora eletrónica global, a democracia de opinião facultada pela internet sob a forma das chamadas “estruturas de militância digital”, redes disseminadas a nível nacional consignadas no nº 1 do Artigo 31º, como “plataformas de participação e debate político, de promoção dos princípios e valores do Partido e de afirmação da sua estratégia política”⁶⁰. Belchior, desconstruindo os Estatutos, aponta-nos no indicador relativo ao alicerce do ideário democrático do PS e à sua “Posição face à participação política dos cidadãos”, o estabelecimento de uma proposta no sentido da “constituição de um instituto para o estudo das políticas públicas que estabeleça a ponte com a sociedade civil e debata e prepare as propostas políticas” (2010: 161). Tal como na Islândia, isso pode passar pela constituição de uma Assembleia de Cidadãos.

A representação pode ser completada com a coadjuvação de dispositivos a distinguir consultas populares referendárias a nível interno e mesmo nacional, assim como estendê-los às iniciativas legislativas populares e ao uso ampliado de petições e que segundo Belchior, são

⁶⁰ Estatutos do PS, p.13.

inscritas nos Estatutos, “ por forma a diminuir a dependência das maiorias que conjunturalmente se possam formar no parlamento “ (Idem, Ibidem). A extensão destes direitos de participação para a orientação na tomada de decisão passa inclusive, por saber-se a opinião da população sobre a ratificação dos Tratados estabelecidos com a UE e por temas respeitantes a revisões constitucionais no País. Contudo, este tipo de consultas pode não ter carácter vinculativo. Seja como for, na opinião desta autora, “ (...) o PS emerge inequivocamente como o partido que mais expressamente acolhe a participação dos cidadãos na vida política como via para o aprofundamento democrático “ (2010: 166).

Relativamente às eleições diretas abertas apenas aos militantes introduzidas no PS em 1998, tem havido elevadas taxas de abstenção, demonstrativas de insatisfação e a poderem-nos supor uma crise da representatividade na própria vida interna do partido. O mesmo acontece com o PPD/PSD. Miguel Coelho revela-nos que a média da “ participação dos militantes do PS nas eleições diretas se situa abaixo dos 50% ” (2014: 226). Conforme nos compara este autor, através de um inquérito realizado para a obra supracitada a um universo total de duzentos militantes, repartidos igualmente por PS e PPD/PSD, sobre a sua participação na escolha dos seus dirigentes nacionais “ constata-se que no PPD/PSD se verifica uma percentagem superior à do PS de respostas de militantes que consideram não ter nenhuma participação nas decisões e escolha “ (2014:159) dos candidatos, respetivamente, 58, 8% e 46,3 %. No entanto, já quanto às eleições diretas em si, 82% dos inquiridos do PS revelam satisfação contra 7% de insatisfeitos. Destacando a tática das elites políticas dirigentes, Lisi considera que elas “adoptam a eleição directa dos líderes segundo um cálculo estratégico, (...) atomizando a militância. Ao mesmo tempo que garantem maiores direitos de participação e de decisão aos indivíduos, as elites aumentam a sua autonomia e a sua margem de manobra em relação aos filiados “ (2011:211).

Os mecanismos de democracia semidireta previstos estatutariamente no PS tiveram também efeitos práticos, materializados em sede do Parlamento da AR, com nove propostas de referendo, três das quais tornadas realidade, pois foram declaradas dentro da constitucionalidade pelo TC. O protagonismo do PS na conjuntura da realização nacional de três referendos é salientado por Filipe: “ É significativo que a quase totalidade das propostas de referendo aprovadas no Parlamento se basearam em propostas do PS e ocorreram com o PS em maioria ” (2016 a: 620). Mas não deixam igualmente de ser expressivas as dezanove propostas de referendo recusadas. Nos três referendos nacionais, “ o PS defendeu a resposta afirmativa em todos eles, e perdeu dois “ (2016 a: 621), em consequência das suas próprias clivagens internas, como anteriormente revelado. Para este autor “ As divisões do PS

traduziram-se na aceitação dos referendos, no fraco empenhamento nas campanhas, e obviamente nos resultados “ (2016 a: 622).

Em jeito de uma breve síntese, constata-se que os partidos centralistas do arco do poder em Portugal, PS e PPD/PSD, ao competirem entre si pelo governo, são ao mesmo tempo favorecidos pelo próprio sistema eleitoral vigente. Entre os discursos da elite governante e da elite de alternativa, num grau acentuado de proximidade ideológica, as diferenças repousam em estar ou não estar no Poder. Não sendo partidos de massas, mais institucionais que sociais, eles revelam uma ação igual e não transformadora, motivando o desgaste da governação que associadas às medidas de austeridade somam desilusão. Seja como for, dentro destes dois partidos existem programas para aumentar o grau de democraticidade interna e estão consignados teoricamente, em ambos os Estatutos, dispositivos de democracia semidireta para serem aplicados, a nível interno, local, regional e nacional. Mas mais uma vez, a teoria não tem sido acompanhada da prática.

5.2. Os Grupos de Cidadãos Eleitores em Portugal

Esta é outra matéria também fraturante na sociedade portuguesa e particularmente no seio dos partidos políticos em Portugal, que implica com a participação direta dos cidadãos nacionais no processo da tomada de decisão de políticas públicas. Basta transcrevermos as declarações de dois políticos da nova geração, entrevistados para este trabalho, ambos autarcas, presidentes das respetivas autarquias e militantes do mesmo partido, o PS, para constataremos duas diferentes opiniões. Para o Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, Dr. Davide Amado, faz toda a razão de ser a sua integração apenas a nível de comunidades não extensas territorialmente com:

“ listas inseridas (...) de acordo com os interesses comuns das suas terras, das suas freguesias, mais locais, rurais, menos urbanas, (...). Concordo sem problema nenhum. Agora a nível nacional (...), parece-me que podemos ter um ou outro fenómeno, mas em Portugal é raro acontecer. (...) Nós (...) não tivemos uma verdadeira força do género do Syriza da Grécia e do PODEMOS em Espanha. (...) Penso é que estes movimentos restringem imenso a sua capacidade a nível nacional e que, ultrapassando o nível das autarquias, acho que não é muito apropriado (...) “ (2016:LXIX-LXX).

No entanto, o Dr. André Couto, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, é contrário à posição do camarada do mesmo partido, pois entre as reformas do sistema eleitoral preconizadas pelo máximo responsável desta Autarquia, uma delas passa pela possibilidade

de consignar constitucionalmente e por consequência, na Lei do Sistema Eleitoral, os GCE não apenas a nível local mas também nacional, tendo em conta que:

“ os partidos políticos são tendencialmente estruturas altamente fechadas, às quais, eu diria, existe um suposto acesso livre, mas o cidadão comum senão for puxado por alguém que esteja dentro da estrutura, não vai entrar, e portanto nós perante a Constituição da República, não podemos fechar a porta aos cidadãos no acesso à AR, ao contrário do que sucede nas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. (...) Só temos vantagens com isso. É uma das formas de resolver a crise da democracia, (...) e esta questão da abertura da Constituição aos GCE, candidatos nas legislativas à AR, seria outro relevante meio para o fazer “ (2016: CXXXIX-CXLI).

Este presumível futuro cenário de reforma na configuração dos assentos parlamentares, vai presumivelmente obrigar os partidos políticos em Portugal com representação tradicional no Parlamento e em especial os do arco do poder, a terem concorrência à sua volta, implicando isso, repensarem acerca do preenchimento de espaços vazios, em abrirem portas aos cidadãos e aperfeiçoarem os critérios de recrutamento político e seleção dos seus dirigentes. Mesmo a nível autárquico, estes partidos fundamentam a sua apreensão pela ingerência num espaço que eles ainda vão considerando quase como seu, por temerem fenómenos de caciquismo fulanizado numa figura relevante de determinada localidade, aspetos que vão minando o modo de fazer política em Portugal. As cautelas das elites e estruturas partidárias não são esquecidos por Pinto: “ O número de eleitos pelos grupos de cidadãos eleitores reforçou a ideia que (...) os partidos e as coligações partidárias não podem ignorar o peso crescente das candidaturas independentes/dissidentes “ (2015:115).

O Professor Meirinho Martins, numa obra editada em 2003 – “ *Participação Política e grupos de Cidadãos Eleitores. Um contributo para o estudo da Democracia Portuguesa.* ” –, observa a participação política destes GCE como “ um instrumento particular de intervenção política dos cidadãos a nível local “ (2003:17), depois de ter realizado anteriormente, um outro estudo sobre esta temática dos GCE em Portugal , numa obra publicada em 1996 – “ *As Eleições Autárquicas e o Poder dos Cidadãos.* “ –, onde o autor lança-nos na sua análise quantitativa, indicadores do envolvimento de grupos de cidadãos em seis eleições autárquicas que compreendem um período cronológico situado entre 1976 e 1993.

No livro de 2003, Martins antevê a futura transformação dos sistemas eleitorais, compara dados anteriores com novos indicadores e apresenta-nos conclusões. Dando enfoque à insatisfação e desconfiança dos cidadãos nos seus políticos representantes, o autor revela-

nos que afinal, uma parte substancial dos eleitos nas listas dos GCE não são assim tão independentes como a própria palavra quer sustentar, uma vez que não lhes é estranha a vida interna nos partidos políticos. Tais foram os casos, de algumas candidaturas em torno de notoriedades políticas com visibilidade no espaço mediático que se desmarcaram das vias preconizadas pelas suas direções partidárias, concorrendo em listas de GCE: Valentim Loureiro, Isaltino Moraes, Fátima Felgueiras, Helena Roseta, Carmona Rodrigues etc. “ Com efeito, em termos médios, 21% dos eleitos já foram filiados em partidos, enquanto outros tantos mantêm uma dupla condição: são filiados e em simultâneo candidatam-se como “ independentes “ (2003: 149). Os estudos deste autor apontam a existência de três grupos distintos de eleitos em listas de GCE, no que se refere à relação de filiação partidária: i) os *verdadeiros independentes* e que não podem filiar-se; ii) os *independentes tácticos*, ou *independentes disfarçados*, que assumem a dupla condição de independentes e de filiados; iii) os *independentes conjunturais*, caracterizados pela indecisão quanto à relação a assumir “ (2003: 149-150).

Esta obra enquadra o alargamento dos GCE a partir de 2001, também aos lugares elegíveis ao nível dos Municípios – CM e AM –. Este novo quadro político deveu-se por força da quarta Revisão Constitucional de 1997, formalizado juridicamente depois com a Lei Orgânica nº 1/2001 de 14 de Agosto, pois desde 1976, essas candidaturas foram restringidas ao espaço das freguesias e aos grupos de apoio a candidatos à Presidência da República, sobressaindo até 2001, a resistência dos partidos com maior peso eleitoral em estender institucionalmente essa circunscrição às CM. Assim, no entender de Meirinho Martins:

“ as estratégias políticas dos principais partidos, raramente coincidiram, levando a que, durante 25 anos a legislação permanecesse inalterada, facto que evidenciou, não só para este caso, um tempo de resposta muito demorado por parte do sistema político português na introdução de mecanismos tendentes ao incentivo da participação política “ (2003:36).

Outro facto relevante identificado por este autor, constata-se com a redução da abstenção nas eleições autárquicas, fruto da ação direta dos GCE. Martins assinala-nos esta ocorrência eleitoral verificada nas autárquicas de 1997 e de 2001:

“ Confirma-se que os grupos de cidadãos eleitores se constituem como instrumentos de mobilização eleitoral dos cidadãos contribuindo, de forma decisiva, para a diminuição da abstenção nas eleições autárquicas. (...) A diminuição das taxas de abstenção nos concelhos onde se regista concorrência com os partidos demonstra a capacidade de

mobilização dos eleitores para o voto por parte destes grupos. (...) Quer isto dizer que os GCE conseguem granjear apoios eleitorais significativos (...), contribuindo assim para um maior envolvimento político dos cidadãos no que respeita ao exercício do voto “ (2003: 83-146).

O Professor Filipe Pinto, numa recente obra publicada em 2015 – *O Poder em Portugal. Partidos Políticos e Cidadãos: Espaço para Dois?* –, apresenta-nos um estudo exaustivo e uma pesquisa atualizada a respeito dos resultados eleitorais obtidos pelos GCE, nas 11 Eleições Autárquicas realizadas em Portugal (1976-2013). O autor visiona-nos tempos futuros com propostas para um novo sistema eleitoral no País, antevendo o papel que cabe aos movimentos de cidadãos independentes na participação direta da vida política e nos processos de tomada de decisão, não apenas em Portugal (visão micro), como também a nível internacional, a propósito de um novo Mundo traçado pela Globalização (visão macro).

Sobre a evolução crescente no conjunto das autárquicas, desmontámos os indicadores apurados por Pinto na Tabela nº 11 exposta no Anexo 9 desta dissertação. Apresenta-se assim o total de mandatos conseguidos pelos GCE nos 18 Distritos e nas 2 Regiões Autónomas do País. Facilmente se depreende que Braga com 4.026 eleitos (3.922 nas AF, 83 nas AM e 21 nas CM), é “o campeão dos movimentos não partidários “ (Pinto, 2015: 69), seguido do Porto com 2.417, (2058 nas AF, 141 nas AM e 218 nas CM) – o Distrito com maior numero de eleitos nas listas dos GCE ao nível municipal – e de Viana do Castelo com 2.253 (2.224 nas AF, 20 nas AM e 9 nas CM) mandatos. Evidencia-se uma disparidade geográfica relativamente ao número de mandatos autárquicos conseguidos pelos GCE, pois na generalidade, os eleitos decrescem à medida que vamos de norte para sul. Face aos valores globais que tivemos em conta, de 19.026 mandatos provindos de várias listas de GCE – 17.825 eleitos nas AF, 775, nas AM e 426 nas CM –, 8.696 mandatos estão distribuídos por Braga, Viana do Castelo e Porto ou seja, 2 distritos do Minho e a segunda cidade do País situada no Douro Litoral, conseguem por si só, apanhar perto da metade do total de mandatos alcançados em Portugal e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira: 45,70 %.

Os GCE vão-se assim afirmando na cena política nacional e Belchior descreve-nos essa evidência:

“Tem-se assistido desde as eleições de 2001 ao crescimento do número e da visibilidade destas candidaturas, assim como ao seu sucesso eleitoral: alcançaram nas eleições autárquicas de 2013 treze presidências de câmara, entre as quais a do Porto, e projectaram-se como quarta força política, com quase 7% dos votos nas eleições para as

câmaras municipais e assembleias municipais, e com quase 10% das assembleias de freguesia “ (2015: 40).

Sobre a evolução futura destes GCE no sistema político nacional, e a possibilidade de chegarem ao território parlamentar, até agora somente destinado aos partidos políticos, a autora deixa-nos algumas incertezas: “ Este é um fenómeno que se prevê que acompanhe a cena política nacional nos próximos anos. Sobre se protagonizará de facto uma nova forma de fazer política alternativa à dos partidos convencionais, teremos de esperar algum tempo para o sabermos “ (Idem, Ibidem).

Passando a nossa análise para os Gráficos nº 23, 24 e 25 integrados no mesmo Anexo, verificamos que se no primeiro destes diagramas – Evolução do número de eleitos, nas AF entre 1976 e 2013 –, existem certas oscilações nos valores apresentados nas 11 eleições autárquicas realizadas, pois sucedem decréscimos de 534, 207 e 210 mandatos, respectivamente para os períodos 1976-1979, 1982-1985 e 2001-2005, nos dois Gráficos seguintes – Evolução do número de eleitos, nas AM entre 2001 e 2013 e Evolução do número de eleitos, nas CM entre 2001 e 2013 –, expõem-se duas linhas de tendência praticamente idênticas, progredindo em crescendo desde o seu início. Relativamente aos eleitos dos GCE para as AM, verifica-se desde 2001, um aumento da eleição de 82 deputados e para as CM, outro significativo acréscimo, representado agora com 261 vereadores.

O nosso estudo também não pode deixar de registar os dados relativos às primeiras eleições autárquicas realizadas em 12 de Dezembro de 1976. Os expressivos 1.225 eleitos, integrados em listas de GCE registaram-se, conforme anteriormente mencionado neste trabalho, num período de fervor revolucionário onde a participação cidadã foi fértil e atingiu picos jamais observados em Portugal, com os partidos a procurarem ainda o seu posicionamento na conjuntura do novo sistema político português. Estes cenários são lembrados com alguma nostalgia pelo Coronel Vasco Lourenço na nossa entrevista: “ (...) se há uma coisa de que eu tenho saudades de facto, e me sinto frustrado nos dias de hoje, é lembrar-me da enorme participação das pessoas que houve a seguir ao 25 de Abril e ver hoje o alheamento em que as pessoas estão” (2015:LIII).

O destaque atual dos GCE no nosso País é mais uma prova elucidativa de que a possibilidade de mecanismos de democracia semidireta poderem afirmar-se em Portugal – mesmo que paulatinamente – não é tão surreal como por vezes parece. Á luz de diversos indicadores expostos neste trabalho, os GCE tem-nos revelado que democracia direta e democracia representativa, no fundo, não conseguem desligar-se uma da outra, e mesmo em

Portugal, são compatíveis. Os GCE vão ganhando consistência política junto dos cidadãos para poderem ser parte da resposta à erosão atual da democracia representativa. Pinto considera que os candidatos aos Municípios e Freguesias:

“ aceitaram começar pelo último degrau da escadaria do Poder – a Assembleia de Freguesia – como forma de garantir, através de uma política de proximidade, o acesso ao degrau imediatamente superior – a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal –, onde o desempenho ganha uma maior visibilidade e permite acalantar a esperança de atingir o direito ao acesso a um nível até agora negado – a Assembleia da República “(2015: 119).

5.3. Uma agenda de reforma política

No sentido de darmos corpo à arrumação final deste quinto subcapítulo – POSSIBILIDADES DE AFIRMAÇÃO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA SEMIDIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS –, do Capítulo II da presente dissertação e, trazermos respostas ao nosso segundo objetivo geral e segunda pergunta de partida lançados na Introdução, propomos neste Título uma agenda de reforma política. É uma tentativa no sentido de estabelecermos pontes para transpor alguns dos obstáculos à afirmação dos mecanismos de democracia semidireta no sistema político português, identificados no subcapítulo **4. – OBSTÁCULOS À AFIRMAÇÃO DOS MECANISMOS DE DEMOCRACIA SEMIDIRETA NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS –**.

Assim, para fazermos frente aos constrangimentos históricos, políticos e jurídicos associados à participação política direta dos cidadãos em Portugal, apontamos:

- a) uma nova e oitava revisão constitucional, a obrigar por consequência a outra legislação, de modo a possibilitar que a realização do referendo provenha diretamente de uma iniciativa legislativa popular – tal como na Suíça –, alargando-se ao mesmo tempo, o leque de matérias ancoradas ao referendo, às quais os portugueses se podem diretamente pronunciar e que de momento se encontram sonegadas. No entanto, a matéria em questão não deixa de ser discutida em sede de Plenário da AR. Esta possibilidade alargada a grupos de cidadãos, também passa por um requisito menor do número de assinaturas legais, constituindo-se atualmente na recolha de 60.000. Além de se poder potenciar um efeito dissuasor ao recurso da iniciativa legislativa popular, existe ainda na LORR – mesmo com a quinta alteração introduzida pela Lei nº1/2016 de 26 de Agosto que baixou a exigência mínima de 75.000 assinaturas –, uma contradição, uma exigência desproporcionada em relação

ao número de 4.000 subscritores para uma Petição ser debatida no Parlamento, havendo até no seio dos representantes, alguma inquietação, pois começa a emergir “ da parte de alguns cidadãos, não só uma banalização como até um apoucamento deste instituto ao usarem o direito de petição por motivos absolutamente fúteis “ (Filipe, 2016 b: 98), gastando-se recursos financeiros desnecessariamente;

- b) reconsiderar a Regionalização, até porque ela continua prevista constitucionalmente sob a condição de ser referendada. A Regionalização pode vir a reforçar os princípios da subsidiariedade ⁶¹ e proporcionalidade ⁶², previstos nos tratados supranacionais estabelecidos com a UE. Na verdade, a centralização política e histórica do Estado, dificulta a iniciativa da participação cidadã e é um obstáculo permanente à afirmação dos mecanismos de democracia semidireta em Portugal. O debate em torno deste tema, não pode ser ignorado e adiado. Ele tem de ser estendido a toda a sociedade civil e corretamente informado. A Regionalização não pode ser palco de enganos ou criar confusões na cabeça das pessoas. De acordo com Amaral, a Regionalização é acima de tudo “ (...) a criação de entidades públicas novas, autónomas, chamadas *regiões*, com órgãos próprios de decisão, eleitos em sufrágio directo e universal pela população residente em cada região, e dotados de competências próprias para resolverem os seus próprios assuntos, (...) ” (Amaral, 2010: 669);
- c) repensar a tradicional representação dos círculos eleitorais fora e dentro da Europa. Conforme os dados do Banco Mundial e das Nações Unidas de 2013, avaliam-se números à volta de 2.300.000 de portugueses emigrantes no estrangeiro, números a tocarem em 20% do total de habitantes do País ⁶³, desproporcionais e incongruentes face aos 4 mandatos estabelecidos. É um processo que também deve estar atento às frequentes queixas destes emigrantes eleitores sobre o desajustamento das embaixadas e consulados, com métodos de recenseamento caducos, devolvendo-se milhares de boletins de voto por mudanças de residência não atualizadas e onde emerge uma realidade fora do contexto, incompatível com a atual;
- d) uma reforma no sistema eleitoral, ponderando-se seriamente a continuação de listas fechadas e bloqueadas que tiveram no princípio do processo de transição democrática, a relevância de dar a possibilidade aos partidos para se incrementarem

⁶¹ Remete a tomada da ação legislativa para o estabelecimento de um elo de maior proximidade com o cidadão local, regional ou nacional e caso seja preciso, torna-a supranacional. As tomadas de decisão devem ser alcançadas ao nível mais baixo compatível com a sua eficácia. Se determinada capacidade não é atribuída à UE, deve ser cumprida pelos Estados Membros.

⁶² Para se atingir um determinado objetivo, não se vão usar meios excessivos para resolver o problema ou seja, a ação tem de ser harmonizada quanto ao fim e quanto aos meios.

⁶³ Acedido em <http://www.mundoportugues.org/article/view/62309> consulta a 01/09/2016.

no espaço do sistema político português. Ora isso hoje já não acontece. Estamos perante “um anacronismo no contexto europeu que urge superar” (Freire, *et. al.*, 2009:56), um modelo que no conjunto da Europa é já pouco usado e se encontra em minoria. No sistema de voto em lista fechada e bloqueada “ os eleitores podem apenas votar no partido da sua preferência, mas não podem expressar preferências pelos deputados presentes na lista “ (2009:47). Estas listas, segundo Freire, “ favorecem a disciplina de voto porque os deputados sabem que a sua eleição depende mais da posição que a direcção do partido lhe assegurar nas listas do que do voto popular. (...) a sacralização da disciplina de voto pode implicar uma completa anulação do papel do deputado (...) na arena parlamentar “ (Freire, *et. al.*, 2009: 48).

Como forma de obviar alguns dos obstáculos resultantes da partidocracia, sugerimos:

- a) uma oitava revisão constitucional, com implicações directas numa reforma do sistema eleitoral, de modo a permitir-se também, o alargamento institucional de candidatos de GCE aos assentos do Plenário da AR;
- b) repensar-se seriamente, as verbas consignadas na Lei do Financiamento dos Partidos, face ao clima de austeridade ainda a permanecer em Portugal, a impor mais do que nunca, a necessidade de ética nas práticas políticas;
- c) o desenvolvimento prático e constante, a partir das bases, da democracia interna dos partidos, colocado como elemento chave com condições para impulsionar no interior partidário, uma maior receptividade à utilização dos mecanismos de democracia semidireta.

Finalmente, e para combater a abstracção dos portugueses pelos seus direitos políticos de cidadania, com implicações directas nas altas taxas de abstenção eleitoral verificadas, propomos:

- a) o incremento institucional definitivo, do voto electrónico, antecipado e por correspondência postal;
- b) avaliar a possibilidade da disciplina de Ciência Política ser alargada em Portugal, não apenas ao ensino secundário mas também aos três ciclos do ensino básico, sensibilizando-se estes alunos para a importância da participação política no seu País, onde a aplicação de meios audiovisuais pode funcionar como eficaz instrumento persuasivo, sabendo-se para já, que esta cadeira está meramente consagrada como opção no currículo do 12º ano de escolaridade, com sucessivas reduções de horário semanal.

- c) Considerar-se a extensão do direito de voto em todos os sufrágios à disposição dos cidadãos nacionais, descendo-se a legalização da idade para os 16 anos e começando-se com esta experiência a nível local. Tem havido campanhas neste sentido em países europeus tais como a Estónia, Reino Unido, Dinamarca, Finlândia, Noruega, e na Alemanha, pode-se inclusive, votar com 16 anos a partir de 2010, no Estado federado de Bremen. Este alargamento oficial a nível europeu, apenas está consignado na Áustria desde 2007. É um tema polémico, principalmente para mentes conservadoras. Todavia, existem sempre argumentos para rebaterem a inflexibilidade e o receio da produção desta reforma eleitoral no País. A irreverência da juventude é sinónimo de mudança e nem sempre pode ser vista como negativa. É por isso que o mundo pula e avança no sentido do desenvolvimento societal. É uma idade de opções e escolhas que já exige responsabilidade. Não esqueçamos que o cidadão aos 16 anos pode em Portugal, iniciar-se oficialmente no mercado de trabalho, ser julgado em Tribunal e eventualmente condenado a uma pena cumprida em estabelecimento prisional, casar com autorização dos encarregados de educação. Por outro lado, não se torna imprudente lembrar, que fruto das tecnologias da informação potenciadas pelo uso da Internet como espaço da nova Ágora eletrónica global, os jovens de hoje têm um outro manancial de conhecimentos tecnológicos, adaptados a maior formação académica, que gerações passadas estiveram longe de ter.
- d) a constituição oficial de uma Assembleia Nacional de Cidadãos, instituição estranha a Portugal, mas não por exemplo como vimos, na Islândia. A política não é um trato exclusivo aos seus profissionais, com pessoas comuns a sentirem-se excluídas da vida do governo do seu país. Daí a necessidade de emergirem novas formas de representação política da sociedade civil, onde os cidadãos podem também ser políticos e terem uma palavra a dizer no que concerne ao processo da tomada de decisão. Esta Assembleia Nacional de Cidadãos seria formalizada fora da lógica do diretório partidário parlamentar, livres da pressão de lobbies comerciais, industriais e financeiros, um género de Conselho ou Júri de Cidadãos preconizado por Giddens, reunido quinzenalmente, constituído por 120 cidadãos idóneos – 6 por cada Distrito e Região Autónoma –, com força vinculativa e que reúnam condições para se candidatarem a partir da maioria, com possibilidade de virem a ser sorteados de dois em dois anos para exercerem funções com cariz deliberativo, de controle e

correção à ação do poder político em Portugal, nomeadamente às suas decisões, aos seus eventuais abusos e comportamentos desviantes da legítima vontade popular.

CONCLUSÕES

“ Digamos, portanto, que a ideia do eterno retorno designa uma perspectiva em que as coisas não nos aparecem como é costume (...). Essa circunstância (...) impede-nos, com efeito, de pronunciar um veredicto. ”

Milan Kundera, *A Insustentável Leveza do Ser*. Alfragide: Leia, SA, 2014, p.10

Chegamos então ao complemento das nossas Epígrafes assinadas por Sagan e Druyan, Nozick e Giddens e que descritas no princípio do nosso trabalho, nos orientaram na direção de haver sempre campo aberto, em sociedades sem a censura repressiva do Estado, para novas ideias e palavras na pesquisa científica de um mesmo assunto. Naturalmente que a temática apresentada neste estudo pode dar origem a imensas problemáticas e não se fecha por aqui, mas face aos pressupostos anunciados nesta tese, ficaremos por enquanto neste patamar. “ O mundo pula e avança “ e em Ciência Política a verdade é sempre transitória, não abrindo espaço a prenúncios finais, conforme as palavras supra citadas escritas pelo ilustre Kundera.

Terminada esta investigação, vamos então atar as pontas ao volume destas páginas, regressando-se ao princípio para formularmos as nossas conclusões, de modo a atingirmos os dois principais objetivos propostos para este trabalho ⁶⁴ e a darmos respostas às duas Perguntas de Partida ⁶⁵ que centralizaram esta investigação. Assim, após as exposições teóricas apresentadas ao longo da dissertação, em conexão com os dados quantitativos anunciados nos 9 Anexos e com as opiniões e esclarecimentos expostos nas 7 entrevistas semiestruturadas (Apêndices), identificou-se e comprovou-se na resposta à primeira pergunta de partida, que os constrangimentos históricos, políticos e legais associados à participação política direta cidadã na tomada da decisão em Portugal, a partidocracia instalada no País e a abstração da generalidade da nossa população pelos seus direitos políticos de cidadania, onde se inclui o fator do papel ambíguo da comunicação social, são alguns obstáculos de peso à afirmação dos mecanismos de democracia semidireta em Portugal.

Tocando no primeiro ponto, continuam feridas difíceis de cicatrizar perante o trauma que foi para os portugueses, o regime de mais de quatro décadas, autoritário, com cores

⁶⁴ Verificarmos quais os obstáculos à afirmação dos mecanismos de democracia direta no contexto da democracia representativa portuguesa e explorarmos as possibilidades desses mecanismos consagrados na CRP se consolidarem no sistema político português de modo a que combinados com a democracia representativa, possam contribuir para a renovação do seu figurino.

⁶⁵ Que obstáculos explicam a falta de consolidação dos mecanismos de Democracia semidireta no sistema político português? Que modificações se podem operar no sistema político português, que promovam a afirmação dos mecanismos de Democracia semidireta em Portugal? “

totalitárias e fascizantes, conhecido por Estado Novo, legitimado por um embuste plebiscitário de 1933 através de sufrágio censitário. Deste modo, sob a aparência de um dispositivo de consulta popular na tomada direta de decisão, instituiu-se um modelo político que sonegou aos portugueses os seus direitos, liberdades e garantias, impondo-lhes pavor, caso quisessem intrometer-se em assuntos políticos. A instrumentalização política engendrada por Salazar de um instrumento considerado formalmente de democracia direta, metamorfoseou-se numa farsa eleitoral e impôs um veredito popular, totalmente manipulado pelo poder político da época. Este duradouro regime político, ainda hoje pesa na abstração dos portugueses pelos seus direitos de cidadania, apresentada na desconfiança nas instituições – especialmente nos Partidos Políticos –, na apatia política e nas elevadas taxas de abstenção em todos os tipos de atos eleitorais – Legislativas, Presidenciais, Autárquicas, Europeias e consultas referendárias –. Esta dolorosa experiência arrastou consigo más memórias e profundos receios dos democratas portugueses, relativamente à utilização deste tipo de mecanismos de democracia semidireta no período pós 25 de Abril. A suspeita, teve como consequência institucional, a prudente, paulatina e restringida aplicação, no caso do referendo.

As questões históricas e políticas que condicionaram e esvaziaram o caldo de cultura política dos portugueses, ajudam a explicar esta, “ utilização parcimoniosa do referendo (...) “ (Filipe, 2016 b: XCVI) e a sua fraca relevância e adesão que tem junto dos portugueses. Isso foi comprovado nos resultados dos 3 referendos nacionais e 5 locais que foram realizados em Portugal. Eles comprovaram não termos, como nos referiu António Filipe, “ uma tradição referendária “ (2016 b: XCIII). Para a Professora de Ciência Política, Montalvão Machado:

“ (...) dificilmente podemos ter essa cultura (...). Estes 48 anos levaram ao reforço de não termos essa cultura política ou seja, todo o regime lutou para que o povo português não tivesse cultura política. (...) E isso tem um preço. (...). Aquilo que nós vemos nas abstenções sistemáticas e cada vez mais altas, é precisamente esse preço que ainda hoje estamos a pagar. (...) “ (2016 : CX-CXI).

Efetivamente, estes anos de obscurantismo vividos pelos portugueses em torno do lema do regime de Salazar – não discutir Deus, Pátria e Família –, não contribuiu em nada para os portugueses intervirem politicamente e isso deixou profundas marcas para as gerações futuras.

António Filipe, numa obra que provavelmente balizará o ensino académico em Portugal sobre as temáticas referendárias que marcaram a história política do País, reforça-nos que os resultados dos referendos realizados, destruíram de certa maneira, as esperanças daqueles que consideram estes mecanismos de democracia direta, formas políticas para reduzir a abstenção,

mobilizar a participação dos cidadãos e retirar o protagonismo do espaço social e político aos Partidos nacionais, especialmente os do arco do poder. Na ótica deste autor:

“Esta experiência permitiu de algum modo desmistificar uma importância excessiva que em alguns momentos foi atribuída ao instituto do referendo enquanto mecanismo de auscultação da vontade popular. Na verdade, a vontade presumida dos portugueses em participar em referendos não foi confirmada pela participação efetiva aquando da sua realização “ (Filipe, 2016 a: 499-500).

A desilusão somou desmotivação e poderá mesmo ter cimentado para os tempos vindouros, maiores dificuldades de implantação deste tipo de dispositivo de democracia direta. O tempo vai-o confirmando.

Por outro lado, as questões políticas e partidárias, principalmente entre os partidos rotativos no poder em Portugal, fizeram atrasar substantivamente a integração do referendo, quer local, quer nacional, no sistema político e jurídico português. Os conflitos partidários no esgrimir de argumentos de um lado e de outro, têm sido, de facto, obstáculos em relação às possibilidades dos mecanismos de democracia direta no País se afirmarem no seu sistema político. E eles começaram logo com a feitura da Constituição de 1976, na questão da probabilidade de realização do chamado referendo constitucional ou seja, se a CRP deveria ser aprovada, como veio a ser, na Assembleia Constituinte em 02 de Abril de 1976 ou consagrada, através de uma consulta popular referendária a nível nacional, pois alguns quadrantes políticos consideravam até, que a CRP jamais poderia ser democrática se não fosse referendada. De acordo com o deputado António Filipe na nossa entrevista, na conjuntura política dos tempos do PREC: “ (...) tentou-se permitir um referendo que a Constituição não previa para possibilitar rever a própria Constituição. A querela sobre a possibilidade de um referendo da revisão constitucional à margem das regras estabelecidas na Constituição, foi uma querela que marcou os primeiros anos da democracia portuguesa” (2016 b: XCIV).

Presumivelmente, estaríamos hoje perante uma Constituição com contornos radicalmente distintos. Segundo António Filipe:

“nas eleições presidenciais de 1980, a clivagem que havia entre a candidatura do general Ramalho Eanes que foi reeleito e a candidatura do general Soares Carneiro, tinha que ver precisamente com o facto de se assumir no programa do candidato general Soares Carneiro a convocação de um referendo à margem da Constituição que permitisse revogar a Constituição de 1976. (...) A reeleição do general Ramalho Eanes em 1980 que se manteve fiel ao que estava determinado na Constituição, e que defendia que a revisão

constitucional devia realizar-se nos termos e tempos previstos na própria Constituição de 1976, veio de certa forma pôr termo a esta fase da querela (...) “ (Idem, Ibidem).

E numa breve conclusão sobre a controvérsia política/partidária em torno do referendo constitucional, António Filipe acrescenta-nos: “ (...) daí que se tenha demorado tanto tempo, até que se legisse em democracia, sobre a possibilidade de haver referendos. É por isso que o referendo nacional só em 1989 é que é consagrado na Constituição “ (Idem, Ibidem). E como anteriormente referido, emoldurado com singulares precauções. Conforme o distinto constitucionalista Jorge Miranda nos assegura:

“ (...) não há convenções, leis, actos do poder local aprovados ou rejeitados directamente pelo povo, como sucede na generalidade dos outros ordenamentos jurídicos. Esses actos são sempre aprovados ou não pelos órgãos competentes do Estado, das regiões autónomas ou das autarquias locais; o que ficam é dependentes da prévia decisão popular. (...) “ (2008:159).

Também como vimos, estão excluídas constitucional e juridicamente no referendo, matérias como o Orçamento do Estado, revogação de leis, revisão da Constituição, destituição dos órgãos de soberania ou a auscultação popular referendária, sobre os tratados supranacionais estabelecidos com a UE, na verdade “ (...) matérias (...) de reserva absoluta da Assembleia da República e como tal (...) insuscetíveis de serem referendadas “ (Filipe, 2016 b: XCV), até porque como foi referido, a possibilidade da realização do referendo em Portugal, mesmo que surja a partir de uma iniciativa legislativa popular, obrigatoriamente terá de ser seguido pelo crivo dos deputados representantes e por aprovação da sua maioria, retirando qualquer relevância a uma base de apoio popular. Como demonstramos, estes impedimentos constitucionais e legislativos são ainda avolumados, pela fiscalização e exame prévio do TC, acerca da legalidade e constitucionalidade da proposta de referendo. Basta referirmos que no período pós 25 de Abril de 1974, de 44 propostas de referendo local, apenas 5 foram consideradas pelo TC dentro da legalidade e dos preceitos constitucionais.

Comprovou-se igualmente neste trabalho que a partidocracia portuguesa vai minando os alicerces da democracia representativa, onde verificamos deputados desligados dos representados, mas encarregados de representarem no Parlamento, as ordens do respetivo diretório partidário. Percorrendo caminhos ínvios, a partidocracia desliga-se da essência genuína dos partidos políticos como relevantes atores no vínculo entre o poder político e os cidadãos. A partidocracia e os partidos políticos que lhe dão abrigo, não fomentam a participação, potenciam *lobbies* económicos e financeiros, factos que poderão ser fatais para

os regimes democráticos, essencialmente pelo renascer de perigosos nacionalismos e populismos. Consta-se atualmente uma preponderância dos Partidos Políticos na vida económica, política e social do País. As forças partidárias com assento parlamentar em Portugal e especialmente as do arco do poder – PPD/PSD e PS –, de acordo com os indicadores apresentados, detêm alternadamente a distribuição de cargos e funções nas principais empresas públicas disseminadas no nosso território, recebem para as suas atividades políticas vastos fundos financeiros do erário público, formalizados com 3 tipos de financiamentos e como foi referido, contrariamente ao que exigem dos portugueses, especialmente em tempos de austeridade, são instituições com consideráveis endividamentos, onde as receitas ficam longe de chegar para as despesas.

A partidocracia em Portugal tem revelado Partidos Políticos pouco flexíveis, quase herméticos à sociedade civil, mais institucionais do que sociais, constituindo-se desta maneira, em obstáculos à afirmação dos mecanismos de democracia semidireta em Portugal, na medida em que o seu monopólio na sociedade portuguesa, leva-os sibilinamente a temer a intromissão da participação cidadã num campo que eles consideram tacitamente quase como do seu foro privativo, instrumentalizando referendos e iniciativas legislativas populares, consoante os interesses das suas elites dirigentes. Foi o caso dos três referendos nacionais realizados em Portugal, pois conforme o nosso entrevistado, o deputado António Filipe, formalizou-se uma primeira consulta referendária nacional pós 25 de Abril de 1974 sobre a IVG quando era:

“ (...) proposto pelos opositores que eram uma minoria? Na Regionalização porque é que havendo uma maioria favorável a ela aceitaram submetê-la a referendo e perder? Bom, aí (...) podemos falar de (...) instrumentalização política partidária deste mecanismo. Porquê? Porque ambos os referendos, o primeiro da IVG e o segundo da Regionalização, foram objeto de negociação partidária. Dito de outro modo, no primeiro referendo da IVG, foi aceite pelo PS como troca por um desbloqueamento da parte do PSD, relativamente à eleição de juízes para o Tribunal Constitucional. Portanto houve aqui claramente uma moeda de troca. No caso da Regionalização, também fez parte de um acordo mais global, relativo à Revisão Constitucional de 1997 (...) “ (2016 b: CI-CII).

E sobre a atenção que os Partidos Políticos, as estruturas clássicas da política, dão hoje à realidade da elevada abstenção, Bobbio indica -nos:

“ os (...) partidos fingem estar preocupados com o crescente abstencionismo. Na verdade, estão preocupados não com o abstencionismo em si, (...) mas com o fato de que as

abstenções podem criar vantagens para o partido adversário; em substância, temem que os eleitores do próprio partido sejam mais abstencionistas que os de outros partidos “ (1984:70).

O atual figurino de Partidos Políticos em Portugal, leva-os a ter uma prática de conduta política aquém da teoria prescrita nos seus regulamentos base inscritos nas disposições programáticas e estatutárias. Afinal, mais uma vez, continua a escrever-se a potencialidade mas não se atua na prática em conformidade.

Pequito Teixeira, numa obra editada em 2009 – *O Povo Semi Soberano, Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal (1990-2003)* –, faz-nos uma reflexão sobre o pensamento de vários autores que tocam a temática da representatividade dos cidadãos nas sociedades consideradas democráticas. A autora relança-nos a problemática da soberania do povo, do seu grau de participação nos assuntos políticos face ao crescente poder dos partidos assente nos seus políticos profissionais e enfatiza-nos o papel atribuído às elites políticas na seleção de dirigentes e no modo de recrutamento parlamentar. Sobre os sentimentos da generalidade dos cidadãos, Teixeira sublinha-nos “ a ideia de que os partidos estão longe de servirem a democracia e os seus nobres ideais participativos, constituindo-se antes como os seus principais obstáculos, (...) “ (2009: 481). A autora alude-nos para o facto de não ter sido garantida, da parte das elites políticas dirigentes, durante o processo de democratização iniciado em Portugal no período pós 25 de Abril de 1974, a aposta “ no desenvolvimento de modelos de partido que implicassem uma grande ancoragem e presença na sociedade civil. Uma opção que, (...) não terá contribuído só para diminuir a debilidade política do tecido social mas também para reforçar (...) sentimentos anti-partidários de índole cultural (...) ” (2009:477). E na verdade, eles continuam.

Relativamente à democratização interna na vida partidária com a realização de eleições diretas, constatou-se que elas não têm o mesmo valor no interior dos partidos do arco da governação em Portugal, mas igualizam-se num ponto : elevadas taxas de abstenção, a dar-nos a ideia que a crise da representatividade, também chega à vida interna de PPD/PSD e PS. Tal como nos acrescenta Lisi (2011: 263): “ (...) Seria importante que os partidos (...) tivessem uma estratégia mais ousada e coerente para estimular uma maior participação dos cidadãos e incentivar uma maior renovação “. Por outro lado e como pudemos apurar, mesmo as inovadoras eleições Primárias realizadas pelo PS para decidir qual o candidato a primeiro-ministro, arrasta consigo algumas antinomias dentro do sistema político português, uma vez que como nos refere na nossa entrevista António Filipe (2016 b: CV) não existem em

Portugal, eleições para primeiro-ministro. Aquele ato eleitoral demonstrou-nos duas faces da mesma moeda, pois se por um lado, conseguiu mobilizar com indicadores a ter conta, a participação dos cidadãos para além dos militantes do PS (os simpatizantes), trouxe-nos uma eleição assaz personalizada e que em termos práticos produziu uma abertura, “ quase cosmética “ (Machado, 2016:CXXI). Todavia, também não podemos deixar de sublinhar as Primárias como um dos quatro instrumentos de democracia direta⁶⁶ que podem contribuir para credibilizar os sistemas democráticos representativos, conforme preconizados por Arend Lijphart (1936 – ...). Ao fazer-nos uma análise comparativa de 25 regimes democráticos, o autor defende que as primárias diretas “ultrapassam os partidos políticos como intermediários do processo eleitoral. Tiram a selecção dos candidatos das mãos das organizações partidárias e da condição de lhes pertencer e dão-na a todo o eleitorado “ (1989:259).

Quando confrontado sobre as críticas às eleições Primárias no PS, especialmente aquelas que remetem para a fulanização do seu Partido, o deputado Miguel Coelho toca no pragmatismo com uma certa resignação:

” para ser sincero, eu acho que há-de ser sempre assim. As Elites substituem-se ciclicamente tal como nos dizia Michels. Quando uma Elite é substituída, (...) a nova vem cheia de boas intenções. Terá certamente um período de esplendor, mas depois irá cometer os mesmíssimos erros da anterior, porque vai tender à auto preservação (...) e a tentar adiar o mais possível que haja um processo de renovação interna “ (2016: LXXXV).

Longe de se por em causa a realidade destas afirmações, somos contudo forçados a perguntar se tem mesmo de ser sempre assim? É uma pergunta que só os tempos vindouros poderão trazer-nos respostas. Todavia, se continuarmos a admitir o desgaste da democracia representativa como absolutamente normal e não compreendermos a evolução no espaço/tempo, do “ mundo que pula e avança “, podemos até estar à vista de presenciarmos novamente, a interrupção do ciclo da vida democrática.

A abstração dos cidadãos portugueses pelos seus direitos de cidadania que identificámos é outro dos obstáculos à afirmação dos mecanismos de democracia direta no sistema político português. Neste contexto, existe, como foi verificado, uma relação intrínseca entre problemas históricos e estruturais sobre a débil participação política dos cidadãos nacionais, e vontade política das instituições e agentes políticos. Nas 2 consultas populares locais realizadas na Junta de Freguesia de Campolide, foram manifestas as depreciações de

⁶⁶ Os outros três são :Presidencialismo, o Referendo e a Iniciativa (como um só) e Destituição.

um grupo de cidadãos e de vários quadrantes institucionais, nomeadamente da Provedoria da Justiça, particularmente sobre a realização do segundo mini referendo aos residentes de uma determinada artéria da Freguesia que foram convidados a pronunciarem-se sobre o calçamento das ruas naquele local. Esta polémica consulta popular local, não teve muita adesão (30%) – circunstância já esperada pelo executivo –, e só foi possível com a vontade e persistência do executivo liderado pelo Dr. André Couto, que quase contra tudo e contra todos, quis pelo direito que lhe foi legitimado, ouvir a opinião de uma parte daquela população e não os 15.000 recenseados na Freguesia, facto destacado no espaço mediático.

Como mencionamos, e de acordo com António Filipe (2016 b: CII), há uma linha grossa que separa a vontade e comunicação teórica dos cidadãos, quando por exemplo, se manifestam a favor do incremento dos dispositivos de democracia direta, e, a prática da sua ação política. Tal como nos referiu o Dr. Gusmão na nossa entrevista, os cidadãos nacionais não estão muito predispostos para a participação política e cívica, excepto “ para o desporto “ (2016: CXLVI). Pequito Teixeira destaca-nos que:

“ (...) do ponto de vista das teorias do capital social, seria expectável que nas democracias mais recentes, que passaram por longas experiências de dominação autoritária durante a qual a vida associativa foi reprimida ou desincentivada, os processos de transição e consolidação democrática (...) contribuísem para o aumento dos níveis de confiança social. Pelo menos em Portugal, tal assim não aconteceu: os níveis de associativismo e de activismo social e político mantêm-se ainda hoje extremamente baixos, especialmente, quando comparados com a maioria das democracias europeias, (...) “ (2009:549).

Do ponto de vista de estabelecermos resposta ao segundo objetivo principal e segunda pergunta de partida desta dissertação, indicamos no Título **5.3.** uma série de medidas inseridas numa agenda de reforma política ou seja, um conjunto de propostas políticas para aligeirar, remover ou transpor os obstáculos à afirmação da democracia semidireta em Portugal, identificados no quarto subcapítulo. Basicamente, elas passam por uma nova revisão constitucional (a oitava), com conseqüente revisão do sistema eleitoral, de modo não só a alterar o ultrapassado modelo de listas fechadas e bloqueadas como também, alargar aos cidadãos nacionais, a capacidade da petição e iniciativa legislativa, poder ser concretizada com a realização de um referendo, tal como na Suíça. Mas na verdade, mesmo com a força da subscrição de 121.000 peticionários, como aconteceu com a Petição nº 495/X/3ª contra o AO de 1990, verificou-se que a conveniência de interesses políticos e económicos, esteve muito

para além do interesse em chamar os portugueses a pronunciarem-se sobre este relevante tema nacional. Estas mudanças constitucionais e jurídicas poderão servir para outrossim, permitir a entrada dos GCE no Parlamento, hipótese travada sucessivamente pela tutela de poderes dos quatro órgãos de soberania em Portugal.

Propusemos igualmente, repensar-se a ética sobre os valores financeiros atribuídos pelo Estado aos Partidos Políticos, e reconsiderar-se novamente o tema da Regionalização, porque um Estado centralizador não incentiva a participação política dos cidadãos. No sistema educativo nacional, sugerimos a integração definitiva da disciplina de Ciência Política como uma das cadeiras oficiais dos 3 ciclos do ensino básico para além de já estar, com algumas condicionantes, oficializada no ensino secundário complementar. Sobre a problemática do cidadão educado, Bobbio (1997:31) refere-nos que “a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática”, e se o cidadão não for educado politicamente é mais facilmente conduzido para a abstração dos seus direitos de cidadania.

Igualmente não esquecemos, o debate sobre o alargamento do direito de exercício do voto em todos os tipos de sufrágios, no intuito de baixar a idade mínima dos 18 para os 16 anos e tomando em conta o exemplo islandês, abrir-se a possibilidade de se constituir oficialmente uma Assembleia Nacional de Cidadãos de maior idade, responsáveis, candidatos e posteriormente sorteados de 2 em 2 anos, de modo a aferirem e controlarem a ação do poder político em Portugal que pode estar em conflito com as legítimas aspirações dos portugueses. Foi aliás na Islândia que se testemunhou, não ser tão fantasiosa como isso, a tese de Ostrogorski, na qual o autor russo, propunha a existência de partidos temporários. É óbvio que esta agenda arrastaria consigo profundas reformas no nosso sistema político.

As nossas propostas tiveram identicamente em conta, a possibilidade de subirmos de posição – a atual situa-se no lugar 33 –, integrada numa tabela incluída nas chamadas democracias imperfeitas, conforme o relatório do “The Economist Intelligent Unit – Democracy Index 2015” que avaliou o estado das democracias em 167 países, no ano 2015. É uma tentativa no sentido de fazermos parte das democracias plenas ou consolidadas, nas quais se integram os dois países analisados nesta dissertação – Islândia (2º) e Suíça (6º) –. O modesto lugar de Portugal apresentado nesta lista, é um facto que deve ser repensado na consciência dos decisores políticos e dos cidadãos nacionais, tendo em conta especialmente, os débeis indicadores confirmados na “Participação e Cultura Política”, dois elementos chave, a implicarem diretamente nos 137.092.831 abstencionistas identificados em todas as eleições tradicionais realizadas em Portugal no pós 25 de Abril de 1974 com sufrágio direto e

universal, não se somando aqui, a elevada abstenção observada por exemplo, nos resultados dos 3 referendos nacionais.

Também confirmámos neste estudo que democracia direta e democracia representativa não se podem ignorar ou eliminar uma à outra. Elas não se desligam, complementam-se. Esta simbiose de duas formas de operacionalização da democracia, já era assim na Atenas clássica e ainda hoje é uma realidade. Aliás, o facto de haver representantes substituíveis, aproxima-nos da democracia direta. A democracia representativa é por isso oriunda da direta. Estamos perante “ um género anfíbio e um continuum “ preconizados por Bobbio, “ (...) no qual é difícil dizer onde termina a primeira e onde começa a segunda (1984: 52). Todavia, o uso de mecanismos de democracia semidireta, também depende de eles serem praticados com maior ou menor grau de assiduidade, onde neste caso, se encontra Portugal. Na verdade, a sua aplicação é usada conforme as especificidades de cada país e dentro deste contexto, por questões de cariz histórico, a identidade portuguesa é diferente da suíça.

Por outro lado, apuramos neste trabalho que democracia e participação política cidadã, jamais se esgotam nos partidos políticos, apesar de eles ainda serem oficialmente as estruturas clássicas da representação e as principais organizações intermediárias, as pontes, entre a sociedade civil e o poder político institucional. Na mobilização para a campanha dos três referendos nacionais, os Partidos políticos presentes, não foram substituídos pelos GCE, condição que não invalida o crescimento destes movimentos a nível local, a contribuírem para a redução da abstenção em eleições autárquicas desde 2001 e que, ainda sonham com a realidade de uma presença futura nos assentos parlamentares da AR. Num cenário político em que os mecanismos de democracia direta em Portugal, ainda são vistos pela tutela política com demasiada contenção, estamos perante uma hipótese que não se pode refutar pois segundo Belchior, “ tem (...) sido equacionada por alguns movimentos cívicos e alguns (poucos) políticos a possibilidade de as candidaturas de cidadãos independentes se estenderem também às eleições para a Assembleia da República, (...) “ (2015:40). Segundo esta autora, os GCE foram mesmo a quarta força política com maior número de votos nas autárquicas – 7% para as CM e AM e 10% para as AF – (Idem, Ibidem). Há inclusive, uma perda de terreno dos Partidos tradicionais a nível local para as candidaturas destes GCE. Mesmo sabendo-se que estes movimentos integram pessoas que não são tão independentes partidariamente como isso, na verdade, os GCE estão associados à emergência de novos mecanismos de participação direta dos cidadãos na vida política do País, para além de referendos, petições ou iniciativas legislativas populares. Eis uma das possibilidades para a afirmação dos mecanismos de democracia semidireta em Portugal. As candidaturas de GCE às autarquias, foram assim, o

primeiro ensaio para se entrar no monopólio da representação dos partidos políticos. Seja como for, se existiram delongas na consagração institucional de GCE poderem candidatar-se às CM e AM, não vemos perspectivas que isso deixe de acontecer, ainda mais, para os assentos parlamentares na AR.

Outro caso que reforça esta ideia de que a participação direta cidadã nos processos de tomada de decisão política não acaba nos partidos políticos, é o do crescimento a ter em conta, dos OP de base territorial realizados no País, um modelo de participação direta cidadã na vida local e no processo de decisão, relativamente à aplicação de uma parte do orçamento da autarquia. Outra vasta potencialidade de afirmação dos mecanismos de democracia semidireta no sistema político português, mas que depende novamente de vontade política, particularmente, em atribuir orçamentos mais generosos em relação àqueles que conhecemos. Existe uma disparidade de verbas atribuídas quer às Freguesias quer aos Municípios e que na generalidade se situam aquém das verdadeiras necessidades da vida das populações.

Com 118 OP realizados no biénio 2015/2016, fomos o país que a nível mundial, mais OP realizou. Apesar dos OP em Portugal ainda terem um largo território por desbravar, o número de participantes nestes processos tem evoluído favoravelmente e o caso das experiências de Lisboa é flagrante. O OP de Lisboa começou no biénio 2008/2009, com 2.808 cidadãos participantes e no biénio 2016/2017, contou oficialmente com 51.591, um aumento desde o seu nascimento de 42.130 cidadãos. Apesar deste acréscimo, onde se veem destacando as vantagens dos meios digitais neste processo, não se pode refutar que os resultados ainda estão aquém das expectativas, pois apenas participaram 8,14% dos 517.000 residentes oficiais de Lisboa, conforme os dados apresentados pela CML ⁶⁷, a revelar-nos nestes 9 anos um investimento de 31.305.688 €. Contudo, existe alguma esperança na verdadeira potencialidade deste mecanismo, porque na realidade, os OP realizados em Portugal, nomeadamente o de Lisboa, continuam a refletir todos os anos uma linha tendencial de subida da participação cidadã.

Refletindo a síntese das nossas linhas de força traçadas ao longo da nossa investigação, o Professor Meirinho Martins apoiando-se na linha de pensamento de Gabriel Almond, sublinha que na visão deste politólogo norte-americano, “a legitimidade das democracias modernas depende da participação dos cidadãos” (2010:56), e em Portugal, urge a necessidade em abrir-se o rol de matérias onde o povo português pode participar diretamente na tomada da decisão de políticas públicas, só possível com maior abertura e elasticidade do

⁶⁷ Acedido em <http://www.cm-lisboa.pt/investir/investimento/lisboa-em-numeros>, consulta a 01/09/2016.

nosso sistema político, pois é com a participação política ativa dos cidadãos que a democracia (o governo do povo e para o povo) se robustece.

A nossa viagem no espaço/tempo fica-se entretanto por aqui. Apesar de não haver consenso entre as teses dos teóricos clássicos, sobre a relevância da participação cidadã e dos mecanismos de democracia semidireta conjugados com a representação, e ainda sobre a legitimidade dos representantes, existiu contudo, unanimidade dos nossos 7 entrevistados em reconhecerem as dificuldades de afirmação da democracia semidireta em Portugal, mas na verdade, o conhecimento adquirido pela experiência na universidade da vida, lembra-nos que por mais duros e difíceis que sejam os obstáculos, existe sempre possibilidade de os remover ou contornar. O mesmo acontece com a afirmação dos mecanismos de democracia semidireta ao dispor dos direitos de cidadania política do povo português. Haja vontade política dos decisores políticos e órgãos de soberania, assim como determinação participativa da parte dos nossos cidadãos no processo direto da tomada de decisão de políticas públicas. O impossível será nunca fazermos. Só deste modo, a teoria iluminará a prática.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Diogo Freitas do – *Curso de Direito Administrativo, Vol I*. 3ª Edição, Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2010.
- AMARAL, Diogo Freitas do – *História do Pensamento Político Ocidental*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2012.
- ANTUNES, Melo – *O Sonhador Pragmático. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro*. 3ª Edição, Cruz Quebrada : Editorial Notícias, 2005.
- ARISTÓTELES – *Política*. Edição Bilingue, Lisboa: Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas, 1998.
- ARBLASTER, Anthony – *Democracy*. Third Edition, Buckingham/Philadelphia: Open University Press, 2002.
- BALÃO, Sandra Maria R. – *A Matriz do Poder. Uma visão analítica da Globalização e da Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*. 2ª Edição, Lisboa: ISCSP-UTL, 2014.
- BARATA, Óscar Soares, *In: Sessão de Abertura, FORUM 2000/RENOVAR A ADMINISTRAÇÃO – Regionalização e Desenvolvimento*. Lisboa: ISCSP, 1997.
- BARBER, Benjamim. – *Strong Democracy – Participatory Politics For a New Age*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- BELCHIOR, Ana Maria – *Democracia e Representação Partidária. A elite parlamentar e os cidadãos*. 1ª Edição, Lisboa : ICS, 2010.
- BELCHIOR, Ana Maria – *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos/Relógio D'Água Editores, 2015.
- BESSA, António Marques – *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*. 1ª Edição, Lisboa: ISCSP, 1993.
- BOBBIO, Norberto – *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras de jogo*. 6ª Edição, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, – *Dicionário de Política, Vol I*. 11ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo (org.) – *Teoria Geral da política – A Filosofia política e as Lições dos Clássicos*. 5ª Tiragem, Rio de Janeiro : Editora Campus Ltda, 2000.
- BURDEAU, Georges – *A democracia – Ensaio sintético*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1962.
- CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora, 1975.
- CARVALHO, Manuel Proença de – *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*. 3ª Edição, Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora Lda, 2010.
- CARDOSO, António Lopes – *Os Sistemas Eleitorais*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.
- COELHO, Miguel – *Os Partidos Políticos e o recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal – O caso do PS e do PSD*. 1ª Edição. Lisboa: Europress, 2014.

DAHL, Robert A. – *On Democracy*. New Haven & London: Yale University Press, 2000.

DIAS, Nelson – *Actas de Lisboa. III Encontro Nacional sobre o Orçamento Participativo, 19 e 20 de Junho de 2009*. Lisboa: Orçamento Participativo Portugal 2009.

DUARTE, Feliciano Barreiras – *O Sistema Jurídico-Político Português. Do SemiPresidencialismo, ao Parlamentarismo Unilateral de Conveniência?* 1ª Edição. Lisboa: Âncora Editora, 2016.

FILIPPE, António, « Breves notas sobre o sistema eleitoral português », in FREIRE, André (org.) – *Eleições e Sistemas Eleitorais no século XX Português. Uma Perspectiva Histórica e Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 381- 388, 2011.

FILIPPE, António, – *O Referendo na Experiência Constitucional Portuguesa*. Coimbra: Edições Almedina, 2016 .

FITOUSSI, Jean-Paul & ROSANVALLON, Pierre – *A Nova Era das Desigualdades*. 1.ª Edição, Oeiras: Celta Editora, 1997.

FREIRE, André (organizador) – *Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político. O Caso do Referendo do Aborto, 2007*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

FUKUYAMA, Francis – *O Fim da História e o Último Homem*. 4.ª Edição, Lisboa: Gradiva, 2011.

GASSET, José Ortega y – *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Relógio D' Água Editores, 1989.

GIDDENS, Anthony – *Para uma Terceira Via* . Lisboa: Editorial Presença, 2000.

GIDDENS, Anthony – *O Mundo na Era da Globalização*. 8.ª Edição, Lisboa: Editorial Presença, 2012.

HELD, David – *Models of Democracy*. 2ª Edição, Cambridge: Polity Press, 1996.

HUNTINGTON, Samuel – *The Third Wave Democratization in the Late Twentieth*. Oklahoma : University of Oklahoma Press, 1991.

HUNTINGTON , Samuel – *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. 4ª Edição. Lisboa: Gradiva, 2009.

JALALI, Carlos – *Partidos Políticos e Democracia em Portugal 1974-2005. Da Revolução ao Bipartidarismo*. 2ª Edição, Lisboa : ICS, 2015.

LIJPHART, Arend – *As Democracias Contemporâneas* . Trajectos. Lisboa : Gradiva, 1989.

LISI, Marco – *Os partidos Políticos em Portugal. Continuidade e Transformação*. Coimbra: Almedina, 2011.

LOPES, Teresa Rita (coord.) – *Pessoa Inédito. Fernando Pessoa* .Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

LOURENÇO, Vasco – *Do interior da Revolução. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro*. 1ª Edição, Lisboa: Âncora Editora, 2009.

LOEWENSTEIN, Karl – *Teoria de la Constitución* . Barcelona: Editorial Ariel, 1976.

- MALTEZ, José Adelino – *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: ISCSP-UTL, 1996.
- MALTEZ, José Adelino – *Abecedário de Teoria Política. Ideias e Autores dos Séculos XIX e XX. Pela Santa Liberdade I*: ISCSP-UTL, 2014.
- MAQUIAVAL, Nicolau – *O Príncipe*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1976.
- MARQUES, Fernando Pereira – *Sobre as Causas do Atraso Nacional. Contributos para uma Arqueologia*. Lisboa: Coisas de Ler, 2010.
- MARTINS, Manuel Meirinho – *As Eleições Autárquicas e o Poder dos Cidadãos*. Lisboa : Vega, 1996.
- MARTINS, Manuel Meirinho – *Participação Política e grupos de Cidadãos Eleitores. Um contributo para o estudo da Democracia Portuguesa*. Lisboa : ISCSP/UTL, 2003.
- MARTINS, Manuel Meirinho – *Representação Política. Eleições e Sistemas Eleitorais. Uma Introdução*. Lisboa: ISCSP, 2008.
- MARTINS, Manuel Meirinho – *Cidadania e Participação Política – temas e perspectivas de análise*. Lisboa : ISCSP-UTL, 2010.
- MENDES, Maria de Fátima Abrantes – *Lei Orgânica do Regime do Referendo. Actualizada, Anotada e Comentada*. Lisboa: CNE, 2006.
- MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. 3ª Edição, Coimbra: Almedina, 2006.
- NEVES, Fernando dos – *Políticas, Políticos, Política, Político, 1965-2015*. Lisboa: Kairológia Editora, 2016.
- OSTROGORSKI, Moisei – *La Démocratie et les Partis Politique* S.I. : Fayard, 1993.
- PASQUINO, Gianfranco «Partitocracia», in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, – *Dicionário de Política, Vol I*. 11ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- PASQUINO, Gianfranco – *Sistemas Políticos Comparados*. 1ª Edição, Cascais: Principia, 2005.
- PINTO, José Filipe – *O Poder em Portugal. Partidos Políticos e Cidadãos: Espaço para Dois*. Coimbra: Almedina, 2015.
- PLATÃO – *A República*. 2.ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.
- QUEIRÓS, Eça de, – *As Farpas* (coord. de Maria Filomena Mónica) . Lisboa: Principia, 2004.
- ROSAS, Fernando (coord.) & MATTOSO, José. (dir.). – *História de Portugal: Sétimo Volume – O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contrato Social*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1974.
- SÁ, Luís, In: FORUM 2000/RENOVAR A ADMINISTRAÇÃO – *Regionalização e Desenvolvimento*. Lisboa: ISCSP, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa Santos – *Democracia e Participação. O caso do orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos – *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SARMENTO, Cristina Montalvão – *Teorias e Práticas Políticas dos Anos 60*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

SEBASTIÃO, Sónia M. Pedro – *A Democracia Directa ainda interessa? O caso Suíço*. Lisboa: ISCSP-UTL, 2005.

SCHILLER, Theo, «Democracy, Direct», in BADIE, B., SCHLOSSER, D. B. , MORLINO L. (Edts.) – *International Encyclopedia of Political Science* – . Thousand Oaks : SAGE Publications, Inc. , pp. 560-566, 2011.

SOBRAL, José Manuel – *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos/ Relógio D'Água Editores 2012.

TEIXEIRA, Conceição Pequito – *O Povo Semi Soberano, Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal (1990-2003)*. Coimbra: Almedina, 2009.

TOFFLER, Alvin – *Previsões e Premissas*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1983.

TOURAINÉ, Alain – *O que é a Democracia ?*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

OUTRAS FONTES:

Documentos Oficiais e legislação

CANOTILHO, G.J.J. & MOREIRA, V. – *Constituição da República Portuguesa e Lei do Tribunal Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª série, nº5, 1º Suplemento de 06 de Janeiro de 2017 (Despacho governamental nº436-A/2017)

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª serie, nº 21, de 30 de Janeiro de 2017.

ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS 2014. Instituto Nacional de Estatística, IP, Edição 2015.

ESTATUTOS do PPD/PSD, aprovados no XXXIV Congresso – Lisboa, 23, 24 e 25 de Março de 2012.

ESTATUTOS do PS, aprovados no XX Congresso Nacional em 29 e 30 de Novembro de 2014 e na Comissão Nacional em 31 de Janeiro de 2015.

LEI nº43/90 de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 01 de março, Lei n.º 15/2003, de 04 de Junho, e Lei n.º 45/07, de 24 de agosto.

LEI ORGÂNICA nº 1/2001 de 14 de Agosto.

LEI n.º 17/2003 de 4 de junho – Iniciativa Legislativa de Cidadãos –, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/2012, de 24 de julho e Lei Orgânica n.º 1/2016, de 26 de agosto.

LEI nº19/2003 de 20 de JUNHO, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro, Lei Orgânica n.º 5/2015, de 10 de abril e Lei nº 4/2017 de 16 de janeiro.

LEI ORGÂNICA Nº1/2016 de 26 de Agosto (5ª alteração à LEI nº15-A/98, de 03 de Abril – LORR –).

MENDES, Maria de Fátima Abrantes – *Lei Orgânica do Regime do Referendo. Actualizada, Anotada e Comentada*. Lisboa: CNE, 2008. (LEI nº15-A/98, de 03 de Abril (LORR))

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS – *Guia de Disseminação* . S. Brás de Alportel : Portugal Participa (Rede de Autarquias Participativas) / Associação In Loco, 2016.

REGIME JURÍDICO DO REFERENDO LOCAL (versão simples). Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto (LORL).

Artigos em Jornais e Revistas

BOLETIM DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPOLIDE, N.º 45, Ano XII, Setembro de 2012.

BOLETIM DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPOLIDE, N.º 65, Ano XIV, Maio de 2015.

DUARTE, Feliciano Barreiras – “ A Petição “ – . In : JORNAL DE NOTÍCIAS de 04/04/11.

FREIRE, André & MEIRINHO, Martins (orgs) – Sistema eleitoral e qualidade da democracia – Eleições 12, REVISTA DE ASSUNTOS ELEITORAIS (Edição Especial). Cadernos de Administração Interna, Ministério da Administração Interna e Direção Geral de Administração, Novembro de 2009.

MIRANDA, Jorge – “ O REFERENDO E O PLEBISCITO: A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA “ –. CUESTIONES Constitucionales, Núm.19, júlio-deciembre 2008.(Também disponível on-line em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-91932008000200006)

REGO, Ricardo – “ Passos. Candidato até quando?”. Jornal I, número 2.128, de 07/03/16.

TECEDEIRO, Helena – “ Suíços vão a votos entre ficar em Schengen e travar imigrantes “ –. Diário de Notícias, domingo, 18 de outubro de 2015.

TEIXEIRA, António José – “ Editorial “ –. Revista XXI, TER OPINIÃO, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Edição nº7, JUN-DEZ 2016.

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre dos – “ A Crise da Superpotência Americana “. Revista Militar nº2481. Póvoa de Santo Adrião: Europress, Outubro de 2008.

Relatórios

DEMOCRACY INDEX 2012. Democracy at a standstill. A report from The Economist Intelligence Unit, 2013.

DEMOCRACY INDEX 2013. Democracy in limbo. A report from The Economist Intelligence Unit, 2014.

DEMOCRACY INDEX 2014. Democracy and its discontents. A report from The Economist Intelligence Unit, 2015.

DEMOCRACY INDEX 2015. Democracy in an age of anxiety. A report by The Economist Intelligence Unit. London: The Economist, 2016.

DUARTE, Feliciano Barreiras, 2009 – “ Relatório Final da 12ª Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura Sobre a Petição nº 495/3ª/X sobre o AO “ –

STANDARD EUROBAROMETER 83, REPORT “PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION “. European Commission. Directorate-General for Communication. Fieldwork: May 2015, Publication: July 2015.

Webgrafia

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Espaço Cidadão, 2016, – “Direito de Petição “–, pesquisado em <http://www.parlamento.pt/EspacoCidadao/paginas/direitopeticao.aspx>., consulta a 10 de Outubro de 2016.

ASSOCIAÇÃO IN LOCO/FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL “Minha Terra “, 2016 – “Orçamentos Participativos em Alta “– acedido em <http://www.minhaterra.pt/orcamentos-participativos-em-alta.T12849.php>., consulta a 31/01/2017.

BANHA, Inês, 2015, – “Movimento pede anulação de referendo sobre calçada ao Tribunal Constitucional “–. In : DN on – line de 07/03/15, acedido em <http://www.dn.pt/portugal/interior/movimento-pede-anulacao-de-referendo-sobre-calcada-ao-tribunal-constitucional-4439682.html>, consulta a 18 /04 2016.

BANCO MUNDIAL, 2006 – “ Portuguese speaking countries “ – , acedido em <http://data.worldbank.org/> , consulta a 08/06/2016.

BAUM, Michael A. & FREIRE, André, 2001– “O Referendo Português Sobre a Regionalização Numa Perspectiva Comparada “– , acedido em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2654642.pdf> , consulta a 10/05/2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2016 – “ Orçamento Participativo/Historial “ – , acedido em <http://www.cm-lisboa.pt/participar/orcamento-participativo/historial>, consulta a 03/02/2017 e – “ Lisboa em números “ – acedido em <http://www.cm-lisboa.pt/investir/investimento/lisboa-em-numeros> , consulta a 01/09/2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS, 2017 – “ Carta de Princípios “ – , acedido em <http://orcamentoparticipativo.cm-oeiras.pt/estatico/cartaprincipios2014.aspx> , consulta a 18/07/2016.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, 2015 – “ Resultados Eleitorais, Referendo de 28/06/1998, Resultados Eleitorais, Referendo de 08/11/1998 e Resultados Eleitorais, Referendo de 11/02/2007 “–, disponíveis respetivamente em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=28&mes=06&ano=1998&eleicao=re1>, <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=08&mes=11&ano=1998&eleicao=re2a> e <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=11&mes=02&ano=2007&eleicao=re1>, sites consultados a 09/10/11/07/2015.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2014 – “ 1933 – Plebiscito à Constituição “ – , acedido em <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/1933-plebiscito-a-constituicao/>, consulta a 08/07/15.

MUNDO PORTUGUÊS, 2015 – “ Portugal é hoje o país da União Europeia com mais emigrantes “ – , Acedido em <http://www.mundoportugues.org/article/view/62309> consulta a 01/09/2016.

EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO (Blog oficial da Petição em defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico), 2008 – “ Petição contra o Acordo ortográfico ultrapassa os 75.000 subscritores “– , acedido em

http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.pt/2008/06/petio-contra-o-acordo-ortografico_28.html , consulta a 12/06/16.

ENTIDADE DE CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS/TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGAL, 2014 – “ Financiamento Partidário de 2014 - Contas Anuais dos Partidos e Financiamento Eleitoral “ –, acedido em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/contas.html> , consulta a 27, 28 e 31 de Julho de 2016.

FUNDAÇÃO, Francisco Manuel dos Santos – “ Pordata 2014, Portugal, População Residente “ –, pesquisado em <http://www.pordata.pt/portugal> , consultado a 30/12/ 2015.

LOPES, Ana Sá, 2013 – “ Sondagem i/Pitagórica.Portugueses querem referendo para decidir Reforma do Estado “ – acedido em <http://pagina.global.blogspot.pt/2013/01/sondagem-ipitagorica-portugueses-querem.html> , consulta a 18 e 29/06/15.

MOURA, Vasco Graça, 2009 – “ O triunfo da Petição “ –, acedido em <http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.pt/2009/04/vasco-graca-moura-o-triunfo-da-peticao.html> , consulta em 08/06/2016.

MOVEMOVIE, em co-produção com a France 2 Cinema, Mars Films e Mely Productions, 2015 – Documentário “ Amanhã “ –, acedido em <https://www.youtube.com/watch?v=x7Z7MdEeiMs> , consulta a 18/01/2017.

OBSERVATÓRIO DA LINGUA PORTUGUESA, 2015 – “ Falantes de Português por Continente “ e “ Estimativas das oito Línguas mais faladas no Mundo “ –, acedido em <http://www.observalinguaportuguesa.org/pt/dados-estatisticos/as-linguas-mais> , consulta entre 08/04/16 e 10/05/16.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS PROCESSOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM PORTUGAL/PORTUGAL PARTICIPA/REDE DE AUTARQUIAS PARTICIPATIVAS, 2017 – “ Parâmetros de Pesquisa “ –, acedido em <http://www.portugalparticipa.pt/Monitoring> , consulta a 20/21/22/02/2017.

PREFEITURA de Porto Alegre, 2016 – “ Orçamento Participativo. Regiões e Temáticas.” –, acedido em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=5# . , consulta em 27/09/2016.

PRESENCE SWITZERLAND PRS, acedido em <http://www.eda.admin.ch/aboutswitzerland/pt/home/politik/uebersicht/bundesrat.html> . , consulta a 28/05/2016.

PÚBLICO, 2012 – “ Lisboa: Moradores escolhem construir jardim em Campolide num referendo local “ –, acedido em <https://www.publico.pt/2012/07/12/local/noticia/lisboa-moradores-escolhem-construir-jardim-em-campolide-num-referendo-local-1554632> , consulta a 17 de Abril de 2016.

RTP, Noticias, 2015 – “ Fernando Gomes responsabiliza PS pela derrota no referendo da regionalização em 1998 “ –, acedido em https://www.rtp.pt/noticias/politica/fernando-gomes-responsabiliza-ps-pela-derrota-no-referendo-da-regionalizacao-em-1998_n801285 , consulta a 12/06/2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa – Intervenção no III Encontro Nacional do Orçamento Participativo, Forum Lisboa, 19 e 20 de Junho de 2009. Acedido em <https://www.youtube.com/watch?v=etcYZL0MhAA> , consultado a 02/06/2016.

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, 2016 – “ Eleições Legislativas 2015 de 04 de Outubro, Resultados Globais “ –, acedido em Análise dos dados em <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/> , consulta a 30 de Julho de 2016.

SVENSON, Pelle – Direct and Representative Democracy – Supplementing, not excluding Each Other. Paper to be presented at the ECPR Joint Sessions, Helsinki, 7-12 May 2007.

Disponível em: <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/3cfd4868-3887-4fd0-94bf267becd23995.pdf> .

SWI swissinfo.ch – “ Democracia Direta. Povo. Participação. Poder “ –, acedido em <https://www.swissinfo.ch/democraciadireta>, consulta a 25/05/2016.

VISÃO ON-LINE, 03/05/2011 – “A crise levou o dinheiro, mas não a criatividade “ –, acedido em <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/a-crise-levou-o-dinheiro-mas-nao-a-criatividade=f600966#ixzz1ufOHQmea>, consulta a 20/05/2016.

Matriz de Epígrafes

Epígrafes

SAGAN, Carl e DRUYAN, Ann – *Sombras de Antepassados Esquecidos*. Lisboa: Gradiva, 2009, p.11.

NOZICK, Robert – *Anarquia, Estado e Utopia*. Rio de Janeiro: Gradiva, 1991, p.13.

GIDDENS, Anthony – *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 2012, p.78

Introdução

SARMENTO, Cristina Montalvão – *Os Guardiões dos Sonhos. Teorias e Práticas Políticas dos Anos 60*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp.17-275.

Capítulo I

BOBBIO, Norberto – *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. 6ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.52.

Capítulo II

SEBASTIÃO, Sónia M. Pedro – *A Democracia Directa ainda interessa? O Caso Suíço*. Lisboa: ISCSP, 2005, p.40.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues – *A Matriz do Poder. Uma visão analítica da Globalização e da Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*, Lisboa: MGI (Portugal), Lda., 2014, p.463.

Conclusões

KUNDERA Milan, *A Insustentável Leveza do Ser*. Alfragide: Leia, SA, 2014, p.10

A Democracia semidireta em Portugal
– Condições e possibilidades para a sua consolidação no
sistema político português –

Nome Completo do Autor: António Carlos Dietrich Lopes

Orientador: Prof. Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca

MATERIAIS EMPÍRICOS

ANEXOS E APÊNDICES (ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADAS)

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciência Política

Lisboa

2017

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

ANEXO 1

Índice da Democracia por tipos de regime e classificação no ranking de 167 países/2015

Tabela nº1 – Democracy Index 2015 (por tipos de Regimes) –

	No. of countries	% of countries	% of world population
Full democracies	20	12.0	8.9
Flawed democracies	59	35.3	39.5
Hybrid regimes	37	22.2	17.5
Authoritarian regimes	51	30.5	34.1

Fonte : The Economist Intelligence Unit, 2016

Tabela nº 2 – Democracy Index 2015 (ranking de 167 Países) –

	Rank	Overall score	Electoral process and pluralism	Functioning of government	Political participation	Political culture	Civil liberties
Full democracies							
Norway	1	9.93	10.00	9.64	10.00	10.00	10.00
Iceland	2	9.58	10.00	9.29	8.89	10.00	9.71
Sweden	3	9.45	9.58	9.64	8.33	10.00	9.71
New Zealand	4	9.26	10.00	9.29	8.89	8.13	10.00
Denmark	5	9.11	9.17	9.29	8.33	9.38	9.41
Switzerland	6	9.09	9.58	9.29	7.78	9.38	9.41
Canada	7	9.08	9.58	9.29	7.78	8.75	10.00
Finland	8	9.03	10.00	8.93	7.78	8.75	9.71
Australia	9	9.01	9.58	8.93	7.78	8.75	10.00
Netherlands	10	8.92	9.58	8.57	8.89	8.13	9.41
Luxembourg	11	8.88	10.00	9.29	6.67	8.75	9.71
Ireland	12	8.85	9.58	7.50	7.78	9.38	10.00
Germany	13	8.64	9.58	8.57	7.78	8.13	9.12
Austria	14	8.54	9.58	7.86	8.33	7.50	9.41
Malta	15	8.39	9.17	8.21	6.11	8.75	9.71
United Kingdom	16	8.31	9.58	7.14	6.67	8.75	9.41
Spain	17	8.30	9.58	7.14	7.22	8.13	9.41
Mauritius	18	8.28	9.17	8.21	5.56	8.75	9.71
Uruguay	19	8.17	10.00	8.93	4.44	7.50	10.00
United States of America	20	8.05	9.17	7.50	7.22	8.13	8.24
Flawed democracies							
Italy	21	7.98	9.58	6.43	7.22	8.13	8.53
South Korea	22	7.97	8.75	7.86	7.22	7.50	8.53
Japan	=23	7.96	9.17	8.21	6.11	7.50	8.82
Costa Rica	=23	7.96	9.58	7.50	6.11	6.88	9.71
Czech Republic	25	7.94	9.58	7.14	6.67	6.88	9.41
Belgium	26	7.93	9.58	8.21	5.56	6.88	9.41
France	27	7.92	9.58	7.14	7.78	6.25	8.82
Botswana	28	7.87	9.17	7.14	6.11	7.50	9.41
Estonia	29	7.85	9.58	7.86	6.11	6.88	8.82
Chile	30	7.84	9.58	8.57	4.44	6.88	9.71
Taiwan	31	7.83	9.58	7.86	6.67	5.63	9.41
Cabo Verde	32	7.81	9.17	7.86	6.67	6.25	9.12
Portugal	33	7.79	9.58	6.43	6.67	6.88	9.41
Israel	34	7.77	9.17	7.14	8.89	7.50	6.18
India	35	7.74	9.58	7.14	7.22	5.63	9.12
Slovenia	36	7.57	9.58	7.14	6.67	5.63	8.82
South Africa	37	7.56	8.33	8.21	8.33	5.00	7.94
Lithuania	38	7.54	9.58	6.07	6.11	6.25	9.71
Cyprus	39	7.53	9.17	6.43	6.67	6.25	9.12
Greece	40	7.45	9.58	5.36	6.67	6.25	9.41
Jamaica	41	7.39	9.17	6.79	5.00	6.88	9.12
Latvia	42	7.37	9.58	5.71	5.56	6.88	9.12
Slovakia	43	7.29	9.58	7.50	5.56	5.00	8.82
Timor-Leste	44	7.24	8.67	7.14	5.56	6.88	7.94
Panama	45	7.19	9.58	6.43	6.11	5.00	8.82

Bulgaria	46	7.14	9.17	6.07	7.22	5.00	8.24
Trinidad and Tobago	47	7.10	9.58	7.14	5.56	5.00	8.24
Poland	48	7.09	9.58	5.71	6.67	4.38	9.12
Indonesia	49	7.03	7.75	7.14	6.67	6.25	7.35
Argentina	50	7.02	9.17	5.00	6.11	6.88	7.94
Brazil	51	6.96	9.58	6.79	5.56	3.75	9.12
Croatia	52	6.93	9.17	6.07	5.56	5.63	8.24
Ghana	53	6.86	8.33	5.71	6.67	6.25	7.35
Philippines	=54	6.84	8.33	5.71	6.67	4.38	9.12
Hungary	=54	6.84	9.17	6.07	4.44	6.88	7.65
Suriname	56	6.77	9.17	6.43	5.00	5.00	8.24
Tunisia	57	6.72	7.00	6.07	7.78	6.88	5.88
Serbia	58	6.71	9.17	5.36	6.67	5.00	7.35
Romania	59	6.68	9.17	5.71	5.00	5.00	8.53
Dominican Republic	60	6.67	8.75	5.71	5.00	6.25	7.65
El Salvador	61	6.64	9.17	6.07	4.44	5.00	8.53
Mongolia	=62	6.62	9.17	5.71	5.00	5.00	8.24
Colombia	=62	6.62	9.17	7.14	3.89	4.38	8.53
Lesotho	64	6.59	8.25	5.36	6.67	5.63	7.06
Peru	65	6.58	9.17	5.00	6.11	4.38	8.24
Mexico	66	6.55	8.33	6.07	7.22	4.38	6.76
Hong Kong	67	6.50	4.33	5.71	5.56	7.50	9.41
Malaysia	68	6.43	6.92	7.86	5.56	6.25	5.59
Sri Lanka	69	6.42	7.83	6.79	5.00	6.88	5.59
Moldova	70	6.35	7.92	4.29	6.67	4.38	8.53
Paraguay	71	6.33	8.33	5.71	5.00	4.38	8.24
Namibia	72	6.31	5.67	5.36	6.67	5.63	8.24
Zambia	73	6.28	7.92	5.36	3.89	6.88	7.35
Singapore	74	6.14	4.33	7.50	5.56	6.25	7.06
Senegal	75	6.08	7.92	5.36	4.44	5.63	7.06
Guyana	76	6.05	7.92	5.36	5.56	4.38	7.06
Papua New Guinea	77	6.03	6.92	6.07	3.89	5.63	7.65
Macedonia	78	6.02	7.33	4.64	6.11	4.38	7.65
Montenegro	79	6.01	7.92	5.71	5.00	4.38	7.06
Hybrid regime							
Guatemala	80	5.92	7.92	6.07	3.89	4.38	7.35
Albania	81	5.91	7.00	4.36	5.56	5.00	7.65
Georgia	82	5.88	8.67	4.29	5.56	5.00	5.88
Ecuador	83	5.87	8.25	4.64	5.00	4.38	7.06
Honduras	84	5.84	8.75	5.71	3.89	4.38	6.47
Bolivia	85	5.75	7.00	5.36	5.00	3.75	7.65
Bangladesh	86	5.73	7.42	5.07	5.00	4.38	6.76
Benin	87	5.72	6.92	5.71	4.44	5.63	5.88
Ukraine	=88	5.70	5.83	3.93	6.67	5.00	7.06
Mali	=88	5.70	7.42	3.93	4.44	6.25	6.47
Fiji	90	5.69	4.58	5.71	6.67	5.63	5.88

Tanzania	91	5.58	7.00	5.00	5.00	5.63	5.29
Malawi	92	5.55	6.58	4.29	4.44	6.25	6.18
Kyrgyz Republic	=93	5.33	7.83	3.29	5.56	5.00	5.00
Kenya	=93	5.33	4.33	5.00	6.67	5.63	5.00
Nicaragua	95	5.26	6.17	3.29	4.44	5.63	6.76
Uganda	96	5.22	5.67	3.57	4.44	6.25	6.18
Turkey	97	5.12	6.67	5.36	5.00	5.63	2.94
Thailand	98	5.09	4.50	3.93	5.56	5.00	6.47
Venezuela	99	5.00	6.08	3.93	5.00	4.38	5.59
Liberia	100	4.95	7.83	0.79	5.56	5.00	5.59
Bhutan	101	4.93	8.33	5.36	2.78	4.38	3.82
Lebanon	102	4.86	4.42	2.14	7.78	4.38	5.59
Madagascar	103	4.85	5.50	2.86	5.56	5.63	4.71
Bosnia and Hercegovina	104	4.83	6.50	2.93	3.89	4.38	6.47
Nepal	105	4.77	3.92	4.29	4.44	5.63	5.59
Burkina Faso	106	4.70	4.42	4.29	4.44	5.63	4.71
Morocco	107	4.66	4.75	4.64	3.89	5.63	4.41
Nigeria	108	4.62	6.08	4.29	3.33	5.00	4.41
Mozambique	109	4.60	4.42	3.57	5.56	5.63	3.82
Palestine	110	4.57	4.75	2.14	7.78	4.38	3.82
Sierra Leone	111	4.55	6.58	1.86	2.78	6.25	5.29
Pakistan	112	4.40	6.00	5.71	2.78	2.50	5.00
Cambodia	113	4.27	3.17	5.71	3.33	5.00	4.12
Myanmar	114	4.14	3.17	3.57	4.44	6.88	2.65
Iraq	115	4.08	4.33	0.07	7.22	4.38	4.41
Armenia	116	4.00	4.33	2.86	4.44	2.50	5.88
Authoritarian							
Mauritania	117	3.96	3.00	4.29	5.00	3.13	4.41
Algeria	118	3.95	3.00	2.21	3.89	6.25	4.41
Haiti	119	3.94	4.75	2.21	2.22	3.75	6.76
Jordan	120	3.86	3.58	3.93	3.89	4.38	3.53
Kuwait	=121	3.85	3.17	4.29	3.89	4.38	3.53
Niger	=121	3.85	6.25	1.14	2.78	4.38	4.71
Ethiopia	123	3.83	0.00	3.57	6.11	5.63	3.82
Gabon	124	3.76	3.00	2.21	4.44	5.00	4.12
Comoros	125	3.71	4.33	2.21	4.44	3.75	3.82
Cameroon	126	3.66	2.00	3.57	3.89	5.00	3.82
Belarus	127	3.62	1.75	3.57	3.89	6.25	2.65
Vietnam	128	3.53	0.00	3.93	3.89	6.88	2.94
Cuba	129	3.52	1.75	4.64	3.89	4.38	2.94
Togo	130	3.41	4.00	1.14	2.78	5.00	4.12

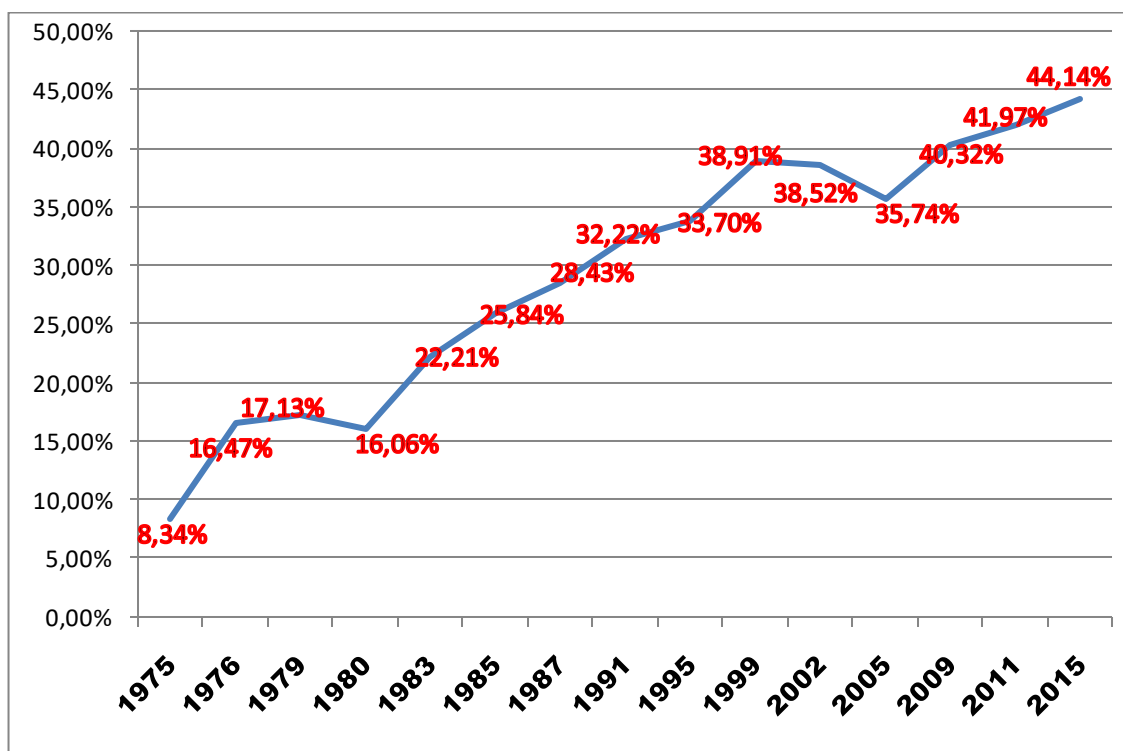
Angola	131	3.35	0.92	3.21	5.00	4.38	3.24
Côte d'Ivoire	=132	3.31	0.00	3.21	3.89	5.63	3.82
Russia	=132	3.31	2.67	2.86	5.00	2.50	3.53
Egypt	=134	3.18	3.00	2.86	3.33	3.75	2.94
Qatar	=134	3.18	0.00	3.93	2.22	5.63	4.12
Guinea	=136	3.14	3.50	0.43	4.44	4.38	2.94
China	=136	3.14	0.00	4.64	3.33	6.25	1.47
Swaziland	138	3.09	0.92	2.86	2.22	5.63	3.82
Rwanda	139	3.07	0.83	5.00	2.22	4.38	2.94
Kazakhstan	140	3.06	0.50	2.14	4.44	4.38	3.82
Zimbabwe	141	3.05	0.50	2.00	3.89	5.63	3.24
Oman	142	3.04	0.00	3.93	2.78	4.38	4.12
Gambia	143	2.97	1.33	3.93	2.22	5.00	2.35
Congo (Brazzaville)	144	2.91	1.67	2.86	3.33	3.75	2.94
Djibouti	145	2.90	0.42	2.50	3.33	5.63	2.65
Bahrain	146	2.79	1.25	3.21	2.78	4.38	2.35
Afghanistan	147	2.77	2.50	1.14	3.89	2.50	3.82
United Arab Emirates	148	2.75	0.00	3.57	2.22	5.00	2.94
Azerbaijan	149	2.71	0.50	2.14	3.33	3.75	3.82
Burundi	150	2.49	0.50	0.43	3.89	5.00	2.65
Sudan	=151	2.37	0.00	1.79	3.89	5.00	1.18
Eritrea	=151	2.37	0.00	2.14	1.67	6.88	1.18
Libya	153	2.25	1.00	0.00	1.67	5.63	2.94
Yemen	154	2.24	0.50	0.36	4.44	5.00	0.88
Laos	155	2.21	0.00	3.21	1.67	5.00	1.18
Iran	156	2.16	0.00	2.86	3.33	3.13	1.47
DRC	157	2.11	0.92	0.71	2.78	4.38	1.76
Uzbekistan	=158	1.95	0.08	1.86	2.22	5.00	0.59
Tajikistan	=158	1.95	0.58	0.07	1.67	6.25	1.18
Guinea-Bissau	=160	1.93	1.67	0.00	2.78	3.13	2.06
Saudi Arabia	=160	1.93	0.00	2.86	2.22	3.13	1.47
Turkmenistan	162	1.83	0.00	0.79	2.78	5.00	0.59
Equatorial Guinea	163	1.77	0.00	0.79	2.22	4.38	1.47
Central African Republic	164	1.57	1.33	0.00	1.67	2.50	2.35
Chad	165	1.50	0.00	0.00	1.11	3.75	2.65
Syria	166	1.43	0.00	0.00	2.78	4.38	0.00
North Korea	167	1.08	0.00	2.50	1.67	1.25	0.00

Fonte : The Economist Intelligence Unit, 2016

ANEXO 2

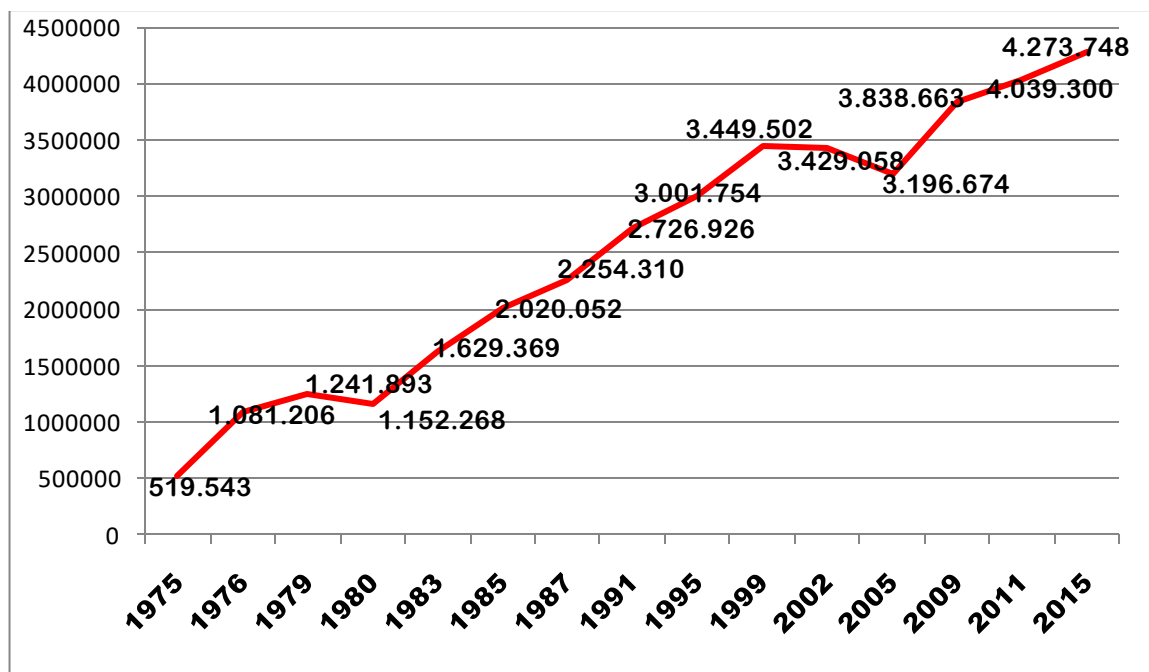
A Abstenção, Votos Brancos/Nulos nos atos eleitorais e Confiança nas Instituições em Portugal

Gráfico nº 1 : Evolução das Taxas de Abstenção nas Eleições Legislativas em Portugal



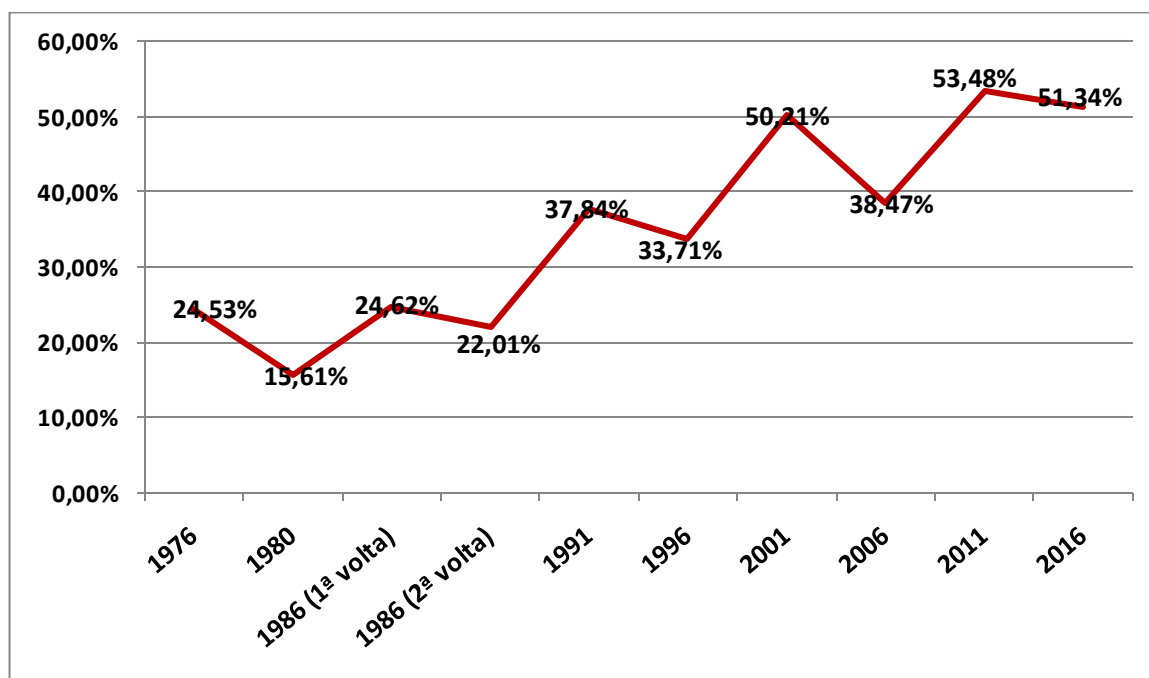
Fonte : SGMAI e CNE

Gráfico nº 2 : Evolução do número de Abstencionistas nas Eleições Legislativas em Portugal



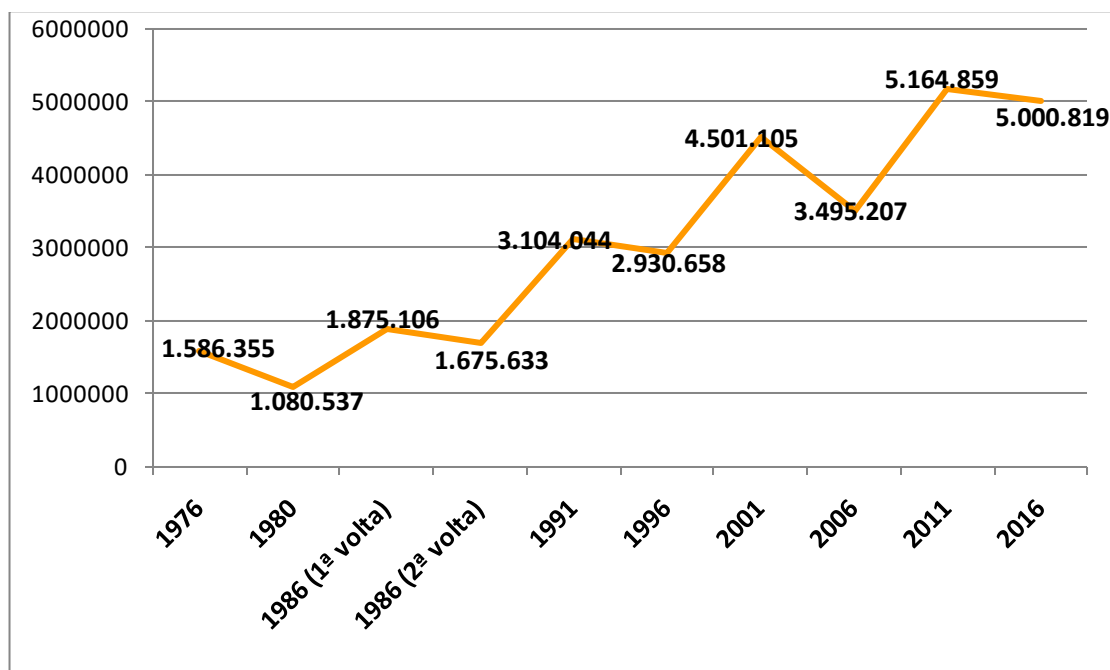
Fonte : SGMAI e CNE

Gráfico nº 3 : Evolução das Taxas de Abstenção nas Eleições Presidenciais em Portugal



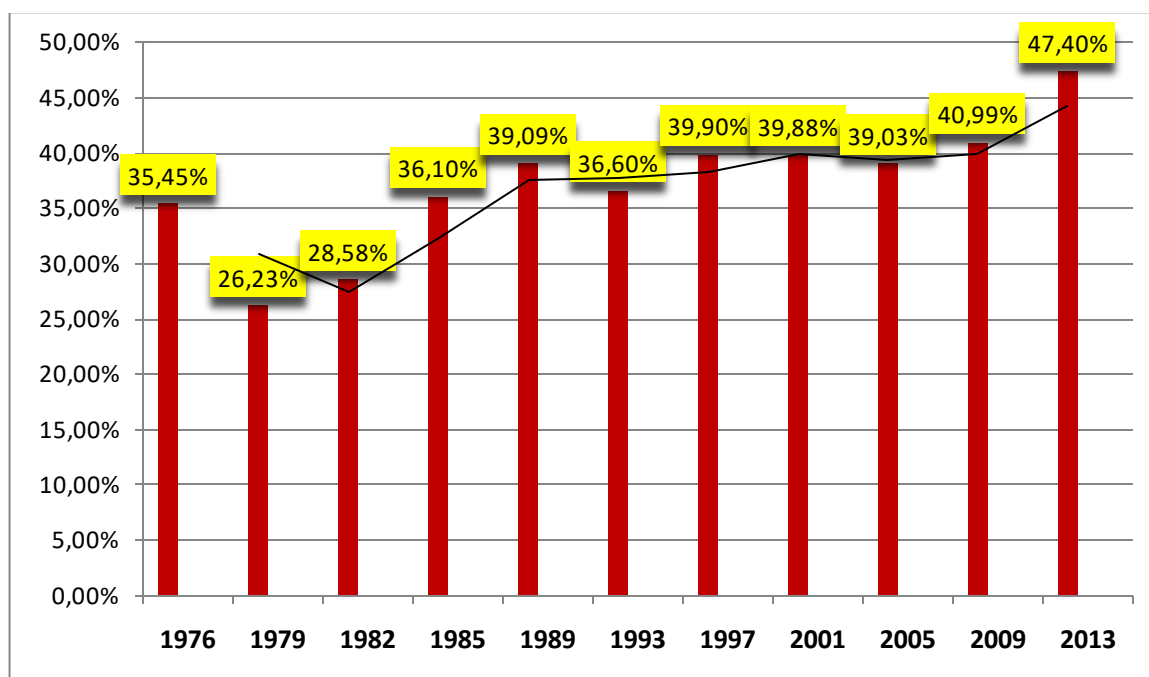
Fonte : SGMAI e CNE

Gráfico nº 4: Evolução do número de Abstencionistas nas Eleições Presidenciais em Portugal



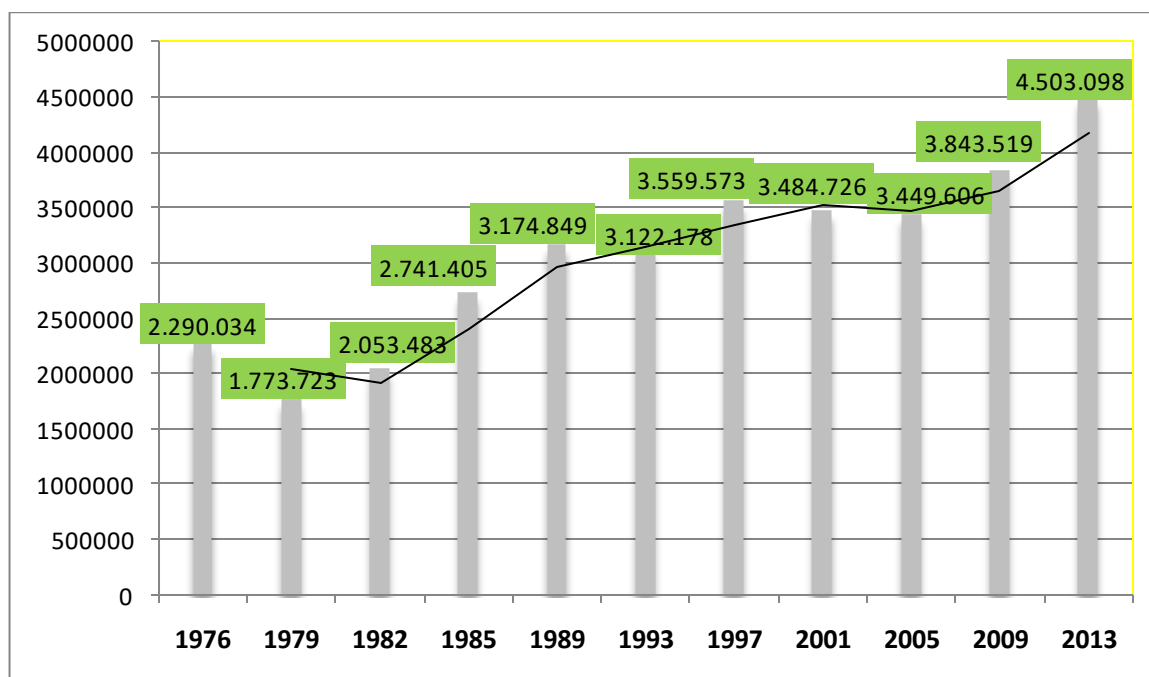
Fonte : SGMAI e CNE

Gráfico nº 5 : Evolução das Taxas de Abstenção nas Eleições Autárquicas (Câmaras, Assembleias Municipal e de Freguesia) em Portugal



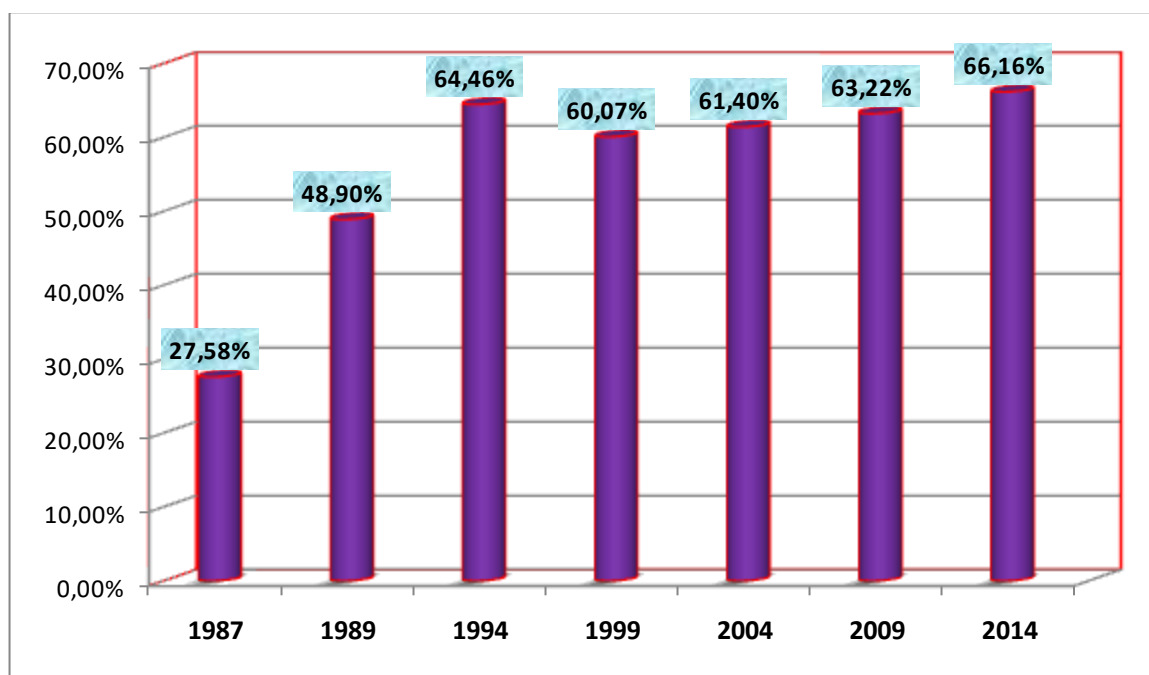
Fonte : SGMAI e CNE

Gráfico nº 6: Evolução do número de Abstencionistas nas Eleições Autárquicas (Câmaras, Assembleias Municipal e de Freguesia) em Portugal



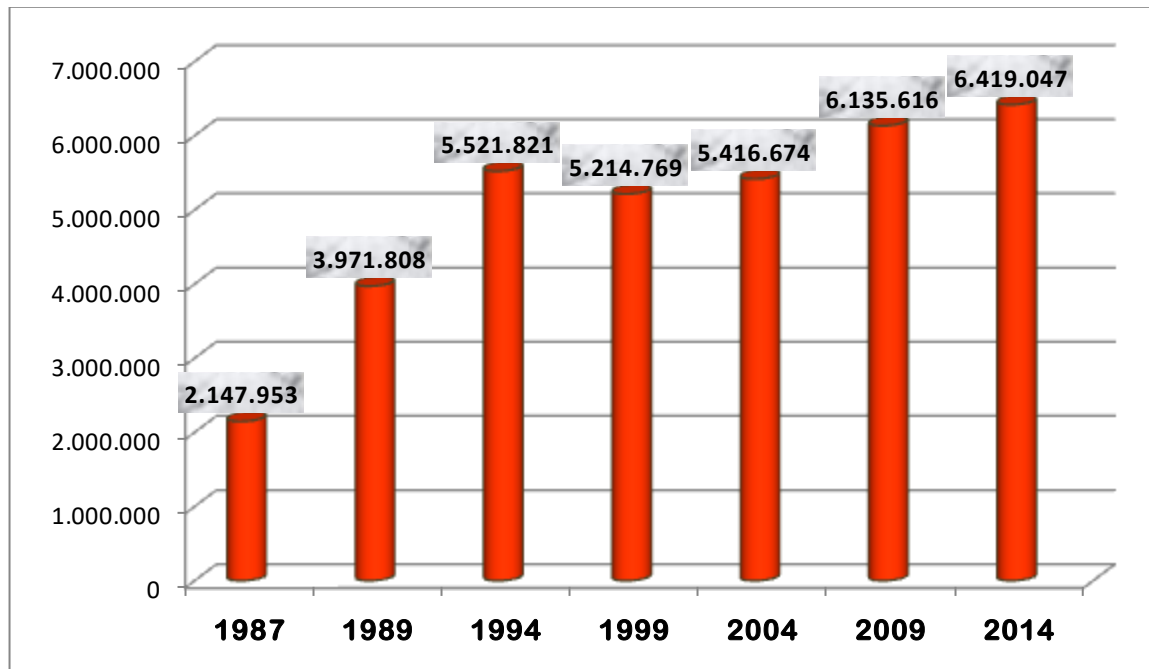
Fonte : SGMAI e CNE

Gráfico nº 7: Evolução das Taxas de Abstenção nas Eleições Europeias (Parlamento Europeu) em Portugal



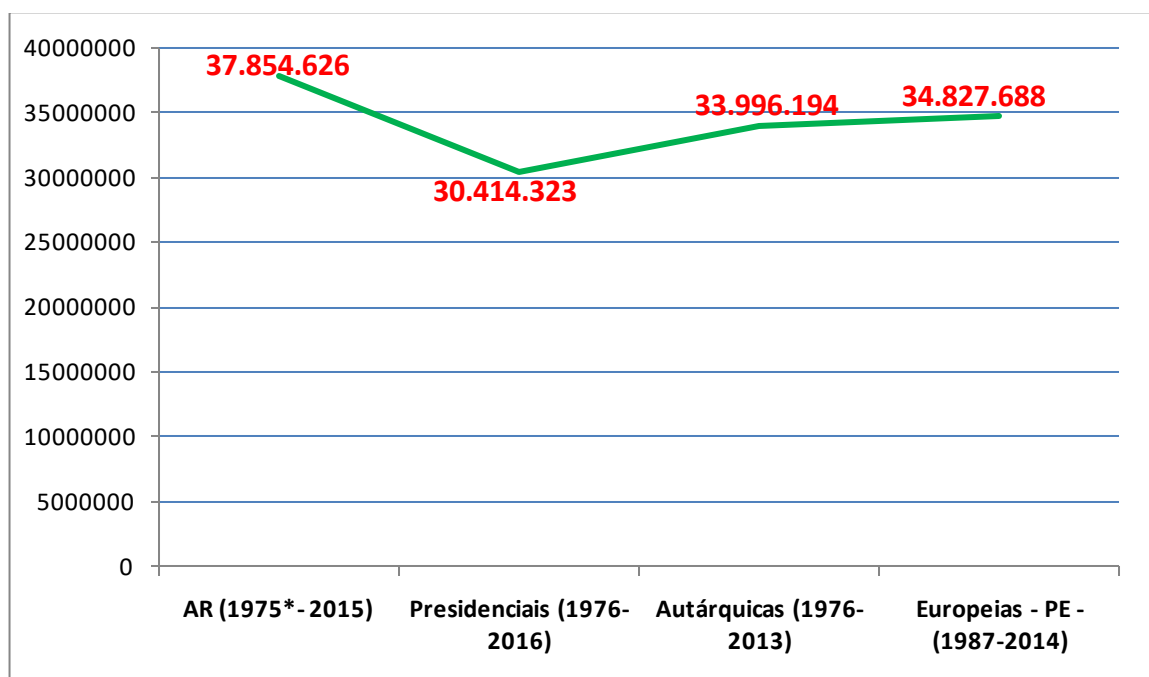
Fonte : SGMAI e CNE

Gráfico nº 8: Evolução do número de Abstencionistas nas Eleições Europeias (Parlamento Europeu) em Portugal



Fonte : SGMAI e CNE

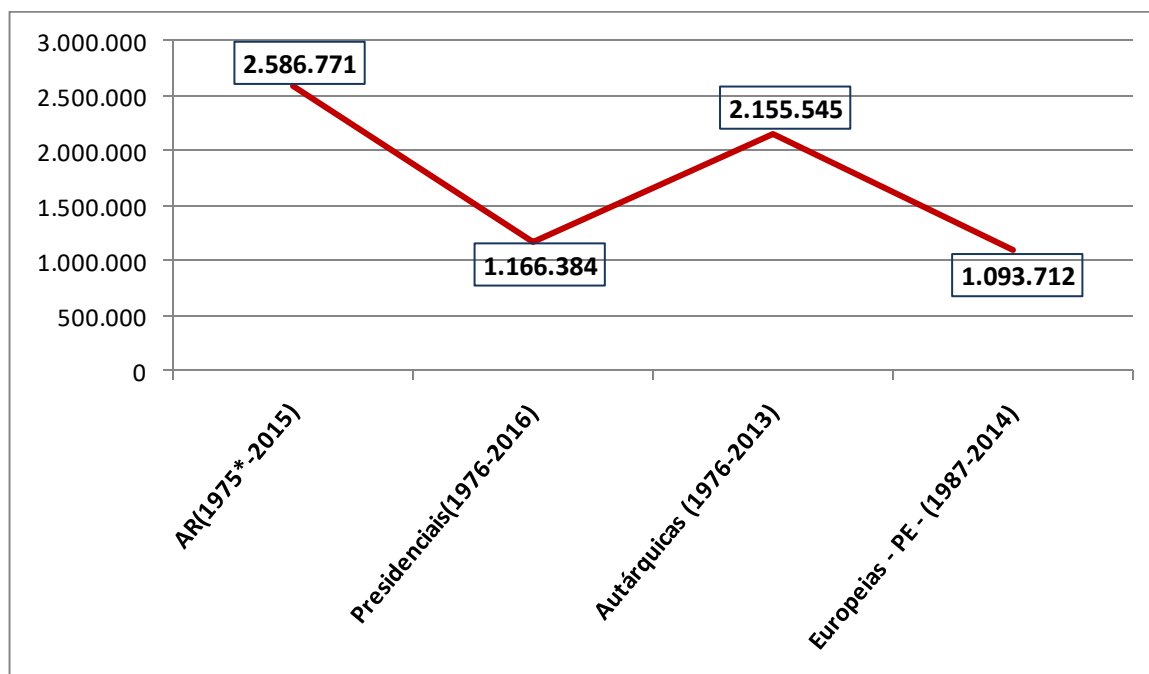
Gráfico nº 9 : Números Totais de Abstencionistas nas Eleições realizadas em Portugal (1975-2016)



Fonte : SGMAI e CNE

* Eleições para a Assembleia Constituinte

Gráfico nº 10: Números Totais de Votos Brancos/Nulos nas Eleições realizadas em Portugal (1975-2016)

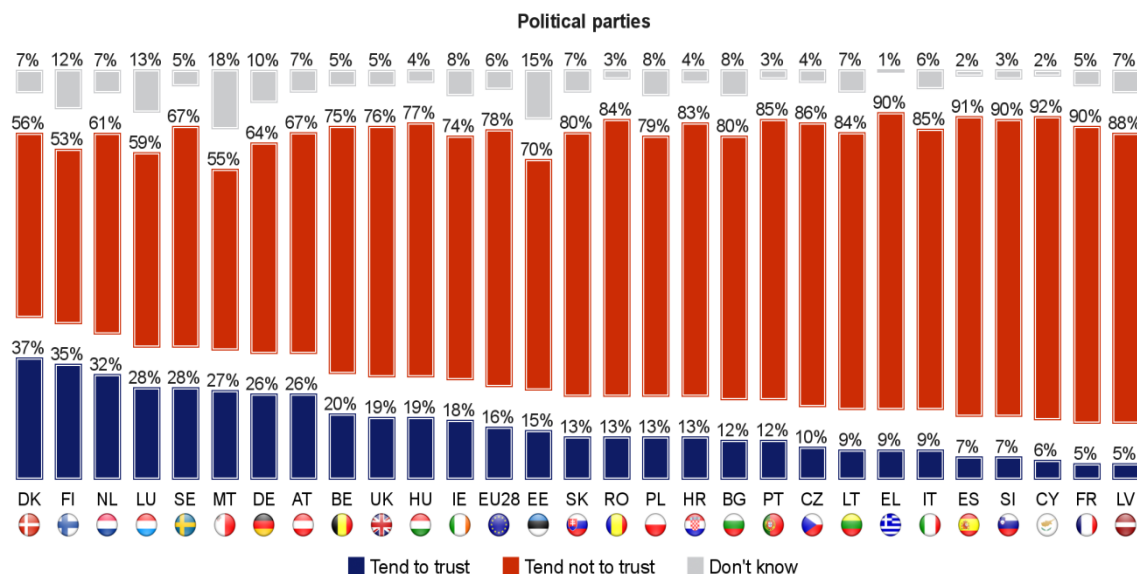


Fonte : SGMAI e CNE

* Eleições para a Assembleia Constituinte

Gráfico nº 11 : (Des)Confiança nos Partidos Políticos em Portugal e na UE (2015)

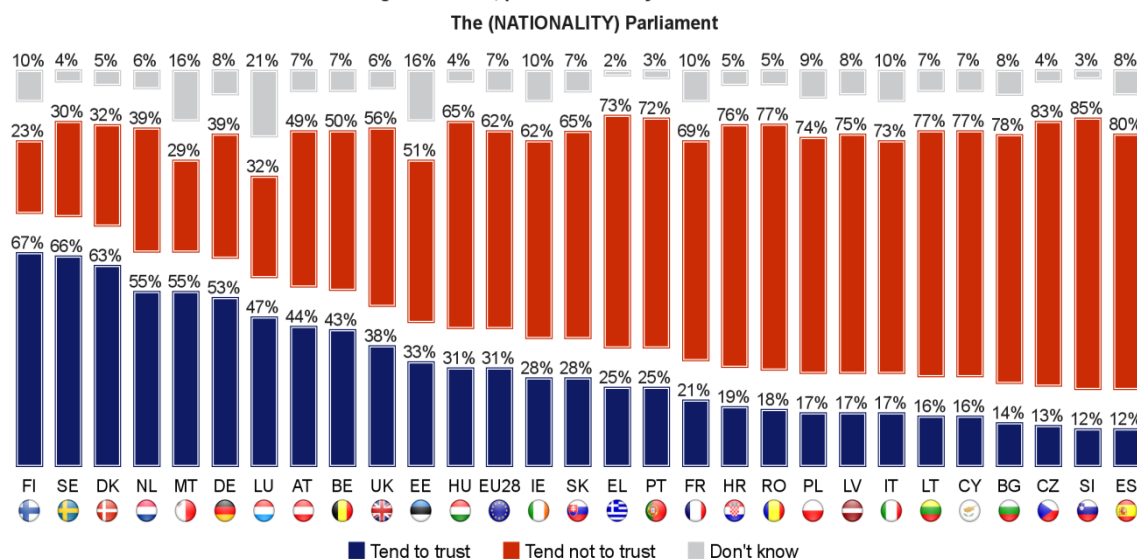
QA8a.4. I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions.
For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it.



Fonte : Standard Eurobarometer 83, Spring 2015. REPORT "PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION", p.71.

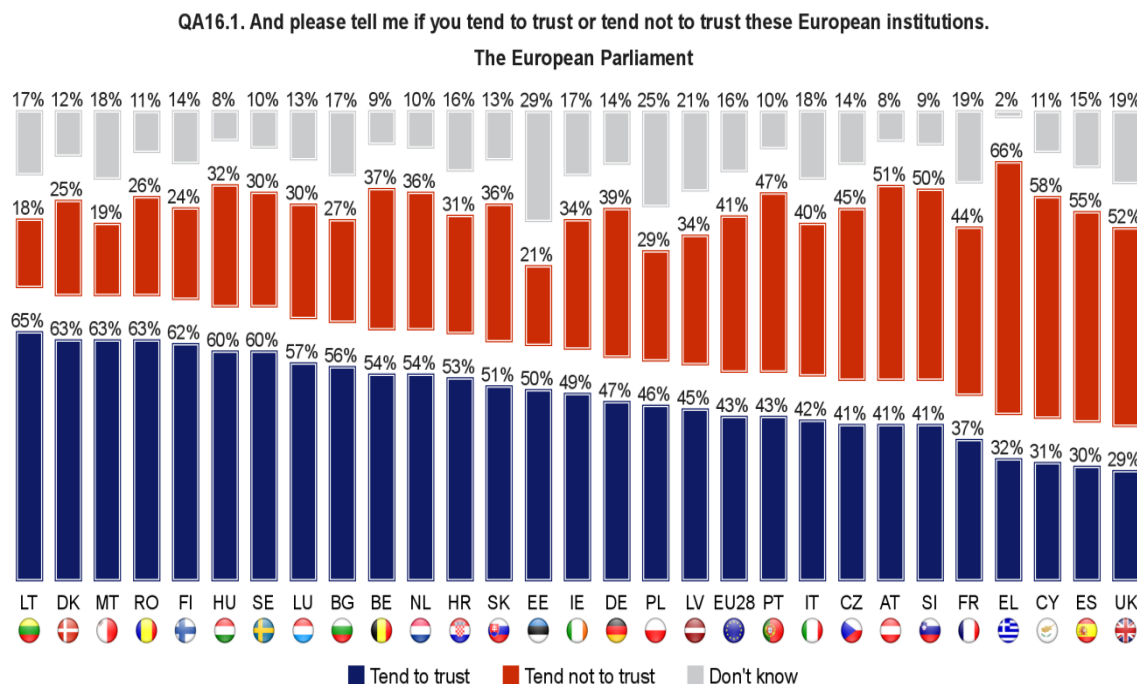
Gráfico nº 12 : (Des)Confiança no Parlamento em Portugal e na UE (2015)

QA8a.7. I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions.
For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it.



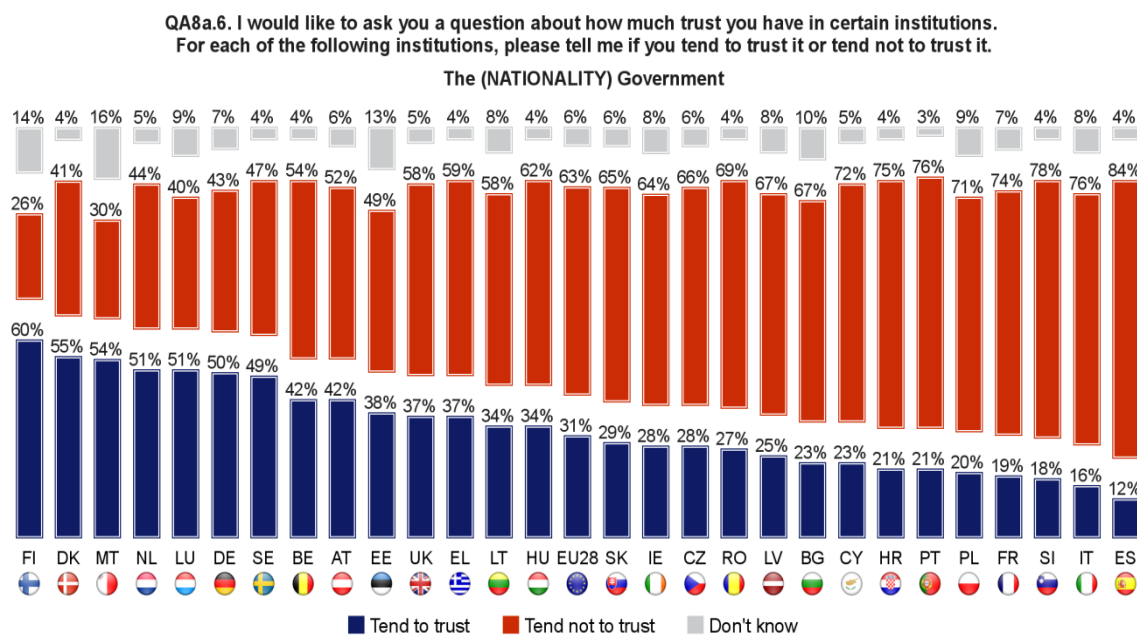
Fonte : Standard Eurobarometer 83, Spring 2015. REPORT "PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION", p.69.

Gráfico nº 13 : (Des)Confiança no PE em Portugal e na UE (2015)



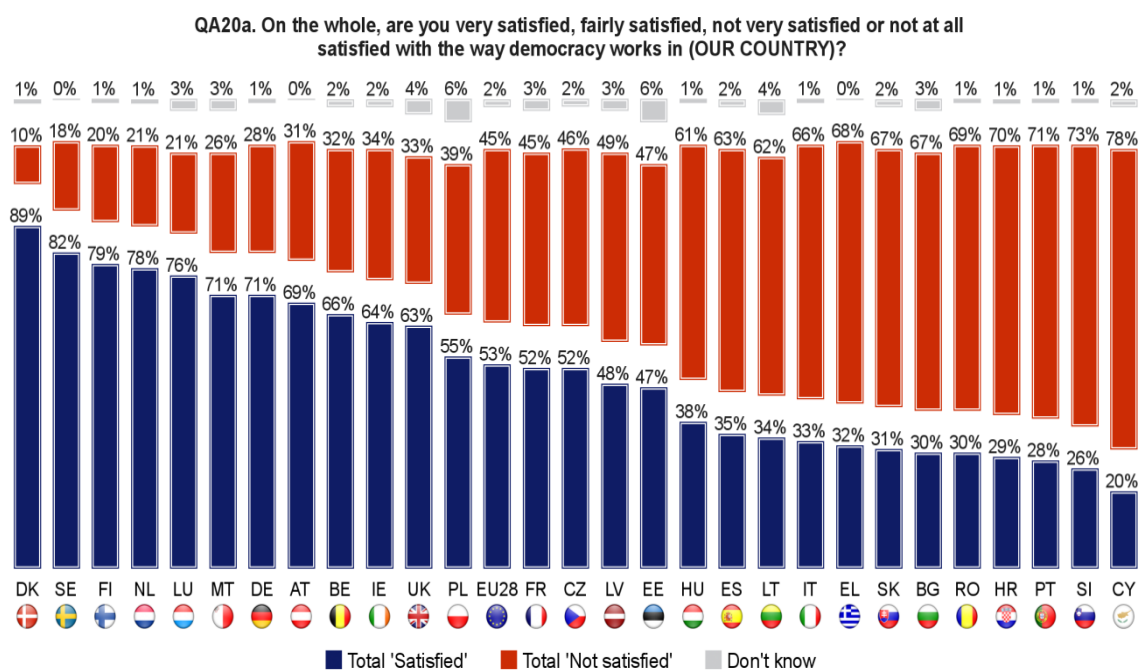
Fonte : Standard Eurobarometer 83, Spring 2015. REPORT “PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION”, p.103.

Gráfico nº 14 : (Des)Confiança no Governo em Portugal e na UE (2015)



Fonte : Standard Eurobarometer 83, Spring 2015. REPORT “PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION”, p.69.

Gráfico nº 15: (In)Satisfação com a democracia em Portugal e na UE (2015)



Fonte : Standard Eurobarometer 83, Spring 2015. REPORT "PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION", p.136.

ANEXO 3

Resultados dos três Referendos Nacionais, realizados em Portugal nos anos de 1998 e 2007

Tabela nº 3: Participação dos cidadãos e resultados no 1º referendo sobre a despenalização interrupção voluntária da gravidez realizado em **28JUN98**

	Votantes		Abstenções		Branco		Nulos	
Eleitores Inscritos	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
8.496.089	2.709.503	31,89	5.786.586	68,11	29.057	1,07	15.562	0,57
	SIM		NÃO					
Total	1.308.130		1.356.754					
Percentagem	48,28 %		50,07%					

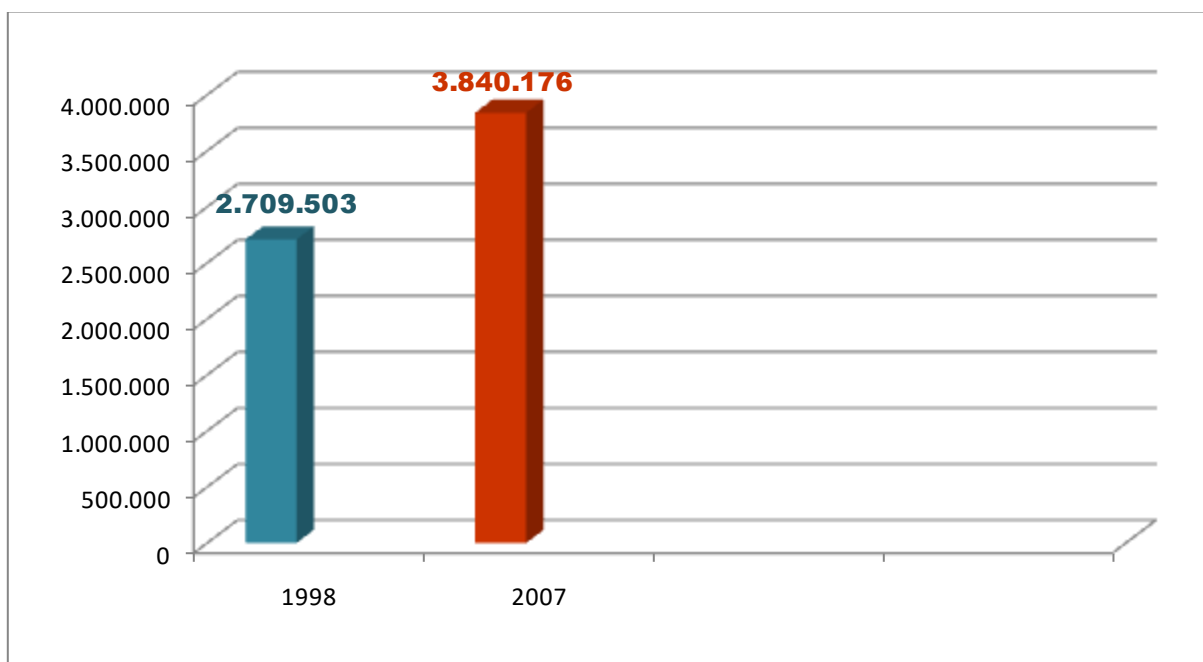
Fonte : Acedido em <http://eleicoes.cne.pt>, consulta a 10, 13, 15 e 16/06/16.

Tabela nº 4 : Participação dos cidadãos e resultados no 2º referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez realizado em **11FEV07**

	Votantes		Abstenções		Branco		Nulos	
Eleitores Inscritos	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
8.814.016	3.840.176	43,57	4.973.840	56,43	48.094	1,25	25.884	0,67
	SIM		NÃO					
Total	2.231.529		1.534.669					
Percentagem	59,25%		40,75%					

Fonte : Acedido em <http://eleicoes.cne.pt>, consulta a 10, 13, 15 e 16/06/16.

Gráfico nº 16 : Nº de Votantes no 1º e 2º Referendos sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, realizados respetivamente em **28JUN98** e **11FEV07**



Fonte : acedido em <http://eleicoes.cne.pt>, consulta a 10, 13, 15 e 16/06/16.

Tabela nº5 : Participação dos cidadãos no referendo sobre a Regionalização realizado em **08NOV98**

	Votantes		Abstenções		Votos Brancos		Votos Nulos	
Inscritos	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
8.632.842	4.171.099	48,29	4.465.743	51,71	57.050	1,37	77.420	1,86

	SIM	NÃO
Total	1.453.749	2.530.802
Percentagem	34,97%	60,87%

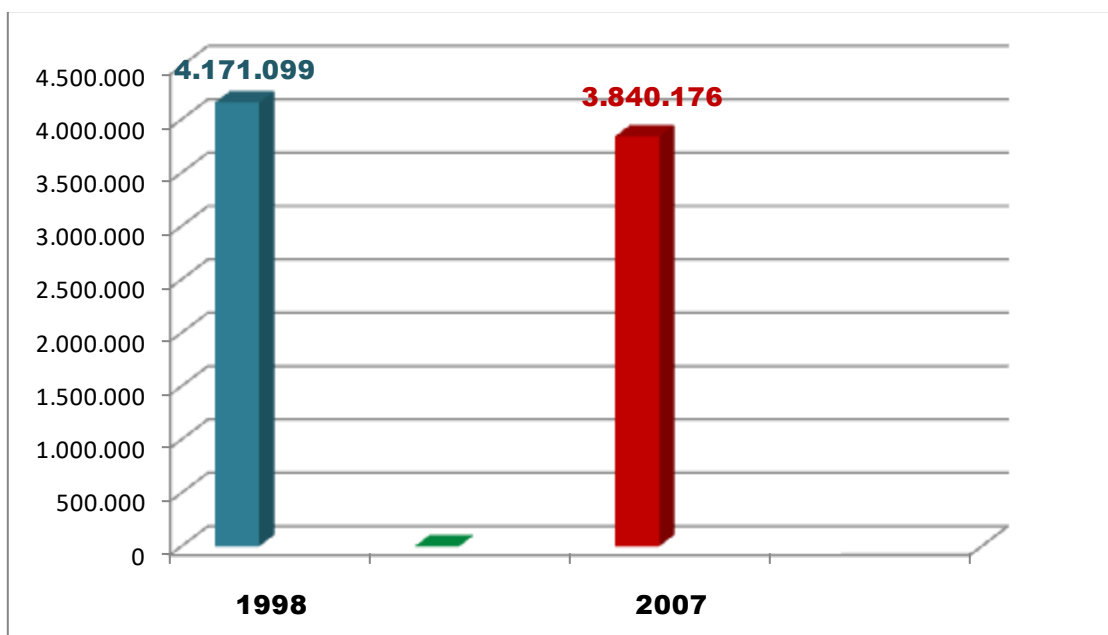
Fonte : Acedido em <http://eleicoes.cne.pt>, consulta a 10, 13, 15 e 16/06/16.

Tabela nº 6 : Respostas dos cidadãos no referendo sobre a Regionalização realizado em **08NOV98**, às Perguntas de Âmbito Nacional e Regional

Pergunta de Âmbito Nacional				Perguntas de Âmbito Regional			
SIM		NÃO		SIM		NÃO	
Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1.458.132	34,96	2.537.822	60,84	1.386.178	33,25	2.457.604	58,92

Fonte : Acedido em <http://eleicoes.cne.pt>, consulta a 10, 13, 15 e 16/06/16.

Gráfico nº 17: Comparação entre o número de Votantes no Referendo sobre a Regionalização e o 2º Referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, realizados respetivamente em 08NOV98 e 11FEV07

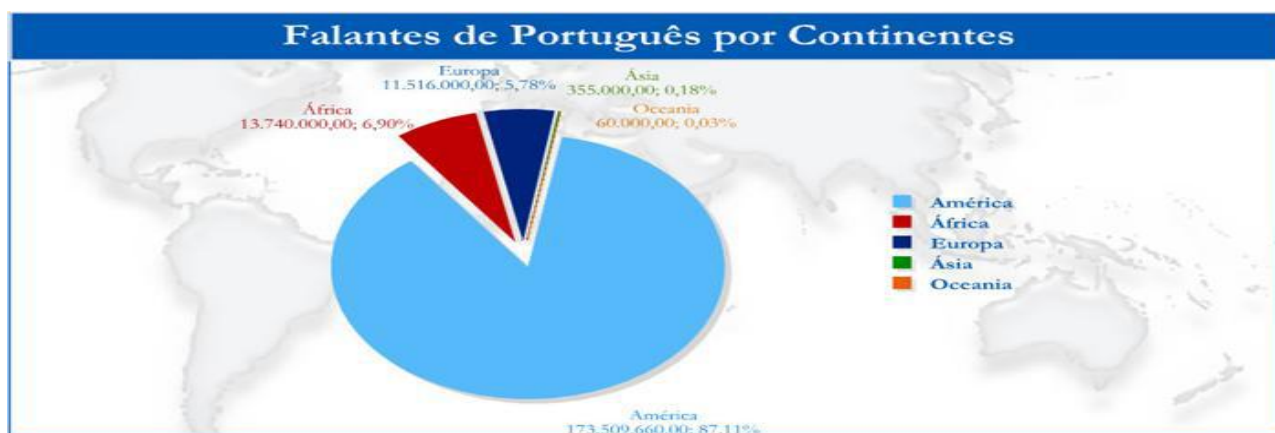


Fonte : Aceído em <http://eleicoes.cne.pt> consulta a 10, 13, 15 e 16/06/16.

ANEXO 4

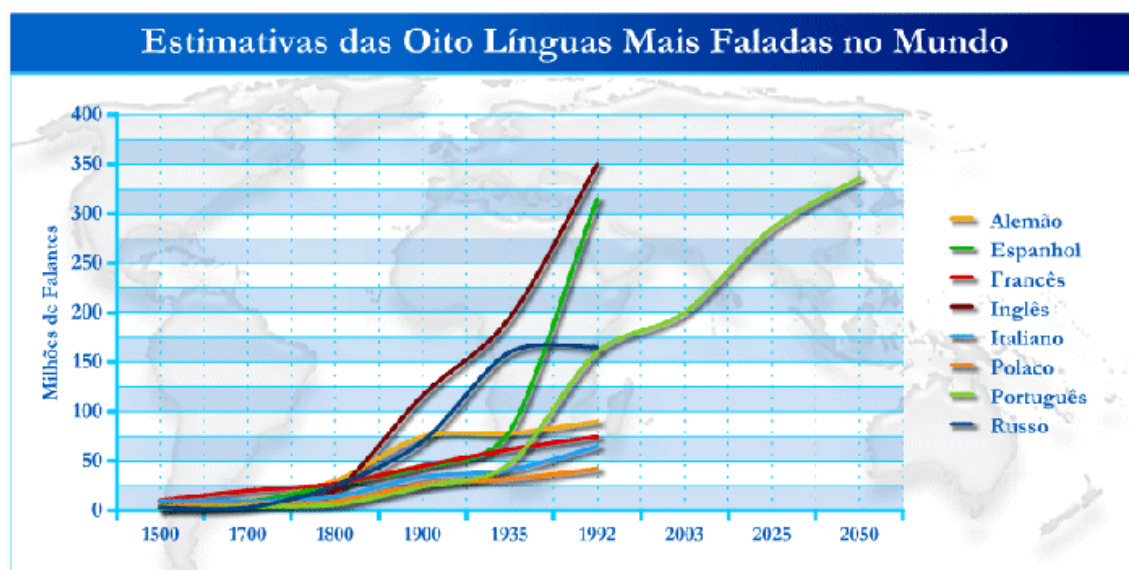
A Língua Portuguesa no Mundo e no espaço do CPLP e evolução das assinaturas da Petição nº495/X/3ª

Gráfico nº 18 :



Fonte : Observatório da Língua Portuguesa, aceído em <http://www.observatorioportuguesa.org/pt/dados-estatisticos/as-linguas-mais>, consulta entre 08/04/16 e 10/05/16.

Gráfico nº 19 :



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa, acessido em <http://www.observalinguaportuguesa.org/pt/dados-estatisticos/as-linguas-mais>, consulta entre 08/04/16 e 10/05/16.

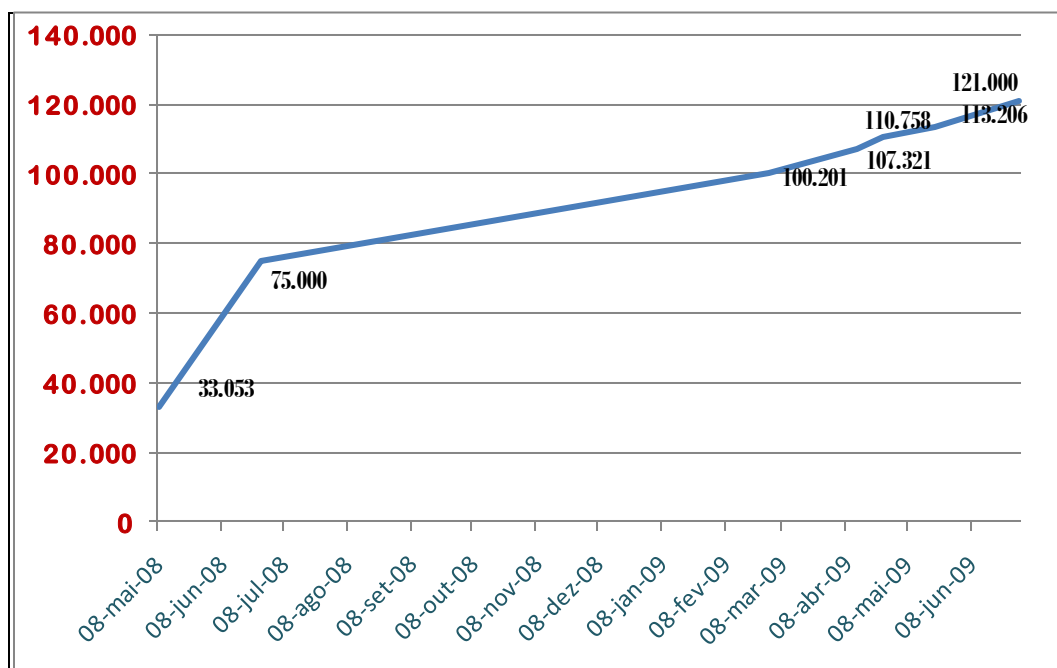
TABELA nº 7: A Língua Portuguesa na CPLP (Comunidade Países de Língua Portuguesa)

Portuguese speaking countries	Population (millions)	World ranking
Brazil	191.6	5
Mozambique	21.4	49
Angola	17.0	56
Portugal	10.6	74
Guinea-Bissau	1.7	145
East Timor	1.1	151
Cape Verde	0.5	161
Saint Tome and Prince	0.2	182
Total		244
Percentage of world population		3.7%

Source: World Bank, 2006

Fonte : Banco Mundial, acessido em <http://data.worldbank.org/>, consulta a 08/06/16.

Gráfico nº 20: Evolução crescente dos subscritores da Petição nº495/X/3ª



Fonte : <http://www.parlamento.pt/EspacoCidadao/paginas/direitopeticao.aspx>., consulta a 10 de Outubro de 2016.

ANEXO 5

Os 5 Referendos Locais realizados em Portugal (1990-2014)

TABELA nº 8: Os números dos 5 Referendos Locais em Portugal

LOCAL/DATA	ELEITORES INSCRITOS	PARTICIPANTES	%	SIM	NÃO
Freguesia de Serreleis (Município de Viana do Castelo) 25 de Abril de 1999	947	726	76,6	351	366
Município de Tavira 13 de Junho de 1999	20.948	7.585	36,2	2.671	4.122
Município de Viana do Castelo 25 de Janeiro 2009	88.114	27.101	30,76	9.934	16.347
Município do Cartaxo 18 de Dezembro de 2011	20.886	2.629	12,59	122	2.484
Freguesia de Milheirós de Poiares (Município de Santa Maria da Feira) 16 de Setembro de 2012	3.283	1.773	54,00	1.417	329

Fonte : António Filipe – *O Referendo na Experiência Constitucional Portuguesa*. Coimbra: Edições Almedina, 2016, pp-359 – 364.

ANEXO 6

Reprodução da Recomendação n.º 1/A/2016 do Provedor da Justiça endereçada em 08 de Abril de 2016 ao Presidente da Junta de Freguesia de Campolide.



Exmo. Senhor
Presidente da Junta de
Freguesia de Campolide
Rua de Campolide, 24-B
1070-036 Lisboa

Lisboa, 8 de abril de 2016

Sua referência Sua comunicação Nossa referência
Ofício n.º 489/2015_cADM 19-11-2015 S-PdJ/2016/3052
Q/1477/2015 (UT1)

Recomendação n.º 1/A/2016

(alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º, da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, na redação da Lei n.º 17/2013, de 18 de fevereiro)

Assunto: procedimento de partilha de decisão – referendo – alteração de pavimento

Nos termos e para os efeitos do disposto da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, na redação da Lei n.º 17/2013, de 18 de fevereiro, e em face da motivação seguidamente apresentada, recomendo à Junta de Freguesia presidida V. Exa que:

Se abstenha de atribuir qualquer valor jurídico ao resultado do denominado «Processo de Partilha de Decisão», que decorreu em 4 e 5 de março de 2015, com vista à alteração da pavimentação de algumas vias de trânsito pedonal na freguesia de Campolide, por ser nulo o ato, nos termos e com os efeitos previstos do n.º 1, do artigo 133.º e 134.º do Código de Procedimento Administrativo, por preterição de formalidades essenciais previstas no Regime Jurídico do Referendo Local, nomeadamente por ter sido preterida a fiscalização prévia do Tribunal Constitucional e da Assembleia Municipal, e por não terem sido respeitadas garantias essenciais de isenção e imparcialidade (designadamente quanto à constituição e funcionamento das mesas de voto).

§1.º Da queixa

Foi-me apresentada uma queixa em que se contestava o procedimento de consulta à população recenseada na freguesia de Campolide, promovido pela Junta de Freguesia de Campolide, a respeito de uma alteração dos passeios de algumas vias de trânsito, induzindo-se os eleitores a manifestarem o seu apoio à substituição da denominada calçada portuguesa por outro tipo de passeio.

Entendia-se que o procedimento não havia observado os requisitos legais previstos na Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, na redação dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de dezembro.

Por um lado, as perguntas revelavam-se parcialmente enunciadas.

Por outro lado, não tinham sido submetidas à fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional.

Por fim, a iniciativa referendo não tinha sequer sido deliberada pela Assembleia de Freguesia.

§2.º Do contraditório

Em abono da legalidade do ato, V. Exa. valeu-se do princípio da autonomia local, do princípio da descentralização democrática da administração pública e da posição privilegiada das juntas de freguesia como interlocutoras dos eleitores de Campolide.

Considerou que «neste âmbito foi adotado um procedimento informal de consulta à população procurando-se com o referido, o levantamento das necessidades da população da Freguesia, tendo em vista encontrar as soluções mais adequadas para os seus anseios».

Adiantou ter-se tratado de uma mera consulta sem carácter vinculativo, ao abrigo do princípio da autonomia local, consignado no n.º 1 do artigo 235.º, n.º 1 e 2 do artigo 242.º e n.º 1 e 2 do 243.º da Constituição.

Invocou ainda a Carta Europeia de Autonomia Local ao estipular, nomeadamente, o direito de os cidadãos participarem na gestão dos assuntos públicos, devendo as autarquias locais beneficiar de uma ampla autonomia quanto às competências, às modalidades do seu exercício e aos meios necessários ao cumprimento da sua missão.

Reforçou esta linha de argumentação, afirmando que só há poder local quando as autarquias são verdadeiramente autónomas e têm amplo grau de autonomia administrativa e financeira.

Por fim, referiu-se a uma crise na democracia que se refletiria numa crise de participação.

Entendeu desviar-se do procedimento próprio do referendo local por se tratar de «um procedimento excessivamente onerado em termos burocráticos que a estrutura da Junta de Freguesia de Campolide não poderia suportar, devido aos poucos recursos financeiros e humanos de que dispõe».

As numerosas quedas e acidentes de pessoas por deficiente estado do pavimento justificariam porém um investimento de vulto, pois a calçada portuguesa não satisfaz os requisitos de mobilidade e acessibilidade próprios do Decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

§3.º Análise da situação reclamada

I - Enquadramento legal

A Constituição da República Portuguesa consagra no artigo 48.º o direito de todos os cidadãos a tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do País, bem como o direito de ser esclarecidos objetivamente sobre atos do Estado e demais entidades públicas.

O referendo local encontra-se previsto no artigo 240.º da Constituição e regulado na Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, na redação dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de dezembro.

A Constituição e a lei pretendem, ao regularem os procedimentos participativos dos cidadãos, com as suas convicções e sugestões, evitar condicionamentos da opinião pública, por forma a imputar-lhe a responsabilidade pela adoção de decisões controvertidas que o decisor político não quer assumir.

A iniciativa do referendo local por parte das freguesias não é uma novidade, nem uma impossibilidade. A freguesia de Milheirós de Poiares, por exemplo, submeteu a referendo a integração da freguesia no município de S. João da Madeira e a freguesia de Serralheis submeteu a referendo a construção de um campo de jogos.

II - Dos termos em que decorreu o procedimento

No Boletim da Junta de Freguesia de Campolide, de fevereiro de 2015, anunciou-se esta iniciativa como «consulta popular».

Na capa do mesmo boletim pode ler-se que «a JFC organizou um debate e uma consulta popular». No editorial, assinado por V. Exa., é afirmado que «decidimos, então, lançar uma nova Consulta Popular». No mesmo Boletim também se denomina a iniciativa como «referendo», designadamente no cabeçalho da reportagem denominada «Tradição ou Segurança».

E no conteúdo desta reportagem (página 4) utilizam-se as duas denominações na mesma frase «consulta popular invulgar, pois não é comum este tipo de referendo à população».

Por seu turno, o regulamento aprovado para o efeito denomina a iniciativa como «Processo de Partilha de Decisão».

Esta volatilidade de denominação da iniciativa constitui uma fonte de equívocos.

Quanto aos termos formais em que se desenvolveu a iniciativa, importa ter presente que os poderes públicos não dispõem de liberdade para configurar consultas à população como se não estivessem subordinados ao princípio da legalidade. E contra este princípio de nada vale invocar a autonomia local ou a descentralização democrática.

Com efeito, estes princípios da organização administrativa encontram o seu fundamento e limite no princípio da legalidade.

Por conseguinte, ou a iniciativa preenchia os pressupostos de uma participação popular regulada na Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, ou os de um referendo local nos termos da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto.

Analisada a iniciativa quanto ao seu enquadramento na Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, verifica-se que não houve nenhum estudo ou projeto previamente elaborados sujeito a consulta pública, nem a participação dos interessados decorreu em conformidade com este regime jurídico.

No procedimento de participação popular não há sufrágio, ao contrário do que tem lugar nos referendos. O que se pretende é recolher observações ou sugestões dos interessados. Por esta razão, não se apresenta nenhuma pergunta, ao contrário do que sucedeu com a iniciativa promovida pela Junta de Freguesia de Campolide.

Por outro lado, no procedimento de participação popular, os sujeitos habilitados a participar no procedimento não se confinam aos eleitores recenseados na freguesia, como no referendo local. A participação é aberta a todos os cidadãos interessados e às coletividades que se propõem defender os chamados interesses difusos que possam vir a ser afetados por aquelas decisões.

O procedimento adotado pela Junta de Freguesia destinou-se aos eleitores recenseados na freguesia e não a todos os possíveis interessados.

Além de o procedimento não se enquadrar no procedimento de participação popular regulado pela Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, nem no objetivo prosseguido, nem no colégio convocado, foram atropeladas formalidades essenciais.

Com efeito, quer a publicidade do procedimento, nos termos previstos no artigo 5.º deste diploma (publicitação em jornais diários e regionais) quer a disponibilização dos estudos e outros elementos instrutórios das obras sob consulta, conforme resulta do artigo 6.º, não foram asseguradas. Nem parece ter sido observado o prazo de cinco dias para os interessados comunicarem a pretensão de serem ouvidos oralmente ou apresentarem as suas observações por escrito.

Assim, a iniciativa adotada pela Junta de Freguesia não observou, absolutamente, o procedimento de consulta popular previsto na Lei n.º 83/95, de 31 de agosto.

E como veremos em seguida, também não observou o Regime Jurídico do Referendo Local, aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, não obstante dele se ter aproximado deliberadamente na aparência.

Embora submetida aos eleitores uma pergunta, cujas respostas seriam o desiderato deste instrumento usado, a verdade é que, nos termos do artigo 24.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, a deliberação sobre a realização do referendo competiria, não à Junta de Freguesia de Campolide, mas à Assembleia de Freguesia.

Além do mais, nos termos do artigo 25.º, o presidente do órgão deliberativo deveria ter submetido a deliberação ao Tribunal Constitucional para fiscalização preventiva da constitucionalidade e da legalidade. Nenhum destes requisitos foi observado.

Note-se que o Regulamento de Processo de Partilha da Decisão, aprovado pela Junta de Freguesia de Campolide, reproduz algumas normas da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto. Veja-se que o artigo 3.º

daquele regulamento transcreve quase na íntegra o artigo 7.º deste diploma, determinando que o processo não poderá «comportar mais de três perguntas (...) as perguntas são formuladas com objetividade, clareza e precisão (...) as perguntas não podem ser precedidas de quaisquer considerandos, preâmbulos ou notas explicativas».

De notar que já foi omitida a transcrição do artigo 7.º da Lei n.º 4/2000, de 24 de agosto, quando este determina que as respostas devem ser «de sim ou não».

Quanto à eficácia do procedimento determinou-se no regulamento que os resultados do processo de partilha da decisão não seriam vinculativos, cabendo aos órgãos autárquicos avaliar os resultados do processo de partilha de decisão e optar pela melhor solução para os cidadãos da freguesia (cfr. artigo 8.º), contrariamente ao prescrito no Regime Jurídico do Referendo Local onde se determina que o resultado do referendo vincula os órgãos autárquicos (cf. artigo 219.º) ao ponto de a inobservância do mesmo pelas assembleias autárquicas implicar a sua dissolução, nos termos da lei (cfr. artigo 220.º).

Mais se determina no artigo 221.º que, se da votação resultar resposta que implique a produção de um ato pela autarquia sobre a questão ou questões submetidas a referendo, o órgão competente aprovará o ato de sentido correspondente no prazo de 60 dias. Também esta regra não foi adotada pelo Regulamento do Processo de Partilha de Decisão.

Ora, não é possível em democracia aplicar umas e desaplicar outras normas nos procedimentos de intervenção política dos eleitores.

Ao reconhecer direito de sufrágio aos cidadãos recenseados na freguesia de Campolide, tendo por base os cadernos eleitorais disponíveis no Sistema de Informação e Gestão do Recenseamento Eleitoral (cf. artigo 4.º do Regulamento), cria-se a convicção legítima de estar em curso um verdadeiro referendo.

De resto, nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento transcreve-se o teor dos artigos 35.º e 36.º da citada Lei Orgânica quanto ao princípio geral do direito à participação e às incapacidades que impedem o gozo do direito à participação.

Foram ainda constituídas mesas de voto (cf. artigo 7.º do Regulamento) mas sem critérios quanto à nomeação dos membros, constituição das mesas, isenção ou fiscalização do seu funcionamento.

Insisto. Aplicaram-se e desaplicaram-se as disposições próprias do referendo sem que se alcancem os critérios nem o motivo.

Não é suposto utilizar-se uma aproximação ao instituto democrático do referendo e, do mesmo passo, desvirtuá-lo por utilização de um outro nomen iuris, furtando-se ao cumprimento dos requisitos formais e materiais legalmente exigidos, designadamente a sua vinculatividade, os meios de fiscalização (nomeadamente, pelo Tribunal Constitucional pela Assembleia de Freguesia) as garantias de isenção (nomeadamente quando olhamos para a constituição dos membros da mesa de assembleia de voto quanto aos termos, processo e requisitos de designação dos membros da mesa, assim como da observância das incompatibilidades legalmente previstas) introduzindo variantes à margem da lei.

A não submissão da iniciativa promovida pela Junta de Freguesia ao Regime Jurídico do Referendo Local permite ainda a não sujeição da mesma às disposições aplicáveis ao ilícito referendário (artigos 167.º e seguintes), nomeadamente o ilícito penal e o ilícito de mera ordenação social.

III - Da pergunta sufragada

A pergunta sujeita a votação foi a seguinte:

«Na sequência do protocolo de delegação de competências em que a Câmara Municipal de Lisboa delega na Junta de Freguesia de Campolide a competência de recuperação da pavimentação de algumas vias de trânsito pedonal da Freguesia de Campolide, qual a sua preferência de tipo de pavimento a colocar.

Hipóteses:

Calçada, tradicional, à semelhança do que já existe

Outro tipo de pavimento contínuo, mais moderno e seguro.»

Na instrução do processo solicitou-se à Junta de Freguesia de Campolide o envio do designado «protocolo de delegação de competências», de modo a verificar se a alteração da calçada estava sequer nas atribuições da freguesia.

Após alguma insistência, foi-nos remetido o designado «Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia no Âmbito da Acessibilidade Pedonal», outorgado entre o município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campolide.

O principal problema observado não está na designação «protocolo» ou «contra-to», mas na data em que este foi celebrado.

Como já foi mencionado, a designada consulta à população ocorreu em 4 e 5 de março de 2015. A delegação apenas em 23 de dezembro de 2015.

A consulta antecipou-se a uma delegação de tarefas na freguesia pelo município que podia muito bem nunca chegar a ser deliberada.

Mais grave é o facto de a população ter sido erroneamente informada, pois na pergunta sujeita a consulta indiciava-se que o designado «protocolo de delegação de competências» já tinha sido outorgado, afirmando-se «Na sequência do protocolo de delegação de competências em que a Câmara Municipal de Lisboa delega na Junta de Freguesia de Campolide a competência de recuperação da pavimentação de algumas vias de trânsito pedonal».

Também no «Regulamento de Processo de Partilha de Decisão da Junta de Freguesia de Campolide» se alude ao «processo de partilha de decisão (...) a realizar no âmbito das competências que lhe foram delegadas por Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Campolide».

E no artigo 3.º deste regulamento determina-se que «a pergunta (...) deverá remeter para o Protocolo de delegação de competências celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campolide para que esta intervencione as ruas de Campolide».

Da parte da Junta de Freguesia foi prestada uma falsa informação à população.

E não se encontrando delegadas as competências, ao realizar a consulta, a Junta de Freguesia arrogou-se a uma atribuição (e às competências orgânicas decorrentes) que permanecia inteiramente na pessoa coletiva municipal, violando o disposto no artigo 3.º, n.º 1 do Regime Jurídico do Referendo Local.

Ao tempo, uma deliberação sobre esta matéria mostrava-se nula por incompetência absoluta. Aquela que se deve, não à simples infração de normas de competência entre órgãos de uma mesma pessoa coletiva pública, mas a incompetência primária – por falta de atribuições. Nos termos da alínea c), do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que aprovou a reorganização administrativa de Lisboa, as juntas de freguesia apenas têm competência para «manter e conservar pavimentos pedonais». Não obstante o facto de essa lei se mostrar frágil no que toca à precisão terminológica, estamos claramente no campo das atribuições.

E sem a atribuição à freguesia, o seu órgão executivo não dispõe de poderes para alterar o tipo de pavimento porque o contexto cultural e histórico da calçada em pedra não se circunscreve a Campolide, identificando-se com toda a cidade de Lisboa.

Compreende-se, pois, que as atribuições neste domínio se encontrem confiadas aos municípios. Trata-se de garantir a uniformidade dos passeios como elemento de identidade e de continuidade nos arruamentos confinantes com outras freguesias.

Por seu turno, na alínea ff), do n.º 1 do artigo 16.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina-se, em consonância, que compete às juntas de freguesia proceder à manutenção e conservação de caminhos, armamentos e pavimentos pedonais. Quer isto dizer que já não lhes cumpre proceder à sua alteração.

Quanto ao restante teor da pergunta efetuada na designada consulta popular considero que a mesma não reúne os requisitos de objetividade, clareza e precisão legalmente exigidos.

Primeiro, a pergunta não obedece aos critérios enunciados no n.º 2 do artigo 7.º do Regime Jurídico do Referendo Local, na parte em que dispõe que as perguntas são formuladas «(...) para respostas de sim ou não (...)».

Com efeito, o teor da segunda hipótese - Outro tipo de pavimento contínuo, mais moderno e seguro» - não está formulado para respostas de sim ou não, comportando várias hipóteses alternativas distintas da calçada, tradicional.

A resposta de sim à segunda hipótese da pergunta não permite apurar com qual (ou quais) das várias hipóteses subjacentes à pergunta o eleitor concorda em relação a cada uma das hipóteses distintas.

Com efeito, a segunda pergunta pode ser subdividida em outras três, ou seja:

- i) Prefere outro tipo de pavimento contínuo?
- ii) Prefere outro tipo de pavimento mais moderno?
- iii) Prefere outro tipo de pavimento mais seguro?

A hipótese, formulada num todo, com estes três requisitos, parece induzir sempre à exclusão da calçada portuguesa. Com efeito, o eleitor pode, por exemplo, não pretender um piso contínuo embora perfilhe a opção de pisos mais seguros e modernos. E não podendo excluir da segunda hipótese a opção de pavimento contínuo optará pela resposta positiva à hipótese da calçada portuguesa.

De resto, haverá pisos modernos mas que não são mais seguros ou vice-versa.

A pergunta assim formulada não permitia que o aparente referendo viesse a saldar-se em uma resposta concludente ou inequívoca quanto à real vontade do eleitorado chamado a pronunciar-se.

De acordo com a jurisprudência do Tribunal Constitucional, considera-se «estarmos perante três questões que não têm entre si qualquer relação de dependência, podendo subsistir cada uma delas e fazer sentido sem a(s) outra(s), sem que, portanto, a concordância ou não concordância do cidadão eleitor quanto a uma das questões se repercute na concordância ou não concordância quanto às demais».

A interpretação da pergunta no sentido de nela se conterem três questões autónomas compromete a exigência constitucional e legal de que seja formulada para uma resposta de sim ou de não.

Seguindo a mesma jurisprudência, podemos afirmar que «o princípio da bipolaridade ou dilematicidade impõe que a pergunta, devendo ser respondida por uma afirmativa ou uma negativa, não abra espaço para soluções matizadas (...) por adesão parcial ou condicionada a uma das duas soluções opostas propostas (...) cada uma das questões, por si só, pode conduzir quer a uma resposta de sim quer a uma resposta de não, colocando o cidadão eleitor perante a dificuldade de saber como votar quando a resposta não for a mesma para todas as questões que lhe são postas (...) No fundo, o que se pretende assegurar com uma formulação bipolar ou dilemática é que o sentido do voto coincida, em toda a sua extensão, com o conteúdo desse mesmo voto».

E a pergunta tão-pouco satisfaz o requisito da precisão, pois não permite a compreensão de qual a alteração a introduzir nos passeios de Campolide .

Se a primeira alternativa se limita a um elemento notório «Calçada, tradicional, à semelhança do que já existe», a segunda deixa uma amplíssima margem de incerteza no tipo de piso a adotar.

Com efeito, a pergunta é formulada sem indicação concreta do tipo de pavimento a adotar, apenas se referindo que é «contínuo, mais moderno e seguro».

O princípio da transparência exigiria sempre uma informação clara e precisa ao público, que só poderá opinar (e tomar responsabilidade sobre as suas opções) perante a análise de todos os factos.

E, note-se, poderia ter sido adotada terminologia técnica mais objetiva, como por exemplo, a que veio ser adotada pela Câmara Municipal de Lisboa para seleção do material de revestimento do percurso pedonal, no documento denominado «Modelo de Revestimento de Passeios»:

- a) Resistência Inicial ao Escorregamento;
- b) Resistência ao Polimento;
- c) Regularidade;
- d) Refletância;
- e) Irradiação de calor;
- f) Facilidade de Construção;
- g) Adequação a superfícies empenadas;
- h) Facilidade em Remates, Recortes e Reparações;
- i) Facilidade de Limpeza.

Ainda de acordo com o n.º 2 do artigo 7.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, as perguntas devem ser formuladas «sem sugerirem direta ou indiretamente o sentido das respostas».

Ora, a segunda hipótese da pergunta efetuada pela Junta de Freguesia qualifica o tipo de piso, com adjetivos qualitativos no grau comparativo, sugerindo o sentido da resposta a quem privilegia estas qualidades ou, pelo contrário, as subestima: «pavimento contínuo, mais moderno e seguro.» Esta redação influencia certamente o sentido da resposta contra todos os cuidados que o regime do referendo impõe, de modo a impedir

intervenções plebiscitárias e incompatíveis com o princípio democrático.

O Tribunal Constitucional considera que o princípio da objetividade implica a proibição de juízos de valor implícitos aos quesitos ou sugestões sobre o sentido das respostas.

Não pode a pergunta conter «quaisquer referências valorativas, de juízos de valor, induções, conclusões ou considerações subjetivas, que pressionem ou induzam o eleitor a votar num determinado sentido.»

E, por fim, também por estas razões, a pergunta escolhida pela Junta de Freguesia de Campolide também não respeita o requisito da objetividade na medida em que contém juízos de valor e considerações subjetivas.

§4.º Conclusões

A) A iniciativa de consulta da população por parte da Junta de Freguesia de Campolide, cumprida em 4 e 5 de março de 2015, constituiu mera simulação de um referendo popular sem observar prescrições legais essenciais como sejam as relativas à isenção, objetividade e fiscalização do procedimento, nem as relativas ao direito sancionatório aplicável, razão pela qual é nulo;

B) A Junta de Freguesia de Campolide deve abster-se de extrair qualquer consequência do resultado da iniciativa e abster-se ainda de adotar iniciativas com tramitação idêntica.

C) A população deve ser informada acerca do equívoco por meio do boletim que anunciou a iniciativa descrita.

Dignar-se-á V. Exa, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 38.º, da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, transmitir-me, dentro de 60 dias, a posição que vier a assumir.

Queira aceitar, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, os meus melhores cumprimentos,










O Provedor de Justiça,

(José de Faria Costa)

ANEXO 7 OS OP EM PORTUGAL

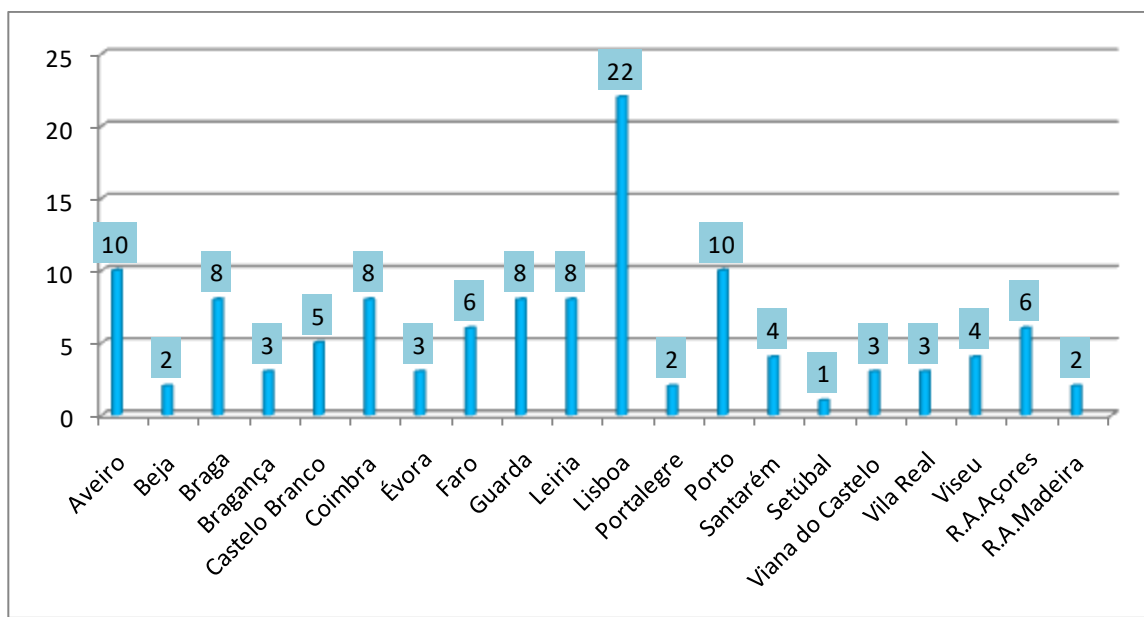
Tabela nº 9 : OP`s decorridos em Portugal no biénio 2015/2016

DISTRITOS	MUNICIPIOS	FREGUESIAS	TIPOLOGIA DO OP		Nº OP`s
			Deliberativos	Consultivos	
 <u>Aveiro</u>	• S. João da Madeira • Ovar • Águeda • Estarreja • Albergaria – a Velha	• S. João da Madeira • Fiães • Santa Maria de Lamas • Anta e Guetim • Oliveira do Bairro	10	-	10
 <u>Beja</u>	• Aljustrel • Odemira	-	1	1	2
 <u>Braga</u>	• Braga • Guimarães • Fafe • Cabeceiras de Basto • Póvoa do Lanhoso	• União de Freguesias de S. José, S. Lázaro e S. João do Souto • S. Victor • Fafe	8	-	8
 <u>Bragança</u>	• Bragança • Mirandela • Torre de Moncorvo	-	3	-	3
 <u>Castelo Branco</u>	• Fundão • Covilhã • Vila Velha de Ródão • Proença – a – Nova	• Castelo Branco	4	1	5
 <u>Coimbra</u>	• Mira • Figueira da Foz • Vila Nova de Poiares • Condeixa • Lousã • Penela • Penacova • Mealhada	-	8	-	8
 <u>Évora</u>	• Redondo • Reguengos de Monsaraz • Vendas Novas	-	3	-	3
 <u>Faro</u>	• Alcoutim • São Brás de Alportel • Olhão • Albufeira • Silves • Lagoa	-	4	2	6
 <u>Guarda</u>	• Celorico da Beira • Guarda • Fornos de Algodres • Pinhel • Mêda • Vila Nova de Foz Côa • Sabugal • Manteigas	-	6	2	8
 <u>Leiria</u>	• Caldas da Rainha • Nazaré • Alvaiázere • Ansião • Pombal • Leiria • Batalha • Marinha Grande	-	8	-	8
 <u>Lisboa</u>	• Alenquer • Vila Franca de Xira • Arruda dos Vinhos • Lourinhã • Torres Vedras • Cascais • Odivelas • Amadora • Lisboa	• União de Freguesias de Enxara, Bispo, Gradil e Rosário • União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés • Mafra • União de Freguesias de Sintra: Santa Maria, S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferrim • Agualva e Mira Sintra • União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão • Benfica • Estrela • Misericórdia • Arroios • Penha de França	22	-	22

		• Olivais • Alverca e Sobralinho			
 <u>Portalegre</u>	• Campo Maior • Marvão	-	1	1	2
 <u>Porto</u>	• Penafiel • Gondomar	• Vila do Conde • Penafiel • União de Freguesias de Figueiró, Santiago e Santa Cristina • Vila do Bispo • Matosinhos e Leça da Palmeira • Oliveira do Douro • Rio Tinto • Cristelo e Paredes	10	-	10
 <u>Santarém</u>	• Abrantes • Torres Novas • Tomar	• Ferreira do Zêzere	4	-	4
 <u>Setúbal</u>	• Palmela	-	-	1	1
 <u>Viana do Castelo</u>	• Viana do Castelo • Vila Nova da Cerveira • Caminha	-	3	-	3
 <u>Vila Real</u>	• Murça • Chaves	• União de Freguesias de Vila Real: Nossa Senhora da Conceição, S. Pedro e S. Dinis	3	-	3
 <u>Viseu</u>	• Viseu • S. Pedro do Sul • Carregal do Sal • Cinfães	-	4	-	4
 R.A. Açores	• Santa Cruz da Graciosa • S. Roque do Pico • Faial • Nordeste • Ponta Delgada • Ribeira Grande	-	6	-	6
 R.A. Madeira	• Funchal	• São Martinho	2	-	2
TOTAIS	85	33	110	8	118

Fonte : [Observatório Nacional dos Processos de Democracia Participativa em Portugal](http://observatorio.nacional.dos.processos.de democracia.participativa.em.portugal/)/Associação In Loco. Acedido em <http://portugalparticipa.pt/Monitoring>














Gráfico nº 21 : Os 118 OP's distribuídos por Distritos e Regiões Autónomas no biénio 2015/2016



Fonte : [Observatório Nacional dos Processos de Democracia Participativa em Portugal](http://observatorio.nacional.dos.processos.de.democracia.participativa.em.portugal/)/Associação In Loco. Acedido em <http://portugalparticipa.pt/Monitoring>

Tabela nº 10 : OP's suspensos em Portugal

DISTRITOS	MUNICIPIOS	FREGUESIAS	TIPOLOGIA DO OP		RESPECTIVOS ULTIMOS ANOS DE FUNCIONAMENTO	NºOP's
			Deliberativos	Consultivos		
 <u>Aveiro</u>	• Aveiro	-	1	-	2013	1
 <u>Beja</u>	• Castro Verde • Mértola • Serpa • Alvão • Almodôvar	-	-	5	2008;2011;2008;2008; 2012	5
 <u>Braga</u>	• Vila Verde • Vieira do Minho	-	2	-	2011; 2011	2
 <u>Bragança</u>	-	-	-	-	-	0
 <u>Castelo Branco</u>	-	-	-	-	-	0
 <u>Coimbra</u>	-	-	-	-	-	0
 <u>Évora</u>	-	-	-	-	-	0

 Faro	• Tavira • Faro • Vila Real de Santo António • Portimão	-	1	3	2013;2006;2008;2012	4
 Guarda	-	-	-	-	-	0
 Leiria	-	-	-	-	-	0
 Lisboa	• Cartaxo	• Carnide • S. João a)	1	2	2011; 2008;2010	3
 Portalegre	• Avis	-	-	1	2008	1
 Porto		• União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga • Leça da Palmeira b) • Ermesinde • Gandra	1	3	2014;2013;2010;2012	4
 Santarém	-	• Carregueira • Arrouquelas • Assentiz	1	2	2010;2011;2010	3
 Setúbal	• Santiago do Cacém • Grândola • Sesimbra c) • Alcochete	• Castelo • S. Sebastião d)	1	5	2008;2012;2012;2008; 2008;2008	6
 Viana do Castelo	• Valença • Ponte da Barca	• Santa Leocádia de Gerez do Lima • Sá	1	3	2014;2011; 2011; 2011	4
 Vila Real	• Boticas	-	-	1	2014 e)	1
 Viseu	-	-	-	-	-	0
 R.A. Açores	• Madalena • Angra do Heroísmo • Lajes do Pico	-	-	3	2012;2012;2010	3
 R.A. Madeira	-	-	-	-	-	0
TOTAIS	24	13	9	28	2006=1; 2008=10; 2010=5; 2011=8; 2012=7; 2013=3;2014=3	37

Fonte : [Observatório Nacional dos Processos de Democracia Participativa em Portugal](http://observatorio.nacional.dos.processos.de.democracia.participativa.em.portugal/)/Associação In Loco. Acedido em <http://portugalparticipa.pt/Monitoring>

a)Desde 2012 integrado na Freguesia da Penha de França

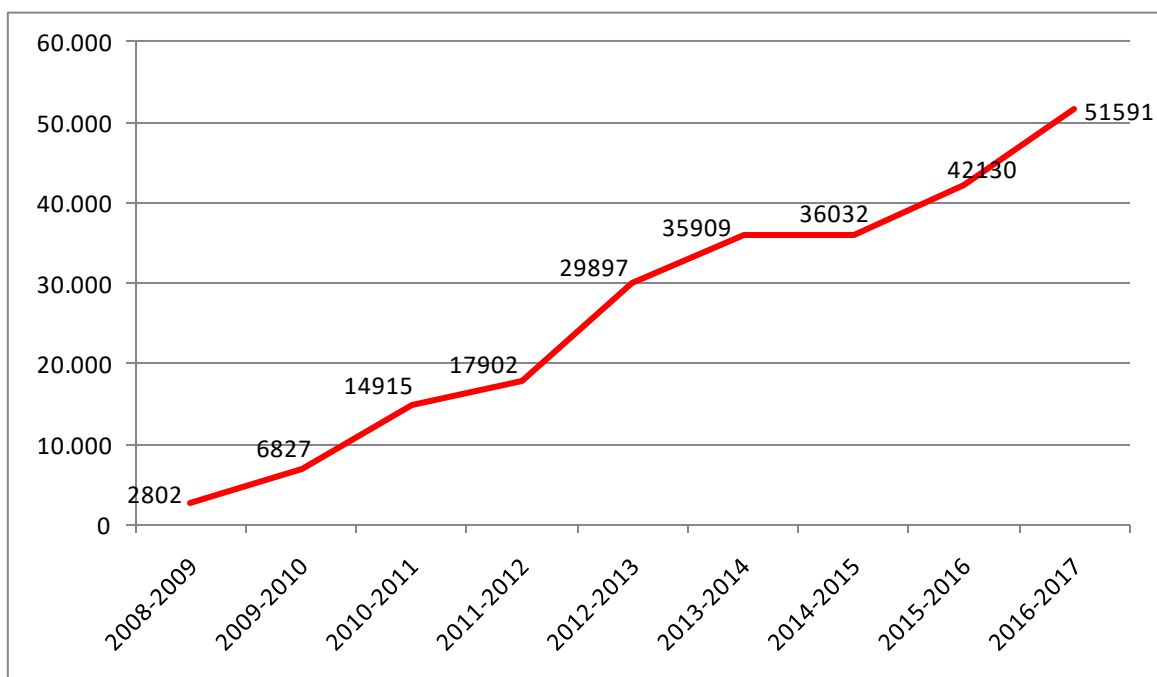
b)Desde 2012 integrado na União de Freguesias de Matosinhos - Leça da Palmeira

c) De 2007 a 2009 o OP tinha uma tipologia deliberativa. Entre 2010 e 2012 o executivo municipal de Sesimbra passou a integrar O P numa tipologia de modelo consultivo. O OP de Sesimbra é designado de Opções Participadas.

d) O OP da Freguesia de S. Sebastião é designado de Opções Participadas.

e) o OP de Boticas foi entretanto retomado para o período 2017/2018.

Gráfico nº 22: Evolução dos votos dos cidadãos participantes no OP de Lisboa (2008-2016)



Fonte : www.lisboaparticipa.pt.

ANEXO 8

Distribuição dos gestores em empresas e institutos públicos pelos Partidos do arco do poder em Portugal – PS e PPD/PSD –

Quadro nº 1: Presidências por partido – PS e PPD/PSD – dos Conselhos de Administração das Empresas Publicas de Transportes entre os anos 1991 e 2011

Governos	CP	REFER	METRO	CARRIS	TT	CP/SOFLUSA	APL
1991/1995 Cavaco Silva	PPD/PSD	Sem informação	PS	Sem informação	PPD/PSD	PPD/PSD	PPD/PSD
1995/1999 António Guterres	PS	PS	PS	Sem informação	PPD/PSD	PS	PPD/PSD/PS
1999/2002 António Guterres	PS	PS	PPD/PSD	PS	PS		PS
2002/2004 Durão Barroso	PPD/PSD	PPD/PSD	PS	PPD/PSD	PPD/PSD		PPD/PSD
2004/2005 Pedro Santana Lopes	PPD/PSD	PPD/PSD	PPD/PSD	PPD/PSD	PPD/PSD		PPD/PSD
2005/2009 José Sócrates	PS	Independente	PS	PPD/PSD	PPD/PSD/PS		PS
2009/2011 José Sócrates	PS/Independente	Independente	PS	PPD/PSD	PS		PS

Fonte : Miguel Coelho – *Os Partidos Políticos e o recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal – O caso do PS e do PSD*. 1ª Edição. Lisboa: Europress, 2014, p.174.

Quadro nº 2: Diretores Distritais das Estradas de Portugal (1991-2006)

Fonte : Miguel Coelho – *Os Partidos Políticos e o recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal – O caso do PS e do PSD*. 1ª Edição. Lisboa: Europress, 2014, pp.174-176.

Direção de Estradas	Data/Mandatos	Diretor Nomeado
AVEIRO	1991-1994	Independente
	1994-1996	Independente
	1996-2001	PPD/PSD
	2001-2006	Independente
BRAGA	1991-1992	PPD/PSD
	1992-1995	PPD/PSD/CDS-PP
	1995-2006	Independente
BRAGANÇA	1991-2006	PPD/PSD
BEJA	1991-1995	PS
	1995-2006	PPD/PSD
CASTELO BRANCO	1991-1994	Independente
	1994-2000	PPD/PSD
	2001-2006	PS
COIMBRA	1991-1994	Independente
	1994-2003	PPD/PSD/CDS
	2003-2006	PPD/PSD
ÉVORA	1991-2006	PPD/PSD
FARO	1991-2006	PPD/PSD
GUARDA	1991-1995	Independente
	1996-2001	Independente
	2001-2003	PPD/PSD
	2003-2006	PS
LEIRIA	1991-1992	PPD/PSD/CDS
	1992-1994	PPD/PSD/CDS
	1994-2004	Independente
	2004-2006	PPD/PSD
LISBOA	1991-1996	PPD/PSD
	1996-1999	PPD/PSD
	1999-2001	Independente
	2001-2003	PS
	2003-2006	PS
PORTALEGRE	1991-1996	PPD/PSD
	1997-2006	Independente
PORTO	1991-1993	Independente
	1993-2001	PS
	2001-2006	PS
SANTARÉM	1991-1994	Independente
	1994-2001	PPD/PSD
	2001-2006	PS
SETÚBAL	1991-2003	Independente
	2003-2006	PS
VIANA DO CASTELO	1991-2001	PPD/PSD/CDS
	2001-2001	PPD/PSD
	2001-2006	PPD/PSD
VILA REAL	1991-1992	Independente
	1992-1995	PPD/PSD
	1995-1996	Independente
	1996-2006	PS
VISEU	1991-1995	Independente
	1995-2001	Independente
	2001-2006	PS

ANEXO 9

GRUPOS DE CIDADÃOS ELEITORES (GCE) NAS AUTARQUIAS – Nº de candidatos eleitos ao nível de Distritos e Regiões Autónomas, Juntas Freguesia (Assembleias de Freguesia) , Assembleias e Câmaras Municipais –

**TABELA nº 11 : GCE NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS – Mandatos nos Distritos e
Regiões Autónomas (1976-2013) –**

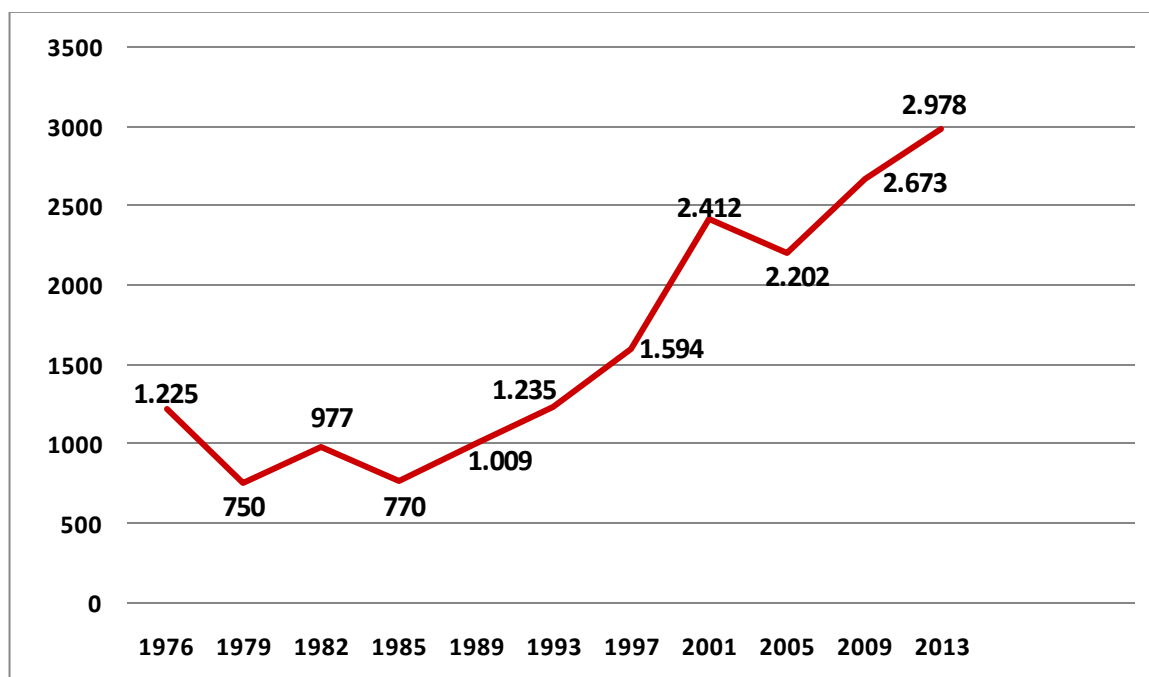
Distritos e Regiões Autónomas	Órgão Autárquico	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001 *	2005	2009	2013	TOTAIS GLOBAIS (DISTRITOS E RA)
AVEIRO	CM	-	-	-	-	-	-	-	1	2	4	5	12
	AM	-	-	-	-	-	-	-	6	4	13	4	27
	AF	103	62	79	54	57	52	71	132	169	155	118	1.052
BEJA	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	4
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1	6	12
	AF	6	-	1	-	5	8	14	8	16	12	33	103
BRAGA	CM	-	-	-	-	-	-	-	5	-	7	9	21
	AM	-	-	-	-	-	-	-	29	-	21	33	83
	AF	209	146	308	234	335	399	444	529	358	487	473	3.922
BRAGANÇA	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	4
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	7	21
	AF	18	9	-	19	21	17	24	38	50	74	84	354
C. BRANCO	CM	-	-	-	-	-	-	-	5	2	-	5	12
	AM	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	16	25
	AF	70	69	136	133	100	124	132	197	158	138	206	1.463
COIMBRA	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	9
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	15	33
	AF	119	3	10	7	25	21	28	29	61	137	106	546
ÉVORA	CM	-	-	-	-	-	-	-	3	3	9	12	27
	AM	-	-	-	-	-	-	-	8	8	24	33	73
	AF	-	-	-	3	4	2	3	36	23	58	72	201
FARO	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	10	15
	AF	46	27	6	6	16	30	16	13	25	19	35	239
GUARDA	CM	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	3	6
	AM	-	-	-	-	-	-	-	7	-	5	9	21
	AF	91	28	59	55	60	105	173	283	227	241	264	1.586
LEIRIA	CM	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	4	9
	AM	-	-	-	-	-	-	-	9	6	1	13	29
	AF	61	16	17	15	17	42	59	106	94	93	118	638
LISBOA	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	10	19
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	11	15	25	51
	AF	67	3	-	14	7	14	10	26	85	104	134	464
PORTALEGRE	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4	12
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	11	14	10	35
	AF	29	12	-	-	2	-	5	9	26	26	31	140
PORTO	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	14	15	189	218
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	45	49	47	141
	AF	139	155	109	81	119	154	187	189	252	377	296	2.058
SANTARÉM	CM	-	-	-	-	-	-	-	5	6	7	8	26
	AM	-	-	-	-	-	-	-	13	12	23	32	80
	AF	97	23	27	54	39	56	63	106	94	165	134	858
SETÚBAL	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	8
	AM	-	-	-	-	-	-	-	1	-	10	15	26
	AF	19	65	-	1	3	5	11	18	6	26	34	188

V.CASTELO	CM	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	5	9
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	15	20
	AF	82	72	101	31	81	70	198	478	366	333	412	2.224
VILA REAL	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	3	5
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	11	16
	AF	25	11	48	12	42	35	36	90	102	69	170	640
VISEU	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	6
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	8	6	4	24
	AF	40	45	68	33	49	73	84	118	68	126	172	876
R.A.AÇORES	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	4
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	8	11
	AF	4	4	8	18	25	25	30	7	22	16	26	185
R.A.MADEIRA	CM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	9	12
	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	26	32
	AF	-	-	-	-	2	3	6	-	-	17	60	88
TOTAIS POR ELEIÇÃO	CM	-	-	-	-	-	-	-	30	45	68	283	426
	AM	-	-	-	-	-	-	-	90	121	223	341	775
	AF	1.225	750	977	770	1.009	1.235	1.594	2.412	2.202	2.673	2.978	17.825

Fonte : José Filipe Pinto – *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço Para Dois?* Coimbra : Almedina, 2015, pp.60-119.

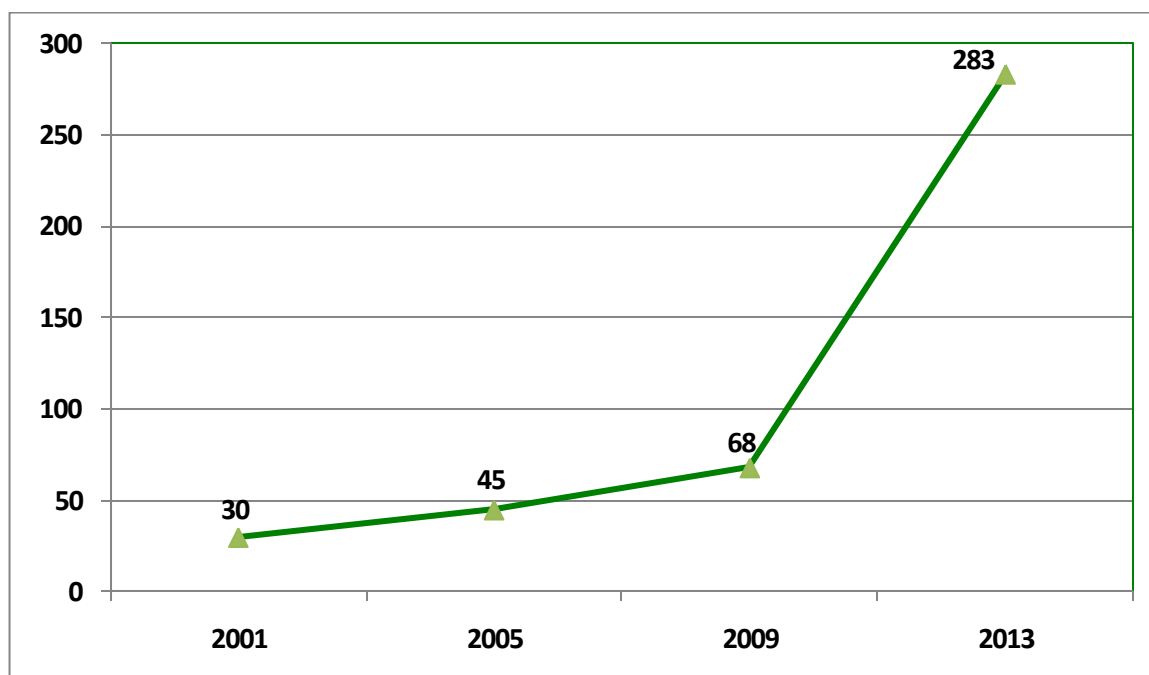
* Alargamento dos GCE às candidaturas aos Órgãos Municipais – Assembleias Municipais (AM) e Câmaras Municipais (CM) –, trazido com a 4ª Revisão Constitucional de 1997 e formalizado juridicamente com a Lei Orgânica 1/2001 de 14 de Agosto.

Gráfico nº 23 : GCE NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS– Evolução do número de eleitos, nas Assembleias de Freguesia entre 1976 e 2013 –



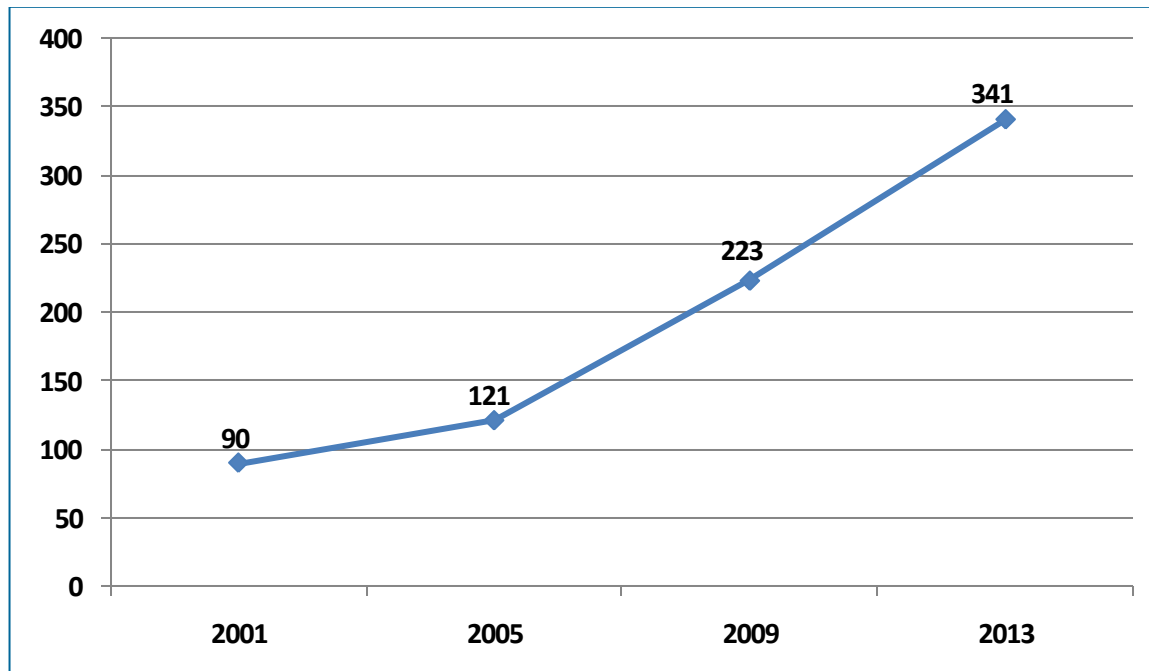
Fonte : José Filipe Pinto – *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço Para Dois?* Coimbra : Almedina, 2015, pp.60-119.

Gráfico nº 24 : GCE NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS – Evolução do número de eleitos, nas Assembleias Municipais entre 2001 e 2013 –



Fonte : José Filipe Pinto – *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço Para Dois?* Coimbra : Almedina, 2015, pp.60-119.

Gráfico nº 25 : GCE NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS – Evolução do número de eleitos, nas Câmaras Municipais entre 2001 e 2013 –



Fonte : José Filipe Pinto – *O Poder em Portugal. Partidos e Cidadãos: Espaço Para Dois?* Coimbra : Almedina, 2015, pp.60-119.

APÊNDICE 1

Entrevista Semi-Estruturada ao Coronel Vasco Correia Lourenço

– Entrevistador –

Conforme previsto e acordado com o entrevistado, esta entrevista do tipo semi-estruturada, constituída por dois tópicos, efetuada no dia 23 de Outubro de 2015 pelas 11h30m ao Coronel Vasco Correia Lourenço, será, após a sua autorização, reproduzida em Apêndice como parte integrante da Dissertação de Mestrado em Ciência Política “ A Democracia semidireta em Portugal – condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português – “ conferida pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/UL).

A temática correlata ao título referido está articulada a um projeto de investigação cuja linha denomina-se Política e Governação enquadrando-se na área científica deste curso: Regimes Políticos e Processo Democrático.

- Meu Coronel agradeço desde já a oportunidade e a disponibilidade demonstradas para a concessão desta entrevista, no intuito de ela fazer parte integrante da produção relativa à dissertação supramencionada, pois o senhor como fonte direta, observador proeminente, participante no ato e interveniente distinto num processo revolucionário que foi provavelmente o acontecimento referencial da história do país no século XX – o 25 de Abril de 1974 –, com vista à posterior instauração de um Regime democrático de Direitos, Liberdades e Garantias, consagradas posteriormente na sua Lei Fundamental, fonte primeira que baliza todo o ordenamento jurídico nacional, a Constituição da República Portuguesa (CRP), e o fim da guerra colonial, um tempo que virou o figurino da história política do País é por si só, um factor relevante para nos dar a possibilidade de obtermos um certificado de garantia relativamente à fiabilidade deste trabalho, no que concerne, à temática e problemática propostas.

Primeiro Tópico: O PREC (Processo Revolucionário Em Curso)

– Entrevistador –

- Meu Coronel, num livro repleto de informação, bastante dela inédita, originado a partir de uma vasta entrevista concedida a Maria Manuela Cruzeiro entre 1992 e 1995 mas publicado anos depois em 2009, – Do Interior da Revolução –, o senhor responde frontalmente e sem preconceitos a todas as questões polémicas levantadas pela entrevistadora, admitindo erros mas enaltecendo acima de tudo os valores e princípios subjacentes à revolução dos cravos. É dentro deste espírito que a abordagem da democracia direta nos anais

vanguardistas da ala moderada do Processo Revolucionário Em Curso (PREC), de que fazia parte o «Grupo dos Nove» onde o senhor se posicionava é transparente e tem um lugar de reflexão nesta obra. Numa fase adiantada do livro, o meu Coronel aborda numa síntese crítica e analítica, a problemática do vanguardismo revolucionário no seio de todas as classes das Forças Armadas – Oficiais, Sargentos e Praças – a que também não foi estranho o seu fervilhar numa sociedade civil, outrora agrilhoadada e agora assaz dinâmica, viva, agitada mas acima de tudo, a necessitar de organização e esclarecimento onde se destacava o papel do MFA no terreno, com as Campanhas de Dinamização Cultural estabelecidas então pela 5ª Divisão. Esta conjuntura leva-o a referir que se “inviabilizou um projeto que poderia ter sido inovador e extraordinariamente revolucionário” (2009: 350), uma solução defendida aliás por alguns autores, pensadores, políticos e comentadores, como demasiado avançada no tempo. Um pouco mais à frente, no seguimento destes ideais, explica-nos a sua frustração pelo insucesso deste propósito, responsabilizando os partidos políticos por terem boicotado o processo com a instrumentalização das comissões de base da população civil, desmoralizando o seu objetivo primeiro, e os radicais revolucionários, a preconizarem apenas a democracia direta rumo ao tiranismo da ditadura do proletariado, expurgando a democracia baseada na representação. E diz-nos assim: “Falo do enorme problema da conciliação entre a democracia formal ou representativa e a democracia direta ou de base. Sempre considerámos que uma democracia não pode confinar-se apenas à democracia representativa, através de eleições de tempos a tempos, com os eleitos a tudo decidirem sem darem cavaco aos eleitores. Defendemos, então, e tentámos concretizá-lo, a conjugação com a democracia direta. (...). O facto é que nós fomentámos o aparecimento e o crescimento das estruturas de base, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, comissões de bairro, etc., etc. Agora, na perspetiva de que cada uma delas é criada para defender os interesses específicos dos seus associados, não para se substituir a organizações doutra natureza (...). Está claro que quando a comissão de moradores de um bairro, em vez de se preocupar com o problema do lixo, da segurança, da mobilidade, etc., nesse bairro, aparece a manifestar-se pela dissolução imediata da Assembleia Constituinte, como aconteceu, está tudo errado. (...) Não é como sócio do Sporting ou do Benfica, que vai discutir, por exemplo, o problema da Reforma Agrária ou o problema do Serviço Nacional de Saúde” (2009: 350-351).

- Meu Coronel, face a esta posição sobre a evolução dos acontecimentos políticos e sociais do PREC, considera que esta forma democracia direta em simbiose com a legítima democracia representativa pode ser abordada como um processo que ia muito para além do uso dos referendos, petições e iniciativas legislativas populares?

– Entrevistado –

- Sim. Tal como referi desde há muito tempo, mantenho a opinião de que o desejável é construir um sistema democrático, onde as componentes representativas e participativas se complementem.

Em 1974/1975, nós estivemos à beira de o conseguir. Pelo menos tentámos!... Não foi possível, porque como referiu, de nenhuma das partes houve a capacidade de perceber que, para se atingir o objectivo, nenhuma delas tinha de destruir as duas. De outra maneira a democracia com apenas uma das componentes seria sempre incompleta, imperfeita.

O facto é que não fomos capazes de atingir esse objetivo, porventura e como dizem os vários analistas, muito avançada no tempo. Pessoalmente continuo a considerar que a democracia, ou se reforma ou se destrói.

Mas, quando digo que não fomos capazes, considero que fomos todos responsáveis por isso. Ninguém pode lavar as mãos, daí.

Desde logo, e em primeiro lugar, os partidos políticos. Porquê? Porque sentiram que a democracia directa lhes ia retirar capacidade de intervenção, naquilo que eles consideravam as suas próprias coutadas. Consideravam e consideram.

Isso colocou-nos, então, numa situação complicada. Depois de 48 anos de fascismo e partido único, nós considerámos essencial a criação de partidos políticos. Por isso, eles foram incentivados e a vida foi-lhes facilitada. A democracia representativa tinha de ser apoiada.

Lembro-me de discutir muito isso com o Melo Antunes, com quem aprendi muito, pois não me considero mau aluno. Com ele e com outros...

Mas, tal como preconizávamos a democracia representativa, incentivámos também a democracia directa ou participativa. O que aliás não obrigava a grande esforço, dada a dinâmica que se criou. Estávamos adiantados? Certamente, lembro-me de o Melo Antunes me dizer que estávamos fora do tempo, pelo menos 20 anos... Mas, a tentativa de hegemonia, pelas duas partes deu no que deu.

Costumo dar dois exemplos, que sendo extremados, caricaturas mesmo, considero bem ilustrativos:

- A certa altura, soubemos que na calçada da Ajuda, em Lisboa, havia sete comissões de moradores. Intrigado, porque o lógico era que houvesse apenas uma comissão. Mandeí investigar. Descobrimos que uma dessas sete comissões de moradores era constituída por sete elementos, nenhum deles morador na Calçada da Ajuda... . O facto é que cada partido político queria ter a sua comissão de moradores em cada rua, bairro, etc. .

- Outro caso sintomático passou-se com a Comissão de Moradores do Bairro da Sé, de Évora. Onde, certamente por instrumentalização partidária, a comissão fez tudo menos zelar pelos interesses dos moradores do bairro, enquanto moradores e não enquanto cidadãos. O facto é que, a certa altura, quando a contestação política à Assembleia Constituinte, por parte dos partidos de esquerda, estava no auge, essa comissão de moradores emitiu um comunicado – que passou na rádio, de hora a hora, por várias vezes –, onde exigia a imediata dissolução da Assembleia Constituinte. Fiz, então, uma dura intervenção no Conselho da Revolução, criticando esta atitude, pois a comissão de moradores tinha era de se preocupar com os problemas dos moradores do bairro, enquanto tal, e não tentassem pronunciar-se por um assunto que lhes não dizia directamente respeito. Basta recordar que a assembleia Constituinte fora eleita por 92% dos eleitores inscritos... .

É certo que vivíamos um período conturbado, complicado, mas não deixo de lamentar a incapacidade de congregar esforços à volta do essencial, colocando de parte o acessório.

Pessoalmente, cheguei a considerar-me como que um D. Quixote: a seguir ao 25 de Novembro, como Comandante da Região Militar de Lisboa, nas visitas semanais às unidades, fazia sempre uma intervenção, que transformava em diretiva para toda a Região Militar. Em grande parte dessas intervenções, defendi a necessidade de se dar força às organizações populares de base. Sentia que esse era o caminho que nos poderia ajudar a criar em Portugal uma democracia diferente, uma democracia melhor. Infelizmente, não o conseguimos e hoje temos uma democracia que considero moribunda. Não só em Portugal, não só na Europa, em todo o dito Mundo Ocidental, o mundo que se proclama democrático, infelizmente essa democracia é apenas formal.

Porquê? Porque atualmente assistimos a dois momentos perfeitamente distintos: o momento eleitoral, em que os candidatos prometem tudo e mais alguma coisa e, depois, o momento governativo/legislativo, executivo, em que, uma vez eleitos, esquecem completamente o que prometeram aos eleitores, e que esteve na base destes os escolherem. Isto, seja no governo, seja no parlamento. Em minha opinião, se tudo continuar na mesma, a democracia tem os dias contados! Aliás, a História ensina-nos que a um ciclo que cai, outro de cariz diferente se lhe segue.

A situação está complicada, bastando olhar para o que se passa na União Europeia. Ainda há bem pouco tempo tive oportunidade de uma intervenção feita no Parlamento Europeu, mais precisamente no Conselho Económico e Social Europeu, de chamar a atenção para esse fenómeno. Salientei então o facto de apenas o Parlamento Europeu resultar de eleições e ser precisamente o Órgão que tem menos poderes. Com efeito, quer a Comissão

Europeia, quer o Conselho Europeu, não sendo eleitos, têm bastante mais poder que o Parlamento! O fundamental do poder está efectivamente no Sistema, feito de organizações não eleitas, nomeadas, de funcionários, que criam um esquema para se auto justificarem, se auto defenderem, à volta dos seus próprios interesses, dos seus senhores e dos seus clientes. E, assim, de democracia temos muito pouco... .

Por isso, continuo a defender a necessidade de um entendimento entre as duas formas/perspetivas de democracia. Sem uma tentar comer a outra.

Como referi, se no PREC a responsabilidade, no falhanço, da democracia representativa, através dos partidos políticos, foi relevante, não foi menor a responsabilidade dos defensores da democracia direta, que não quiseram entender que apenas deve servir para as pequenas coisas e não para as grandes questões da sociedade.

E isto, passa-se a todos os níveis do poder, seja a nível central, seja a nível local.

Em minha opinião, a democracia representativa deve ter instrumentos que vejo mais como de democracia direta como, por exemplo, o referendo. Agora, este não podendo ser usado por dá cá aquela palha, pode ajudar imenso na dinâmica e transparência da democracia representativa.

Ainda recordando o PREC, a maior tentativa que os defensores da democracia directa fizeram foi a tentativa da Aliança POVO-MFA.Com origem no COPCON, rapidamente se espalhou ao interior do MFA. Com o apoio tácito dos militares mais próximos do PCP, os chamados gonçalvistas, foi discutido e votado na Assembleia do MFA, na generalidade, sendo aprovado por larga maioria, com sete abstenções e apenas um voto contra. Saliente-se que, sendo a votação de braço no ar, vários camaradas me felicitaram por ter tido a coragem de votar contra! Alguns confessaram-me: eu quis, mas não tive coragem de levantar o braço!

O facto é que a irreabilidade do documento levou a que nem chegasse a ser discutido na especialidade, quanto mais aprovado!

Ficou apenas para a História, como uma das veleidades irrealistas e radicais que alguns sonharam, sem perceber que o verdadeiro revolucionário é aquele que faz apenas o máximo do possível... .

Terão sido os mesmos que destruíram um sonho lindo, o da Dinamização Cultural. Fui o padrinho, pelo menos um dos padrinhos da Dinamização Cultural. Quando me apresentaram o projeto, apoiei-o de imediato com quantas forças tinha! Fui eu que levei o projecto ao Conselho dos 20 e o fiz aprovar. Concordava, então, que era fundamental irmos ao encontro das populações, instruí-las, alfabetizá-las, abrir-lhes os olhos! Mas, o pior viria com a

concretização do projeto. E cometeram-se erros tremendos, habilmente aproveitados pelos caciques, por toda a reação.

As condições não eram fáceis. A massa humana de que dispúnhamos era muito jovem, muito imatura, de origem urbana e desconhecadora da realidade rural e do interior. Lembro-me de uma conversa que tive com o Mário Tomé, que sendo um homem de extrema esquerda concordava totalmente comigo neste campo: não se podia ir para Trás-os-Montes, para as Beiras, chegar lá e começar a chamar fascista ao padre e ao professor. Como me dizia o Mário Tomé, “ um tipo tem de chegar lá, ir cumprimentar o padre, o professor, o regedor e, mesmo que nunca tenha ido à missa, passar a ir à missa. De seguida, conquistada a confiança das pessoas, falar-lhes sobre os seus direitos, sobre as injustiças de que eram alvo, sobre a natureza dos caciques. Caso contrário, acabariam por ser corridos à “ seixolada “ “ .

Sobre isto, não posso deixar de lhe contar um episódio. Estava um dia no COPCON, quando vejo um oficial da Marinha a pedir ao Otelo quarenta G-3. Meti-me na discussão e perguntei ao marinheiro se ele não estava na dinamização cultural em Trás-os-Montes, para que queria ele as espingardas. Respondeu-me que eram para que os seus homens se pudessem defender das populações.

“ O quê? Tu andas a dinamizar culturalmente as pessoas e precisas de armas, para te defenderes dessas mesmas pessoas?! “ E, virando-me para o Otelo: “ não lhe dês as armas e manda-o regressar imediatamente! Qualquer dia, com armas ou sem armas, vem corrido à seixolada! “

O facto é que o Otelo deu-lhe as armas, ele regressou com elas e não passaram quinze dias que não viessem todos corridos para Lisboa... .

Foram erros que criaram feridas, que custam muito a passar.

E, por este caminho, ou se encontra maneira de aproximar os eleitos e os eleitores, ou a democracia já era.

Veja, mais um exemplo da enorme dicotomia que se impõe anular: aqui há uns anos, houve dois ou três países europeus que fizeram um referendo ao Tratado Europeu. Quer na Irlanda, quer na França ou na Dinamarca, o resultado foi precisamente o oposto ao que teria sido obtido se o assunto fosse resolvido nos respectivos parlamentos. Quer maior exemplo da separação entre o que pensam os eleitores e o que decidem os eleitos? Haverá ainda dúvidas de que os eleitos já não representam os eleitores? E, se olharmos para as percentagens com que os eleitos são escolhidos? Repare que o atual Presidente da República de Portugal (Cavaco Silva) foi eleito por apenas 22% dos eleitores – não dos votantes, porque aí teve mais

de 50% ... -. E, apesar disso, não se coíbe de tentar um autêntico golpe de Estado, como o que vem tentando protagonizar... .

– Entrevistador –

- Meu Coronel, acha que estes ideais de formas de democracia direta conjugada com a democracia representativa tendo em vista evitar abusos de confiança dos representantes em relação aos seus representados, alargando exponencialmente a vigilância, a competência e a intervenção direta e a responsabilidade oportuna dos cidadãos no sistema e no processo de tomada de decisões em combinação com a representação política – aliás, Norberto Bobbio chama-lhe Democracia semidireta vista aqui como um modelo transparente que alarga a qualidade das democracias contemporâneas, possibilitando ao mesmo tempo um enquadramento operacional equilibrado entre aquelas duas formas de democracia –, tiveram de alguma maneira, o seu gérmen nas Assembleias do MFA, sendo ele, como é por si referido no livro “um movimento bastante abrangente “ (2009 : 405) e posteriormente consolidaram-se com as iniciativas das Campanhas de Dinamização Cultural ou este fervilhar de ideais de democracia direta remontam ainda do tempo da Comissão Coordenadora e Direção do Movimento dos Capitães de que o senhor foi sempre figura destacada ?

– Entrevistado –

- Vamos lá ver, não é possível separar essas várias coisas. Nós em termos do Movimento dos Capitães e da conspiração, conseguimos estabelecer uma malha de ligações e eu considero-me responsável, pois fui o coordenador dessa malha, o organizador no terreno dessas ligações. Eu era o responsável pelas ligações em todo o movimento e tive sempre uma preocupação que me parece que é a principal base do sucesso que nós tivemos. A preocupação era esta: as pessoas intervenientes tinham que sentir que estavam a participar. Que a sua opinião tinha peso. Às vezes eu dizia que esse peso até podia ser diminuto. Agora tinham de sentir que estavam a participar e que não havia tomada de decisões, sem as ouvirem. Por isso mesmo eu não concordo com o chamado centralismo democrático, isto é, ouvir as pessoas para sancionarem aquilo que já está decidido! Não! Eu acho que as pessoas devem ser ouvidas mas para influenciarem a tomada de decisão, porque senão estou a escutá-las mas não estou a ouvi-las. E, nós fizemos sempre isso em plena conspiração. Muito naturalmente, isso cria problemas. Lembro-me que muitas vezes me chateei, criticando os oficiais conspiradores por pretenderem que “ a informação lhes fôsse servida na cama, com o pequeno almoço “. Isto é, todos têm de ser ativos, no campo da informação. Quer fornecendo-a, quer procurando recebê-la. Nomeadamente, os que se queixavam que a informação lhes não chegava, que não sabiam disto ou daquilo... .

Nós naturalmente tínhamos deficiências na organização. Era tudo amador. Era na clandestinidade, em condições terríveis, pagando a gasolina voluntariamente para ir aqui e ali. Portanto, a organização não tinha botões para carregar e as coisas apareciam feitas! Tínhamos que ser nós a fazê-las e portanto tinha de haver participação ativa de todos. Isso resultou, depois é evidente que isso reflete-se no processo seguinte. Quer dizer, esta maneira de estar, esta participação direta das pessoas continuou, porque nós a seguir ao 25 de Abril, não dissolvemos essas ligações. Aliás o Pinheiro de Azevedo costumava dizer-me muitas vezes quando entrávamos em discussões: “ não, eu consigo não me meto, porque você tem os capitães na mão, eu consigo não me meto! “

Isto porquê? Porque a minha ligação com a estrutura conspirativa manteve-se. E mantém-se! Praticamente estão todos aqui na Associação 25 de Abril. Já não haverá nenhum no ativo, mas esta ligação mantém-se. E isso foi transplantado depois para as Assembleias do MFA, onde houve alguma conjugação. A Marinha tinha já outra experiência das organizações de base, uma experiência mais democrática dentro da estrutura das Forças Armadas. Como sabe, as Forças Armadas são muito resistentes a estruturas tipo democráticas.

Agora, eu sempre defendi e pratiquei a máxima de que o Comando tem de ser respeitado e aceite. Não pode ser imposto por galões, por divisas ou por estrelas ou por aquilo que quiserem. O Comando tem de ser aceite! Os meus comandados têm de sentir que estou com eles. É evidente que há aquela velha máxima que contam, de um capitão em Timor que quando chegava um militar novo chamava o ordenança e dizia-lhe: olha explica aqui como é que nós funcionamos na companhia. E o ordenança dizia: aqui na companhia é uma democracia, toda a gente dá a opinião, quem decide é o capitão! (risos do entrevistador e do entrevistado)

Como é natural, na estrutura militar, toda e qualquer decisão tem de ter um responsável. Não se pode chegar à bagunça que se tentou implementar aqui, a seguir ao 25 de Abril.

A este propósito, recorro um episódio, passado comigo e com o Otelio. Estava eu a criticá-lo pela bagunça, pela indisciplina que se vivia nas unidades, defendendo a necessidade de lhe pôr cobro, quando ele me responde: “ como estás ultrapassado! O problema é que não estás em contacto com o pessoal, com as unidades! Dou-te um exemplo. Como sabes, há algum tempo tive necessidade de retirar G3 de Beirolos e distribuí-las por várias unidades. 5.000 vieram aqui para o COPCON, para o Forte do Alto do Duque. Como não temos pessoal suficiente, mandei avançar dois pelotões, para transportarem as armas, das viaturas para as arrecadações. Pois bem, enquanto o que veio do CIAAC recebeu a ordem, a cumpriu imediatamente, o que veio do RALIS, ao receber a ordem fez um plenário para discutir se ela

era revolucionária e só depois a cumpriu. E tudo à minha frente, que fui quem lhes deu a ordem. Tu estás desatualizado, não sabes o que se passa. “ Ia-me passando. “ O quê? Tu, o revolucionário mor, estás a dar-lhes uma ordem simples e nada complicada e eles fazem um plenário para decidir se cumprem a ordem! E tu aceitas isso? Garanto-te que comigo, nada disso se teria passado, porque eu teria pegado numa G3 e dava-lhes ordens claras para cumprirem de imediato a missão. Possivelmente, alguém levaria com um tiro numa perna, mas uma coisa te garanto: ou me abatiam, ou cumpriam imediatamente as ordens, sem plenários... “

Há pois esses exageros da chamada democracia direta em que temos que ter muito cuidado com eles! E no esquerdismo é extraordinariamente fácil. Sobre o esquerdismo eu costumo dar o exemplo do seguinte: um camarada meu, muito amigo, militar de Abril, genuíno desde o início da conspiração, fizemos aliás toda a conspiração, envolveu-se depois fortemente no PREC mas na ala esquerdista. Hoje continuamos amigos, não me perdoa eu o não ter preso no 25 de Novembro porque foi acusado pelos outros de que estava feito comigo e de não ter ido preso enquanto outros foram presos. Ele não foi preso porque se comportou ou melhor não entrou na golpada e comportou-se bem, mas aqui há uns tempos – continuámos e continuamos bastante amigos –, talvez aqui há uns anos, dizia-me ele: “ oh Vasco tu é que tinhas razão, tu é que estavas certo! Tinhas razão! “ E eu disse-lhe: “ está bem, dizeres-me isso passado este tempo todo enche-me o ego mas temos que concordar que, na prática, vale muito pouco. “ E diz-me ele com um sorriso: “ mas tens que concordar comigo! Eu gozei muito mais do que tu gozaste! “ (risos) Ainda hoje de vez em quando, me vem com posições esquerdistas e eu costumo dizer-lhe: “ quer dizer, queres continuar a gozar não? “ (risos) Porque repare, é extraordinariamente fácil entrar no esquerdismo e nesse tipo de exageros. É muito populista, muito demagógico, ainda por cima quando mete malta nova. Portanto há que ter muita preocupação na maneira de entrosar os dois tipos de democracia. Provavelmente eu já não terei idade para vir a ver isso, mas penso que no futuro ou nós conseguimos uma combinação entre os dois tipos de democracia ou a alternativa é a ditadura! Ditadura, seja de direita ou seja de esquerda.

Mas, aqui, reafirmo. Não se pode pretender impor a perfeição que, para cada um, consiste na satisfação plena dos seus interesses. Ou das suas ideias, se falarmos no campo dos valores. Vou-lhe dar um exemplo: os capitalistas perceberam que, para viver em paz, para conseguirem garantir os seus objetivos mínimos, tinham que fazer um contrato com os trabalhadores. Foi assim que nasceu um contrato entre o Capital e o Trabalho, consubstanciado no Estado Social. E os dois conviveram, a Europa teve um período de paz,

como nunca tivera. Até que, o Capital vestiu novas roupagens, convenceu-se que as condições se alteraram, convenceu-se que o poder era todo seu e exigiu um quinhão pornográfico das mais valias. Deitando, naturalmente, o antigo acordo do Estado Social às urtigas... !

Pois bem, o fim da Paz e a Guerra, aproximam-se a passos largos...e todos vão perder!

Porque dou este exemplo? Porque considero que, com a Democracia se passa algo semelhante. Os que têm o poder julgam que os resultados da prática da democracia pouco importam. O que interessa é entreter os pacóvios, convencendo-os de que estão a participar, entreendendo-os e enganando-os através da manipulação da comunicação. Para isso serve o Capital, que exige a parte de leão, dando migalhas aos que estão sempre prontos a servi-lo, quais novos miguéis de vasconcelos... .

Por isso, a moribunda democracia vê o seu fim a aproximar-se inexoravelmente.

Depois...bem, depois, como dissemos nos 40 anos do 25 de Abril, abre-se um enorme ponto de interrogação (?) .

Segundo Tópico : A Democracia semidireta e a erosão da democracia representativa em Portugal

– Entrevistador –

- Coronel Vasco Lourenço, face à realidade dos acontecimentos políticos e sociais da época e, às posições defendidas no interior da ala moderada do MFA referidas anteriormente pelo senhor, acha que já se congeminava nesta altura, uma futura crise e desgaste da democracia representativa em Portugal?

– Entrevistado –

- Não, da nossa parte, não! Nós apostámos na altura, acima de tudo, na democracia representativa. Tentando a conjugação com a democracia direta como lhe disse, mas acima de tudo apostávamos na democracia representativa. E acreditávamos que desde que haja liberdade de informação, que seja possível combater a manipulação, acreditávamos e eu continuo a acreditar, que as pessoas, neste caso concreto o povo português, acabam por perceber o que é que é melhor para elas. Lamentavelmente, o que não esperávamos mas vimos assistindo ao longo destes anos todos, destes 40 anos praticamente, é que as forças em que nós apostámos para configurarem a democracia, que são os partidos políticos, falharam todos! Falharam porquê? Auto transformaram-se em grupos de conquista do poder pelo poder, distribuição de benesses entre os seus mais próximos, militantes ou não militantes, chegando ao ponto de a certa altura, já nem serem representantes dos seus militantes, mas sim de facções dentro do próprio partido. Falharam porque não conseguiram ser a força representativa, porque só sou representativo se tentar fazer, se procurar fazer aquilo que os meus

representados querem. Ora se eu, depois de ser designado representante, começo a pensar só nos meus interesses ou de um pequeno grupo e deixo de pensar nos interesses dos representados, isto falha, e na minha opinião, isto tem falhado muito. Se me perguntar se foi uma surpresa desagradável, foi! Uma surpresa desagradável, porque nós estávamos imbuídos da convicção de que isto ia resultar.

– Entrevistador –

- Meu Coronel, no seguimento destas linhas de força que o senhor aqui tem apresentado, no Capítulo VIII – O Dia Seguinte –, do livro supracitado, no fim da página 252 e princípio da 253, o senhor em resposta ao referido pela entrevistadora diz – nos que as Forças Armadas devem ser apartidárias mas não apolíticas. Já na página 339, apesar de entender que os partidos políticos sejam fundamentais para a democracia, considera-os diretamente responsáveis por em Portugal transformaram a democracia em ditadura de partidos.

Nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril no ano passado em Loulé, perante o Cine Teatro Louletano repleto, confessou termos perdido uma excelente oportunidade em conciliarmos a democracia representativa com a direta, aliarmos estas duas formas de democracia sob a batuta das organizações de base dispostas no terreno, denunciando os partidos por terem boicotado a possibilidade desse elo de ligação, pois eles com a habitual habilidade estratégica proveniente do modo de fazerem política em Portugal, apenas lhes interessava a primeira daquelas formas de democracia ou seja a democracia representativa.

Posteriormente, já na Edição do Público de 13 de Maio de 2015, em entrevista concedida na página 10, na qualidade de Presidente da Associação 25 de Abril, a propósito do Congresso da Cidadania, denominado, “ Ruptura e Utopia para a Próxima Revolução Democrática ”, realizado em Lisboa na mesma altura e para o qual o senhor quis juntar personalidades tão diferentes como Laborinho Lúcio, Ramalho Eanes, Carvalho da Silva, Sampaio da Nóvoa, Marinho e Pinto, Rui Tavares, o meu Coronel nessa entrevista considera muita pouca a participação dos cidadãos, responsabilizando mais uma vez os partidos por tal letargia, examinando-os como desgastados e aquém das necessidades e aspirações reais dos nossos cidadãos, lutando apenas em consonância com lobbies e interesses individualistas das suas elites dirigentes, em desprezo com os valores consagrados na CRP e a União Europeia, em deficit democrático nas suas instituições, que abre as portas ao domínio completo do poder económico e financeiro sobre o poder político, a gerar consequentemente a corrupção das instituições que viciam e contaminam o quadro societal. Por isso será preciso uma rotura democrática, mas uma rotura para evitar o caos e violência, abrindo caminho a novos espaços

de debate e de ideias e consequentemente, alargando a capacidade interventiva e direta dos cidadãos.

- Meu Coronel, o que lhe parece, acha mesmo que estamos perante uma Partidocracia em Portugal, uma democratura ou seja, a tal ditadura doce transvestida de democracia, não apenas envolvendo os partidos do arco do Poder mas igualmente a englobar aqueles que têm assento parlamentar – agora incluído também com o PAN –, no fundo uma oligarquia partidária com rostos por demais conhecidos, desgastados e passados amiúde no espaço mediático, falando sempre com a mesma nota mas com melodias diferentes, a assumir a vida coletiva nacional como uma forma de vida do Estado tal como nos afiança Gonzalo Fernandez de La Mora ?

– Entrevistado –

- Fez um resumo muito bom sobre o que tenho vindo a pensar e a lutar. De facto eu considero que esta democracia está esgotada, de facto está-se a exaurir e eu posso dar-lhe dados concretos nesse aspeto. O atual Presidente da República foi eleito por 23% dos eleitores. Nas últimas eleições europeias, o partido mais votado que foi o PS teve 11% dos eleitores. Os dois que estavam e continuam no governo, tiveram 10% dos eleitores. Nestas eleições legislativas a que acabámos de assistir, a coligação que dizem que ganhou as eleições teve 21% dos eleitores. Isto não pode ser! Porquê? Porque as pessoas não se sentem representadas nos partidos. Os partidos não fomentam a participação. Bem, talvez estejamos a assistir agora – até pela ação que ele nunca terá pensado que podia ter esse papel, essa ação miserável que o Presidente da República teve ontem na declaração que fez – ao início de um novo tempo em que os partidos vão começar a querer que os cidadãos participem mais. Isto é, nós ontem assistimos a uma espécie de golpe de Estado em que o Presidente da República se arvorou em definir quem são os partidos que podem entrar para o governo e quem são os partidos que não podem entrar para o governo, rasgando a Constituição de que ele é o principal garante, aparecendo com expressões e um semblante extraordinariamente crispado e agressivo, que até nem é muito próprio dele. Na minha opinião, isto tem que ver com o desespero em que ele e as forças que ele representa caíram, porque estão a ver o chão a fugir-lhes debaixo dos pés, estão a sentir que vão perder o poder e nós estávamos e continuamos a assistir a uma coisa extraordinária que é pela primeira vez, as forças ditas de esquerda começarem a dialogar. Não quer dizer que vão chegar a acordo rapidamente e que vão desistir dos seus programas, das suas ideias e dos valores que têm, mas estão a dialogar! E com diálogo nasce a luz. Estão a dialogar e isso é altamente positivo. Aliás no Congresso da Cidadania que referiu, na intervenção de encerramento, eu tive oportunidade de apelar

precisamente a esse diálogo, e rematei dizendo que se feitas as eleições que aí vêm, não havendo maioria de lado nenhum, as forças à esquerda conseguirem dialogar entre si e encontrarem uma solução, então este congresso já terá valido a pena. Já terá valido a pena, porque como disse, nós na Associação 25 de Abril nesse Congresso da Cidadania e no seguimento de outras iniciativas havidas ao longo dos nossos trinta e três anos de vida, nós temos tido uma postura de radicalmente apartidários. Os militares do 25 de Abril foram assim, radicalmente apartidários. Mais, o facto de alguns em determinada altura, terem tido posições menos apartidárias, levou-nos a ruturas entre nós, mas com uma resultante claramente apartidária, mas, não neutra politicamente. Por isso é que eu continuo a dizer que os militares não podem ser neutros politicamente. O militar é um cidadão e um cidadão ainda mais responsável porque tem e usa armas. Utiliza armas e portanto tem de garantir a democracia em Portugal, no seu próprio país e por isso não pode ser apolítico. Lembro-me que antes do 25 de Abril e de vez em quando isso volta, a teoria era, o militar tem de ser apolítico, não se dizia apartidário, era apolítico. E o que é que era um apolítico? Era o tipo que não tivesse posições de esquerda, porque um indivíduo que tivesse posições políticas que defendesse valores que fossem considerados de esquerda era logo carimbado de político! O indivíduo que pelo contrário, tivesse posições de direita, reacionárias ou da extrema-direita, não era político! Esta foi mesmo uma discussão que nós tivemos a certa altura. Aqui na Associação, cabem cá todos. Nós hoje temos associados com sensivelmente o mesmo número de militares e de civis. Isto começou só com militares. Inicialmente, foram só os oficiais, contrariamente à minha opinião, mas foram só os oficiais. Abrimos de imediato aos sargentos e às praças, a possibilidade de se fazerem sócios efectivos.

Para os civis encontrou-se uma solução especial, a de Apoiantes, que eram associados que não tinham os mesmos direitos, nem os mesmos deveres. Não tinham capacidade eleitoral, nem ativa nem passiva, não eram obrigados ao pagamento de quota. Só após a primeira revisão dos estatutos, passados seis a sete anos, se abriu a possibilidade de os civis serem sócios efectivos.

Costumo dizer que há uma coisa que me orgulha enquanto Presidente da Direção da Associação desde a sua fundação, é que nunca recusamos nenhuma proposta para sócio. Nunca expulsámos ninguém apesar de termos sócios suspensos por falta de pagamento de quotas. E por isso estão cá todos os que cá querem estar e só estão cá os que querem estar. Agora, as nossas atividades são cívicas.

Foi o Congresso da Democracia que fizemos aqui há oito ou nove anos, foi o Fórum sobre o Estado Social. Fizemo-lo aqui há três anos atrás e foi também aqui, o Congresso da

Cidadania que fizemos há meia dúzia de meses. Todos estes eventos foram extraordinariamente alargados, procurando que os cidadãos participem. É evidente que é muito complicado com os partidos, e falou aí numa coisa, porque eu não estou só contra o arco da governação. Eu acho que é uma estupidez, e isso está-se a ver que até o próprio Presidente da República acha que há uns tipos que têm direitos divinos que é participar no governo e constituírem o arco da governação. Mesmo partidos que eram contra a própria Constituição e que tinham no seu programa a não adesão à UE. Mas como é de direita, que é o CDS, esse já lá pode estar! Aí já não há problema que ele seja contra a UE que tenha votado contra a Constituição e tudo o mais. Bom, eu estou também contra o arco do Poder, o arco da situação, isto é, apesar de tudo, os partidos à esquerda – e por isso mesmo estou esperançado que essa atitude do Presidente da República, os leve a mudar de atitude, de posição – têm sido complacentes com muitas situações que vão ao encontro dos interesses dos partidos que estão na Assembleia da República. Algumas benesses. Por exemplo, porque é que nos bens dos partidos, eles não pagam IMI e você paga IMI e outras coisas que tais? É preciso abrir a mentalidade aos próprios partidos que não estão no arco da governação, para que eles vejam que têm que não permitir a ostracização ou dos partidos que não têm representação parlamentar ou dos cidadãos em geral que não se sentem representados por nenhum deles.

– Entrevistador –

- Coronel Vasco Lourenço, tal como oportunamente nos refere Anthony Giddens, devemos “ estar preparados para experimentar normas democráticas alternativas, em especial se estas servirem para pôr o processo de tomada de decisões políticas mais de acordo com as preocupações correntes dos cidadãos. Os júris populares, por exemplo, ou os referendos por via electrónica, não vão destronar a democracia representativa, mas podem ser um complemento útil para ela “ (Giddens, 2012: 74).

- Meu Coronel depois de tudo aquilo que atrás referiu, acha que os mecanismos de Democracia semidireta atualmente em Portugal têm condições e possibilidades para se imporem e consolidarem no sistema político português, de modo a serem elementos de peso na renovação da democracia representativa do país? Isto é, dentro de uma conceção em que o nosso sistema político, possa consagrar na prática esses instrumentos (plebiscitos, referendos, iniciativas legislativas populares, etc.), configurados para as especificidades de Portugal, não obrigatoriamente seguindo as instituições do modelo suíço, mas integrando gradualmente, com maior eficácia, qualidade, transparência e quantidade, mecanismos de democracia semidireta alicerçados a renovados métodos da legítima democracia representativa, instituída oficialmente no nosso Estado de Direitos, Liberdades e Garantias ou seja, não estão aqui

refletidas quaisquer dúvidas quanto à validade da democracia representativa, quanto à relevância dos partidos políticos no peso do espaço democrático, e, muito menos, uma conceção de que a democracia semidireta possa ser uma panaceia para as degenerescências da democracia representativa. Perante este cenário, o senhor acha então viável, possível, a democracia semidireta ter condições e possibilidades para vingar, impor-se e consolidar-se em Portugal?

– Entrevistado –

- É muito complicado. Muito difícil. Não lhe direi que é inviável mas também naquilo que significa que é viável, pode significar otimismo quanto à facilidade de não haver dúvidas. Mas eu acho que é possível. Mas também é extraordinariamente difícil. Nós aqui na Associação 25 de Abril, temos tido a preocupação de incentivar a participação dos cidadãos. E temos feito e promovido reuniões de movimentos cívicos, discussões, debates, etc., etc. . Infelizmente este caminho é extraordinariamente complicado. Ao que é que nós assistimos? Nós aqui na Associação constituímos um grupo de reflexão que apoia a Direção. Temos um grupo de reflexão alargado em que a Direção também participa e que me tem vindo a apoiar há quatro ou cinco anos a esta parte. Por exemplo, algumas intervenções que tenho feito quer na altura do 25 de Abril quer no Congresso da Cidadania, resulta muito do debate que temos tido aí. Aí está! Eles sentem e até já consideraram que eu sou um bom ouvinte e que sei fazer a síntese do que pensam. É evidente que não sou um ouvinte pacífico e não interveniente. Intervenho porque eu não sei estar no debate sem defender as minhas ideias e contrapô-las às dos outros. E aqui posso dizer-lhe, que muitas vezes, entro nas reuniões de Direção com um ponto de vista sobre um determinado problema, depois no debate, aprovamos um ponto de vista, não igual àquele com que eu entrei. Normalmente obtido por consenso. As pessoas sentem que estão a participar. E é assim que eu sei funcionar.

Em relação à hipótese de em Portugal vingar isso, há um problema terrível. Eu por exemplo tive uma desilusão enorme no Congresso das Alternativas. Foi uma hipótese extraordinária pois conseguiu-se congregar muita gente, muitas forças. Eu envolvi-me em full-time. No meu grupo da organização, inicialmente estavam sete, depois ficamos onze. Convenci aqui o nosso pessoal a envolver-se. Com alguma dificuldade e porquê? Porque nós estávamos precisamente a debater a necessidade de fazer qualquer coisa desse género. Nós estávamos a debater a necessidade de aparecer “ A Iniciativa “. Agora surge uma hipótese e não podemos ficar de fora. Temos que nos envolver! Pode não ser esta “ A Iniciativa “ mas nós temos de nos envolver! Neste campo, o resultado penso que foi extraordinário. Simplesmente foi evidente que a oportunidade foi única mas a exploração do sucesso foi uma

desgraça. Porquê? Porque a maior parte das pessoas e isso aí, enfim... . Uma das coisas que penso e que muito me orgulha é que como militares de Abril, continuamos a lutar por valores e não por interesses. A maior parte das pessoas começaram a olhar para o umbigo e a pensar “se chegarmos ao Poder, que cargo é que me calha a mim?” “E isso estraga tudo. Nós temos tido aqui, a preocupação de pensar em criar um outro movimento de cidadania no qual eu me tenho envolvido pessoalmente. Eu tenho dito que os movimentos de cidadania, não se podem fazer à volta de uma figura, porque se eu faço esse movimento para pôr fulano tal a Presidente da República ou não sei o quê, o movimento perde-se. Os movimentos têm de se fazer à volta de valores, de interesses palpáveis mas consignados em valores. Não de interesses físicos. Ao que é que nós temos assistido? Nós temos assistido aqui muitas vezes em vários encontros com movimentos cívicos, é que eles se realizam à volta, em torno de uma pessoa. E estou a pensar num por exemplo, que estava a desenvolver-se bem, mas que depois se saldou num fracasso. Tirou um elemento à volta do qual se estava a construir, para o levar a candidato à Presidente da República. Aí, este movimento, acabou de imediato. Eu estive lá e disse-lhes que aquilo acabava naquele momento, pois a um movimento parecido aconteceu o mesmo. Neste caso foi com o Manuel Alegre. Um movimento tem de ter outros horizontes que não sejam o de levar uma pessoa aqui ou ali. Ainda na terça – feira desta semana, tivemos aqui uma iniciativa surgida de um movimento no meio de antigos dirigentes estudantis que estiveram na luta antes do 25 de Abril e que decidiram tomar uma posição pública de apelo à constituição de uma frente de esquerda. Uma aliança à esquerda para a promoção do ambiente. Vieram-nos pedir para fazerem aqui a conferência de imprensa e ela foi feita. Portanto há movimentos a surgir permanentemente. É natural que a convulsão que vem aí, resultante do incêndio provocado pelo Presidente da República, provoque o aparecimento de mais movimentos desse tipo. Pode ajudar de facto à interligação. Pode ajudar a que se perceba que a democracia é para continuar, é para se salvar. Já houve um movimento de aprofundamento da democracia em que na altura era protagonizado fundamentalmente pela Maria de Lurdes Pintassilgo.

Defendo o aprofundamento da democracia, considerando que para ela se salvar, terá de se entrosar a democracia representativa com a democracia direta. Hoje chama-se a isso democracia semidireta. Confesso que, para mim, a designação é irrelevante. Chamem-lhe o que quiserem. Considero é que é essencial que a democracia representativa e a democracia participativa se completem, ainda que cada uma no seu âmbito próprio e específico. Com as medidas que indica ou outras... . É fácil? Não, não me parece. Não estou muito optimista,

mas não estou optimista em muitas coisas. Mas também não desisto, pois isso seria aceitar a derrota, o mesmo é dizer, a ditadura!

– Entrevistador –

- Meu Coronel, perante todos os indicativos que temos vindo a abordar, como é que entende este fenómeno? No que concerne à capacidade de mobilização dos portugueses, estaremos perante um problema estrutural da sociedade portuguesa, com raízes advindas do período da fundação da nacionalidade, em que parece ser histórico o fraco associativismo dos portugueses em torno de relevantes decisões do País, algumas até com características de desígnio nacional como foi o caso, e lembramo-nos da Petição germinada em 2009, sobre o Acordo Ortográfico institucionalizado em 1990, acontecimento que vingou e foi aludido na época por Vasco Graça Moura como o triunfo da petição – A Petição nº 495/X/3ª, deu entrada então na AR a 08 de Maio de 2008 –, e onde o Estado tem sido geralmente o pai e o castelo protetor de uma população, na generalidade, desinteressada de assuntos políticos, salvo algumas exceções? Será então isto, mesmo um problema estrutural da sociedade portuguesa?

– Entrevistado –

- É capaz de ser. A história indica que não é fácil acontecer cá essa situação de associativismo. Com aquilo que aconteceu com o 25 de Abril, eu afirmo muitas vezes, é que se há uma coisa de que eu tenho saudades de facto, e me sinto frustrado nos dias de hoje, é lembrar-me da enorme participação das pessoas que houve a seguir ao 25 de Abril e ver hoje o alheamento em que as pessoas estão. È evidente que as responsabilidades vão na direção de todos os lados. São das próprias pessoas e também daqueles que têm andado, digamos, a apostar em cavalos errados. Nós apostamos, envolvemo-nos, apostamos e depois o homem ou a mulher em que nós apostámos falha, porque se esquece dos compromissos assumidos. E falha! E isso vai desiludindo as pessoas, vai-lhes fazendo baixar os braços. Agora é o que eu digo, nós podemos ser utópicos. Aqui na Associação 25 de Abril, essa é a nossa postura pois temos que continuar a dizer às pessoas que é preciso participar. Não fiquem em casa. E digo mais, não se deixem vencer pelo medo. Eu estou a pensar publicar uma coletânea das mensagens que a Associação 25 de Abril fez ao longo da sua existência. Para verem como é que nós temos vindo atempadamente a alertar para os vários problemas do país. Há não sei quanto tempo que ando a levantar o problema do medo. Há muita gente assustada com o problema do medo. Há não sei quanto tempo que temos vindo a alertar para o problema da corrupção. Há não sei quanto tempo que temos vindo a falar no afastamento dos eleitos em relação aos eleitores. Não é fácil, isto há aqui muito sebastianismo, temos necessidade de ter um paizinho e parece que gostamos dele. Tivemos um durante 47 anos que resolvia o

problema às pessoas da maneira que hoje sabemos. A seguir ao 25 de Abril foi de facto extraordinário ver como as pessoas participavam, viviam, lutavam pelos seus ideais, pelos seus interesses, às vezes interesses errados, mas lutavam! Lutavam pelas suas necessidades. Lutavam! Hoje para mim, uma das maiores frustrações que tenho é essa, é ver o contrário. Mas como sou relativamente otimista... . Vai ser difícil nos dias de hoje mas quero crer que vamos dar a volta ao texto e recuperar esse sentido. Mas, não vai ser fácil.

– Entrevistador –

- Meu Coronel, esta entrevista já vai longa mas não queria deixar de fazer-lhe uma última questão. As sete revisões constitucionais – 1982,1989,1992,1997,2001,2004,2005 – consignadas na Lei Fundamental, a CRP, ainda não conseguirem inverter as regras do tabuleiro jurídico do nosso Estado de Direito Democrático, e de apenas por exemplo, se acolher no seu seio, a iniciativa popular da proposta do referendo com petição não obrigatória, sob a dependência do consentimento formal dos deputados eleitos por sufrágio direto e universal. Como nos lembra Maria de Fátima Abrantes Mendes “ O referendo mesmo que impulsionado por iniciativa de grupos dos cidadãos eleitores, tem de obrigatoriamente passar pelo crivo da Assembleia da República, o que demonstra mais uma vez, a forte implicação política das questões susceptíveis de ser submetidas a referendo; (...) “ (Mendes, 2006: 10) .

- Meu Coronel, qual é a sua opinião, considera ou não que transparece neste processo, o receio e a necessidade do poder político continuar a refrear a participação ativa dos cidadãos no processo da tomada de decisões políticas?

– Entrevistado –

- A resposta é muito simples pois é evidente que transparece. Como lhe disse numa anterior resposta, houve a necessidade que nós tivemos de dar força aos partidos políticos. Depois os partidos políticos, apoderaram-se do Poder e têm medo, têm receio da participação dos cidadãos e com isto de os meter a eles próprios em causa. E então como dizia há pouco, além do arco da governação, há também os do outro lado da situação, também com responsabilidades. Todos eles têm medo da participação cidadã. Não é fácil criar estes movimentos em que os cidadãos, imponham aos partidos políticos as alterações nesse campo da participação. Ou então a alternativa é tudo isto se dissolver com a abstenção. Também venho alertando para isso há uns anos. Criando o caminho por onde estamos a caminhar, nós vamos ter que assistir mais tarde ou mais cedo, obrigatoriamente a uma nova revolta dos escravos contra estes detentores do Poder. Os novos escravos que somos nós! Perante os detentores do poder, nós vamos ter que assistir a uma nova revolta dos escravos. Também não estou nada otimista em relação ao que se vai passando no Mundo, nomeadamente na Europa

com a hipótese de uma nova guerra, mais global e mais alargada. É minha convicção que ela vem aí. Já está no terreno. Porque a ambição das pessoas é tramada. Há uma coisa que me custa como cidadão a entender. Nós tivemos uma Europa com um período enorme de paz que só foi possível porque o resultado directo das lutas das duas componentes, o Capital e o Trabalho, conseguiram um entendimento mútuo da repartição das mais valias da produção, e isso, permitiu um período de paz considerável. Bem, ao que é que nos assistimos entretanto? Ao desaparecer de uma das razões que teve mais peso nesse entendimento em relação à pressão sobre o Capital, que era o receio de que o mundo soviético pudesse ser o paraíso para os trabalhadores do mundo ocidental. Então, o Capital percebeu e fez um acordo. Agora, com esse desaparecimento, com a ausência de um outro espaço apelativo para muita gente deste espaço, esse mesmo Capital sentiu-se mais forte, sem peias e quis o bolo todo.

Hoje nós assistimos aos neoliberais, que são na minha opinião, os novos fascistas, a tentarem uma cavalgada do capital financeiro especulativo, a pôr em causa o próprio capital económico e produtivo. Repare como hoje quem domina, é o capital financeiro especulativo! Nós assistimos a isto! Destruíram a arma que tinha sido e funcionado como cimento nesse tempo de paz que era o Estado Social. Portanto, isso vai inevitavelmente ter consequências. O que é que vamos de futuro assistir? Não sei, mas não auguro nada de bom. Mas o ser humano, quando perde ou lhe tiram a sua dignidade, costuma revoltar-se. E a minha convicção é que se vai revoltar, porque está de facto a perder a sua dignidade. E quando falo em Portugal, falo também da Europa. Em Portugal caímos numa situação que nunca julguei possível e me custa realmente a ver, que é a situação de hoje, os detentores do poder terem uma prática em se comportarem como serventuários do capital financeiro. Comprados através de benesses que às vezes são só amendoins, que lhes vão aumentando a sua conta bancária, resultante de um cancro terrível que é a corrupção. Através disso, têm vendido o país ao desbarato. Não me posso esquecer como é que um país como Portugal, se está a vender ao desbarato. Vender todos os instrumentos que lhe permitem ser um país independente, com estratégia e soberania próprias. É absolutamente incrível e isto não pode ter perdão. Esta atitude de serventuários, dos novos miguéis vasconcelos, não pode ter perdão! Mas infelizmente é mesmo a realidade que temos.

– **Entrevistador** –

- Meu Coronel, porventura ao contrário do que Fukuyama predizia com o triunfo total das democracias liberais no espaço global, terá sido antes o fim de uma história e uma outra que quiçá estará a começar. Talvez também seja agora oportuno recordar que em Portugal, ao abrigo do nº 1 do artigo 15º – Requerimento – da Lei Orgânica nº 2/2003 de 22 de Agosto – a

Lei dos Partidos Políticos – com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica nº 2 / 2008 de 14 de maio, bastam 7.500 assinaturas legalmente reconhecidas para oficialmente se formar um partido. Contudo, conforme prescrito no artigo 16º da LORR (Lei Orgânica do Regime do Referendo), são necessárias 75.000 subscrições de cidadãos devidamente recenseados no território nacional, para uma Petição – Iniciativa Legislativa Popular –, obrigar a agenda política à sua discussão em plenário da AR e poder levá-la à eventual realização de um referendo sobre determinada matéria em apreço. Saliente-se, podendo levá-la. Por outras palavras, é mais difícil um cidadão participar diretamente no processo da tomada de decisão, do que formar um partido político para poder, mesmo com alguns constrangimentos, integrar-se na atividade política o que também não implica participar diretamente.

- Meu Coronel perante todos estes constrangimentos, qual a sua opinião sobre listas ou Grupos de Cidadãos Eleitores, não apenas localmente mas também candidatos a deputados para a Assembleia da República?

– **Entrevistado** –

- Primeiro que tudo, a Lei Eleitoral tem de ser reformulada. Tem de ser criada a ideia de que os partidos políticos não podem ter eternamente o monopólio das candidaturas aos órgãos eleitos, de todos os níveis, sejam locais ou nacionais. Há apenas uma candidatura individual de cidadãos (não de partidos) que é a candidatura a Presidente da República (ainda que os partidos a tentem monopolizar). Mas é evidente que a candidatura a deputados à AR tem de ser também permitida a grupos de cidadãos que não podem ser 75.000. Tem que ser um número razoavelmente possível, na minha opinião até menor do que aquele que é necessário para formar um partido político. Agora isso que abordou é a prova cabal e concreta da ditadura dos partidos na atual situação política portuguesa.

– **Entrevistador** –

- Coronel Vasco Lourenço, muito obrigado então pelo seu depoimento, pois ele irá certamente acrescentar qualidade ao produto final desta dissertação. A presente entrevista registada em gravador de voz digital será posteriormente tratada e transposta para a norma escrita. De seguida apresentar-se-á na íntegra ao meu Coronel, para proceder às alterações que por si considere como relevantes ou pertinentes ou que entenda como necessárias e vitais ao esclarecimento do conhecimento e finalmente, depois desta revisão, autorizar o seu destino para que figure formalmente como Apêndice a esta dissertação de Mestrado em Ciência Política. Meu Coronel, bem haja, muito obrigado mais uma vez pela sua disponibilidade.

– Entrevistado –

- Foi um prazer e, dentro do tempo possível, continuo disponível. Lerei então depois a entrevista. Você esteve a citar um livro a que deu também grande realce. Essa entrevista minha à Maria Manuela Cruzeiro foi bastante revista já depois da transcrição. Uma coisa é estar a falar para o gravador, outra coisa depois é passar para o papel. Portanto eu estou disponível para isso, na certeza de que a minha postura é a mesma que tive perante esta entrevista. Ou me revejo na entrevista ou não a subscrevo. É um prazer e continuo disponível para aquilo que for possível da minha parte.

Peço-lhe que esta entrevista, dada
a António Carlos Dietrich Lopes, seja
incluída como apêndice ao seu trabalho
de dissertação de Mestrado.

Lisboa, 30 de Março de 2016

Vasco Cordeiro Lourenço

APÊNDICE 2

Entrevista Semi-Estruturada ao Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, Dr. Davide Amado

– Entrevistador –

Conforme previsto e acordado com o entrevistado, esta entrevista do tipo semi-estruturada, constituída por dois tópicos, efetuada na Junta de Freguesia de Alcântara às dez horas do dia 20 de Novembro de 2015 (Sexta-Feira), ao Sr. Presidente desta autarquia, Dr. Davide Amado, será posteriormente reproduzida em Apêndice, como parte integrante da Dissertação de Mestrado em Ciência Política “ A Democracia semidireta em Portugal – condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português – “, conferida pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/UL).

A temática correlata ao título supracitado está articulada a um projeto de investigação cuja linha denomina-se Política e Governação enquadrando-se na área científica deste curso: Regimes Políticos e Processo Democrático.

- Dr. Davide Amado, agradeço-lhe desde já a oportunidade e a disponibilidade demonstradas para a concessão desta entrevista, no intuito de ela complementar como Apêndice, a produção da dissertação supramencionada.

Primeiro Tópico: A Democracia semidireta em Portugal e a erosão da sua democracia representativa

– Entrevistador –

- Dr. Davide Amado, Anthony Giddens refere-nos oportunamente que devemos “ estar preparados para experimentar normas democráticas alternativas, em especial se estas servirem para pôr o processo de tomada de decisões políticas mais de acordo com as preocupações correntes dos cidadãos. Os júris populares, por exemplo, ou os referendos por via electrónica, não vão destronar a democracia representativa, mas podem ser um complemento útil para ela “ (Giddens, 2012: 74). Senhor Presidente, como autarca e responsável máximo pelo executivo desta relevante Junta de Freguesia da nossa edilidade, da cidade de Lisboa, da capital do País, como inevitável observador da vida política nacional e internacional e, perante as assertivas daquele relevante autor e pensador – sabendo-se que é ainda no palco das Assembleias de Junta de Freguesia onde se manifesta o cenário da participação direta dos cidadãos no processo da tomada de decisão da autarquia –, acha que, quer a nível local quer mesmo a nível nacional, têm os mecanismos de Democracia semidireta

(plebiscitos, referendos, iniciativas legislativas populares ou petições, etc.), condições e possibilidades para se imporem e consolidarem no sistema político português, de modo que combinados com a nossa erodida democracia representativa possam ser elementos de peso na renovação do seu figurino? Isto é, dentro de uma conceção do quadro do nosso sistema político, poder-se consagrar na prática esses instrumentos configurados para as especificidades de Portugal, não obrigatoriamente seguindo as instituições do modelo suíço, mas integrando gradualmente, com maior eficácia, qualidade e quantidade, mecanismos de democracia direta alicerçados a renovados métodos da legítima democracia representativa instituída oficialmente no nosso Estado de Direitos, Liberdades e Garantias, tendo em vista emendá-la, renová-la, melhorar-lhe a qualidade e a transparência, enquadrá-la nos tempos atuais perante este movimento incessante e imparável da Globalização de que Portugal não consegue escapar

– Entrevistado –

- Muito bem, isto tem aqui várias questões de desenvolvimento e temos que aflorar cada uma delas para podermos responder a essa questão na sua globalidade. Vivemos hoje com um problema que está na génese de termos necessidade de mudar alguma coisa. De facto podemos correr o risco de haver aqui alterações na nossa atual democracia se nada fazermos. Em primeiro lugar, a confiança. O problema da confiança que tem a ver com dois motivos. Um, a falta de confiança dos portugueses, neste caso, nos políticos em si. De facto relativamente aos políticos nos últimos anos, temos tido exemplos daquilo que não deve ser exemplo. Daquilo que os políticos não devem dar exemplo. E isso tem levado à relutância das pessoas na confiança dos seus políticos. Não ocasionalmente, as pessoas sentem falta de confiança nos políticos. Depois, a relação entre os próprios políticos em termos de partidos, existindo um clima de crispação constante, de falta de elevação, falta de discussão dos problemas que realmente afetam do ponto de vista macro, onde se esbatem perspetivas diferentes da sociedade que os partidos possam ter. Do ponto de vista pessoal, a quezília, a crispação têm afetado a nossa democracia. E isso tem ainda aumentado a falta de confiança das pessoas nos políticos e, por consequência no próprio sistema.

Sobre o que falou, eu sou completamente a favor dos referendos e de iniciativas legislativas populares, enfim tudo o que tenha a ver com o aumento da participação das pessoas no processo da tomada de decisão. Sou completamente a favor, mas antes, para que eles tenham sucesso é preciso primeiro, que este problema da confiança seja resolvido. E essa questão da confiança, só se resolve quando houver uma profunda reforma dentro dos partidos políticos.

Não é ao nível dos Presidentes da Junta ou de pessoas que estão na política ao nível mais autárquico ou local ou de maior proximidade com as pessoas, mas sim de quem pode nos dias que correm e com os meios que temos de comunicar, a TV, os meios informáticos e que têm à sua disposição, neste caso, os partidos. Está na altura de eles próprios pensarem em diminuir o clima de crispação e a procurar estar na política com outra elevação e com outro tipo de postura e que também não apele à procura constante em denegrir o adversário para tirar partido em seu benefício próprio. Isto é uma análise que eu faço, independentemente dos partidos. É transversal a todos. Eles têm que deixar de ser egoístas neste sentido. Têm que começar a assumir aquilo que pensam ideologicamente, derivado daquilo que a análise faz relativamente às soluções que se preconizam para este problema. Tem de ser esse o caminho e tem de ser esse o debate. Tem de se discutir mais as ideias na política e menos a moral de uns e a questão pessoal de outros. Ela deveria ter crédito na inovação e elevação do debate político que se pretende que seja profícuo, pelo menos para a maioria das pessoas. Estamos na política, como exercício de cidadania fixado como claro, transparente. Por isso tudo o que referi tem de mudar. E só quando isso mudar é que qualquer tipo de alteração constitucional que tenha que se fazer, pode levar-nos a maior abertura de novos meios de que falou há pouco, como referendos, a incluir os eletrónicos, plebiscitos, iniciativas populares, etc. Só que a meu ver, essa alteração não será possível, sem a confiança nos políticos que obviamente, deveria existir.

Houve alguém que disse que a democracia é o mais perfeito dos sistemas ou entre aqueles que existem é o melhor dos sistemas políticos porque é o que nos representa a todos. É o sistema político mais plural. E é isso que nós temos que ter no presente na mente de todos. É isso que temos que passar, e, sobretudo para os políticos.

Nós, passados 40 anos e nos meses que sucederam ao 25 de Abril, com tudo o que houve de bom e de mau, percebemos que o tempo da história já nos permite fazer esse juízo. Não acredito que se tivéssemos a caminhar para um satélite do Estado soviético, isso pudesse acontecer. Não acredito nisso. Especialmente com todo aquele processo que estava a ser levado a cabo naquela altura. Passados esses tempos todos, está na altura de percebermos que é preciso dar um passo seguinte na nossa democracia e provavelmente na participação, que significa a inclusão constitucional de mais referendos, iniciativas, plebiscitos quer a nível local quer a nível nacional, para questões nacionais. Que possam e devam ser uma das alterações para que as pessoas sintam que a sua opinião conta. Sintam que têm voto na matéria, não só de quatro em quatro anos quando elegem os seus representantes, mas também em outras matérias.

Ao nível nacional devemos aqui ter o cuidado político com o tipo de referendos e de não desrespeitar aqueles que são eleitos representantes e a própria democracia representativa. Não levar este assunto para fatores de clivagem e desestruturantes, mas sim estruturantes, no sentido de como se deveria pensar em utilizar mais vezes o referendo.

Os referendos feitos até agora tiveram igualmente altos níveis de abstenção. Portanto qualquer coisa que se faça ou se altere, pode-se também pensar, que provavelmente de uma maneira ou de outra, as pessoas nunca estão satisfeitas com aquilo que o regime e o sistema lhes possa dar e trazer. Uma pessoa que está constantemente insatisfeita, procura sempre algo de melhor. É talvez uma crítica fácil para se ir buscar questões como o descontentamento dos cidadãos. Isto não faz sentido do ponto de vista de interesse público. Pode até ser um desperdício do dinheiro público. Agora, com a utilização de novos e diferentes meios, como a internet, o voto eletrónico, podemos reduzir bastante quer a abstenção quer o custo do próprio processo de referendo em si, mesmo a nível macro ou seja, nacional. Ao nível local, somos defensores que existam. Aliás nós temos diversos meios para repensarmos um pouco. Temos há vários anos o Orçamento Participativo da cidade de Lisboa. Ele é nada mais nada menos, um processo em que os cidadãos podem manifestar opiniões e apresentar projetos com regras que são definidas pela Câmara. Estes projetos são colocados, submetidos à consideração de todos. Isto é algo que tem funcionado muito bem. Obviamente que, como qualquer mudança, da primeira vez traz sempre problemas, mas da segunda vez, já foi e correu melhor. Neste contexto, posso – lhe afiançar que no ano passado, o projeto com mais votos teve 3.000, este ano , os resultados, que vão ser apresentados na terça feira dia 23, duplicaram até agora o número de votos e de projetos vencedores. Eles foram muitos, em quantidade e em qualidade. Os projetos para uma zona ou para uma área específica de cidadãos vão duplicar ou quase triplicar, em relação aos do ano passado. Os votos a mesma coisa. Isto é sem dúvida, uma forma de referendar, pedir a opinião das pessoas e, apelar à sua participação. Em relação às autarquias mais próximas das pessoas que são as freguesias, apesar de ser defensor da participação dos cidadãos e de criação desses mecanismos que façam incrementar e permitam a participação das pessoas, eu vejo uma experiência que pode ser muito complicada, porque as autarquias não estão minimamente preparadas para essa alteração. As autarquias tiveram uma profunda reforma administrativa e Lisboa foi uma delas. Lisboa e Porto e não muito diferente do resto do país, nomeadamente no que concerne às competências, para as quais as Juntas não estavam preparadas minimamente. As Juntas de Freguesia estavam preparadas apenas e só para passar atestados, fazer atendimentos e coisas menores. Grande parte do sucesso deste novo modelo de participação que se quer tem de passar pelo maior contacto dos

políticos com as pessoas e nos quais elas se sintam verdadeiramente representadas. Tem também a ver com essas reformas e com essa habilitação de maiores competências e de mais meios para poder manter o Poder Local.

Repare, uma coisa é ter capacidade outra coisa é conseguir fazer. Há a hipótese de ter a capacidade de chegar às pessoas. Irmos ao local e perceber se as pessoas têm problemas naquela rua ou naquele bairro, como por exemplo, com a pedra da calçada ou com a recolha do lixo e que causam alguns problemas a pessoas que ali passam. Há também por exemplo, aquela questão de conseguir ou não conseguir fazer e depois, cá estão os quatro anos de julgamento em como se conseguiu ou não fazer. Agora, não ter essa possibilidade, é que é complicado. E para as Juntas de Freguesia terem essa capacidade, terem essa maneira de envolver as pessoas no que toca a decisões, com certeza, tem que se dotar acima de tudo as freguesias, de meios que de momento estão longe de ter. Já não falo de ter ou não ter meios financeiros. Falo de meios humanos. Em Lisboa, provavelmente há duas ou três que têm os meios mínimos e isso é impensável para aquilo que se deseja. É impensável! São coisas que não fazem sentido nos dias que correm.

Do ponto de vista da participação mais próxima, também podemos falar em alterações do próprio sistema político. Neste momento, em relação à eleição de representantes para a Assembleia da República que é feita em listas fechadas, parece-me que temos que caminhar para a via das listas abertas em círculos uninominais. Fazer uma análise, para que seja possível aos cidadãos escolher e identificar o candidato ou a pessoa que desejam e querem ver como representante. O candidato que os represente, às vezes até fora da lógica partidária. Podemos ver isso no contexto daquilo que acontece nos Estados federais dos EUA. As pessoas, independentemente de serem republicanos ou democratas escolhem autonomamente, as pessoas que desejam ver como seus representantes. Acho que é o caminho que temos de percorrer e que até tem sido falado nos últimos anos. Inevitavelmente, vai ter que se caminhar nesse sentido. Tem de haver aqui uma reforma muito maior para além da questão dos referendos e iniciativas legislativas populares, se queremos de facto, que a democracia progrida, seja progressista, que se possa prever como mais saudável e transparente, durante 40 anos e mais. É essa a minha perspetiva.

– Entrevistador –

- Senhor Presidente, assiste-se hoje – e não apenas em Portugal, como na generalidade dos países da UE e nos EUA –, ao mitigado papel dos cidadãos no desenrolar e dinamismo da vida democrática, ao acentuado alheamento, apatia, indiferença, descrédito dos portugueses na sua desgastada democracia representativa, nas suas instituições nacionais e supranacionais,

nos seus representantes, ao imobilismo, desprendimento das populações, para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania. Com exceção das primeiras eleições realizadas após o 25 de Abril de 1974, para a Assembleia Constituinte no ano de 1975 (8,3%), Assembleia da República (16,5%) e Presidência da República (24,5%), estas realizadas em 1976, aqueles sintomas anteriormente referidos são configurados, sentidos e visíveis com elevadas taxas de abstenção nos atos eleitorais nacionais – legislativas, autárquicas e presidenciais –, à volta da média dos 40%, confirmadas na percentagem de eleitores recenseados abstencionistas, nas últimas legislativas de 04 de Outubro último, com 43,07%, números aliás, a baterem o recorde da abstenção neste tipo de eleições em Portugal, ou seja, mais de 4 milhões de eleitores inscritos não votaram, números à volta de 300 mil votos caíram em partidos que não elegeram sequer um deputado e, na ordem dos 200 mil votos ficaram em branco ou foram considerados nulos, quiçá a darem-nos sinais de que também com este comportamento do cidadão - eleitor, se pode legitimar a desconfiança. Os escrutínios para o Parlamento Europeu, também não fogem a esta regra, bem pelo contrário, acentuam-se com indicadores a elevarem-se para cima dos 60%. Todos eles são resultados globais a suscitar igualmente incertezas, quanto à legitimidade da representação, e, acima de tudo alarmantes, face à desmobilização e ao desgaste dos eleitores para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania.

Dr. Davide Amado, também é do nosso conhecimento que na história da democracia portuguesa, realizaram-se timidamente, três referendos nacionais e algumas iniciativas legislativas populares e entre estas últimas, lembramo-nos da Petição germinada em 2009, sobre o Acordo Ortográfico institucionalizado em 1990, acontecimento aludido na época por Vasco Graça Moura, como o “ triunfo da petição “ – A Petição nº 495/X/3ª, deu entrada na Assembleia da República a 08 de Maio de 2008 – . No dia deste debate em 21 de maio de 2009, a Petição contava com 113. 206 assinaturas válidas e em Julho , no seguimento deste processo que não parou por aqui , reunia já 121.000 subscritores. Como sabe, a petição é um processo de participação direta popular, mas enquadrado em diferentes formas práticas de mobilização, distintas normas jurídicas e legislativas, que não nos permite aferir o abstencionismo, mas apenas salientar os números da participação. No entanto, nas três consultas referendárias, o fenómeno abstencionista foi idêntico e os indicadores foram até superiores em relação às últimas legislativas. Recordar-se que nos referendos à despenalização do aborto (IVG) em 28 de junho de 1998 e 11 de fevereiro de 2007 e, no referendo sobre a Regionalização em 08 de novembro de 1998, registaram-se respetivamente 68,11 %, 56,43% e 51,88% de abstenção.

- Senhor Presidente, perante este cenário, percebe-se também que em Portugal, a transposição dos mecanismos de democracia semidireta para o seu sistema jurídico e político, não tem conseguido na generalidade, ganhar simpatizantes e admiradores de peso e, perante aqueles indicativos abstencionistas dos cidadãos nacionais como é que entende este fenómeno? Estaremos perante um problema estrutural da sociedade portuguesa, talvez até com raízes advindas do período da fundação da nacionalidade, em que parece ser histórico o fraco associativismo dos portugueses em torno de relevantes decisões do País, e onde o Estado tem sido o pai e o castelo protetor, de uma população na generalidade, pouco interessada em assuntos políticos, salvo algumas exceções, ou estamos perante alguns estigmas, como falta de informação, vontade do poder político, um eleitorado ainda não suficientemente maduro, um povo desinteressado pela educação política, enfim, como é que entende então este fenómeno da abstenção em Portugal?

– Entrevistado –

- De facto nas primeiras eleições que tivemos após o 25 de Abril, a abstenção era nitidamente menor em relação às últimas realizadas. Os tempos e a participação eram outros. A última eleição para eleger os representantes à Assembleia da República e que referiu, confirmou ainda mais, que de facto, a abstenção tem vindo a aumentar. Há vários fatores que levam a que existam taxas de abstenção a esse nível. O que falámos anteriormente, a falta de confiança, a falta de vontade em tomar parte de uma decisão sem qualquer empatia com o facto do voto como solução, ser um caminho como modelo oficial.

Considero que há um momento chave na história, como um autor, o Francis Fukuyama, a pensou um tempo antes e a revelou depois, num livro, publicado pela primeira vez em 1992, intitulado “O Fim da História e o Último Homem “. Ele apresentou então essa tese do Fim da História. No fundo a história não acabava mas deixavam de haver factos relevantes que pudessem proporcionar mudança no rumo da História. Isto evidentemente registado, sobretudo com o período do fim da guerra Fria, com o final de um modelo, o modelo da sociedade soviética, em oposição com a sociedade capitalista. Outro ponto importante, foi a queda do Muro de Berlim, e com este momento simbólico, deixava de haver dois modelos. À volta desse modelo, não se via até à altura, nada que pudesse alterar esse caminho para que a história deixasse de utilizar paralelismos. Por exemplo, estabeleceram-se vários paralelismos com Roma, quando se pensava que o Império romano, tinha hegemonia total sobre os povos e que, jamais poderia haver uma alteração naquela ordem mundial. Se bem que naquela altura, não se conhecia o Mundo na sua totalidade, apenas eram conhecidas umas partes desse Mundo, da Europa, do Oriente. Pouco do Oriente, nada da América e de outros Continentes

que mais tarde e entretanto viriam a ser conhecidos. Estou a usar este paralelismo, na medida em que pode aqui haver alguma situação, quase igual àquela que veio a acontecer. Até agora, o modelo vencedor têm-se mantido. Já foi em 1989, estamos em 2015. Pelo meio, temos tido algumas crises do sistema capitalista, mas bem ou mal, a história, tem-se mantido e não há dúvida que a aquilo que comunidade e as famílias pensam, sejam os mais velhos, os mais novos, é já não admitir sequer, a existência de uma organização com um modelo anti capitalista daquele tipo e que, se preconizava na época. Todo este novo panorama fez com que deixasse de haver, grandes causas e grandes desígnios. Fez com que as pessoas se adaptassem ao marasmo, sabendo intrinsecamente de que as coisas não correm para pior. Pode mudar cinco centímetros para a direita, cinco centímetros para a esquerda, mas o caminho basicamente há-de ser sempre aquele. Isto faz também com que as pessoas se afastem e se deixem de motivar. Basta ver a questão com os agentes políticos. Deixa de haver um modelo social diferente, preconizado por uns e por outros. Deixa de haver essa possibilidade. Alterou tudo! Passou a haver então uma política mais tática. Isto faz com que as pessoas também não pretendam envolver-se, não se sintam envolvidas. Para mim, é importante que como factor de desmotivação, os partidos políticos e os movimentos de outra natureza de cariz social, deixam de ter aqui, algo que contrapõe um modelo de sociedade diferente. Deixa de haver aqui, a escolha é esta ou que, dentro desta escolha que temos, virarmo-nos para o mais social, para o menos social. Mas no fundo, a escolha e o caminho são sempre os mesmos. Também para que pudesse haver uma ação concreta e que poderia ter sido marcante para fazer um volte face quando aconteceu o fim da história, foi a construção do modelo europeu com a União Europeia e que preconizava no início, aquilo que os pais fundadores idealizavam: uma Europa federalista, solidária, justa, em que todos fossem iguais e que em termos de igualdade, os Estados a concretizassem uns com os outros aqui na Europa. Portanto, como sabemos, isso não aconteceu. O capital impôs-se, o dinheiro foi superior a qualquer projeto e ideia de uma Europa que então se tinha e se sonhava. Isso fez também com que as pessoas se tenham ainda mais desiludido. Perante o problema dos números, mais se agudizou a falta de motivação. Chegámos aqui a uma fase em que, caiu-nos a esperança de uma Europa dos fundadores. Se bem que com a entrada para a UE, logicamente, houve na generalidade, um aumento da qualidade de vida e sobretudo nos portugueses, que tiveram na realidade, um aumento do seu poder de compra. Isso é positivo para qualquer sociedade. Mas a verdade é que depois, esse sonho de uma Europa unida, nunca se concretizou. Nos tempos em que vivemos, quer devido à crise financeira a que não soubemos dar resposta quer agora com esta complexa questão de dos refugiados. A UE aqui, não soube só resolver o problema na sua origem, como ainda o

agravou, complicando uma política externa pouco consentânea com uma política exigida para a Europa e, por consequência, para a UE. Continuamos a não conseguir perceber e resolver desde a origem, o verdadeiro problema deste surto migratório que temos tido. Não se conseguiu perceber e resolver quando tudo isto começou. Os surtos migratórios sempre existiram, mas nunca com esta dimensão, porque não existiam também os problemas, como a atual desestabilização em certos países. Uma desestabilização não originária e que podia ter sido resolvida por uma política externa europeia no seu conjunto e não levada a cabo, por um ou outro país da UE. Isto no entender das pessoas, faz com elas sintam que a Europa assim também não é uma solução, porque com a adesão à UE, houve uma esperança com o aumento do poder de compra e qualidade de vida de todos os portugueses, mas a verdade é que nunca se concretizou de facto, o sonho do projeto europeu.

Continuo a acreditar na Europa. Acho que temos de caminhar, para uma Europa federalista. Demos um passo importante com a moeda única. No entanto deveria ter sido o último passo, porque o capital, o poder do dinheiro neste momento é muito superior ao poder político. Ao contrário, foi quase a primeira coisa a ser feita. Essa moeda serviu para regular o poder de compra na UE mas isso criou, ainda mais desigualdades de uns países para outros. Com esta crise económica, éramos dos que estavam menos preparados para a ultrapassar, porque acima de tudo, pela própria estrutura do e de cada país. Os países periféricos foram por vários momentos, desencorajados entre ásperas, a deixar de ter setores primários e secundários que são fundamentais a nível do equilíbrio da balança económica de cada um desses países. Isso fez obviamente, com que esses países fossem compensados nessa altura, por não terem possibilidades de competir, mas a uma certa altura e a médio prazo, como se vê agora, quando existe uma atualização a nível do sistema em si, a resposta que a Europa deu e que temos vindo a observar, foi do meu ponto de vista, muito pouco solidária. Sobretudo no que concerne a Portugal. Compara-se muito com o que aconteceu no nosso País, com o que aconteceu a Espanha. Mas a Espanha conseguiu de certa maneira dar a volta. Tem outra estrutura económica e conseguiu-se oficialmente, com várias medidas ao nível da UE, que Espanha alcançasse mais alguns indicadores positivos, mesmo até, com mediadas mais austeras que tivemos em Portugal. A Grécia é um caso muito particular, tendo em conta o posicionamento geo – estratégico do país. É de espantar e não acredito que nunca a Europa tenha visto, que durante anos e anos, a Grécia não tinha enviado os dados corretos nas suas contas com a UE. Sabe-se agora que Europa, sempre teve esse conhecimento. Certamente a Europa sabia desses dados pouco corretos enviados durante anos e anos pela Grécia. Ora a Europa, estrategicamente deve ter capacidade de intervenção, na questão de quem anda a

gastar dinheiro indevido. Depois anda a montar um paredão, àquilo que considera as ameaças da Turquia e de países do Oriente. Uma Europa que é solidária, não pode andar durante anos e anos, a fechar os olhos a situações de dados que eram enviados e que não eram bem exatos. Isto não pode ser resolvido com um simples fechar de olhos, só porque havia aquele posicionamento da Grécia, como ponto geo-estratégico essencial.

– **Entrevistador** –

- Então esta falta de solidariedade tem peso substancial, para que haja um considerável deficit democrático e por consequência, leve a esta desmotivação das pessoas?

– **Entrevistado** –

- Claro que sim. Eu não sou nada a favor de nacionalizações e de outras coisas do género. Sou a favor de que em cada setor, não deve ser só o Estado a suportá-lo. Devem ser atribuídos também a privados. Sou político apenas há 2 anos, mas sou gestor há bastante mais tempo. Dinheiro tanto gere bem um gestor público ou privado. A diferença é que, quando nos bens públicos se gerem as mais-valias, elas vão diretamente para o seu único ou principal acionista que é o Estado, enquanto o gestor privado gere bens da entidade ou organização privada que é o acionista, para onde vão as mais-valias. Neste momento, os Estados mais pequenos, não conseguem ter a noção ou melhor, nunca se conseguiram proteger, perante essa arbitrariedade. Nós temos grupos económicos com pouca capacidade financeira, para tentar travar isso no nosso país. É algo impensável. Faz com que a relação de poder entre esses Estados que vão buscar muito dinheiro aos impostos, mesmo assim, não tenham capacidade de competir com Estados, com grupos económicos poderosos. Numa sociedade capitalista, o dinheiro é uma peça fundamental do poder económico. E nós nunca soubemos fazer isso. Por outro lado, para conseguirmos que exista uma maior participação, é preciso pegar no modelo que temos e melhorá-lo. E também temos de perceber, para que a participação exista, quer a nível dos atos eleitorais quer ao nível de outros modos de participação, a envolver mais pessoas no processo da tomada de decisão, tem de passar por elas e sentirem que estamos no caminho e a melhorar. Tem de passar pela melhor forma em como conseguimos fazer as coisas e melhorá-las para se viver melhor numa sociedade, numa República, mais justa, mais fraterna, mais solidária. Portanto, são estes entre vários fatores que condicionam essa maior participação, tanto em Portugal como na Europa.

– **Entrevistador** –

- Dr. Davide Amado, apesar da entrevista estar a estender-se e começar a ficar longa, e não podendo deixar de aproveitar esta oportunidade, gostava ainda que me desse a sua opinião sobre o seguinte ou seja, ainda sobre esta questão dos mecanismos de democracia semidireta.

Neste contexto, senhor Presidente, talvez seja oportuno recordar que em Portugal, ao abrigo do nº 1 do artigo 15º – Requerimento – da Lei Orgânica nº 2/2003 de 22 de Agosto – a Lei dos Partidos Políticos – com as alterações entretanto introduzidas pela Lei orgânica nº 2 / 2008 de 14 de maio, bastam 7.500 assinaturas legalmente reconhecidas, para oficialmente se formar um partido. Contudo, conforme prescrito no artigo 16º da Lei Orgânica do Regime do Referendo (LORR), são necessárias 75.000 subscrições de cidadãos devidamente recenseados no território nacional, para uma Petição – Iniciativa Legislativa Popular –, obrigar a agenda política, depois à sua discussão em plenário da AR e poder levá-la eventualmente, à realização de um referendo, sobre determinada matéria em apreço. Por outras palavras, é mais difícil um cidadão participar diretamente no processo da tomada de decisão, do que formar um partido político para poder, mesmo com alguns constrangimentos, integrar-se na atividade política o que também, não implica participar diretamente.

- Senhor Presidente, no seu entender, considera os mecanismos de democracia semidireta em Portugal, postos à disposição dos cidadãos locais e nacionais e, dentro da democracia representativa, nos termos da Constituição e da Lei, como instrumentos de democracia participativa, fora da lógica partidária ou, acima de tudo, eles têm existido como ferramentas jurídicas de instrumentalização, sob o monopólio do Poder Político em Portugal, uma vez que por exemplo, no caso dos referendos realizados em Portugal, há sempre figuras preponderantes dos partidos que veem dar a cara, defendendo as suas posições em determinados temas fraturantes da sociedade portuguesa, como foi por exemplo, o caso da IVG, com assistência médica até às 10 semanas, esgrimindo cada um, as suas orientações nesta matéria?

– Entrevistado –

- Sabe, os partidos políticos também têm que marcar o seu espaço. Para marcar o espaço, que muitas vezes não é marcado por ninguém. Fez-me de facto uma questão tocante e bastante particular. É algo que tem a ver com a vida em si mesma, com o direito a ela. Em relação ao aborto, os mais conservadores observam de uma maneira e aqueles com uma visão mais progressista, veem naturalmente de outra. È no espaço democrático, uma clivagem normal. No espectro político, muitos posicionam-se de maneira similar. Direita e esquerda. Uns são contra, outros a favor. Mesmo nos setores da esquerda, por exemplo, existem algumas franjas que são contra a IVG e outras favoráveis. Facilmente, isto entra nas orientações oficiais de cada partido. Não me parece mal que as matérias sejam bem estudadas, para não se tirar valor jurídico ao referendo. O referendo, não pode ser usado para qualquer coisa. Mas uma amostra de população com 75.000 assinaturas é uma amostra a ter em conta,

relevante, e que de facto, implica um preço. Com tantas assinaturas para se poder tomar este tipo de iniciativa, isso torna-a muito mais exequível.

– Entrevistador –

- Então Dr. Davide Amado, qual a sua opinião sobre listas ou Grupos de Cidadãos Eleitores (GCE), candidatos quer a nível local nas eleições autárquicas quer no espaço nacional ou seja, GCE como candidatos a deputados para a Assembleia da República?

– Entrevistado –

- Eu tenho uma determinada visão sobre a importância dos partidos. Os partidos podem ter todo o tipo de defeitos, mas os partidos a funcionar com eficiência permitem que exista dentro dos próprios partidos, dinâmica da vida democrática.

Se me disser a nível local, listas inseridas em pequenas magnitudes geográficas, de acordo com os interesses comuns das suas terras, das suas freguesias, mais locais, rurais, menos urbanas, acho muito bem. Concordo sem problema nenhum. Agora a nível nacional..., repare, o partido político tem de ter no seu seio, desígnios nacionais tem de ter preocupações e opinião sobre as mais diversas matérias a nível nacional. Faz-me um pouco de confusão, confesso, um movimento que queira concorrer para eleger um deputado para a Assembleia da República. Os deputados são os representantes das pessoas que lhes delegam a representação. Um movimento deste cariz implica ter uma matriz ideológica no seu programa, para que as pessoas saibam como se pensa de uma ou outra maneira para resolver em diversas áreas, os seus problemas. Não estou aqui a dizer que não possam haver esses movimentos, mas um movimento deste tipo, não precisa de ter grande matriz ideológica, não precisa de ser sustentado em bases programáticas. Ao contrário, os partidos tem de ter obrigatoriamente as suas linhas programáticas. Têm uma estrutura ideológica e isso, implica haver uma organização com discussões frequentes para alterar posições internas do partido. Nenhuma posição é inalterável e absoluta, dentro do debate interno do partido. Ultimamente tem vindo a lume essa discussão.

A nível local, com certeza, penso que sim, trazem mais-valias. Penso que há razão de ser e cabimento, haver pessoas organizadas e orientadas para problemas mais triviais, locais, da sua freguesia. A nível nacional, parece-me que podemos ter um ou outro fenómeno, mas em Portugal é raro acontecer. Nestas eleições – Legislativas de 2015 – penso até que as pessoas perceberam isso. Mesmo o PAN que conseguiu um deputado foi mais uma exceção. E o PAN tem algo que é verdadeiro. Mesmo o Partido “Movimento Livre Avançar“, no fundo, uma dissidência daqueles partidos que compunham o Bloco de Esquerda, de quem tanto se falou e esperava, não conseguiu eleger qualquer deputado. Jogou aí também, outra franja que

foi o Partido Democrático Republicano de Marinho Pinto. E também não conseguiu. O Partido que conseguiu (o PAN) , curiosamente, aumentou a sua votação ao ir buscar aquela faixa de eleitores descontentes de partidos que já existiam, dentro do seu ideal , e mais à esquerda . Nós aqui em Portugal, não tivemos uma verdadeira força do género do Syriza da Grécia e do PODEMOS em Espanha. Mas não tenho nada contra os movimentos. Penso é que estes movimentos restringem imenso a sua capacidade a nível nacional e que, ultrapassando o nível das autarquias, acho que não é muito apropriado e será complicado.

Segundo Tópico : As Eleições Primárias no Partido Socialista realizadas em 28 de Setembro de 2014

– Entrevistador –

- Senhor Presidente, foi sobre a vigência do Dr. António José Seguro, durante o período em que exerceu funções como Secretário-Geral do Partido Socialista, que se criou e avançou para um processo das eleições primárias neste Partido do Arco do Poder em Portugal. Um atípico ato eleitoral na história dos partidos políticos e da democracia portuguesa, uma inovação na organização da vida partidária do nosso País. Apesar de derrotado pelo Dr. António Costa, foi pois sob a égide, responsabilidade e orientação daquela destacada figura política do PS que este tipo de sufrágio entrou diretamente na política do nosso Estado Democrático de Direitos, Liberdades e Garantias. Eleições Primárias abertas a militantes e simpatizantes do PS , a funcionarem como um instrumento de participação e de seleção direta, com a finalidade de designar o candidato do PS a primeiro-ministro – que acabou depois, como anteriormente referido, por ser o Dr. António Costa –, registadas com indicadores otimistas, verificados na adesão significativa que mobilizou inicialmente a inscrição de 248.573 eleitores – 98.657 militantes e 149.916 simpatizantes – e contou com expressiva e dinâmica participação neste ato eleitoral, *sui generis* no país, observada com 70,31% dos eleitores inscritos – 174.770 deste universo eleitoral – e uma taxa de abstenção inferior a 30%. Consequentemente, uma taxa de participação assaz positiva, tendo em conta os habituais padrões de envolvimento eleitoral e de cidadania ativa dos portugueses.

- Dr. Davide Amado, acha que podemos estar perante o emergir do paradigma de uma inovadora expressão do exercício de cidadania em Portugal, na vida interna dos partidos políticos, não apenas do arco da governação, como os outros que têm assento parlamentar na AR?

– Entrevistado –

- Eu participei nessas eleições primárias. Confesso que foi – com 35 anos e na vida partidária desde o tempo na Associação de Estudantes, desde os 22 anos, sempre no PS,

participando em vários actos eleitorais internos –, uma nova realidade, pois nunca esperei que excedesse tanto as expectativas. Estas eleições primárias foram o conseguir fazer algo que os Partidos dizem que querem fazer e falam muito. Curiosamente, conseguiu-se fazer num momento muito particular na vida do PS. Dentro do PS, havia duas figuras relevantes que pretendiam ocupar o lugar de secretário-geral, e foi por isso que foram criadas estas eleições. O António José Seguro pode de facto não ter sido o candidato a primeiro-ministro, pode não ter sido uma série de coisas que pretendia ser, obviamente se ganhasse, mas tem esta faceta que vai ficar para sempre no curriculum da sua atividade política, de ter sido ele, o obreiro desta ideia das Eleições Primárias no PS. Isto para mim foi histórico. Abanou o sistema. Só posso dizer que se conseguiu aquilo que a maioria dos partidos fala e pretende, pois conversa-se muito sobre os partidos terem de caminhar nesse sentido. E agora, compete-nos a nós que estamos nos partidos, neste caso o PS. Eu como militante e como dirigente que tenho responsabilidades distritais no meu distrito, tenho de continuar neste caminho que foi traçado e que tanto marcou a vida política do PS e dos partidos em Portugal.

Nós tivemos no caso do PS, as secções que têm as suas eleições próprias, convergir para um novo tipo de eleição em Portugal, para eleger o secretário-geral do Partido. Posso dizer-lhe que na secção do PS que engloba as freguesias de Alcântara, Ajuda e Belém, nesta secção ocidental do PS em Lisboa, votariam numas eleições normais para eleger o secretário-geral, 200 militantes do universo existente nesta secção. Nestas eleições primárias, entre militantes e o número de simpatizantes, nós tivemos a participação de 2.000 pessoas! Isto transparece a noção daquilo que foi a relevância destas eleições, para escolher o candidato de um partido a primeiro-ministro, através do envolvimento expressivo daquelas pessoas nesta escolha. Posso também dizer-lhe pela experiência que tenho, que ao nível do PS aqui da concelhia de Lisboa, aquilo que temos feito nesta cidade, desde as secções aos núcleos da distrital, é incrementar este tipo de iniciativas. Já não bastam cingir-se só ao nível de militantes, elas estão abertas a todos. É uma maneira para que as pessoas se sintam motivadas em poderem participar. Há algumas delas que até acabam por ser militantes do PS. Mas há muitas que apenas querem participar dentro do espírito coletivo. Sentem que a sua participação é importante e não implica e não obriga a ter um cartão de “sócio” de um determinado partido ou de que a sua opinião dentro de um partido ou do PS, seja mais ou menos ouvida. Isto é o que nós nunca devemos perder. Surgiu como um facto de barriga para a frente, um problema que havia no antigo secretário-geral a pressioná-lo, mas acabou por resultar em algo: não deixarmos que esta ideia perca a sua força como a que tem tido. Tem tudo para que o PS seja um partido

diferente e que tenha consigo, a abrangência de opiniões diversas, pluralidade, e isso gera certamente, mais-valias para todos os partidos políticos.

– Entrevistador –

- Senhor Presidente, Dr. Davide Amado, é uma última pergunta que tem tudo para ser de certa maneira pertinente. Qual a sua opinião acerca da possibilidade de se por um lado, as Primárias realizadas no seio do Partido Socialista em 28 de Setembro de 2014, poderem alargar o leque à participação direta dos cidadãos, nomeadamente aos simpatizantes, para elegerem um líder que sai reforçado com dupla legitimidade – do próprio partido e de uma parte da sociedade portuguesa – e ainda acrescentarem oportunidades de estreitarem o topo e as bases da hierarquia do Partido, por outro lado, poderem facilitar o papel da instrumentalização partidária e de um protagonismo respaldado na fulanização do poder na pessoa do seu secretário-geral ou seja, na personalização do partido, podendo-se perder desta maneira, a vivacidade do debate interno e direccionando a vida partidária, no caminho de tornar-se menos dinâmica e motivante, mais fragilizada, confrontando-se então aqui duas faces da mesma moeda, a poderem até sugerir que afinal, com estes novos instrumentos na vida política portuguesa não é tão linear a realidade do alargamento da democraticidade na vida interna dos partidos políticos em Portugal, especialmente aqueles com assento parlamentar na AR? O que acha então sobre esta dualidade de critérios e opiniões?

– Entrevistado –

- Penso que neste caso, esse último critério não aconteceu, porque tivemos uma situação muito interessante: quem venceria estas Primárias. E quem as vencesse seria individual, naturalmente. Bom, mas o indivíduo que perdeu estas Primárias era até um indivíduo que tinha instituído no partido a construção dessa estrutura. Esse critério faria com que a cultura do partido desvirtuasse ao ponto de consolidar a individualização de alguém, neste caso dentro do PS, para quem vencesse as Primárias, ainda por cima candidato a primeiro – ministro. Mas contrariando isto, o secretário-geral do Partido é eleito pelos militantes e que ainda associa agora, os simpatizantes do PS. Em algumas eleições diretas para todos os militantes, é-se eleito e discutido em congresso, em torno de opções dentro do Partido. Para além disso, ainda temos o Secretariado Nacional, uma Comissão Política Nacional e ao nível de Federações Distritais, Secretariados das respetivas Federações, etc. São estes vários órgãos do Partido, que obviamente, conseguem impedir que essa fulanização aconteça. E por isso, há dinamismo na vida interna do Partido. Posso dizer-lhe que o António Costa conseguiu pela pessoa que é, que existisse unanimidade. Aliás, dentro dessa questão, o facto de ele não ter ganho as eleições e conseguir manter-se à frente dos destinos do Partido, mesmo perante uma

ou outra tentativa de oposição dentro do PS ou de um ou outro camarada nosso, a verdade é que continua lá.

É impensável essa questão da personalização. Vai sendo uma estrutura que se vai mantendo dentro da composição e do aparelho do PS. Reforça a legitimidade. Não só ao nível do Partido mas da sociedade portuguesa. Dá evidentemente ao Secretário – Geral do Partido, outra força e legitimidade que está devidamente a capitalizar.

– Entrevistador –

- Dr. Davide Amado, muito obrigado então pelo seu depoimento. Ele irá certamente acrescentar qualidade ao produto final desta dissertação. A presente entrevista registada em gravador de voz digital será posteriormente tratada e transposta para a norma escrita. De seguida, apresentar-se-á na íntegra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, Dr. Davide Amado, para proceder se assim o entender, às alterações que por si considere como relevantes ou pertinentes e que entenda como necessárias e vitais ao esclarecimento do conhecimento e finalmente, depois desta revisão, autorizar o seu destino para que figure oficialmente como Apêndice a esta dissertação de Mestrado em Ciência Política. Muito obrigado mais uma vez.

*Antes de se concluir
cancelar a António Carlos Distreche
Lopes, ser incluída como apêndice
ao seu trabalho de dissertação de
mestrado.*

Willy 6 de abril 2016

António

APÊNDICE 3

Entrevista do tipo Semi-Estruturada ao Doutor Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho

– Entrevistador –

Conforme previsto e acordado com o entrevistado, esta entrevista do tipo semi-estruturada constituída por dois tópicos, efetuada em 24 de Fevereiro de 2016 pelas 18 horas e 50 minutos, na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, ao Doutor Miguel Coelho será reproduzida depois da sua autorização, em Apêndice, como parte integrante da Dissertação de Mestrado em Ciência Política “ A Democracia semidireta em Portugal – condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português – “ conferida pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/UL).

A temática correlata ao título anteriormente mencionado está articulada a um projeto de investigação cuja linha denomina-se Política e Governação enquadrando-se na área científica deste curso: Regimes Políticos e Processo Democrático.

Resistente político á ditadura do Estado Novo autoritário, um regime administrado com cunhos e traços fascizantes, militante do PS, praticamente desde a revolução do 25 de Abril de 1974, entre outras funções e responsabilidades político-partidárias, o Doutor Miguel Coelho foi entre 1996 e 2010, Presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Lisboa. Atualmente é Deputado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e membro da Comissão Nacional do PS.

- Doutor Miguel Coelho, sendo um informador privilegiado, observador e participante direto no ato de desenvolvimento prático do processo político em curso, agradeço desde já a oportunidade e a disponibilidade demonstradas para a concessão desta entrevista, no intuito de ela fazer parte integrante da produção relativa à dissertação supramencionada. Estamos certos e convictos que ela representará um certificado de garantia qualitativa, relativamente à fiabilidade deste trabalho no que concerne à temática e problemática propostas.

Primeiro Tópico: A conjugação em Portugal da Democracia semidireta com a atual (erodida) democracia representativa

– Entrevistador –

- Doutor Miguel Coelho, importa desde já, esclarecer algumas ideias subjacentes a este estudo. Nesta dissertação de mestrado a apresentar futuramente, não estão refletidas dúvidas

quanto à validade da democracia representativa – apesar de alguns relevantes autores e pensadores a considerarem em erosão –, quanto à relevância dos partidos políticos no peso do nosso espaço democrático e muito menos, a conceção da democracia direta ter como escopo, a apresentação de uma panaceia para as degenerescências da democracia representativa – mas sim como seu mecanismo de correção –. No objetivo geral deste estudo ou seja o primeiro, o mais abrangente, pretende-se analisar a possibilidade dos mecanismos de democracia direta ao dispor do cidadão nacional e consagrados na sua Lei Fundamental, a CRP, de terem condições para se firmarem no sistema político português, de modo que combinados com a legítima democracia representativa possam ser elementos de peso na renovação do seu figurino, sujeita como na generalidade dos países da UE, à erosão e a acérrimas críticas de várias correntes de pensamento, em especial aquelas que tocam nas dúvidas quanto à força da sua legitimidade, face à conhecida realidade das elevadas taxas de abstenção patentes nos diversos atos eleitorais. Na realidade, enquadrámos o nosso estudo numa conceção de que a democracia participativa é um mecanismo inclusivo da democracia representativa a englobar naturalmente instrumentos de democracia direta, nomeadamente a iniciativa legislativa popular e o referendo, dando-se então a esta conjugação de duas formas de regimes democráticos, o nome de democracia semidireta.

No prefácio da sua obra publicada em 2014 “ *Os Partidos Políticos e o recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal – O caso do PS e do PSD.*”, – um trabalho à volta da confirmação na atualidade da Lei de Ferro dos partidos políticos preconizado nos alvares do século XX, pela tese formulada por Robert Michels, acerca dos partidos de massas e que apesar de não abordar diretamente a problemática proposta nesta dissertação, descreve-nos um oportuno estudo da vida interna dos dois partidos em alternância no poder em Portugal ou seja PS e PSD, destacando-se a inclinação para a fixação oligárquica das suas elites dirigentes. No Prefácio deste livro, o Professor Fernando Pereira Marques identifica igualmente na sua investigação que “ a introdução de mecanismos aparentemente inovadores e democratizadores, como o da eleição por sufrágio directo (as “ diretas “) dos líderes (...), não veio alterar esse fenómeno “ (2014 : 23). Na introdução desta obra, o autor ao debruçar-se sobre a atualidade da participação cidadã nos processos de tomada de decisão e respetiva atitude dos partidos políticos em Portugal com assento parlamentar e responsabilidades governativas acrescenta-nos: “ Esta progressiva afirmação de conceitos próximos da ideia de democracia participativa não terá tido por parte dos partidos políticos uma resposta tão rápida e eficaz quanto seria desejável, o que, a par de erros cometidos – alguns graves, porque inerentes a questões de transparência da vida pública – e quebras de compromissos

programáticos e eleitorais, cometidas tanto pelos governos, como pelos partidos na oposição, terá levado a uma acentuada desmobilização das diversas bases de apoio partidárias, incluindo os seus próprios aderentes, refletindo em consequência um acentuado estado de descrença instalado na sociedade para com os fenómenos da vida pública e partidária “ (2014: 23).

Aproveitando as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias da informação, Giddens, no contexto complexo e controverso do movimento imparável da globalização, a viver crescentemente com democracias liberais desgastadas, discutidas e onde as vantagens de uns podem – se converter em tragédias de outros, afirma – nos : “ Os governos devem restabelecer contactos directos com os cidadãos, e estes com os governos, através de «experiências em democracia» – democracia local directa, referendos por via electrónica, júris de cidadãos e outras possibilidades. Estas não poderão substituir os mecanismos normais de voto para instituições locais e centrais da governação, mas poderiam tornar-se um complemento importante para elas “.(Giddens, 2000 : 72) .

Apresentando a democracia participativa como uma opção a ponderar à luz da Sociedade Civil Global, Sandra Balão conclui “ na linha de Bobbio que, democracia representativa e democracia direta são na verdade complementares e não eliminatórios “. (Balão, 2014: 451).

Também Pasquino não foge a emitir sem rodeios, a sua opinião relativamente a toda esta controvérsia. Segundo o notável politólogo italiano “ Estas experiências são tão importantes que sugeriram aos pensadores políticos a possibilidade de formas de democracia directa, que poderiam integrar (...) a democracia representativa. E as formas de democracia directa, em particular os vários tipos de referendo, as petições, as iniciativas legislativas populares e até a eventual «revogação» dos representantes eleitos constituem precisamente as mais amplas e incisivas oportunidades de participação política “ (Pasquino, 2007 : 52) .

André Freire, ao interpretar os resultados dos três referendos realizados em Portugal – dois em 1998 sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e Regionalização, e um, em 2007 novamente sobre a IVG – não deixa de considerar que, apesar da abstenção verificada naquelas três consultas populares e dos objetivos terem ficado um pouco aquém das expectativas, os referendos jamais podem deixar de ser , “ estudos de caso privilegiados para se analisar a vitalidade da sociedade civil num determinado país, no caso vertente em Portugal “. (Freire, 2002: 15).

Num precioso estudo empírico apresentado por Ana Maria Belchior, a autora lança-nos dados indicativos de relevância para a orientação desta investigação: “ No que respeita à realização regular de referendos para auscultação da vontade das populações, verifica-se (...)

que 90,1% dos eleitores inquiridos a consideram uma boa ou muito boa forma de governar o país, enquanto apenas 68% dos deputados partilham esta opinião “(Belchior, 2010 : 202). Ou seja, aqui a vontade dos representados, não coincide propriamente com a vontade dos representantes. Mesmo assim, não podemos considerar insignificantes, estes últimos indicativos percentuais.

- Doutor Miguel Coelho, assiste-se hoje – e não apenas em Portugal, como na generalidade dos países da UE e EUA –, ao acentuado alheamento, letargia, indiferença e descrédito dos cidadãos portugueses na sua erodida democracia representativa, nas suas instituições nacionais e supranacionais, nos seus representantes, à desmobilização das populações para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania. Este cenário é sentido e visível em altos níveis de abstenção nos atos eleitorais nacionais, confirmados aliás, com os indicadores das últimas legislativas de 04 de Outubro de 2015, com 43,07%, números aliás, a baterem o recorde da abstenção neste tipo de eleições em Portugal, ou seja mais de 4 milhões de eleitores inscritos não votaram, números à volta de 300 mil votos caíram em partidos que não elegeram sequer um deputado e na ordem dos 200 mil votos ficaram em branco ou foram considerados nulos. As eleições para o Parlamento Europeu, também não fogem a esta regra, bem pelo contrário, acentua-se para cima, com valores médios superiores a 50%, a suscitarem igualmente incertezas quanto à legitimidade da representação, e, acima de tudo, a provocar apreensão, face à desmobilização e desgaste das populações para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania.

Como é do nosso conhecimento, e já anteriormente referido, citando André Freire, na história da democracia portuguesa realizaram-se timidamente, apenas três referendos a nível nacional e algumas iniciativas legislativas populares e entre estas últimas, lembramo-nos da Petição germinada em 2009 sobre o Acordo Ortográfico institucionalizado em 1990, um processo de participação direta popular mas enquadrado em diferentes normas jurídicas e legislativas que não nos permite aferir o abstencionismo mas sim, os números e o nível de participação. Foi um acontecimento aludido na época pelo saudoso Vasco Graça Moura como o “ triunfo da petição “– A Petição nº 495/X/3ª, deu entrada então na AR a 08 de Maio de 2008 – . No dia deste debate em 21 de Maio de 2009, a Petição contava com 113. 206 assinaturas válidas e em Julho , no seguimento deste processo que não parou por aqui , reunia 121.000 subscritores . Tinha força jurídica e constitucional para ser eventualmente baixada a referendo mas inexplicavelmente para muitos portugueses, isso não se concretizou. Seja como for naquelas três consultas referendárias, tal como também já aludido por Freire, o fenómeno abstencionista foi idêntico e os indicadores foram até superiores em relação às últimas

legislativas. Recordar-se que nos referendos à despenalização do aborto em 28 de junho de 1998 e 11 de fevereiro de 2007 e no referendo sobre a Regionalização em 08 de novembro de 1998, registaram-se respetivamente 68,11 %, 56,43% e 51,88% de abstenção. Porém e apesar destas contrariedades, referendo e petição são figurinos de peso de como o sistema democrático e político pode encontrar soluções para os seus problemas. Mesmo com o modelo traçado no atual desenho jurídico-constitucional, eles continuam a ser dispositivos de exceção à disposição dos cidadãos. Na prática são os novos instrumentos que os sistemas políticos se socorrem, tendo em vista aprofundar a qualidade e o funcionamento da democracia e ainda, uma tentativa de corrigir o desprendimento, imobilismo e o mitigado papel dos cidadãos no desenrolar e dinamismo da vida democrática.

- Doutor Miguel Coelho, face ao que antecede, lançava-lhe então duas perguntas que se complementam, relativamente a este primeiro tópico. Um género de duas perguntas numa só. A primeira : na sua conceção, quais são os porquês, (que causas, motivos, ou razões que assistem para a...) da falta de consolidação dos mecanismos de Democracia semidireta no sistema político português? A segunda questão: no seu entender que modificações se podem operar no sistema político português, para que os mecanismos de Democracia semidireta em Portugal, se consubstanciem (se concretizem) ?

– Entrevistado –

- Eu acho que a pergunta não é fácil assim de responder porque pressupõe uma resposta muito subjetiva da minha parte. Os mecanismos de democracia semidireta, tiveram dificuldade em consolidar-se ao longo da nossa democracia. Porventura porque os sistemas lançados para consulta popular, estou por exemplo, a referir-me ao referendo, foram temas que apesar de tudo, eram muito específicos. E não eram temas horizontais à sociedade inteira, embora fossem temas da maior importância. Entendo que uma questão como a Interrupção Voluntária da Gravidez, nunca pode ser resolvida através de mecanismos de democracia direta. Direitos Humanos não são suscetíveis de se referendar. Assim como acho que a questão da Regionalização, ainda por cima na época em que foi apresentada, também não era uma questão que fosse suscetível de agregar uma grande vontade de participar das pessoas, porque muito técnica e específica. A outra, (IVG) porque muito íntima. Uma questão que foi apresentada como de consciência, quando para muitos não o é, mas sim, uma questão de direito constitucional. Já para outros é uma questão de saúde etc. .

O referendo pode ser implementado para questões muito concretas, mais a nível local. Se a estrada passa por ali ou por outro lado, sendo elas viáveis tecnicamente, mas não me parece que a nossa tradição preveja ou aponte muito para a inclusão sistemática destes

mecanismos. Porém, julgo que alguns mecanismos de consulta aos cidadãos, que ainda não estão suficientemente desenvolvidos, poderiam ser implementados. E penso que teriam uma grande adesão. A figura do Orçamento Participativo de Lisboa, deveria ainda ser mais incentivada. E essa é uma boa figura, uma boa forma de mecanismo do exercício de democracia direta. Pode ajudar de maneira substancial a uma boa governação e consolidar um género de democracia semidireta, como lhe chama. Sem querer fugir à pergunta, penso que o grande problema da democracia nem passa tanto pelas questões de ela ser direta, semidireta, representativa, substantiva, mista. O ideal seria que fosse substantiva. O próprio Rousseau também nos diz que a sociedade ideal é essa, mas depois na prática era impossível de a concretizar, a não ser que os Estados fossem muito pequenos. Só para um governo de deuses. Portanto é inevitável concluirmos que a democracia representativa nos tempos de hoje é a forma menos imperfeita de exercício da democracia. O importante é encontrar mecanismos para que aí sim, no intervalo das eleições, as pessoas possam participar no processo de governação e controlá-lo. A figura do Direito de Petição, da Iniciativa Legislativa Popular, são tudo figuras interessantes. Ainda não estão suficientemente, não digo difundidas, mas apreendidas por parte das pessoas. Mas são figuras que temos de perceber que vão estar cada vez mais presentes à medida que os cidadãos também tomem mais consciência dos seus direitos constitucionais.

– **Entrevistador** –

- Mas Doutor Miguel Coelho, desculpe a interrupção, voltando ainda à questão da Petição de 2009 sobre o Acordo Ortográfico. Face aos números, não acha que ela ao ter força jurídica e legislativa para isso, não devia ter sido configurada numa consulta popular e ser baixada a referendo – compreendendo nós também que este pode ser um assunto pertinente e trazer clivagens à sociedade portuguesa e à vida interna dos partidos – ?

– **Entrevistado** –

Bom... , eu tenho uma grande dificuldade em assimilar essa questão dos referendos. Eu vou-lhe explicar porquê. Os eleitos representam o povo. As pessoas, devem agir em função da sua consciência. Se houver um referendo que me diga que eu deva votar a favor da pena de morte, eu não voto a favor pena de morte! Porque os eleitos têm o dever de interpretar o que é o interesse geral. Isto é a génese da democracia representativa. O que é possível, isso sim, é que o mecanismo da democracia formal ou representativa, seja de facto muito influenciado por formas diretas de participação das pessoas que ajudem quem tem que tomar a decisão. Os representantes do povo, formatarão melhor a sua posição final, da forma como votam e decidem o destino das pessoas. Pessoalmente, acho que não se deve alterar o Acordo

Ortográfico que foi feito. Contudo, admito que se possa voltar a discutir à luz dos novos desenvolvimentos no espaço da CPLP.

Mas, regressando e voltando à questão da democracia representativa em conjugação com a democracia direta, ou aquilo que na sua formatação, refere como democracia semidireta, é que as formas de consulta direta têm de ser cada vez mais, formas institucionais e instrumentos úteis para quem exerce o Poder em nome do povo, para poder decidir melhor.

(Uma pausa)

Mas antes de fazer a pergunta seguinte, deixe-me só ir buscar e completar a questão do tema abordado sobre o Novo Acordo Ortográfico. Se a Petição requereu o número de assinaturas para ir a referendo, eu acho que devia ir a referendo, conforme o que está na Constituição.

– Entrevistador –

- Doutor Miguel Coelho neste contexto, talvez seja oportuno recordar que em Portugal, ao abrigo do nº 1 do artigo 15º – Requerimento – da Lei Orgânica nº 2/2003 de 22 de Agosto – a Lei dos Partidos Políticos – com as alterações introduzidas pela Lei orgânica nº 2 / 2008 de 14 de maio, bastam atualmente 7.500 assinaturas legalmente reconhecidas para oficialmente se formar um partido. Contudo, conforme prescrito no artigo 16º da LORR são necessárias 75. 000 subscrições de cidadãos devidamente recenseados no território nacional, para uma Petição – Iniciativa Legislativa Popular – tomar peso e “ obrigar “ a agenda política à sua discussão em plenário da AR e poder levá-la quiçá, posteriormente à realização de um referendo sobre determinada matéria em apreço . Por outras palavras, podemos dizer que provavelmente é mais difícil um cidadão participar diretamente no processo da tomada de decisão do que formar um partido político para poder, mesmo com alguns constrangimentos, integrar-se na atividade política o que também não implica participar diretamente.

- Face a toda esta conjuntura legislativa e jurídica, e acima de tudo, por haver vozes críticas de peso sobre a tomada de posição de uma boa parte da classe política portuguesa e acima de tudo da sua elite dirigente, que ainda hoje apresentam-nos algumas linhas de força no sentido de não se diminuir e chauscar o direito de petição para referendo, considerando que ele é obrigado a ter critério político e jurídico ou seja, o seu uso não é para qualquer matéria, nomeadamente para a discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado e outros de relevante interesse nacional, como foi o caso da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, onde era impensável para a elite política portuguesa da época, submeter este processo à decisão direta dos portugueses, Doutor Miguel Coelho, como compreende os mecanismos de democracia semidireta em Portugal, postos à disposição dos

cidadãos nacionais e consignados na nossa Constituição? Acha que eles são dentro da democracia representativa, nos termos da Constituição e da Lei, instrumentos de democracia participativa fora da lógica partidária ou, acima de tudo, existem como ferramentas jurídicas debaixo da instrumentalização político – partidária, e como tal, estão sob o monopólio do Poder Político em Portugal ou seja, acha que transparece neste processo, um receio dos partidos políticos, principalmente os do arco da governação – PS e PSD –, de perda do seu espaço como atores principais e influentes na sociedade portuguesa e no peso que têm no sistema político e institucional do País e por consequência existir a necessidade do poder político refrear a participação ativa dos cidadãos no processo da tomada de decisões políticas?

– Entrevistado –

- É difícil responder-lhe a esta pergunta sem uma prévia reflexão. O problema de quem exerce o poder é, frequentemente, o de lá permanecer indefinidamente, ganhando sucessivamente todas as eleições. Naturalmente, quer-se ganhar sempre. Assim se criam as “leis de ferro”. Porque a tendência para a preservação é uma tendência que também está presente na classe política e isso faz as leis de ferro. Daí, por exemplo, as medidas que visam limitar mandatos.

Posto isto, e não recusando a resposta, também um bocado implícita na pergunta como ela está formulada, certamente de que o Poder político tentou proteger-se com a introdução de alguns mecanismos de democracia direta, sem que o seu uso indiscriminado pudesse paralisar o Estado e as suas Instituições. Neste sentido penso que o mecanismo de seleção, de apuramento ou de filtragem nas iniciativas que depois vão a debate ao Parlamento, e eventualmente poderão ir depois a referendo, tem que ser naturalmente um mecanismo mais apertado, do que para formar partidos. E agora não discuto os números. Se são 150.000, 75.000 ou 5.000. Neste caso como disse, são 7.500 para os partidos e 75.000 para uma Petição poder baixar a referendo. Mas podiam ser outros. Não será bem essa a questão. Qualquer legislação é abstrata e universal. Não se fazem leis só para uma pessoa ou para um grupo de pessoas. Enfim, como lhe disse, acho que poderíamos cair numa situação completamente ingovernável e insustentável. Se qualquer cidadão pudesse transformar uma proposta sua, numa Iniciativa Legislativa, bom... , estávamos paralisados e a curto prazo estávamos num Estado anárquico. Poderia até haver o mais nobre dos sentidos, mas não era governável. Deste modo quem quer transformar propostas para a sociedade em legislação, tem antes de dar a garantia que essa proposta, essa posição ou esse ponto de partida, não é só dele ou de uma única pessoa mas é de um conjunto vasto de cidadãos que merecem que isso possa ser depois apreciado por todos, para ser uma lei universal e abstrata e para que então, seja aplicado a

toda a gente. Se eu agora entendesse que em Portugal, só se poderia circular do lado direito ou se em vez deste, só do lado esquerdo, por uma ideia trazida pela experiência de por exemplo, ter vivido muitos anos em Inglaterra, transformava isto numa proposta de lei que depois obrigatoriamente o poder político representativo ou legislativo teria de discutir e dar resposta ao cidadão que a propõe, então seria o caos! Agora se houvesse aqui meio milhão de pessoas a dizer que em Portugal teria de se circular pela esquerda, então independentemente de tudo, tinha que ser apreciado na casa própria (AR). Estou-lhe a dar este exemplo de propósito para também percebermos o que pode acontecer numa situação dessas. Obrigatoriamente tem de se discutir. E neste caso tem de se levar isto a referendo aos cidadãos, pois não são tão poucas pessoas quanto isso que acham que em Portugal deve ser assim. Nesta perspetiva tem de haver um filtro. Curiosamente acho até que, para se formar um partido deveria ser ainda muito mais fácil. Para concorrer a uma eleição deveria ser muito mais fácil. Não há democracia sem partidos, é verdade, e esse processo deveria ser muito mais fácil, revendo também o mecanismo de financiamento dos próprios partidos, criando os seus próprios plafondes. Têm de haver direitos como aqueles que existem por exemplo para as Eleições Presidenciais. O candidato que fica abaixo dos 5% não tem direito a subvenção, não tendo por conseguinte, direito a apoio e à compensação do Estado para a eleição. Partidos que tenham menos de 5% ou que não tenham direito a eleger ninguém. Isto é, mesmo que eu tenha 10% em Lisboa e se a nível nacional – isto como mecanismos de travão, existentes noutros países – , não conseguir eleger nenhum deputado e tiver menos de 5%, não recebo financiamento nenhum. Poderia haver este tipo de travões e limitações, precisamente por entender que a possibilidade de se formar partidos para concorrer a uma eleição deveria ser mais liberal. Mesmo muito mais liberal do que é agora, permitindo aí sim, uma maior participação de cidadãos organizados enquanto partidos, porventura partidos transitórios como o Ostrogorski aliás previa, mas também e naturalmente com responsabilização e clarificação como critérios perante a Nação. Provavelmente muito mais por aí. Agora para apresentar uma proposta a referendo, não pode ser para qualquer matéria e bastar que meia dúzia de pessoas o proponham e tentem levar qualquer coisa a referendo. Isso seria possível se pudéssemos reunir os dez milhões de cidadãos que cá moram, numa única assembleia. Aí teríamos a democracia pura, direta, mas isso, como disse o próprio Rousseau, não é possível. Por outro lado e seja como for, estamos condenados a ter uma democracia participativa. Eu não acredito em democracias sem partidos políticos mas não estamos condenados a ter uma má democracia ou com pouca qualidade que infelizmente é o que temos muitas vezes. Há um pressuposto que não tendo muito bem a ver com aquilo que estamos a falar, e que é a qualidade dos políticos, a

qualidade das propostas apresentadas. Tudo isso. Há um outro que pressupõem haver a democracia representativa mas nada impede que o povo não se possa pronunciar para aconselhar os seus representantes e que depois votam em plena consciência. Agora se uma assembleia disser que vota a favor da pena de morte, eu não o farei ! Não voto a favor da pena de morte ! Mesmo que 99% do povo português dissesse numa eleição ou num referendo que somos a favor da pena de morte, eu jamais votaria a favor da pena de morte ! Esta é a grande diferença entre democracia representativa e democracia direta. A representativa dá capacidade ao eleito de interpretar qual o sentido do interesse geral.

Segundo Tópico: As Eleições Primárias no Partido Socialista realizadas em 28 de Setembro de 2014

– Entrevistador –

No Posfácio do seu livro já supracitado, o atual Secretário-Geral do PS e atual Primeiro Ministro, o Dr. António Costa lembra-nos com oportunidade: “ Hoje, o grande desafio que se coloca aos partidos políticos é a sua capacidade para estarem abertos à participação cidadã que vá além da militância tradicional, em plataformas cada vez mais interactivas, pontuais ou permanentes, temáticas ou gerais, locais ou nacionais. Acho que a ideia de participação política através dos partidos se estende muito para além dos militantes. O reconhecimento da figura do “ simpatizante “ ou até, apenas e só, do “ eleitor “ do partido pode ser um passo importante nesse sentido “ (2014 : 27) .

- Doutor Miguel Coelho, como sabe, foi sobre a vigência de António José Seguro, na altura em funções como Secretário - Geral do Partido Socialista que se criou e avançou para o processo das Eleições Primárias neste relevante Partido do Arco do poder em Portugal, um atípico ato eleitoral na história dos partidos políticos e da democracia portuguesa, uma inovação na organização da vida partidária do nosso País. Apesar de ter saído derrotado por António Costa, foi pois sob a sua égide, responsabilidade e indicação, que este tipo de sufrágio entrou diretamente na política do nosso Estado Democrático de Direitos, Liberdades e Garantias. Apesar de não ter sido o candidato escolhido para enfrentar Pedro Passos Coelho, ficará por isso para a história da política portuguesa. Eleições Primárias abertas a militantes e simpatizantes do PS, a funcionar como um instrumento de seleção com a finalidade de designar o candidato do PS a primeiro-ministro, registadas com excelentes indicadores, observáveis na adesão significativa a nível partidário que mobilizou inicialmente a inscrição de 248.573 eleitores – 98.657 militantes e 149.916 simpatizantes – e contou com expressiva participação neste ato eleitoral, *sui generis* no país, com 70,31% dos eleitores inscritos – 174.770 deste universo eleitoral – e uma taxa de abstenção inferior a 30%, acontecimento

apenas equiparável percentualmente, às legislativas de 1987. Consequentemente, uma taxa de participação partidária assaz positiva tendo em conta os habituais padrões de envolvimento eleitoral e de cidadania ativa dos portugueses.

- Doutor Miguel Coelho, acha que estamos perante o emergir de uma inovadora expressão partidária com consequências relevantes para o exercício de cidadania em Portugal?

– Entrevistado –

- Eu espero que sim. Foi uma bela experiência. Estamos aqui a responder perante um trabalho académico. Portanto não vou aqui fazer comentários subjetivos de natureza política acerca de, porquê é que houve ou não diretas ou porque é que houve ou não Primárias e se apregoam boas ou más razões dessas questões. Não quero dar-lhe a minha opinião sobre isso. Mas este tipo de diretas oficialmente conhecidas por Primárias, foram um excelente momento, uma cabal demonstração de como os cidadãos estão interessados em participar na vida política em geral e também na vida política dos partidos. Este foi um grande momento da nossa democracia, e espero que este processo venha a ser uma nova prática introduzida na vida partidária em Portugal. Isto é, os cidadãos têm uma palavra a dizer sobre quem é que deve ser o líder de um partido. Naturalmente, isto é ao fim ao cabo, uma adaptação ou tem algum paralelismo com o sistema americano. Acho que de facto é uma forma de participação a ter em conta e que foi muito exaltante no PS. Mas como lhe digo, o que está sempre em causa é o debate e a disputa política de qualidade. Se for à minha tese de doutoramento, a questão que se eleva como decisiva para a participação é o debate político e a incerteza no resultado. E também acredito que não há fórmulas mágicas. Se fizer umas Primárias porque só há um candidato, vai participar muito menos gente, comparando com a realização de umas Primárias, em que há mais que um candidato. E aí entram as “leis de ferro”.

Mas de volta à questão fundamental. A democracia direta, não pode ser um fim. Agora pode ser um instrumento muito importante para ajudar a quem vai depois exercer funções representativas.

– Entrevistador –

- Doutor Miguel Coelho, vou-lhe então fazer uma última questão ainda sobre este segundo tópico. Qual a sua opinião, como homem com um curriculum político assaz consistente, uma larga experiência consolidada com muitos anos de vida partidária com funções e responsabilidades públicas locais e nacionais exigentes, acerca da possibilidade de, se por um lado, as Primárias realizadas no seio do Partido Socialista em 28 de Setembro de 2014, poderem alargar o leque à participação direta dos cidadãos, nomeadamente aos simpatizantes para elegerem um líder que sai neste caso reforçado com dupla legitimidade –

do próprio partido e da sociedade portuguesa – e ainda acrescentarem oportunidades de estreitarem o topo e as bases da hierarquia do Partido, por outro, poderem facilitar o papel da instrumentalização partidária e de um protagonismo respaldado na fulanização do poder na pessoa do seu Secretário Geral ou seja, podendo abrir-se a hipótese do caminho para a personalização do partido, perdendo-se desta maneira a vivacidade do debate interno do partido, direcionando a vida partidária no percurso de tornar-se menos dinâmica, motivante e mais fragilizada, confrontando-se então aqui duas faces da mesma moeda, a poderem até sugerir que afinal, com estes instrumentos não é tão linear a realidade do alargamento da democraticidade na vida interna dos partidos políticos em Portugal, especialmente aqueles com assento parlamentar na AR? Qual então a sua opinião sobre esta dualidade de critérios?

– Entrevistado –

- Olhe para ser sincero, eu acho que há-de ser sempre assim. As Elites substituem-se ciclicamente tal como nos dizia Michels. Quando uma Elite é substituída, em regra, por questões geracionais, a nova vem cheia de boas intenções. Terá certamente um período de esplendor, mas depois irá cometer os mesmíssimos erros da anterior porque vai tender à auto preservação e a fechar-se em si mesma e a tentar adiar o mais possível que haja um processo de renovação interna. Foi isso que se verificou. Estas experiências de recurso a mecanismos de eleições primárias abertas à sociedade em geral, podem ser de facto um bom antídoto para atenuar muito também esta pressão, esta cortina de ferro que as elites partidárias em todos os partidos criam e de apenas permitirem a renovação a conta gotas. Foi de facto um bom exemplo que beneficiou muito também de uma situação – e é bom que se diga – de dramatismo interno. Estavam em confronto, dois pesos pesados do Partido Socialista, duas figuras com história, com passado, com muitos apoiantes cá dentro, e portanto, isto também suscitou maior cobertura pelo facto de estarmos a viver no país, uma situação muito dramática. Drama e incerteza face à total cedência que a direita vinha fazendo face à Europa, sobretudo na perspectiva da destruição do Estado Social.

Portanto, tudo isso suscitou exaltação no plano da mobilização para participar nestas diretas, e porventura, não se vai verificar a seguir noutras. Depois virão alguns detratores a dizerem o contrário, ou seja, dizerem que este tipo de eleições não resulta. Não, eu acho que resulta! Mas também é preciso perceber, e esta é ao fim ao cabo, a linha de pensamento que entendo, que o sucesso da participação, em primeiro lugar, não tem muito a ver com os mecanismos de eleição direta ou indireta ou de mecanismos deste tipo de participação. O sucesso “das participações” depende sobretudo do conteúdo e dos protagonistas do debate político. Essa é a primeira questão.

As Primárias poderão permitir, que bons protagonistas possam surgir mais facilmente, contrariando a tendência para que sejam sempre os mesmos protagonistas ou os “protagonistas controlados”. Pode permitir isso. Agora, não são a panaceia para resolver o problema, tal como as outras eleições diretas que têm acontecido no Partido Socialista não o foram. No PSD, também não foram a panaceia para resolver o problema. Penso que demonstrei isso razoavelmente na minha tese de doutoramento. Ao fim ao cabo, estamos também numa sociedade mediática atenta e dirigida também para o protagonismo dos candidatos e das pessoas que se apresentam também às disputas eleitorais. Este caminho das Primárias, é um caminho que, mesmo que tenha recuos, vai ser percorrido e vai ficar, mas não vai resolver o problema, pois o conteúdo é sem dúvida, sempre a parte mais importante.

– Entrevistador –

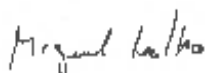
- Doutor Miguel Coelho, sei que já lhe tomei algum tempo a mais mas, muito obrigado, muito agradecido então pelo seu depoimento pois como fonte direta, ele irá certamente acrescentar qualidade ao produto final desta dissertação. A presente entrevista registada em gravador de voz digital será posteriormente tratada e transposta para a norma escrita. De seguida apresentar-se-á na íntegra ao entrevistado, para proceder às alterações que por si considere como relevantes ou pertinentes ou que entenda como necessárias e vitais ao esclarecimento do conhecimento e finalmente, depois desta revisão, autorizar o seu destino para que então figure formalmente como Apêndice a esta dissertação de Mestrado em Ciência Política. Muito obrigado mais uma vez Doutor Miguel Coelho.

– Entrevistado –

- Fico à espera então. Muito obrigado.

Autoriza que esta entrevista, concedida a António Carlos Dietrich Lopes, seja
incluída como Apêndice ao seu trabalho de Dissertação de Mestrado.

Lisboa, 4 de Maio de 2016



APÊNDICE 4

Entrevista do tipo Semi-Estruturada ao Doutor António Filipe Gaião Rodrigues

– Entrevistador –

Conforme previsto e acordado com o entrevistado, esta entrevista do tipo semi-estruturada constituída por dois tópicos, efetuada em 08de Abril de 2016 (Sexta-Feira) pelas 14 horas, na Casa da Democracia, a Assembleia da República (AR), ao Doutor António Filipe Gaião Rodrigues será reproduzida, depois da sua autorização, em Apêndice, como parte integrante da Dissertação de Mestrado em Ciência Política “ A Democracia semidireta em Portugal – condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português – “ conferida pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/UL).

A temática correlata ao título anteriormente mencionado está articulada a um projeto de investigação cuja linha denomina-se Política e Governação enquadrando-se na área científica deste curso: Regimes Políticos e Processo Democrático.

Professor Universitário, o Doutor António Filipe tem exercido ao longo da sua vida política, vários cargos de relevância dedicados à causa pública. Entre outros constantes do seu curriculum, foi por exemplo, de 2004 a 2011 e de 2011 a 2015, vice-Presidente da AR. É provavelmente um dos mais antigos representantes do povo português ainda em funções – é deputado desde a V Legislatura a partir do ano de 1989 –. Para a presente XIII Legislatura, foi eleito pelo Circulo Eleitoral de Santarém, representando o Partido Comunista Português do qual é membro do seu Comité Central, e está integrado nas listas da Coligação Democrática Unitária que inclui também o Partido Ecologista “ os Verdes “. Foi Membro da União dos Estudantes Comunistas (UEC) em 1975 e da Juventude Comunista Portuguesa desde 1979, tornando-se militante do PCP a partir de 1983. Pertence por inerência ao cargo de deputado, à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias como Coordenador, é suplente na Comissão de Defesa Nacional e preside atualmente à Comissão Parlamentar de Inquérito ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF).

Também o trabalho autárquico não foi esquecido na vida do Doutor António Filipe. Entre 1993 e 2002 foi Membro da Assembleia Municipal da Amadora e neste mesmo ano foi outrossim, Vereador da Câmara Municipal da Amadora. É atualmente, membro da Assembleia Municipal de Sintra.

Entre obras publicadas salientam-se:

- "As Oposições Parlamentares em Portugal - Práticas e Intervenções", Lisboa, Vega, 2002;

- "Legislação Fundamental de Governo Local e Administração Autárquica", Coimbra, Coimbra Editora, 2003;

- e tocando diretamente na temática desta dissertação, realça-se "The Referendum in the Portuguese Constitutional Experience", Leiden, Leiden University Press, 2013. Esta obra – tese de doutoramento – foi publicada em língua portuguesa em 2016, e terá o seu lançamento na biblioteca desta Casa.

- Doutor António Filipe, sendo um informador privilegiado, observador e participante direto no ato de desenvolvimento prático do processo político em curso e da tomada de decisão no País, agradeço desde já a oportunidade e a disponibilidade demonstradas para a concessão desta entrevista, no intuito de ela fazer parte integrante da produção relativa à dissertação supramencionada. Estamos certos e convictos que ela representará um certificado de garantia qualitativa relativamente à fiabilidade deste trabalho no que concerne à temática e problemática propostas.

Primeiro Tópico: A conjugação em Portugal da Democracia direta com a atual (erodida) democracia representativa

– Entrevistador –

- Doutor António Filipe, antes de avançarmos, importa desde já, esclarecer algumas ideias motivadoras subjacentes a este estudo. Nesta investigação e dissertação de mestrado a apresentar futuramente, não estão refletidas dúvidas quanto à validade e legitimidade da democracia representativa – apesar de alguns relevantes autores e pensadores a considerarem em erosão –, quanto à relevância dos partidos políticos no peso do nosso espaço democrático e muito menos, a conceção da democracia semidireta ter como escopo, a apresentação de uma panaceia para as degenerescências da democracia representativa – mas sim como seu mecanismo de apoio, complemento e correção –. No objetivo geral deste estudo ou seja o primeiro, o mais abrangente, pretende-se analisar a possibilidade dos mecanismos de democracia direta ao dispor do cidadão nacional e consagrados na sua Lei Fundamental, a Constituição da República Portuguesa (CRP), de terem condições para se firmarem no sistema político português, de modo que combinados com a (legítima) democracia representativa possam ser elementos de peso ou indicativos, para a renovação do seu figurino, sujeita como na generalidade dos países da UE, à erosão e a acérrimas críticas de várias correntes de

pensamento, em especial aquelas que tocam nas dúvidas quanto à força da sua legitimidade, face à conhecida realidade das elevadas taxas de abstenção patentes nos diversos atos eleitorais. De facto, enquadramos o nosso estudo numa conceção de que a democracia participativa é um mecanismo inclusivo da democracia representativa a englobar naturalmente instrumentos de democracia direta, nomeadamente a Iniciativa Legislativa Popular e o Referendo, dando-se então a esta conjugação destas duas formas de regimes democráticos, o nome de democracia semidireta. Ao mesmo tempo, tentaremos desmontar o mito de que a democracia semidireta pode ser por si só, um fator de peso motivacional para a participação cidadã nas democracias representativas.

- Professor António Filipe, numa obra intitulada *Eleições e Sistemas Eleitorais no século XX Português. Uma Perspectiva Histórica e Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri, 2011, cuja coordenação científica esteve na responsabilidade de André Freire, onde se transcreveu quase na íntegra o X Curso Livre de História Contemporânea, não se pode de maneira alguma, pôr de parte a racionalidade dos seus critérios e afirmações, constantes no Capítulo XVIII – Breves Notas Sobre O Sistema Eleitoral Português –, fundamentalmente sobre o indispensável papel a desempenhar pelos deputados na aprovação do uso de instrumentos de democracia semidireta pelos cidadãos nacionais, com outra regularidade, longe do seu mitigado emprego institucional e aproveitamento prático, que tem sido elucidativo nas tímidas consultas populares até agora realizadas em Portugal, tendo em vista a necessidade premente em melhorar as relações entre a entidade cidadã e os seus eleitos e consequentemente, melhorar de forma visível o exercício de cidadania e o sistema político português. Oportunamente refere-nos então: “ Considero assim que o distanciamento entre cidadãos e a política é um mal sem remédio? Não é forçoso que seja, e considero mesmo indispensável melhorar a relação entre os cidadãos e o funcionamento do sistema político, de muitas e variadas maneiras, todas relacionadas com a prática política e com a instituição de mecanismos que aumentam as possibilidades reais de participação e que revelem respeito pela opinião e vontade dos cidadãos. No funcionamento da Assembleia da República, importa sem dúvida viabilizar em termos práticos a possibilidade de iniciativa legislativa popular, dignificar o exercício do direito de petição, dar maior relevo regimental ao tratamento de assuntos de interesse relevante, mas é também indispensável melhorar muitos outros aspectos da vida política, como a transparência no exercício de funções públicas, o regime de transparência no financiamento dos partidos e nas despesas eleitorais, o reforço da participação real dos cidadãos na tomada de decisões políticas a todos os níveis “ (Filipe *at al.* , 2011 : 381- 388).

No Programa do PCP – Capítulo II, Uma Democracia Avançada – os valores de Abril no Futuro de Portugal –, está consagrado no seu primeiro ponto “ Um Regime de Liberdade no qual o povo decide do seu destino e um Estado democrático representativo e participado “. (*Programa e Estatutos do PCP*. Janeiro de 2006. Lisboa: Editorial Avante, p.30).

Noutro contexto, aproveitando as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias da informação, Giddens, no campo complexo e controverso do movimento imparável da globalização, a viver crescentemente com democracias liberais desgastadas, discutidas e onde as vantagens de uns podem – se converter em tragédias de outros, afirma – nos: “ Os governos devem restabelecer contactos directos com os cidadãos, e estes com os governos, através de «experiências em democracia» – democracia local directa, referendos por via electrónica, júris de cidadãos e outras possibilidades. Estas não poderão substituir os mecanismos normais de voto para instituições locais e centrais da governação, mas poderiam tornar-se um complemento importante para elas “. (Giddens, 2000: 72).

O cientista político francês George Burdeau, ao fazer-nos um ensaio substanciado sobre a Democracia, descreve-nos as instituições de democracia directa – iniciativa popular e o referendo – como agentes de complemento e instrumentos de correção à representação (Burdeau 1962: 32).

Apresentando a democracia participativa como uma opção a ponderar à luz da Sociedade Civil Global, Sandra Balão conclui “ na linha de Bobbio que, democracia representativa e democracia directa são na verdade complementares e não eliminatórios “. (Balão, 2014: 451).

Também Pasquino não foge a emitir sem rodeios, a sua opinião relativamente a toda esta controvérsia. Segundo o notável politólogo italiano “ Estas experiências são tão importantes que sugeriram aos pensadores políticos a possibilidade de formas de democracia directa, que poderiam integrar (...) a democracia representativa. E as formas de democracia directa, em particular os vários tipos de referendo, as petições, as iniciativas legislativas populares e até a eventual «revogação» dos representantes eleitos constituem precisamente as mais amplas e incisivas oportunidades de participação política “ (Pasquino, 2007: 52) .

O conceituado Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, apela-nos, perante os paradoxos do nosso tempo, a uma globalização alternativa, contra-hegemónica, com o incremento de uma democracia de alta intensidade. Na sua concepção, “ (...) um dos conflitos centrais entre o Norte e o Sul resultará do confronto entre a democracia representativa e a democracia participativa. Esse confronto, que decorre do facto de a democracia representativa se ter vindo

a recusar a aceitar a legitimidade da democracia participativa, só terá solução na medida em que essa recusa for substituída pelo delineamento de formas de complementaridade entre as duas formas de democracia que contribuam para o aprofundamento de ambas. Nesta complementaridade reside um dos caminhos da reinvenção da emancipação social “ (Santos, 2003: 27-28).

André Freire, ao interpretar os resultados dos três referendos realizados em Portugal – dois em 1998 sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e Regionalização, e um, em 2007, novamente sobre a IVG –, não deixa de considerar que, apesar da abstenção verificada naquelas três consultas populares e dos objetivos terem ficado um pouco aquém das expectativas, os referendos jamais podem deixar de ser, “ estudos de caso privilegiados para se analisar a vitalidade da sociedade civil num determinado país, no caso vertente em Portugal “. (Freire, 2002: 15).

Num precioso estudo empírico apresentado por Ana Maria Belchior, a autora lança-nos dados indicativos de relevância para a orientação desta investigação: “ No que respeita à realização regular de referendos para auscultação da vontade das populações, verifica-se (...) que 90,1% dos eleitores inquiridos a consideram uma boa ou muito boa forma de governar o país, enquanto apenas 68% dos deputados partilham esta opinião “ (Belchior, 2010: 202). Ou seja, aqui a vontade dos representados, não coincide propriamente com a vontade dos representantes. Mesmo assim, não podemos considerar insignificantes, os indicativos percentuais dos nossos representantes.

Neste contexto, parece não ser despiciendo apresentar aqui, uma sondagem/estudo de opinião efetuado pela Pitagórica – Investigação e Estudos de Mercado SA – para o jornal diário *i*, em que, 67, 1% dos portugueses aprovam o referendo como um mecanismo de democracia direta, possível de ser integrado no seio da ação da democracia representativa, tendo em conta até, melhorá-la e atualizá-la. (Barómetro *i*/Pitagórica entre 22 e 25/01/13, acedido em www.ioline.pt, consulta a 18 e 29/06/15.)

- Doutor António Filipe, assiste-se hoje – e não apenas em Portugal, como na generalidade dos países da UE e EUA –, ao acentuado alheamento, letargia, indiferença e descrédito dos cidadãos portugueses na sua erodida democracia representativa, nas suas instituições nacionais e supranacionais, nos seus representantes, à desmobilização das populações para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania. Este cenário é sentido e visível em altos níveis de abstenção nos atos eleitorais nacionais, confirmados aliás, com os indicadores das últimas legislativas de 04 de Outubro de 2015, com 43,07%, números aliás, a baterem o recorde da abstenção neste tipo de eleições em Portugal,

ou seja mais de 4 milhões de eleitores inscritos não votaram, números à volta de 300 mil votos caíram em partidos que não elegeram sequer um deputado e na ordem dos 200 mil votos ficaram em branco ou foram considerados nulos. As eleições para o Parlamento Europeu, também não fogem a esta regra, bem pelo contrário, acentua-se para cima, com valores médios superiores a 50%, a suscitarem igualmente incertezas quanto à legitimidade da representação, e, acima de tudo, a provocar apreensão, face à desmobilização e desgaste das populações para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania.

Como é do nosso conhecimento, e já anteriormente referido, citando André Freire, na história da democracia portuguesa realizaram-se timidamente apenas três referendos a nível nacional e algumas iniciativas legislativas populares e entre estas últimas, lembramo-nos da Petição germinada em 2009 sobre o Acordo Ortográfico institucionalizado em 1990, um processo de participação popular direta mas enquadrado em diferentes normas jurídicas e legislativas que de facto, não nos permite aferir o abstencionismo mas sim, os números e o nível de participação. Foi um acontecimento aludido na época por Vasco Graça Moura como o “ triunfo da petição “– A Petição nº 495/X/3ª, deu entrada então na AR a 08 de Maio de 2008 – . No dia deste debate em 21 de Maio de 2009, a Petição contava com 113.206 assinaturas válidas e em Julho, no seguimento deste processo que não parou por aqui, reunia 121.000 subscritores. Tinha força jurídica e constitucional para ser baixada a referendo mas inexplicavelmente para muitos portugueses, isso não se concretizou. Seja como for naquelas três consultas referendárias, tal como também já aludido por Freire, o fenómeno abstencionista foi idêntico e os indicadores foram até superiores em relação às últimas legislativas. Recordar-se que nos referendos à despenalização do aborto em 28 de junho de 1998 e 11 de fevereiro de 2007 e no referendo sobre a Regionalização em 08 de novembro de 1998, registaram-se respetivamente 68,11 %, 56,43% e 51,88% de abstenção. Ficou comprovado aqui, que os instrumentos de democracia direta postos institucionalmente à disposição dos portugueses, não são de facto, uma panaceia para a democracia representativa. Porém e apesar destas contrariedades, referendo e petição são figurinos de peso de como o sistema democrático e político pode encontrar soluções para os seus problemas. São típicos mecanismos de democracia direta que conjugados com a democracia representativa poderão melhorar a qualidade e transparência do nosso Estado Democrático de Direitos, Liberdades e Garantias. Mesmo com o modelo traçado no atual desenho jurídico-constitucional, eles continuam a ser dispositivos de exceção à disposição dos cidadãos. Na prática são os novos instrumentos que os sistemas políticos se socorrem, tendo em vista aprofundar a qualidade e o

funcionamento da democracia e ainda, uma tentativa de corrigir o desprendimento, imobilismo e o mitigado papel dos cidadãos no desenrolar e dinamismo da vida democrática.

- Professor António Filipe, face ao que antecede, lançava-lhe então uma primeira pergunta, relativamente a este primeiro tópico. Na sua conceção, quais são os porquês (que causas, motivos, ou razões que assistem para a...) da falta de consolidação dos mecanismos de Democracia semidireta no sistema político português?

– Entrevistado –

- Ora bem, eu creio que podemos encontrar várias explicações para isso e uma delas é de natureza histórica. Desde logo, o facto de não haver em Portugal uma tradição referendária. Não houve durante a monarquia constitucional, não houve durante a I República, exceto umas tentativas de ensaios fugazes de referendos locais, mas com características completamente diferentes da forma como o referendo é concebido hoje. Tratava-se de referendos destinados a permitir que os contribuintes se pudessem opor a decisões que considerassem lesivas do ponto de vista financeiro para as suas próprias bolsas ou seja, permitia ao cidadão ao nível local, ou melhor, aos titulares de elevados rendimentos, opor-se a decisões de natureza financeira que lhes pudessem vir a aumentar os encargos. Portanto eram referendos de outra natureza. Mas de facto até 1974, a única experiência deste tipo verificada em Portugal, foi uma má experiência para os democratas, porque foi a aprovação por plebiscito da Constituição de 1933. Portanto, a primeira utilização de um mecanismo formalmente considerado de democracia semidireta, teve um objetivo de natureza autoritária que foi o de legitimar constitucionalmente a ditadura militar e a sua transição para o regime chamado de Estado Novo, recorrendo a um plebiscito, em que não havia liberdades públicas, não havia possibilidade de apresentação de projetos alternativos e as abstenções contavam ainda como votos a favor. Isto para além do voto não ser secreto, pois quem votasse a favor, apresentava o boletim em branco e quem votasse contra, tinha que escrever à mão, no boletim a palavra NÃO. Significa que o sentido do voto ficava desde logo desvendado. Portanto foi nestas condições que se realizou em Portugal a primeira experiência, que não podemos de maneira alguma chamar de democrática, mas que formalmente foi de democracia semidireta. Isto fez com que este tipo de mecanismos ficasse desde logo marcado dolorosamente entre os democratas portugueses, e como tal, isso criou uma certa desconfiança relativamente à sua utilização, baseada na ideia que é real de que o referendo pode ser utilizado em contextos democráticos mas também pode ser utilizado em contextos anti democráticos para conseguir determinados objetivos. E a história deu-nos muitos exemplos disso. O Hitler realizou vários referendos para ir legitimando a sua política na Alemanha. Portanto em vários contextos anti

democráticos recorreu-se a esses mecanismos de tipo plebiscitário. Vários ditadores desse período foram assim consolidando os seus poderes. É um tipo de experiência que já vem desde a França napoleónica. Bonaparte também recorreu a vários referendos para ir aumentando os seus poderes até chegar a imperador. Há portanto esta raiz histórica que não se pode ignorar. De facto o referendo é uma arma e como todas as armas pode ser usada para boas finalidades ou o contrário. Depende de quem a utiliza e saber com que objetivos a utiliza.

Bom o que sucede é que há um outro elemento que tem a ver com o processo da revolução portuguesa. É que nos primórdios da democracia portuguesa o referendo foi motivo de querela constitucional. Aquando da aprovação da Constituição de 1976, por parte dos setores políticos adversos à Constituição, o CDS, que foi o partido que votou contra ela, e o PSD, que apesar de votar favoravelmente a Constituição, nunca aceitou propriamente muito bem aspetos fundamentais do seu conteúdo, designadamente na parte da Constituição económica e encetou várias tentativas para permitir desde logo referendar o trabalho da Assembleia Constituinte antes que a Constituição entrasse em vigor. Depois da entrada em vigor, tentou-se permitir um referendo que a Constituição não previa para possibilitar rever a própria Constituição. A querela sobre a possibilidade de um referendo da revisão constitucional à margem das regras estabelecidas na Constituição, foi uma querela que marcou os primeiros anos da democracia portuguesa. Aliás nas eleições presidenciais de 1980, a clivagem que havia entre a candidatura do general Ramalho Eanes que foi reeleito e a candidatura do general Soares Carneiro, tinha que ver precisamente com o facto de se assumir no programa do candidato general Soares Carneiro, a convocação de um referendo à margem da Constituição que permitisse revogar a Constituição de 1976. Claro que este propósito contou com oposição do Partido Socialista e dos partidos à sua esquerda, na altura o MDP-CDE e o PCP. Não obteve vencimento. A reeleição do general Ramalho Eanes em 1980 que se manteve fiel ao que estava determinado na Constituição, e que defendia que a revisão constitucional devia realizar-se nos termos e tempos previstos na própria Constituição de 1976, veio de certa forma pôr termo a esta fase da querela mas em todo o caso, houve sempre uma questão polémica em torno da utilização do referendo como forma de revisão constitucional e como algo que se oporia à democracia representativa. Ora daí que se tenha demorado tanto tempo, até que se legisse em democracia, sobre a possibilidade de haver referendos. É por isso que o referendo nacional só em 1989 é que é consagrado na Constituição. É consagrado na Constituição em termos extraordinariamente cautelosos. Uma ideia não dos constituintes, mas de quem reviu a Constituição, neste caso a legislatura em que

a Constituição foi revista em 1989. Consagrou-se assim o referendo, mas exclusivamente como um complemento da democracia representativa e nunca como algo que pudesse ser arremessado contra a democracia representativa. E daí se prevê que haja uma intervenção obrigatória de dois órgãos de soberania. Tem de haver uma intervenção ou da Assembleia da República ou do Governo propondo um referendo. Esse referendo terá de ser proposto ao Presidente da República. A decisão do Presidente da República é inultrapassável. A decisão do Presidente da República de não convocar o referendo, não é de forma nenhuma ultrapassável, é um veto absoluto. E não pode ser realizado um referendo sem que haja uma fiscalização prévia da constitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional. Portanto temos aqui um conjunto de enormes cautelas, precisamente para que o referendo não possa ter um resultado anti constitucional. Não pode ser feita uma pergunta aos portugueses por via do referendo que seja suscetível de uma resposta que conduza a uma inconstitucionalidade. Para além disso, existe um conjunto grande de matérias que ficaram à partida constitucionalmente excluídas da possibilidade de referendar, nomeadamente quanto à possibilidade de incidir referendos sobre a própria Constituição. No fundo matérias mais relevantes de reserva absoluta da Assembleia da República e como tal matérias que são insuscetíveis de serem referendadas. E daí de facto, os termos muito cautelosos com que o referendo foi consagrado ajudam também a perceber a pouca utilização que este mecanismo tem tido em Portugal ou seja ele é um mecanismo que está na disponibilidade dos órgãos de soberania que podem ou não a ele recorrer.

É interessante depois verificar – aquilo que podemos fazer mais adiante –, os termos em que isso aconteceu, em que circunstâncias. De facto na vida política portuguesa isto não é muito comum. As questões das raízes históricas, razões depois relacionadas com querelas políticas na democracia portuguesa em torno da utilização do referendo, ajudam a explicar de facto porque é que a relevância deste mecanismo é baixa. Ele não foi só tardiamente consagrado na lei constitucional portuguesa como tem tido uma expressão limitada. É significativo que não tenha sido admitido o referendo de iniciativa popular em termos de permitir que um determinado número de assinaturas possa desencadear só por si, a realização de um referendo. Mas eu recorro que esse é um mecanismo raro ou seja, nós sabemos que a Suíça é um mundo à parte em termos referendários. À volta de metade dos referendos realizados em todo o mundo realizam-se na Suíça. Não significa que isso seja a forma normal de legislar na Suíça. Não é forma normal de legislar, o que há é uma facilidade relativa comparada com os outros Estados das iniciativas de cidadãos desencadearem referendos. Mas isso é um caso muito particular. Existe na Suíça, existe em alguns Estados norte americanos,

sendo curioso que nos EUA, o referendo é admitido a nível estadual mas não é admitido a nível federal. E há alguns Estados onde é possível, por exemplo, promover um referendo para depor o chefe de Estado desde que seja recolhido um número muito grande de assinaturas. Mas em Portugal a opção foi não introduzir esses mecanismos de *recall*, de demissão de um Chefe de Estado, de governadores no caso dos Estados federados americanos, para os substituir por outros, sem um processo eleitoral normal. Não foi admitido também o referendo por iniciativa direta dos cidadãos, e como consequência, a temática da iniciativa dos cidadãos foi introduzida com limitações. Foi introduzido um conjunto de competências partilhadas, entre os vários órgãos de soberania, por forma precisamente a impedir que o referendo possa ser utilizado numa guerra de órgãos de soberania uns contra os outros. Por exemplo, convocar um referendo na Assembleia da República para desautorizar o Presidente, ou o contrário, um referendo convocado pelo Presidente da República para desautorizar a Assembleia. Ora bem, isso não é permitido. Há aqui uma outra coisa importante que não é permitida que é o referendo revogatório ou seja, só é possível realizar um referendo perante um projeto legislativo ainda não aprovado. Não é possível fazer um referendo nos termos constitucionais para revogar uma lei que tenha sido aprovada. Portanto nós não podemos revogar leis por via referendária. Podemos é submeter a referendo um projeto que tenha sido apresentado e cujo processo legislativo ainda não se tenha concluído. Portanto o referendo é uma consagração muito cautelosa e restrita. Obviamente aponta para uma utilização parcimoniosa do referendo que é aliás o que tem acontecido de facto.

– Entrevistador –

- Doutor António Filipe, queria se for possível, intercalar aqui com a próxima pergunta, pois voltando ainda à questão da Petição de 2009 sobre o Acordo Ortográfico, face aos números apresentados de subscrições válidas, não acha que ela ao ter força jurídica e legislativa para isso, não devia ter sido configurada numa consulta popular e ser baixada a referendo – compreendendo nós também que este pode, eventualmente, ser uma assunto pertinente e trazer clivagens à sociedade portuguesa –?

– Entrevistado –

- O problema é que existem juízos de impedimento constitucional. Nós temos um impedimento constitucional de submeter a referendo os tratados internacionais. E por isso, o problema que tem sido em submeter a referendo os tratados constitutivos da União Europeia. Ou seja, quando em 1992 pela primeira vez foi levantada a hipótese de se submeter a referendo o Tratado da UE, isso não era possível porque a Constituição pura e simplesmente não o permitia. E daí que na Revisão Constitucional de 1992, tenha havido projetos no sentido

de abrir uma exceção. Havia uma proibição de ser referendada a adesão à moeda única. No fundo era isso que estava em causa. E portanto só muito mais tarde, na revisão de 2005 é que se veio a admitir essa exceção, na altura para submeter a referendo outra coisa: um tratado que estabelecia uma Constituição para a Europa e que nunca se realizou, porque esse tratado, como se sabe, acabou inviabilizado pelos referendos na França e na Holanda. Mas quanto ao Acordo Ortográfico (AO), nos termos constitucionais, nunca passaria no Tribunal Constitucional a possibilidade de realizar esse referendo, e portanto, à partida ficaria desde logo inviabilizada a sua realização, devido ao facto de haver esta limitação constitucional.

– Entrevistador –

- Doutor António Filipe, dentro destas linhas de força já abordadas, passo então à terceira questão: no seu entender que modificações se podem operar no sistema político português, para que os mecanismos de Democracia semidireta em Portugal, se consubstanciem, como instrumentos a ter em conta no complemento, na orientação, apoio e até na correção à representação?

– Entrevistado –

- Eu acho que designadamente o instituto da iniciativa legislativa de cidadãos deveria ser reformulado, no sentido de ter uma exigência muito menor do número de assinaturas exigidas. De facto há aqui uma incongruência no sistema que não se compreende. Ou seja, 4 mil cidadãos podem apresentar uma petição à Assembleia da República, que será obrigatoriamente debatida em plenário. Com esse debate em plenário, os deputados têm a possibilidade de apresentar iniciativas que submetem a votação. Isso foi uma aquisição relativamente recente e importante porque tempos houve, em que o exercício de direito de petição acabava por ser inócuo. Não passava de um debate de boas intenções acerca do objeto da petição mas não havia nada que fosse submetido a votação, enquanto que agora existe a possibilidade de efetivamente os deputados que assim o entendam poderem fazer acompanhar a discussão da petição de uma iniciativa (um projeto de lei ou um projeto de resolução) que entendam que de certa forma possa dar satisfação àquilo que é o pedido pelos cidadãos subscritores dessa petição. Isso foi um ponto importante. Agora, está em contradição com as exigências desproporcionadas para a iniciativa legislativa dos cidadãos em que se exige 35 mil assinaturas. Ora bem, é um processo mais exigente do que o processo de apresentação de uma petição. Ou seja a iniciativa legislativa de cidadãos, implica que os cidadãos tenham a capacidade de elaborar um projeto legislativo a submeter à Assembleia da República. Isso não garante a aprovação. A aprovação é sempre da Assembleia da República. A AR ficaria com a obrigatoriedade de a apreciar, se não se verificasse nenhuma razão de indeferimento liminar,

como pode acontecer também com as petições. Ora bem, quando nós temos, o exercício de direito de petição com 4 mil assinaturas, o exercício do direito de iniciativa legislativa com 35 mil..., isto é claramente dissuasor no recurso à iniciativa legislativa. Porque é que os cidadãos vão ter que recolher 35 mil assinaturas e fazer um projeto podendo apresentar uma petição, expressando apenas e vagamente uma reivindicação que será objeto de debate em plenário que pode dar lugar a iniciativas? Eu creio então que se justificaria haver aqui um equilíbrio maior no sentido da facilitação da participação e portanto devia ser um processo suavizado substancialmente no número. Reduzir o número de assinaturas necessárias para se apresentar uma iniciativa legislativa de cidadãos. Naturalmente que a Assembleia depois debateria em plenário e decidiria. Podia aprovar, rejeitar, introduzir emendas, mas conduzindo sempre um processo de diálogo democrático com os interessados, autores da iniciativa.

Essa foi de facto a solução adoptada pelo legislador. Foi muito restritiva quanto ao exercício deste direito. Depois eu acho que também havia que tomar idêntica medida relativamente à proposta ou à iniciativa de referendo. Eu não defendo que se adopte o modelo suíço em que um número determinado de assinaturas conduza automaticamente à realização de um referendo. Isso contraria os fundamentos em que assenta o processo de referendo em Portugal. Mas creio que é desproporcionada à exigência de 75 mil assinaturas para se apresentar uma proposta de referendo e em que depois a AR decide se o adota ou não. Se não há nenhum poder decisório conferido aos cidadãos então não faz sentido que haja uma exigência tão grande de assinaturas a recolher. Não faz de facto sentido. Até porque no fundo, uma proposta de referendo feita pelos cidadãos é também de certa forma uma petição mais qualificada. Mas num caso e noutro a decisão final terá de ser sempre da AR. Portanto não se entende esta disparidade de critérios. Deste modo a iniciativa legislativa de cidadãos para uma petição deve ser melhorada, o regime de iniciativa legislativa de cidadãos para referendo, deve ser melhorada. Eu creio que relativamente ao direito de petição foram dados passos importantes que importa registar e que tem a ver com a dignificação deste instituto.

Há uma cautela que é preciso ter em conta. É que, o exercício do direito de petição, se tiver 4 mil assinaturas é objeto de discussão em plenário, mas não precisa de ter nenhum número específico de assinaturas para que dê lugar a um procedimento parlamentar. Qualquer cidadão individualmente considerado pode apresentar uma petição à AR e essa petição é admitida na nota de admissibilidade dos serviços parlamentares, depois tem a nomeação de um deputado relator e a atribuição a uma comissão competente. Um deputado relator, depois vai fazer um conjunto de diligências relativas à petição e vai elaborar um relatório, enfim, ainda que seja uma assinatura subscrita por um só cidadão. Nós estamos a verificar que

começa a haver da parte de alguns cidadãos, não só uma banalização como até um apoucamento deste instituto ao usarem o direito de petição por motivos absolutamente fúteis ou para coisas até por vezes ininteligíveis. Isto é suscetível de que se vulgarizar demais e constitui um encargo para o País, porque esta tramitação não custa nada ao cidadão. Descarregar um desabafo de cinco linhas no computador, atribuir-lhe natureza de petição e enviá-la à AR, isso não lhe custa nada, mas depois a tramitação parlamentar desta petição custa dinheiro ao erário público, por vezes como disse anteriormente, por motivos absolutamente fúteis. Há aqui portanto que ter alguma cautela com isto. Agora obviamente há aqui petições que são apresentadas por um único cidadão que têm toda a pertinência e todo o cabimento. E talvez se justifique aqui um afinamento dos critérios de exigência relativamente às pretensões que são efetivamente formuladas à AR.

– Entrevistador –

- Professor António Filipe, ia precisamente tocar neste ponto. Confirmando aquilo que nos disse à pouco, em Portugal, ao abrigo do nº 1 do artigo 15º – Requerimento – da Lei Orgânica nº 2/2003 de 22 de Agosto – a Lei dos Partidos Políticos – com as alterações introduzidas pela Lei orgânica nº 2 / 2008 de 14 de maio, bastam hoje 7.500 assinaturas legalmente reconhecidas para oficialmente se formar um partido. Contudo, conforme prescrito no artigo 16º da LORR são necessárias 75. 000 subscrições de cidadãos devidamente recenseados no território nacional, para uma Petição – Iniciativa Legislativa Popular – tomar peso e “obrigar “ a agenda política à sua discussão em plenário da AR e poder levá-la quiçá, posteriormente à realização de um referendo sobre determinada matéria em apreço. Por outras palavras, podemos dizer que provavelmente é mais difícil um cidadão participar diretamente no processo da tomada de decisão do que formar um partido político para poder, mesmo com alguns constrangimentos, integrar-se na atividade política o que também não implica participar diretamente.

- Face a toda esta conjuntura legislativa e jurídica, e acima de tudo, até por haver vozes dissonantes e críticas de peso, sobre a tomada de posição de uma boa parte da classe política portuguesa e acima de tudo da sua elite dirigente, que ainda hoje apresentam-nos algumas linhas de força no sentido de não se diminuir e chamuscar o direito de petição para referendo, e com alguma razão, pois como disse, para não se cair nessa situação de se exporem ninharias, senão cá está o erário público para pagar, considerando também nesse topo dos aparelhos partidários que ele é obrigado a ter critério político e jurídico ou seja, o seu uso não é para qualquer matéria, nomeadamente para a discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado e outros de relevante interesse nacional, como foi o caso da adesão de Portugal à Comunidade

Económica Europeia em 1986, onde era impensável para a elite política portuguesa da época, submeter este processo à decisão direta dos portugueses. Doutor António Filipe, como compreende os mecanismos de democracia semidireta em Portugal postos à disposição dos cidadãos nacionais e consignados na nossa Constituição, mesmo com algumas emendas que possam trazer uma maior utilização destes mecanismos? Acha que eles atualmente são dentro da democracia representativa, nos termos da Constituição e da Lei, instrumentos de democracia participativa fora da lógica partidária, ou, acima de tudo, também podem existir como ferramentas jurídicas debaixo de alguma instrumentalização político – partidária, e como tal, estão sob o monopólio do poder político em Portugal ou seja, acha que transparece neste processo, um receio dos partidos políticos, principalmente os do arco da governação – PS e PSD –, de perda do seu espaço como atores principais e influentes na sociedade portuguesa e no peso que têm no sistema político e institucional do País e por consequência existir a necessidade do poder político sibilamente, querer refrear a participação ativa dos cidadãos no processo da tomada de decisões de políticas públicas?

– **Entrevistado** –

- Ora bem, vamos lá ver, temos que ir aqui por partes. Há sempre o perigo latente de o referendo poder ser utilizado contra a democracia representativa. Normalmente os regimes assentes na democracia representativa procuram salvaguardar essa questão. Permite fazer com que a decisão sobre se, quando e como da realização do referendo seja controlada através de mecanismos da própria democracia representativa o que quer dizer, estarem presentes partidos, maiorias parlamentares e os governos que se formam. Portanto foi esse também o modelo adoptado em Portugal, e eu não contesto naturalmente a legitimidade desse modelo ou seja não querer permitir que o referendo possa ser utilizado como arma de arremesso contra a democracia representativa.

Quanto ao referendo, nós temos tido sob esta designação realidades muito diversas. Nós tivemos experiências de utilização de referendos por exemplo para Estados acederem à independência. Tivemos o caso tão nosso conhecido de Timor. Temos referendos legitimadores de Constituições, em muitos países que decidiram isso depois de acederem à sua independência. Fizeram-no na sua primeira Constituição por via referendária. Temos pois experiências desse tipo. Mas enfim, em países já consolidados democraticamente, normalmente o referendo, funciona como um argumento de coadjuvação da democracia representativa. Mas normalmente ou é para obter um suplemento de legitimidade ou de poder de que se necessitam. E essa é uma explicação para que muitos países tenham decidido a sua integração na Comunidade Económica Europeia (CEE), agora União Europeia (UE) por via

referendária. A realização de referendos foi muito comum, ao longo do processo de integração europeia. E só aquando do Tratado de Lisboa é que se deu uma decisão dos chefes de governo, em não se submeter o processo a referendo com a exceção da Irlanda pois isso era obrigatório. Mas ao longo de todo o processo, os referendos estiveram presentes como forma de os governos obterem um suplemento legitimador. A opção de entrar mas também de não entrar, como aconteceu com os casos da Noruega e da Dinamarca de não quererem aderir à moeda única e como há-de acontecer agora com o referendo a realizar em breve (em Junho deste ano) na Grã-Bretanha o chamado *Brexit* inglês, sobre a permanência ou não na UE. Portanto os governos entendem que para tomarem uma tomada de decisão precisam de ter um resguardo direto na consulta popular. E temos os casos em que os referendos são utilizados como arma de contestação de uma medida que não se pretende. Em Portugal, não é segredo para ninguém que a maior parte dos defensores da realização de um referendo sobre os Tratados da UE, tinham como objetivo inviabilizar a respetiva ratificação por Portugal. Evidentemente que não seria assim com todos. Havia também quem defendesse o referendo sobre os tratados como um suplemento de legitimação, mas obviamente havia quem defendesse o referendo como forma de impedir que Portugal aderisse, sabendo-se que havia uma maioria parlamentar fortemente favorável à ratificação dos tratados. Bom, e isso aconteceu também ao longo dos vários projetos de referendos que tem sido apresentados em Portugal, normalmente para contrariar alguma coisa. Seja o Acordo Ortográfico (AO) seja o casamento entre pessoas do mesmo sexo, seja a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), a sua despenalização, a Regionalização. Foram propostas sempre apresentadas com o intuito de travar algo que no funcionamento da democracia representativa, seria previsível um determinado resultado que os promotores do referendo queriam impedir. Então perguntar-se-á legitimamente, se assim é porque é que houve referendos? Ou seja, porque é que se realizou um referendo quando havia uma maioria parlamentar favorável à despenalização do aborto? Porque é que fizeram um referendo proposto pelos opositores que eram uma minoria? Na Regionalização porque é que havendo uma maioria favorável a ela aceitaram submetê-la a referendo e perder? Bom, aí é que podemos falar de alguma instrumentalização política partidária deste mecanismo. Porquê? Porque ambos os referendos, o primeiro da IVG e o segundo da Regionalização, foram objeto de negociação partidária. Dito de outro modo, no primeiro referendo da IVG, foi aceite pelo Partido Socialista como troca por um desbloqueamento da parte do PSD relativamente à eleição de juízes para o Tribunal Constitucional. Portanto houve aqui claramente uma moeda de troca. No caso da Regionalização, também fez parte de um acordo mais global, relativo à Revisão

Constitucional de 1997. Por outro lado, esta situação também reflete a divisão existente no seio dos maiores partidos. Ou seja, estamos perante uma questão fraturante dentro dos próprios partidos e estes dois casos eram exemplos evidentes no Partido Socialista com a IVG, um partido fraturado relativamente a esta questão, porque o líder do partido era contra e a maioria parlamentar era a favor, e no caso da Regionalização também havia divisões notórias. Deste modo, a forma de dirimir a divisão interna sem que essa divisão se traduza numa rutura política é esta: o povo que decida. Então temos pessoas do mesmo partido a defenderem posições adversas no referendo. Estava a falar do exemplo das divisões usando o PS, mas também aconteceu isso no caso do PSD. Também houve propostas de referendo que o PSD apresentou que não tiveram vencimento, que não tiveram aprovação na AR, um dos casos inclusive, não passava no Tribunal Constitucional. Constavam nestas propostas, por exemplo, submeter a referendo a co-adoção por casais do mesmo sexo, outro caso, era sobre matérias relacionadas com as drogas, em que o PSD estando dividido sobre a matéria propunha um referendo. Também aí de certa forma, houve alguma utilização partidária, a tocar a instrumentalização partidária dos mecanismos referendários.

Neste âmbito isso talvez possa ajudar agora a explicar a fraca adesão dos eleitores aos referendos. Foi muito dececionante para quem defendia desde há muitos anos o referendo com muito entusiasmo no sentido do aumento da participação cidadã e haver 30 % de afluência. De facto as pessoas mostraram-se na realidade alheadas a este mecanismo, isso contrariando até sondagens baseadas em inquéritos em que uma boa maioria das pessoas quando lhe perguntam, até acha essa ideia da realização dos referendos, como favorável e muito positivo para a democracia. São matérias em que as pessoas acham tudo muito bem, mas depois quanto a participar já não é bem a mesma coisa. De facto revelou-se que a vontade de participar é muito inferior à vontade de dizer que se participa ou que se deve participar. Isso é também um exemplo que se deve ter em conta. O que se fala para o papel e o que se faz depois na prática. Do ponto de vista nacional, deve-se realizar um referendo quando a questão é suficientemente relevante. Para justificar um referendo, não deve haver a tentação de procurar banalizar e instrumentalizar este mecanismo sob pena dos cidadãos depois não lhe ligarem nenhuma.

Segundo Tópico: As Eleições Primárias no Partido Socialista realizadas em 28 de Setembro de 2014

– Entrevistador –

- Professor António Filipe, o proeminente cientista político holandês Arend Lijphart na obra "*As Democracias Contemporâneas. Trajectos.*" (1989), produz uma importante análise

comparativa de vinte e cinco regimes democráticos . Ele examina e desconstrói a conjuntura dos referendos como complementaridade das democracias representativas. Para Lijphart, os mecanismos de democracia direta empregues nas democracias representativas, são vistas sibilinamente pelas elites políticas dirigentes – e Portugal poderá eventualmente ser um flagrante exemplo disso –, ainda como elementos estranhos e perigosos para o regular funcionamento dos sistemas democráticos mas para o autor, não é de modo nenhum descabido que a intercalação destes meios possa reforçar o peso da representatividade democrática, dando-lhe qualidade e clareza. O autor vai mais longe e fundamenta que as Primárias conjuntamente com Presidencialismo, Destituição, Referendo e Iniciativa, são atualmente os quatro elementos da democracia direta.

No Pós-fácio do livro de Miguel Coelho “ *Os Partidos Políticos e o recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal – O caso do PS e do PSD.*”, – publicado em 2014, um trabalho à volta da confirmação na atualidade da Lei de Ferro dos partidos políticos preconizado nos alvares do século XX pela tese formulada por Robert Michels, acerca dos partidos de massas e que apesar de não abordar diretamente a problemática proposta nesta dissertação a apresentar, descreve-nos um oportuno estudo da vida interna dos dois partidos em alternância no poder em Portugal ou seja PS e PSD, destacando-se a inclinação para a fixação oligárquica das suas elites dirigentes, o atual Secretário-Geral do PS e atual Primeiro Ministro, o Dr. António Costa lembra-nos com oportunidade de reflexão para este estudo : “ Hoje, o grande desafio que se coloca aos partidos políticos é a sua capacidade para estarem abertos à participação cidadã que vá além da militância tradicional, em plataformas cada vez mais interactivas, pontuais ou permanentes, temáticas ou gerais, locais ou nacionais. Acho que a ideia de participação política através dos partidos se estende muito para além dos militantes. O reconhecimento da figura do “simpatizante “ ou até, apenas e só, do “eleitor “ do partido pode ser um passo importante nesse sentido “ (Coelho, 2014: 27).

- Doutor António Filipe, como sabe, foi sobre a vigência do Dr. António José Seguro, na altura em funções como Secretário - Geral do Partido Socialista que se criou e avançou para o processo das Eleições Primárias neste Partido do Arco do poder em Portugal, visto como um atípico ato eleitoral na história dos partidos políticos e da democracia portuguesa e uma inovação na organização da vida partidária do nosso País.

Eleições Primárias abertas a militantes e simpatizantes do PS, a funcionar como um instrumento de seleção com a finalidade de designar o candidato do PS a primeiro-ministro entre dois candidatos de peso dentro deste Partido, registadas com excelentes indicadores, na adesão significativa que mobilizou inicialmente a inscrição de 248.573 eleitores – 98.657

militantes e 149.916 simpatizantes – e contou com expressiva participação neste ato eleitoral, *sui generis* no país, com 70,31% dos eleitores inscritos – 174.770 deste universo eleitoral – e uma taxa de abstenção inferior a 30%, acontecimento apenas equiparável percentualmente, às legislativas de 1987. Consequentemente, uma taxa de participação positiva tendo em conta os habituais padrões dos portugueses no envolvimento eleitoral, na vida partidária e na cidadania ativa. Bom, mas refreando este entusiasmo, o Professor Adelino Maltez numa das suas aulas no ISCSP/UL em que estive presente, desmistificou-nos estes números relativos a esta participação pois acrescentou-nos que nas eleições para escolher o presidente do Sport Lisboa e Benfica há mais gente a participar.

- Doutor António Filipe, vou-lhe então fazer duas últimas questões sobre este segundo tópico mas que no fundo se encaixam numa só. Qual a sua opinião, como homem com um vasto curriculum político, uma larga experiência consolidada com muitos anos de vida partidária, exercendo funções e responsabilidades publicas locais e nacionais exigentes, acerca da possibilidade de, se por um lado, as Primárias realizadas no seio do Partido Socialista em 28 de Setembro de 2014, poderem alargar o leque à participação direta dos cidadãos, nomeadamente aos simpatizantes para elegerem um líder que de certa maneira sai neste caso reforçado com dupla legitimidade – do próprio partido e da sociedade portuguesa – e ainda acrescentarem oportunidades de estreitarem o topo e as bases da hierarquia do Partido, por outro, poderem facilitar o processo da instrumentalização partidária e de um protagonismo respaldado na fulanização do poder na pessoa do seu Secretário-geral ou seja, podendo abrir-se a hipótese do caminho para a personalização do partido, perdendo-se desta maneira a vivacidade do seu debate interno, direcionando a vida partidária no percurso de tornar-se até menos dinâmica, motivante e mais fragilizada, confrontando-se então aqui duas faces da mesma moeda, a poderem sugerir que afinal, com estes instrumentos não é tão linear a realidade do alargamento da democraticidade na vida interna dos partidos políticos em Portugal, especialmente aqueles com assento parlamentar na AR? Qual então o seu parecer sobre esta dualidade de critérios? Professor António Filipe acha mesmo que estamos perante o emergir de uma inovadora expressão partidária com consequências relevantes para o exercício de cidadania em Portugal?

– **Entrevistado** –

- Tenho aqui alguma dificuldade porque sendo eu membro de um partido é sempre um risco pronunciar-me sobre os outros. Naturalmente que as eleições realizadas no Partido Socialista, tiveram que ver com estratégias de ascensão à liderança partidária, num conflito entre dois candidatos e que encontraram essa forma, para dirimir a questão de saber qual deles

viria a ser o Secretário-geral do Partido Socialista e para dirigir o partido nas eleições legislativas seguintes. Essa é portanto uma opção partidária sobre a qual eu não me quero pronunciar. Não questiono as opções feitas pelos partidos a que não pertenço. Entendo que cada partido deve ser livre de fazer as escolhas que entender relativamente à forma como escolhe os seus dirigentes.

Posto isto, o que lhe posso dizer é que enquanto membro de um partido, eu não quereria para mim semelhante metodologia. Desde logo porque essa metodologia é errada, relativamente ao mecanismo da escolha de um primeiro-ministro em Portugal. Aquilo foram eleições feitas no interior de um partido para escolher qual dos dois seria líder do partido e seria apresentado como candidato a primeiro-ministro. Acontece que nas eleições legislativas não há eleição do primeiro-ministro e creio que o próprio Partido Socialista, após as eleições de 04 de Outubro de 2015, deverá ter tido a possibilidade de se aperceber se teria sido isso o mais indicado, na medida em que por essa lógica absolutamente fulanizada, poderia-se legitimar a ideia de que o primeiro-ministro saído de 04 de Outubro teria de ser inevitavelmente o Dr. Passos Coelho, quando nos termos constitucionais não teria de ser. Portanto o Partido Socialista acabou por assumir e liderar uma solução governativa para Portugal, após o ato eleitoral legislativo de 04 de Outubro, o que contraria muito o espírito daquela eleição super fulanizada que fez. Deste modo, decididamente não há eleições para primeiro-ministro.

Depois, eu enquanto membro de um partido, não gostaria de circunscrever as opções partidárias com vista a umas eleições legislativas, à ideia de qual é o líder que os portugueses acham mais popular para liderar o futuro governo. Mais importante que isso, não questionando contudo a importância da liderança e das qualidades dos dirigentes políticos ao mais alto nível, mas creio serem, pelo menos tão importante como isso, os programas, o que é que os partidos propõem, as orientações e que projetos políticos que defendem para o País. Nesse sentido eu penso que a pertença a um partido político é algo mais do que uma plataforma para disputar eleições. Acho que os partidos políticos constituem-se porque constituem correntes políticas, famílias se quiser, do ponto de vista ideológico e programático. Não é indiferente para um cidadão por exemplo, ser membro do Partido Comunista Português ou do PSD, PS, CDS. Portanto a escolha não é aleatória. A escolha tem que ver com projetos de sociedade e programas políticos que são defendidos. Nesse sentido eu acho que os membros do partido, aqueles que têm essa adesão, esse vínculo e que participam ativamente na vida do partido, são eles que devem ter o poder de decisão relativamente às opções que esse partido venha a fazer. Sendo assim, eu não sou entusiasta de que seja uma boa ideia,

perguntar aos cidadãos em geral, como tinha sido feito em Itália pelo Partido Democrático uns meses antes e depois pelo Partido Socialista, independentemente de serem do partido ou não, quem é que eles acham que deve liderar o partido. Eu como militante de um partido, não gostaria, pois está-se a desvalorizar o papel que devem ter aqueles que no fundo são todos os que construíram o partido e lhe dão vida, e cujo poder de decisão pode ser subalternizado, sabe-se lá com que intenções por quem não tem nada a ver com o partido e usa essa possibilidade de poder interferir na escolha que deve ser uma escolha soberana dos membros dos partidos. Mas eu entendo isto como uma evolução daquele tipo de partidos que o autor alemão chamado Otto Kirchheimer, designou de «*catch all parties*», ou seja, os partidos agarra tudo. A evolução que se verificou no mundo contemporâneo foi no sentido de que o processo da globalização visse teorizar um pretendo desaparecimento das ideologias e em que os partidos se deveriam desideologizar e procurar abranger todas as faixas do eleitorado. O agarrar tudo. Eu acho que este tipo de eleições é um pouco sintomático do estado e da evolução destes «*catch all parties*». O que é fundamental é chegar ao poder e para isso é preciso ter o maior número de votos possíveis dos cidadãos, e como tal é preferível recorrer a figuras que se possam apresentar como carismáticas, independentemente daquilo que venham a defender. Eu creio que isso não é bom para a democracia porque de facto não é verdade que as ideologias tenham morrido, é verdade que elas continuam, elas estão aí no mundo que está perante nós. Há opções políticas. Em política não há inevitabilidades, há opções. Se os cidadãos limitarem a sua escolha a uma espécie de “concurso de beleza” ou de carisma dos líderes, esquecendo as ideias e os projetos políticos que defendem, creio que isso de facto conduz a uma degradação da democracia e creio que pode até ajudar a explicar muito, o facto de a maior parte cidadãos estarem hoje descrentes com o funcionamento da democracia pois têm a sensação que tenham a opção que tiverem, as coisas continuam na mesma. Como lhe disse, creio que essa é a principal razão que tem afastado muitos cidadãos da vida política e da participação.

– Entrevistador –

- Doutor António Filipe, sei que já lhe tomei algum tempo a mais mas muito obrigado, muito agradecido então pelo seu depoimento, pois como fonte direta, ele irá certamente acrescentar qualidade ao produto final desta investigação. A presente entrevista registada em gravador de voz digital será posteriormente tratada e transposta para a norma escrita. De seguida apresentar-se-á na íntegra ao entrevistado, para proceder às alterações que por si, eventualmente considere como relevantes ou pertinentes ou que entenda como necessárias e

vitais ao esclarecimento do conhecimento e finalmente, depois desta revisão, autorizar o seu destino para que então figure formalmente como Apêndice a esta dissertação de Mestrado em Ciência Política. Muito obrigado mais uma vez Professor António Filipe.

Autorizo que esta entrevista, concedida a António Carlos Dietrich Lopes, seja incluída como Apêndice ao seu trabalho de Dissertação de Mestrado.

Lisboa 27 de Julho de 2010

Assinatura: *António Filipe Sáizso Rodrigues*

APÊNDICE 5

Entrevista Semi-Estruturada à Professora Doutora Ângela Maria Coelho Pizarro Montalvão Machado

– Entrevistador –

- Conforme previsto e acordado com a entrevistada, esta entrevista do tipo semi-estruturada, constituída por dois tópicos, efetuada na Universidade Lusófona em 18 de Abril de 2016 (Segunda - Feira) pelas 10h10m, à Doutora Ângela Montalvão Machado, será reproduzida, depois da sua autorização, em Apêndice como parte integrante da Dissertação de Mestrado em Ciência Política “ A Democracia semidireta em Portugal – condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português – “ conferida pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/UL).

A temática correlata ao título anteriormente mencionado está articulada a um projeto de investigação cuja linha denomina-se Política e Governação enquadrando-se na área científica deste curso, a saber: Regimes Políticos e Processo Democrático.

- Doutora Ângela Montalvão Machado, agradeço desde já a oportunidade e a disponibilidade demonstradas para a concessão desta entrevista, no intuito de ela fazer parte integrante da produção relativa à dissertação supramencionada. Docente de Ciência Política com largos anos de experiência, entre outras funções já exercidas de relevante responsabilidade nesta área autónoma do saber das ciências sociais, estamos certos e convictos que a presente entrevista representará um certificado de garantia qualitativa, relativamente à fiabilidade deste trabalho no que concerne à temática e problemática propostas.

Primeiro Tópico: A conjugação em Portugal da Democracia semidireta com a atual (erodida) democracia representativa

– Entrevistador –

- Professora Ângela, aproveitando as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias da informação, Giddens, no contexto complexo e controverso do movimento imparável da globalização, a viver crescentemente com democracias liberais desgastadas, discutidas e onde as vantagens de uns, podem – se converter em tragédias de outros, afirma – nos : “ Os governos devem restabelecer contactos directos com os cidadãos, e estes com os governos, através de «experiências em democracia» – democracia local directa, referendos por via electrónica, júris de cidadãos e outras possibilidades. Estas não poderão substituir os

mecanismos normais de voto para instituições locais e centrais da governação, mas poderiam tornar-se um complemento importante para elas “ (Giddens, Anthony 2000 – *Para uma Terceira Via* . Lisboa : Editorial Presença, p. 72.).

O cientista política francês George Burdeau, ao fazer-nos um ensaio substanciado sobre a Democracia, descreve-nos as instituições de democracia direta – iniciativa popular e o referendo – como agentes de complemento e instrumentos de correção à representação (Burdeau 1962 : 32) .

Apresentando a democracia participativa como uma opção a ponderar à luz da Sociedade Civil Global, Sandra Balão conclui “ na linha de Bobbio que, democracia representativa e democracia direta são na verdade complementares e não eliminatórios “ (Balão, Sandra Maria R. (2014 – *A matriz do Poder. Uma visão analítica da Globalização e da Anti-Globalização no Mundo contemporâneo* . Lisboa : ISCSP-ULT, p451.).

Também Pasquino não foge a emitir sem rodeios, a sua opinião relativamente a toda esta controvérsia. Segundo o notável politólogo italiano “ Estas experiências são tão importantes que sugeriram aos pensadores políticos a possibilidade de formas de democracia directa, que poderiam integrar (...) a democracia representativa. E as formas de democracia directa, em particular os vários tipos de referendo, as petições, as iniciativas legislativas populares e até a eventual «revogação» dos representantes eleitos constituem precisamente as mais amplas e incisivas oportunidades de participação política “ (2007 : 52) . (Pasquino, Gianfranco (2005 – *Sistemas Políticos Comparados*. Cascais: Princípiã, p.52.).

Freire, ao interpretar os resultados dos três referendos realizados em Portugal – dois em 1998 sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e Regionalização, e um, em 2007 novamente sobre a IVG – não deixa de considerar que, apesar da abstenção verificada naquelas três consultas populares e dos objetivos terem ficado um pouco aquém das expetativas, os referendos jamais podem deixar de ser, “ estudos de caso privilegiados para se analisar a vitalidade da sociedade civil num determinado país, no caso vertente em Portugal “.

(Freire, André 2002 – *Sistemas Políticos Comparados*. Cascais: Princípiã, p. 15).

Num precioso estudo empírico, apresentado por Ana Maria Belchior, a autora lança-nos dados indicativos de relevância para a orientação desta investigação: “ No que respeita à realização regular de referendos para auscultação da vontade das populações, verifica-se (...) que 90,1% dos eleitores inquiridos a consideram uma boa ou muito boa forma de governar o país, enquanto apenas 68% dos deputados partilham esta opinião “. Ou seja, aqui a vontade dos representados, não coincide propriamente com a vontade dos representantes. Mesmo assim, não podemos considerar insignificantes, estes últimos indicativos percentuais. (Belchior, Ana Maria 2010 – *Democracia e representação Partidária . A Elite parlamentar e os cidadãos*. Lisboa: ICS, p. 202).

Neste contexto, parece não ser despendendo apresentar aqui, uma sondagem/estudo de opinião efetuado pela Pitagórica – Investigação e Estudos de Mercado SA – para o jornal diário *i*, em que, 67, 1% dos portugueses aprovam o referendo como um mecanismo de democracia direta, possível de ser integrado no seio da ação da democracia representativa, tendo em conta até, melhorá-la e atualizá-la. (Barómetro *i*Pitagórica entre 22 e 25/01/13, acessado em www.ioline.pt, consulta a 18 e 29/06/15.)

- Professora Ângela, face ao que antecede, lançava-lhe então uma primeira pergunta, relativamente a este primeiro tópico. Na sua conceção, quais são os porquês (que causas, motivos, ou razões que assistem para a...) da falta de consolidação dos mecanismos de Democracia semidireta no sistema político português?

– Entrevistada –

- Muito obrigada, antes de mais agradeço o convite e a confiança de me ter sido pedida esta entrevista. Espero corresponder aquilo que são os seus objetivos e portanto poder ajudá-lo a dar um contributo para a sua investigação, considerando o tema muito pertinente e importante para a Ciência Política. Posto isto, dentro da nossa Constituição, a CRP, nós temos previsto de facto a participação ativa dos cidadãos. Isso está presente no nº 1 do Art.º 48º – Participação na vida pública –, incluído no Capítulo II – Direitos, liberdades e garantias de participação política –, onde se diz que “ Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos políticos do país, diretamente ou por intermédio dos seus representantes livremente eleitos “. Depois, ainda no Art.º 109 º, é reforçado este princípio dizendo que “ a participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política, constitui, condição e instrumento fundamental da consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício de direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo na acesso a cargos políticos “.

Posto isto, o que é um facto é esta democracia semidireta ou direta, não tem sido uma realidade. Ou seja, tivemos três momentos, como referiu André Freire. Resumiram-se a três referendos e tivemos há relativamente pouco tempo outra experiência nas Primárias do Partido Socialista, mas de facto, não temos essa cultura. Indo só um bocadinho atrás, eu acho que dificilmente podemos ter essa cultura. Para aquilo que temos vivido no plano eleitoral é bom não esquecer que tivemos 48 anos de ditadura. Estes 48 anos levaram ao reforço de não termos essa cultura política ou seja todo o regime lutou para que o povo português não tivesse cultura política. Isto fez com que o povo português, não conseguisse, não só ter liberdade de expressão como também ficou plasmado não ter intervenção na vida política do país. E isso tem um preço. Tem o preço de chegarmos quarenta anos depois do 25 de Abril e

continuarmos sem essa cultura política. Aquilo que nós vemos nas abstenções sistemáticas e cada vez mais altas, é precisamente esse preço que ainda hoje estamos a pagar. Depois existem outras razões. Uma delas tem a ver com o nosso passado, a nossa história, relativamente aos mais velhos, aos eleitores mais idosos, que de alguma forma, ainda estão condicionados por essa falta de cultura política, mas depois também com os cidadãos mais novos, se calhar já pela própria culpa da democracia instituída que também não os leva a participarem e a interessarem-se por assuntos políticos. Portanto tudo isso faz com que a vontade de participação dos cidadãos, já nem na parte representativa tem eco. Não vão votar, existe elevada abstenção, quanto mais numa participação semidireta ou direta. De qualquer forma, este tema é interessantíssimo e cada vez mais, por tudo aquilo que vivemos, não só em Portugal mas no Mundo, e por tudo o que de bom e mau nos trás o efeito desta atual Globalização, nós percebemos que temos de participar de modo a nossa voz ser ouvida. Tem que ser ouvida em vários momentos importantes da nossa vida política nacional. Na minha opinião, a democracia direta, como a que existia em Atenas e como nos refere igualmente Bobbio, é atualmente impossível. Estamos a falar de sociedades completamente diferentes no número de pessoas. Em Atenas e outras cidades estado gregas que praticavam este modelo viviam poucas dezenas de milhares de pessoas. Portanto não tinham comparação com as cidades de hoje, complexas e com muito mais gente. Deste modo é impensável hoje, transportarmos na íntegra este sistema, termos a democracia direta de forma literal ou achar que todos nós ao mesmo tempo vamos participar diretamente. Agora acho que presente e pontualmente, os cidadãos, devem participar. E como muito bem disse na introdução que fez, eu acho que isto terá maior ênfase a nível local, aliás como na realidade tem. Na freguesia a que pertenço, cada vez mais as Comissões de Moradores por exemplo, tem um papel destacado e uma voz ativa, são ouvidos e tem mesmo interferência direta nas resoluções que a Freguesia e a Câmara tomam. Este caminho da democracia local é sem dúvida um primeiro passo para chamar os cidadãos a poderem participar nas matérias da sua localidade e interessarem-se por assuntos de natureza política. Isto provavelmente estender-se-á, se assim também houver vontade. Como justamente e muito bem referiu, há muito mais vontade por parte dos eleitores do que dos nossos representantes, mas isso tem a ver igualmente com o próprio jogo do poder político.

– **Entrevistador** –

- Professora Ângela como sabe, esta temática da democracia semidireta em Portugal, não é propriamente um tema novo. Podemos até vê-la como um processo que vai para além dos referendos. Tive ocasião de perceber isso, na entrevista que tive oportunidade de fazer ao

Coronel Vasco Lourenço, onde se levantou a questão da instrumentalização destes mecanismos de democracia direta em conjugação com a representação, pelos partidos políticos no tempo do PREC. Como a Professora Ângela referiu, começamos também a perceber que se começa a fomentar a participação dos cidadãos a nível local, com formas de tipo orçamentos participativos, exportados paulatinamente para Portugal a partir da cidade de Porto Alegre – a capital do Estado federado de Rio Grande do Sul, no extremo austral do Brasil –, como é o caso do Orçamento Participativo de Lisboa. Como é do nosso conhecimento a cidade de Porto Alegre é uma cidade cujas tradições democráticas contrastam com a de um Brasil historicamente patrimonialista, continuando a imperar a pobreza, desigualdades tanto sociais como de oportunidades. Aí temos o exemplo de um instrumento de participação direta para além dos referendos e em que os cidadãos são convidados a participar diretamente no processo da tomada de decisão de políticas públicas para a cidade, com os meios digitais, atualmente a imporem-se com um papel destacado neste processo. Apela-se assim à participação direta das pessoas quer presencialmente quer pela via da Ágora eletrónica.

- Professora Ângela, então dentro destas linhas de força que têm sido abordadas, passo então à segunda questão: no seu entender e se houver essa possibilidade, não apenas jurídica mas concretizada na vida prática dos cidadãos portugueses, que modificações se podem operar no sistema político português, para que estes mecanismos de Democracia semidireta em Portugal, se consubstanciem (se concretizem)?

– Entrevistada –

- Eles estão previstos de alguma forma na Constituição. A Lei Fundamental, prevê a participação dos cidadãos, mas ao mesmo tempo a Lei configura institucionalmente a representatividade. Isso já está assegurado. Eu penso que sobretudo, falta como lhe disse, vontade. Essa vontade política é o que falta aos atores políticos. Mais vontade que propriamente a Lei que já está plasmada na nossa Constituição.

– Entrevistador –

- Professora, as sete revisões constitucionais no período pós 25 de Abril, depois de todo o processo de transição democrática – 1982,1989,1992,1997,2001,2004,2005 – da Lei Fundamental, a CRP, ainda não conseguirem inverter as regras do tabuleiro jurídico do nosso Estado de Direito Democrático, e de apenas por exemplo, se acolher no seu seio, a iniciativa popular da proposta do referendo, com petição não obrigatória, sob a dependência do consentimento formal dos deputados eleitos por sufrágio direto e universal. Como nos lembra a jurista Maria de Fátima Abrantes Mendes “ O referendo mesmo que impulsionado por

iniciativa de grupos dos cidadãos eleitores, tem de obrigatoriamente passar pelo crivo da Assembleia da República, o que demonstra, mais uma vez, a forte implicação política das questões susceptíveis de ser submetidas a referendo; “ (Mendes, Maria de Fátima Abrantes (2006) – *Lei Orgânica do Regime do Referendo. Actualizada, Anotada e Comentada*. Lisboa: CNE, p.10). Professora, parece-nos que com as declarações desta relevante jurista, vem-nos logo aqui à tona qualquer coisa ou seja o papel neste processo dos nossos representantes.

Neste contexto, talvez seja oportuno recordar que em Portugal, ao abrigo do nº 1 do artigo 15º – Requerimento – da Lei Orgânica nº 2/2003 de 22 de Agosto – a Lei dos Partidos Políticos – com as alterações introduzidas pela Lei orgânica nº 2 / 2008 de 14 de maio, bastam 7.500 assinaturas legalmente reconhecidas para oficialmente se formar um partido. Contudo, conforme prescrito no artigo 16º da LORR são necessárias 75. 000 subscrições de cidadãos devidamente recenseados no território nacional, para uma Petição – Iniciativa Legislativa Popular – tomar peso e obrigar a agenda política à sua discussão em plenário da AR e poder levá-la à realização de um referendo sobre determinada matéria em apreço . Por outras palavras, é mais difícil um cidadão participar diretamente no processo da tomada de decisão em Portugal, do que formar um partido político para poder, mesmo com alguns constrangimentos, integrar-se na atividade política o que também não implica participar diretamente.

Como é do nosso conhecimento, já anteriormente referido e citando André Freire, na história da democracia portuguesa realizaram-se timidamente três referendos a nível nacional e algumas iniciativas legislativas populares e entre estas últimas, lembramo-nos da Petição germinada em 2009 sobre o Acordo Ortográfico institucionalizado em 1990, um processo de participação direta popular mas enquadrado em diferentes normas jurídicas e legislativas que não nos permite aferir o abstencionismo mas sim, apenas os números e o nível de participação. Naturalmente, ao recolher-se um elevado número de assinaturas, a visibilidade da petição ganha outra dimensão e maior será a probabilidade do seu impacto nos meios de comunicação social, nos partidos políticos e nas suas elites dirigentes em especial, respeitantes às forças partidárias do arco do poder, no seio dos outros partidos também com representação parlamentar e, na própria sociedade em geral. Destaque-se para o facto do já o então deputado Feliciano Barreiras Duarte, ter tido um papel relevante neste processo. Para além de ter sido constituído Deputado Relator da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, numa entrevista concedida ao Diário de Notícias, Barreiras Duarte chamava a atenção para a responsabilidade na celeridade desmedida do executivo da altura sob a batuta de José Sócrates, pois as novas regras ortográficas careciam essencialmente da antecedência de

estudos cuja investigação, elaboração e reflexão, deveriam ser trabalhados por parte dos especialistas na matéria, com outra atenção. (...) "o Governo deveria promover e valorizar, ao longo de todo o processo de aplicação do acordo ortográfico, a colaboração e parecer da comunidade científica e demais sectores cujo conhecimento ou actividade são de inegável utilidade. (...) A reacção da comunidade científica e educativa (...) é preocupante e evidencia a falta de diálogo e a ausência de uma metodologia por parte do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura com vista à aplicação do Acordo Ortográfico. (Feliciano Barreiras Duarte, entrevista ao Diário de Notícias 26/04/09, acedido em www.dn.pt, consulta a 09/07/2015.)

Foi um acontecimento aludido na época pelo saudoso Vasco Graça Moura, como o triunfo da petição – A Petição nº 495/X/3ª, deu entrada então na AR a 08 de Maio de 2008 –. O debate parlamentar sobre o Acordo Ortográfico pela força desta petição, acaba por se realizar em 21 de maio de 2009, onde mais vez se destacava o deputado do PSD, Feliciano Barreiras Duarte que reafirmava: “ Estas petições, concordando-se ou não com elas, na totalidade ou só com algumas das suas partes, devem merecer elogio parlamentar positivo porquanto, ao abrigo do direito de petição consagrado constitucional e legalmente, vieram contribuir para o debate e para a chamada de atenção de uma matéria de relevante interesse público. Mesmo discordando-se de algumas ou de várias das suas intenções, nos seus peticionários encontramos homens e mulheres que têm prestado relevantes serviços a Portugal e aos portugueses, na política, na cultura, na economia e na sociedade, e que por isso mesmo devem merecer o nosso respeito. “ (Acedido em www.parlamento.pt, consulta a 10/07/15.) No dia deste debate em 21 de Maio de 2009, a Petição contava com 113. 206 assinaturas válidas e em Julho, no seguimento deste processo que não parou por aqui, reunia 121.000 subscritores. Tinha força jurídica e constitucional para ser baixada a referendo mas inexplicavelmente para muitos portugueses, isso não se concretizou.

- Professora, então no seu entender, quais as razões para que esta Petição, não se tenha traduzido numa consulta popular através de um referendo?

– Entrevistada –

- A resposta anterior está implícita nesta. Mais uma vez é prova de que não houve vontade política. Não houve vontade política porquê? Porque o Acordo Ortográfico, está muito para além do mero acordo, digamos assim, e, da vontade popular. Está inserido, nos jogos políticos de bastidores, em que aqui, neste caso, a CPLP e as questões internacionais que esta organização encerra, tomou a força que cada um dos países tem, relativamente a esse acordo. Nós sabemos que relativamente a este acordo, o país dominante era o Brasil. Portanto tudo isto tem a ver com interesses que ultrapassam de facto, aquilo que na minha opinião, e

aqui concordo com o deputado Feliciano Barreiras Duarte, deveria ter mesmo seguido o caminho lógico do referendo. Seria isso que fazia sentido, ainda por cima, cumprindo na íntegra, tudo aquilo que está estipulado em termos de legislação. Deste modo, o referendo deveria ter sido realizado. Não o foi porque punha em causa outros interesses que já estavam previamente determinados. De facto, os países com mais poder conseguem impor as suas regras fundamentais nos tratados, e é bom não esquecer que nessa altura o Brasil estava, digamos assim, no seu auge económico. Com peso relevante na economia da Comunidade (CPLP). Aquilo que na verdade aconteceu, como todos nós sabemos, foi uma imposição do Acordo, constituindo-nos como uma espécie de elo mais fraco do mesmo Acordo. Andaram com ele para a frente, acabaram por retificá-lo e continuamos nos dias de hoje com um género de impasse.

– Entrevistador –

- Professora Ângela, já abordámos um pouco isto mas continuamos a sublinhar que assiste-se hoje – e não apenas em Portugal, como na generalidade dos países da UE e EUA, cada um com as suas razões –, ao desmontar da mobilização cidadã, acentuado alheamento, letargia, indiferença e descrédito dos cidadãos portugueses na sua erodida democracia representativa, nas suas instituições nacionais e supranacionais, nos seus representantes, à desmobilização das populações para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania. Relembre-se que a abstenção nos EUA, faz parte do conceito e da dimensão que os norte americanos têm de liberdade, não deixando contudo de intervir e participar noutros contextos, muito para além de eleições, sabendo também nós que os EUA, vivem em constante ciclo eleitoral. Aqui em Portugal em que a maturidade política é fraca, quiçá um problema estrutural da própria sociedade portuguesa – já Eça de Queiroz nos dizia que até a burguesia se apoiava na sombra do chapéu do Estado, quanto mais o povo –, com um eleitorado talvez ainda não suficientemente maduro politicamente, a abstenção apoia-se particularmente nos cenários da indiferença e saturação dos cidadãos relativamente a assuntos políticos. Isto é naturalmente visível com os altos níveis de abstenção patentes nos atos eleitorais nacionais, confirmados, com os indicadores das últimas legislativas de 04 de Outubro de 2015, com 43,07%, números aliás, a baterem o recorde da abstenção neste tipo de eleições em Portugal, ou seja mais de 4 milhões de eleitores inscritos não votaram, números à volta de 300 mil votos caíram em partidos que não elegeram sequer um deputado e na ordem dos 200 mil votos ficaram em branco ou foram considerados nulos. Assim não será abusivo acrescentar que podemos considerar o voto em branco, como uma forma de participar ou legitimar o protesto. As eleições para o Parlamento Europeu, também não fogem a esta regra,

bem pelo contrário, acentua-se para cima, com valores médios superiores a 50%, a suscitar igualmente incertezas quanto à legitimidade da representação, e, acima de tudo, a provocar apreensão, face à desmobilização e desgaste das populações para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania.

Também muitos relevantes autores e pensadores acham até que este quadro da abstenção é positivo para a democracia, pois revela que as pessoas estão satisfeitas com o regime e o sistema político democrático. Com certeza que temos de tomar em conta que estas ideias também nos podem oferecer excelentes indicadores. Seja como for, naquelas três consultas referendárias supramencionadas, realizadas em Portugal, tal como também já aludido por Freire, o fenómeno abstencionista foi idêntico e os indicadores foram até superiores em relação às últimas legislativas. Recorda-se que nos referendos à despenalização do aborto em 28 de junho de 1998 e 11 de fevereiro de 2007 e no referendo sobre a Regionalização em 08 de novembro de 1998, registaram-se respetivamente 68,11 %, 56,43% e 51,88% de abstenção. É de salientar, tal como igualmente referido por André Freire, que o segundo referendo sobre a IVG, houve assinalável mobilização e participação da sociedade portuguesa, como não tinha havido no primeiro, e os números de facto traduzem-no. Mas a alta abstenção manteve-se.

Seja como for, referendo e petição são figurinos de peso em como o sistema democrático e político pode encontrar soluções para os seus problemas. São típicos mecanismos de democracia semidireta que poderão melhorar a qualidade e transparência do nosso Estado de Direito Democrático. Mesmo com o modelo traçado no atual desenho jurídico-constitucional, a limitar substancialmente a sua ação prática, eles continuam a ser dispositivos de exceção à disposição dos cidadãos. Na prática são os novos instrumentos que os sistemas políticos se socorrem, tendo em vista aprofundar a qualidade e o funcionamento da democracia e ainda, uma tentativa de corrigir o desprendimento, imobilismo e o mitigado papel dos cidadãos no desenrolar e dinamismo da vida democrática.

A tomada de posição de uma boa parte da classe política portuguesa e acima de tudo da sua elite dirigente, ainda hoje, apresentam-nos algumas linhas de força, no sentido de não se diminuir e chameuscar o direito de petição para referendo, considerando que ele é obrigado a ter critério político e jurídico ou seja, o seu uso não é para qualquer matéria, nomeadamente para a discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado e outros de relevante interesse nacional, como foi o caso da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, onde era impensável para a elite política portuguesa da época, submeter este processo à decisão direta dos portugueses.

Professora Ângela, neste quadro, como compreende os mecanismos de democracia semidireta em Portugal, postos à disposição dos cidadãos nacionais? Acha que eles são dentro da democracia representativa, nos termos da Constituição e da Lei, instrumentos de democracia participativa fora da lógica partidária, ou, acima de tudo, podem existir como ferramentas jurídicas de instrumentalização político – partidária, e como tal, estão sob o monopólio do Poder Político em Portugal ou seja, acha que transparece neste processo, um receio dos partidos políticos, principalmente os do arco da governação – PS e PSD – e daqueles com assento parlamentar, de perda do seu espaço como atores principais e influentes na sociedade portuguesa e no peso do sistema político e institucional do País e por consequência existir aqui, a necessidade do poder político refrear a participação ativa dos cidadãos no processo da tomada de decisões políticas públicas?

– Entrevistado –

- A minha resposta é sim relativamente às duas hipóteses que colocou no início desta pergunta. Os instrumentos existem, estão lá, a questão é, quando nos são disponibilizados e quando é permitido por parte do poder político ou seja quando é que há interesse deste mesmo poder político, que eles tenham impacto concreto nas decisões. Eu voltava um bocadinho ao início da entrevista para voltar a falar da nossa falta de cultura política, porque isso é na verdade um problema e um entrave. Não nos devemos esquecer o que tanto Marcelo como Salazar consideravam mesmo ao contrário de outros povos como era o caso do inglês, portador de cultura política democrática, Portugal não tinha esse espírito. Portanto, o nosso País, não tinha essas capacidades, o povo português não era aberto e virado para a democracia e questões políticas. Deste modo, a democracia teria de ter uma outra forma de ser governável. De facto era essa a conceção, por mais ridícula que ela nos pareça. Era esta a conceção que o Estado Novo tinha relativamente dos portugueses. Nós somos ainda filhos e netos desses portugueses, continuamos a ser um pouco herdeiros dessa cultura do desinteresse político. Nós estamos a falar aqui de um tema tão importante como é este da participação dos cidadãos, não da representação porque este tema na generalidade é mais fácil de lidar e falar pois já sabemos da existência dos ciclos eleitorais de quatro em quatro anos ou de cinco em cinco anos. Praticamente a representação resume-se a isto. Votamos, vamos para casa, vemos os resultados na televisão e não fazemos mais nada. Estão lá os nossos representantes que tomam todas as decisões por nós. O que é um facto é que se nós olharmos do lado desses mesmos nossos representantes, aquilo que eu penso que é também o seu papel, é dizerem de viva voz que “somos nós que representamos o povo português! Foi o povo português que nos elegeu e como tal soberanamente, nós estamos aqui com todas as nossas forças, escolhidos,

legitimados por ele. Temos toda a legitimidade para tomar as decisões que nos parecem mais relevantes . Aquilo que o poder político, as suas elites dirigentes pensam é que na realidade existem determinadas matérias – e de acordo com aquilo que é o texto do seu pensamento – que não é possível estar permanentemente a referendar. Portanto somos nós como voz desse povo que nos elegeu, que legitimamente tomamos as decisões. E o que é facto é que em termos de legislação, estando previsto todos os instrumentos que estão disponíveis para essa mesma participação ativa dos cidadãos, eles no Portugal democrático, apenas pontualmente são chamados a participar. Como disse, só três vezes os portugueses foram convidados a referendar, a pronunciarem-se em consultas populares referendárias. Após o 25 de Abril, só foram realizados três referendos a chamar os portugueses a pronunciarem-se sobre alguma coisa, neste caso, temas até bastante fraturantes e que foram na verdade, instrumentalizados pelos partidos e respetiva elite dirigente. Também não sei se poderemos dizer que existe só falta de vontade política. Falta também, enquadramento daquilo que é a situação política, ligada a essa falta, também, de vontade de participação por parte dos cidadãos. Como lhe disse, estamos na verdade a falar aqui de um tema extremamente importante para a Ciência Política e às vezes esquecemos que plasmada na abstenção presenciada em cada agenda eleitoral, está essa falta de vontade política.

Segundo Tópico: As Eleições Primárias no Partido Socialista realizadas em 28 de Setembro de 2014

– Entrevistador –

- O proeminente cientista político holandês Arend Lijphart na obra " *As Democracias Contemporâneas. Trajectos*. " (1989), produz uma importante análise comparativa de vinte e cinco regimes democráticos. Ele examina e desconstrói a conjuntura dos referendos como complementaridade das democracias representativas. Para Lijphart, os mecanismos de democracia direta empregues nas democracias representativas, são vistas sibilinamente pelas elites políticas dirigentes – e Portugal pode ser um flagrante exemplo disso –, ainda como elementos estranhos e perigosos para o regular funcionamento dos sistemas democráticos mas para o autor , não é de modo nenhum descabido que a intercalação destes meios, possa reforçar o peso da representatividade democrática, dando-lhe nomeadamente qualidade e clareza. O autor vai mais longe e fundamenta que as Primárias conjuntamente com Presidencialismo, Destituição, Referendo e Iniciativa, são atualmente os quatro elementos básicos da democracia direta.

No Posfácio do livro de Miguel Coelho “ *Os Partidos Políticos e o recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal – O caso do PS e do PSD.*”, – publicado em 2014, um trabalho à volta da confirmação na atualidade da Lei de Ferro dos partidos políticos preconizado nos alvares do século XX, pela tese como a professora sabe, formulada por Robert Michels, acerca dos partidos de massas e que apesar de não abordar diretamente a problemática proposta nesta dissertação a apresentar, descreve-nos um oportuno estudo da vida interna dos dois partidos em alternância no arco do poder em Portugal ou seja PS e PSD, destacando-se a inclinação para a fixação oligárquica das suas elites dirigentes, o atual Secretário-Geral do PS e atual Primeiro Ministro, o Dr. António Costa lembra-nos com oportunidade: “ Hoje, o grande desafio que se coloca aos partidos políticos é a sua capacidade para estarem abertos à participação cidadã que vá além da militância tradicional, em plataformas cada vez mais interactivas, pontuais ou permanentes, temáticas ou gerais, locais ou nacionais. Acho que a ideia de participação política através dos partidos se estende muito para além dos militantes. O reconhecimento da figura do “ simpatizante “ ou até, apenas e só, do “ eleitor “ do partido pode ser um passo importante nesse sentido “ (Coelho, 2014: 27) .

- Professora Ângela, como sabe, foi sobre a vigência de António José Seguro, na altura em funções como Secretário - Geral do Partido Socialista, que se criou e avançou para o processo das eleições primárias neste Partido do Arco do poder em Portugal, um atípico ato eleitoral na história dos partidos políticos e da democracia portuguesa, uma inovação na organização da vida partidária do nosso País. Apesar de ter saído derrotado neste tipo de consulta referendária, o Dr. António José Seguro poderá ter ficado para história, pois foi sob a sua égide, responsabilidade e orientação, que este tipo de sufrágio entrou diretamente no espaço político do nosso Estado Democrático de Direitos, Liberdades e Garantias.

Eleições Primárias abertas a militantes e simpatizantes do PS, a funcionar como um instrumento de seleção com a finalidade de designar o candidato do PS a primeiro-ministro, registadas com excelentes indicadores na adesão significativa que mobilizou inicialmente a inscrição de 248.573 eleitores – 98.657 militantes e 149.916 simpatizantes – e contou com expressiva participação neste ato eleitoral, *sui generis* no país, com 70,31% dos eleitores inscritos – 174.770 deste universo eleitoral – com uma taxa de abstenção inferior a 30%, acontecimento apenas equiparável em termos de percentagem, às legislativas de 1987. Consequentemente, uma taxa de participação assaz positiva tendo em conta os habituais padrões de envolvimento eleitoral e de cidadania ativa dos portugueses. Mas neste contexto não é estranho poderem existir até alguns relevantes autores e pensadores a referir o contraditório ventilando-nos que por exemplo, as eleições de um clube como o Sport Lisboa e

Benfica consegue reunir mais gente no ato eleitoral, especialmente quando existem dois ou mais candidatos, do que propriamente estas atípicas eleições realizadas no PS. Mas quer se queira quer não, o envolvimento e contexto político destas eleições em Portugal, têm em sede própria, de serem estudados em Ciência Política.

Relembre-se que, em 05 de Março de 2016, os militantes do PSD foram às urnas, reelegendo, o Dr. Pedro Passos Coelho para a direção do Partido, com uns significativos 95% dos votos. Uma direção e uma liderança escolhidas, através de umas eleições diretas onde apenas votam os militantes. A nova direção do PSD liderada por Pedro Passos Coelho foi posteriormente confirmada no Congresso dos sociais-democratas, realizado em Espinho entre 01 e 03 de Abril últimos. A novidade das eleições diretas do PSD foi como se sabe, trazida à luz do dia por Marques Mendes, líder do Partido entre os anos de 2006 e 2007. Esta alteração regulamentar de monta, foi aprovada em congresso estatutário, provocou clivagens internas pois atirou para um papel secundário, os tradicionais, históricos e disputados congressos sociais-democratas, onde por exemplo se ficou a dever no célebre Congresso da Figueira da Foz realizado em 17, 18 e 19 de maio de 1985, a eleição, com notável fator surpresa, de um, até àquelas datas, conhecido militante mas improvável novo líder do Partido, que na véspera, até disse à esposa que ia aproveitar a viagem até aquele local, a fim de fazer a rodagem de um carro adquirido com a troca do antigo, pensando inclusive regressar no segundo dia, após uma provável curta intervenção nesse congresso: Cavaco Silva. Este senhor veio depois a ser primeiro-ministro e Presidente da República. Neste contexto, o inconformado Nuno Morais Sarmiento foi ao ponto de vir a terreiro fundamentar “ que a eleição do líder do partido em congresso faz parte da matriz fundadora do PSD “, acusando a direção “ de matar o último elemento que nos liga à matriz original do PSD. “ (Ricardo Rego – *Passos . Candidato até quando ?* In *Jornal I*, número 2128,

de 07/03/16, pp.6-7.) Também a JSD avançou neste último Congresso, com uma moção – ao que tudo indica, terá ficado por enquanto na gaveta e a aguardar uma melhor oportunidade, mesmo sendo um tema relevante, polémico, fraturante mas acima de tudo que dinamiza o debate interno da vida partidária –, a defender eleições primárias, similares às realizadas pelo PS ou seja, abertas a militantes e a simpatizantes. Parece que fica demonstrado que por vezes, a juventude tens anseios em mexer nisto. Igualmente alguns subscritores de peso do CDS-PP, nomeadamente os ex-secretários de Estado, Adolfo Mesquita Nunes e João Almeida que sem renunciarem às linhas ideológicas da democracia cristã, albergando no seu seio segmentos conservadores e liberais, veem reafirmar a ideia de um partido mais aberto e com um nível superior de participação, integrando nestas reflexões, a possibilidade daquele tipo de eleições para o seu Partido de quadros. Estas propostas foram formalmente apresentadas no 26º

Congresso do CDS-PP – que consagrou Assunção Cristas como nova líder substituindo Paulo Portas –, realizado no pavilhão Multiusos em Gondomar, nos dias 12 e 13 de Março últimos através da moção “Fazer melhor “. (Expresso, 27 de Fevereiro de 2016, p.15) . Provavelmente por aquilo que sabemos, vai também ainda ter que esperar.

- Professora, acha que com aquelas eleições primárias realizadas no Partido Socialista, principal adversário político do PSD, estaremos mesmo perante o emergir de uma inovadora expressão partidária com consequências relevantes para o exercício de cidadania em Portugal e que também pode eventualmente tomar forma noutros partidos, nomeadamente os que têm assento parlamentar? O que acha a professora desta experiência participativa de expressão partidária

– Entrevistado –

- No meu entender esta experiência valeu o que valeu. Assistiu-se a uma maior abertura no sentido de dar voz aos simpatizantes que não a tinham e isso é relevante porque vai no sentido daquilo que temos estado aqui a falar nesta entrevista e que é a de maior participação dos cidadãos. Uma participação direta, mas não sei se terá grande relevância em termos práticos ou seja, penso que pode mostrar uma abertura, mas uma abertura, digamos assim, quase cosmética. É muito relevante a posição relativamente a isso do Partido Comunista, um partido muito mais fiel aquilo que é o seu enquadramento, como um partido na senda daquilo que se pode designar, um partido organizado. O Partido Comunista é estruturalmente o partido em Portugal mais bem organizado internamente dentro do nosso espectro político. Isto tem raízes, foi sempre por sua natureza, um partido mais fechado no sentido dessa mesma organização interna e por consequência mais centralizado. Esta abertura, pelo menos aparente abertura que parece acontecer agora no CDS-PP e também no PSD, na senda daquilo que foram as Primárias no Partido Socialista, não deixa de ser relevante naquilo que é o espelho da vontade desses mesmos partidos, de abertura para o exterior. Mas mesmo assim, não creio que pelo menos num futuro imediato isso venha a ter relevância substantiva.

– Entrevistador –

- Professor Ângela, gostava ainda de lhe pedir um parecer sobre uma derradeira questão associada à anterior, indo ao encontro daquilo que acabou de nos dizer. Qual a sua opinião acerca da possibilidade de, se por um lado, as Primárias realizadas no seio do Partido Socialista em 28 de Setembro de 2014, poderem alargar o leque à participação direta dos cidadãos, nomeadamente aos simpatizantes para além dos militantes, para elegerem um líder que sai reforçado com dupla legitimidade – do próprio partido e da sociedade portuguesa – e ainda acrescentarem oportunidades de estreitarem o topo e as bases da hierarquia do Partido,

por outro, facilitarem o papel da instrumentalização partidária e de um protagonismo respaldado na fulanização do poder na pessoa do seu Secretário-geral ou seja, abre-se caminho para a personalização do partido, perdendo-se desta maneira o dinamismo do debate interno, direcionando a vida partidária no caminho de tornar-se menos ativa, motivante e mais fragilizada, confrontando-se então aqui duas faces da mesma moeda, a poderem até sugerir que afinal, com estes instrumentos não é tão linear a realidade do alargamento da democraticidade na vida interna dos partidos políticos em Portugal, especialmente aqueles com assento parlamentar na AR? Qual então a sua opinião sobre o enquadramento desta dualidade de critérios?

– Entrevistado –

- Em termos de personalização do líder, é um facto, é inevitável. Não penso que sobre isso possa haver grande discussão. Aliás o atual primeiro-ministro (Dr. António Costa) é um excelente exemplo disso mesmo. Foi a sua personalidade, o seu carisma, a sua vontade, que levou a esta reorganização política decorrente das últimas eleições legislativas. É de facto o melhor exemplo dessa mesma personificação. Em cada momento, em cada partido político, mesmo nos partidos de esquerda em que historicamente tem a ideia de coletivo e da coletividade que determina o futuro de cada um desses partidos, é difícil que não haja uma personificação centrada no presidente, no caso dos partidos à direita ou do secretário-geral, no caso dos partidos à esquerda. Sobretudo com esta abertura de participação, penso que se irá acentuar como disse, essa personificação do partido e do poder, quase havendo uma inversão no fundo daquilo que pretendia. Em vez de abrir, acaba por concentrar na figura do líder essa importância que assume um papel ainda mais relevante.

– Entrevistador –

- Professora, Doutora Ângela Montalvão Machado, sei que já lhe tomei algum tempo a mais, mas muito obrigado então por este seu depoimento pois ele irá certamente acrescentar qualidade ao produto final desta dissertação. A presente entrevista registada em gravador de voz digital será posteriormente tratada e transposta para a norma escrita. De seguida apresentar-se-á na íntegra à entrevistada, para proceder às alterações que por si considere como relevantes ou pertinentes ou que entenda como necessárias e vitais ao esclarecimento do conhecimento e finalmente, depois desta revisão, autorizar o seu destino para que final e formalmente figure como Apêndice a esta dissertação de Mestrado em Ciência Política. Professora mais uma vez, muito obrigado.

– Entrevistada –

- Foi com todo o gosto e mais uma vez, felicito-o pela escolha que fez do tema da sua dissertação. Desejo-lhe os maiores sucessos de um excelente trabalho. Muito obrigado.

Autoriza que esta entrevista, concedida a António Carlos Dietrich Lopes, seja incluída como
Apêndice ao seu trabalho de Dissertação de Mestrado.

Lisboa, 14 de julho de 2016

Assinatura - 

APÊNDICE 6

Entrevista Semi-Estruturada ao Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, Dr. André Nunes de Almeida Couto

– Entrevistador –

- Conforme previsto e acordado com o entrevistado, esta entrevista do tipo semi-estruturada, constituída por dois tópicos, efetuada no dia 201100ABR16 (Quarta -Feira) ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, Dr. André Nunes de Almeida Couto, será reproduzida, depois da sua autorização, em Apêndice como parte integrante da Dissertação de Mestrado em Ciência Política “ A Democracia semidireta em Portugal – condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português – . “, conferida pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/UL).

A temática correlata ao título supracitado está articulada a um projeto de investigação cuja linha denomina-se Política e Governação enquadrando-se na área científica deste curso: Regimes Políticos e Processo Democrático.

Para além de ser o atual Presidente da Junta Freguesia de Campolide, o Dr. André Couto, licenciado em Direito é igualmente deputado municipal, fazendo parte da direção de bancada do PS. Inerente a este cargo, é membro da 3ª e 4ª Comissões permanentes. Integra a Comissão Política da Concelhia de Lisboa do seu Partido, assumindo igualmente aqui, responsabilidades como coordenador da Secção de Águas Livres. Tendo nascido a 29 de Março de 1982, não será despropositado, referirmos que estamos por isso perante um político da nova geração.

- Dr. André Couto, sendo um informador privilegiado, observador e participante direto no ato de desenvolvimento prático do processo político em curso, nomeadamente quanto à tomada de decisão no Poder Local, agradeço desde já a oportunidade e a disponibilidade demonstradas para a concessão desta entrevista, no intuito de ela fazer parte integrante da produção relativa à dissertação supramencionada. Estamos certos e convictos que ela representará um certificado de garantia qualitativa, relativamente à fiabilidade deste trabalho no que concerne à temática e problemática propostas.

Primeiro Tópico: A conjugação em Portugal da Democracia semidireta com a atual (erodida) democracia representativa

– Entrevistador –

- Dr. André Couto, no objetivo geral deste estudo ou seja o primeiro, o mais abrangente, pretende-se analisar a possibilidade dos mecanismos de democracia semidireta ao dispor do

cidadão nacional e consagrados na sua Lei Fundamental, a Constituição da República Portuguesa (CRP), de terem condições para se firmarem no sistema político português, de modo que combinados com a (legítima) democracia representativa possam ser elementos de peso ou indicativos, na renovação do seu figurino, sujeita como na generalidade dos países da UE, à erosão e a acérrimas críticas de várias correntes de pensamento, em especial aquelas que tocam nas dúvidas quanto à força da sua legitimidade, face à conhecida realidade das elevadas taxas de abstenção patentes nos diversos atos eleitorais. Na realidade, enquadrámos o nosso estudo numa conceção de que a democracia participativa é um mecanismo de apoio, auscultação, correção e inclusivo, da democracia representativa a englobar naturalmente instrumentos de democracia direta, nomeadamente a Iniciativa Legislativa Popular e o Referendo, dando-se então a esta conjugação, o nome de democracia semidireta. Ao mesmo tempo tentaremos desmontar o mito de que a democracia semidireta pode ser por si só, um fator de peso motivacional para a participação cidadã nas democracias representativas e no processo de tomada de decisão.

Senhor Presidente, em 4 e 5 de Março de 2015 – quarta e quinta-feira –, com urnas abertas entre as 14 e as 22 horas, realizou-se um mini referendo local, mais propriamente uma consulta popular aos residentes de uma determinada zona da freguesia de Campolide, sobre a requalificação do pavimento dos passeios nas ruas de Campolide. De um universo eleitoral de 15.000 cidadãos, votaram 349 e destes, 61,5% decidiram-se pelo piso liso ou contínuo em substituição da calçada tradicional – 38,5% decidiu-se pela tradição –. Foi um processo tornado vinculativo, com apoios, reações positivas mas também críticas, algumas delas bastante acesas e acérrimas. Falamos daquelas que vieram do Fórum Cidadania Lisboa. Este movimento foi ao ponto de o considerar ilegal, tendo inclusive, segundo as informações que temos, enviado uma queixa ao Tribunal Constitucional, à Provedoria da Justiça e à Comissão Nacional de Eleições, tendo em vista invalidar este ato eleitoral. Entretanto, e já no rescaldo imediato deste acontecimento de consulta popular local, o senhor Presidente, numa entrevista ao Diário de Notícias de 07 de Março de 2015, rebatendo aquelas interpretações negativas acerca desta consulta popular local – com duas perguntas para a opção de uma: qual a sua preferência de tipo de pavimento a colocar nas ruas da Freguesia que a Junta de Freguesia de Campolide vier a intervencionar? a) Calçada, tradicional, à semelhança do que já existe; b) Outro tipo de pavimento contínuo, mais moderno e seguro”. –, defendia que as ações levadas a cabo por aquele movimento, não tinham “qualquer tipo de fundamento”. E sobre a aludida fraca participação, o senhor Presidente assumia o facto de ter havido no conjunto desta chamada referendária à população da freguesia “um erro de comunicação” pelo facto de ela

ser apenas dirigida aos moradores da zona antiga de Campolide e não ao universo dos eleitores recenseados desta freguesia. E explicava-nos ainda: " É onde a calçada está mais desgastada, onde há muita inclinação. Em muitas zonas de Campolide nem sequer há calçada". No Público realçava-nos esta particularidade: “uma questão muito específica da zona antiga” (...). “Era uma questão muito localizada”, e perante este facto “a participação foi muito razoável”. (Público 06 de Março de 2015)

Neste mesmo jornal mas de 03 de Março de 2015, “ Já em 2012, a Junta tinha promovido um outro idêntico processo participativo, através do qual os moradores puderam escolher que destino dar a um terreno baldio na Avenida Miguel Torga. Entre um jardim e um parque de estacionamento, 67% dos votantes optou pelo primeiro “. O senhor sobre este processo referendário, disse até que “passados nove meses” o jardim já era uma realidade. (Público 03 de Março de 2015)

- Dr. André Couto, perante estas experiências realizadas nesta autarquia de apelo à participação dos seus cidadãos no processo de tomada de decisão local, como autarca e responsável máximo pelo executivo desta freguesia da nossa edilidade, a cidade de Lisboa, a capital do País, como inevitável observador da vida política local, regional, nacional e internacional, vivendo nós hoje naquilo que proeminentes pensadores denominam de Aldeia Global , e, sabendo-se que é ainda no palco das Assembleias de Junta de Freguesia, onde se manifesta e destaca o cenário da participação direta dos cidadãos no processo da tomada de decisão da autarquia, Senhor Presidente, face ao que antecede, lançava-lhe então uma primeira pergunta, relativamente a este primeiro tópico. Na sua conceção, quais são os porquês (que causas, motivos, ou razões que assistem para a...) da falta de consolidação dos mecanismos de Democracia semidireta no sistema político português?

– Entrevistado –

- Acima de tudo temos que fazer um diagnóstico que está por detrás deste problema e de qualquer raciocínio que se queira fazer nesta área. Vivemos hoje em dia um período de crise da qualidade democracia. Tem sido transversal nos processos judiciais que têm sido levantados contra alguns protagonistas políticos. Há crise no espectro partidário, e crise na própria justiça que deveria ser a aura onde as pessoas pudessem confiar e nos últimos anos e particularmente nos últimos meses isso tem sido particularmente notório. Portanto para além das questões políticas que vão desgastando a democracia temos depois ainda a agravar, a crise da justiça. Generalizou-se no seio da sociedade portuguesa dizer-se depois que os políticos são todos iguais, e essa extensão está a chegar perigosamente também ao poder judicial. As pessoas ao longo destes anos de democracia, como sabe, foram participando cada vez menos

nos atos eleitorais. Se analisar a participação nas eleições legislativas e compararmos com as outras, verificamos que acontece a mesma coisa nas Presidenciais, Autárquicas e ainda com maior percentagem nas Europeias. Aquilo que nós pensámos, e isso aconteceu já em 2012 com a primeira consulta popular local que realizámos, foi criarmos mecanismos e iniciarmos experiências que invertissem esta crise da democracia. Explicar às pessoas que efetivamente a sua participação democrática é importante. Era o tempo em que estávamos numa fase de ser comum no discurso da sociedade afirmar-se que tínhamos dois ex primeiros-ministros que ganharam eleições e fizeram exatamente o contrário daquilo que tinham prometido em campanhas eleitorais. Falo primeiro na eleição e último governo de José Sócrates, logo seguido do de Pedro Passos Coelho – respetivamente os XVII, XVIII e XIX Governos Constitucionais –. Candidataram-se com programas eleitorais e depois por um motivo ou por outro, obrigados ou não, isso não interessa, a verdade é que falharam gravemente ao não concretizarem projetos e realização de programas prometidos aos cidadãos. Deste modo, era importante da nossa parte dizermos às pessoas que era relevante a sua participação em democracia e o seu voto traria consequências diretas e benéficas para elas. Começamos então com a tal primeira pequena experiência em 2012, na Avenida Miguel Torga, num terreno abandonado e tinha havido um abaixo-assinado da população bastante expressivo para que se fizesse alguma coisa de útil naquela zona. O abaixo-assinado aliás continua a ser curiosamente um mecanismo que população emprega com efeito algo mobilizante muito para além da influência dos partidos políticos, apesar de haver alguns abaixo-assinados que têm a sua origem. No caso deste abaixo-assinado, tenho quase a certeza absoluta que não houve nenhum partido político por trás. Pediram-nos a intervenção para aquele terreno que aliás e convém recordá-lo, tinha alguns graves problemas, nomeadamente de higiene, consumo de drogas, segurança e uma zona onde frequentemente se desenrolavam atividades de prostituição de vária ordem. Com este tipo de práticas era emergente resolver e dar resposta a este conjunto de problemas. Começamos com o parque de estacionamento pois temos falta de estacionamentos naquela zona da freguesia, e isso era o que na generalidade as pessoas dali queriam e por fim até acabámos por satisfazer outros dos seus desejos que era também a construção de um jardim com parque infantil, pois tivemos em atenção ser esta, uma zona relativamente jovem da freguesia. Conseguimos assim alcançar estes dois nossos objetivos. Nós na altura, mesmo aqui dentro do executivo estávamos num impasse, as ideias estavam empatadas e não conseguíamos tomar uma decisão prática. Ora bem se as pessoas estavam a aderir e abertas a isso teriam de ser chamadas a participar e dar-lhes esse poder de decisão. Fizemos um primeiro debate, esclarecemos as pessoas sobre quais as ideias que nós tínhamos,

deixámos comunicados nas caixas do correio, convocámo-las para dois dias ao final da tarde votarem em determinado sítio daquele espaço, pedimos aos condomínios dos respetivos prédios que nos dessem uma lista – um processo informal – dos moradores das correspondentes frações. Queríamos dar a essas pessoas o direito deste tipo de voto. Agora não tenho aqui as estatísticas disso mas se precisar delas eu mais tarde posso fazer-lhe chegar. Mas na realidade, acabaram por decidir, cerca de dois terços a favor do parque, e um terço, pelo jardim infantil. O Presidente da Câmara, na altura, o Dr. António Costa, gostou muito desta nossa ideia. Deu-a como exemplo, em várias intervenções que foi fazendo por vários locais e entretanto acabamos por descobrir um outro terreno antigo da Câmara, muito próximo deste da Avenida Miguel Torga, e daí conseguirmos concretizar o parque de estacionamento e um jardim impecável, hoje muito utilizado pelas pessoas. Concretizámos assim 2 projetos que trazem bastantes benefícios para aquela população. Nesta primeira intervenção conseguimos concretizar o prazo da obra. E nesta consulta popular local, estive presente no local da sua realização e durante todo o tempo em que as urnas estiveram abertas. Agradei a presença dos cidadãos neste ato e fiz questão de trocar impressões com eles tendo em vista saber o que elas achavam sobre tudo isto ou seja da experiência de participarem neste processo de tomada de decisão. De facto o que as pessoas mais diziam, era que gostaram da inovação, da novidade deste modo de participação, gostaram de poder decidir e que nós tivéssemos dito que aquele era um espaço delas, era o chão, o território onde elas metiam o pé quando saíam de casa, e que teriam de ser elas a gerir e a decidir sobre aquele espaço nas próximas décadas, pois estes espaços camarários podem ter concessões de 30, 40 anos e às vezes até elas morrerem. Portanto fazia todo o sentido que fossem elas as responsáveis por esta deliberação e não aqueles tipos que vão às juntas de freguesia sentar-se lá 3 ou 4 vezes por ano. Como tal os cidadãos gostaram de terem sido eles os encarregados desta resolução, gostaram da delegação da decisão. Sentiram igualmente ter confiança em nós por termos cumprido a palavra e isso dá-nos o incentivo da justa recompensa de boa reputação. Nós temos aqui na comunidade, o reconhecimento do cumprimento das promessas que vamos fazendo e prestamos contas disso. Sentiram que este voto teria mais consequência que outros votos em que já sabem à partida que se vão traduzir no contrário do prometido e aqui, acharam que o seu voto teria uma consequência imediata e positiva. Daí também o nosso cuidado de resolver urgentemente com a Câmara, um prazo razoável para o começo das obras. Elas começaram, finalizaram, realizaram o objectivo da população, estava ali o resultado final e isto foi também a melhor maneira de agradecer à nossa comunidade a dinâmica da sua participação. Recebemos muito *feed back* com o evoluir deste processo. Eu dei aos cidadãos

os meus contactos e vi perfeitamente isso quer no meu email, quer no meu telemóvel. Muita gente escrevia-me a dizer, como gostaram deste processo participativo, porque tomaram consciência que o seu voto iria ter sequência e caminharia ao encontro das suas aspirações, ao contrário de outras votações.

Fazendo um paralelismo, esta primeira consulta popular local o foi mais pacífica que o de 2015 sobre a calçada, esta bem mais complicada. Eu já sabia que estava provavelmente a comprar aqui uma guerra com algumas consequências. Eu fui daqueles que senti que isto não ia correr tudo bem, mas enfim sabíamos também que as pedras da calçada geram muita controvérsia. Eu acho que a questão das calçadas em Lisboa, é mais ou menos como nos diz a Ciência Política que sempre que se tenta fazer um debate, ficamos em nada. Sou um republicano assumido, super convicto e durante muitos anos – agora não tanto por causa deste trabalho – quando era mais novo era assíduo e já assumia este espírito e as minhas convicções. Lembro-me de haver uma altura, aí durante duas semanas, nós os republicanos a defender a República, a escrever todos os dias contra a Monarquia e em que éramos apenas três ou quatro. Tenho a certeza que se fizéssemos hoje referendo sobre um e outro sistema, as pessoas escolheriam francamente a República e não queriam a Monarquia. Mas é preciso ter em atenção que os monárquicos mobilizam-se com muita facilidade. Estão bem organizados, e existindo ainda associações de republicanos, percebe-se que estes ainda hoje não se mobilizam com tanta facilidade. Isto é um pouco como a questão da pedra da calçada. Os defensores da calçada com algum tipo de tradição mobilizam-se com muito mais facilidade, e aqueles que têm uma visão moderna e diferente para a sociedade, encontram-se mais dispersos. Portanto estes atos podem dar neste tipo de problemas. Eu quando lancei esta consulta popular local, mesmo sabendo que iria ter espinhos para mim, foi até certo ponto propositado, porque eu acho que era importante e ainda mais oportuno, lançar-se este debate na sociedade. E de facto é uma coisa da qual eu pessoalmente me orgulho muito: ter-se lançado esse debate na sociedade e hoje cada vez mais vejo em vários espaços da cidade de Lisboa o debate sobre as medidas e o pavimento das suas ruas e calçadas. Também temos o problema da existência de materiais. As ruas são largas, algumas têm 3 metros, outras um metro e meio. Mas desde que pelo menos as ruas tenham um metro e meio de largura, que felizmente a maioria das ruas de Lisboa tem, dá perfeitamente para fazer uma zona de coexistência ou seja um pavimento mais tradicional conjugado com betão branco associados com outros pormenores técnicos e uma zona de calçada que se mantêm junto aos edifícios, mais moderna, como aliás foi feito na freguesia onde mora, Alcântara, presidida pelo meu colega Davide Amado. Foi essa a solução que nós ajudamos a construir, aplicada igualmente

aqui em Campolide. Através da solução do betão branco, o chão não perde luminosidade. Muitos críticos apontavam o facto de o betão ser por natureza escuro e por isso perdia-se a luz. Não perde a luz tal como em muitas cidades europeias, porque continuamos a ter pavimentos brancos, e foi importante lançar isto porquê ? Porque, nós tivemos um problema fulcral. Quem está no poder local, tem esta vantagem que é estar junto das pessoas. As pessoas aonde vão querem respostas imediatas aos seus problemas e não é na Câmara Municipal, não é na Secretaria de Estado ou em algum Ministério nem diretamente a nenhum órgão governamental, que elas as recebem e quando têm algum problema o primeiro local onde geralmente se dirigem é à Junta de Freguesia. Estão próximas umas das outras, conhecem-se, falam no café, no supermercado e sabem quem é o Presidente pois falam com ele diretamente nesses locais. Não é raro acontecer virem-me pedir para falar um bocadinho comigo.

Daí ter sido realizado uma consulta popular local a uma zona antiga da Freguesia de Campolide, algo inclinada e muito desgastada. Com carros estacionados em cima do passeio nós tínhamos dois fenómenos: primeiro, as pessoas circulam mais na estrada, em cima do alcatrão do que no passeio. Basta haver ruas mais inclinadas para haver ainda mais riscos e basta estar em cima da rua com uma câmara a filmar para vermos isso. Lanço-lhe esse desafio e vai ver que por causa dos automóveis estacionados nos passeios, são muito mais vezes as pessoas que andam no alcatrão da estrada do que nos passeios. Isto acontece em muitos sítios. Mesmo a pouca faixa do passeio que sobra, as pessoas escorregam muito, acima de tudo quando chove, houver humidade e apanharem passeios de maior inclinação. Depois nós temos uma população nestas zonas, muito envelhecida, aliás um problema não apenas de Campolide mas de toda a cidade. Quando caem e partem por exemplo uma perna, pés, uma bacia ou um braço, nunca mais recuperam a qualidade de vida que tinham antes. Mesmo os mais jovens quando partem uma perna às vezes estão cinco anos para recuperarem a ter uma vida normal, agora imagine-se pessoas idosas, a morarem sozinhas...isto é um inferno. Uma pessoa com 95 anos a viver sozinha, em que o filho só aparece ao domingo ou de 15 em 15 dias, vive num sufoco, só de pensar que mora num 2º ou 3º andar sem elevador. As pessoas vão para o hospital, ficam lá 2 ou 3 dias, voltam para casa, ficam meio curadas e não conseguem sair de lá. Isto são dramas, que quem está aqui vê. Nós recebemos relatos quase dia sim dia não, de pessoas que têm acidentes daqueles. Pessoas de 70, 80, 90 anos, e o Presidente da Freguesia não consegue ficar quieto perante estes problemas. Portanto nós quisemos lançar para a população em geral que vive neste território, este desafio de participação. Dar-lhes essa oportunidade. Chamar as pessoas que vivem nestes locais a pronunciarem-se. Efetivamente,

aquilo que aconteceu é que nós chamámos as pessoas que vivem nestes sítios a pronunciarem-se e a dizerem da sua justiça sobre problemas que as afeta diretamente. Depois foram os resultados que se viram. De 15.000, participaram 349? Não, o problema aqui é que nós não chamámos 15.000 pessoas a votar. Isto é importante que se diga. Na zona antiga de Campolide vivem 4.000 eleitores, logo nós aqui temos uma participação de cerca de 10% destes 4.000 eleitores. É muito pouco, deveria ser mais? Claro que sim. A participação quer-se sempre superior, agora há aqui fatores que nós não podemos esquecer. Primeiro, esta é uma consulta popular local que não tem uma campanha nacional, e isso é refletido nos jornais, na TV e na generalidade da outra comunicação social. Só começou a haver algum barulho, quando esses movimentos mais tradicionalistas como o Fórum Cidadania que sabiam da realização desta consulta popular local, mas só se pronunciaram depois de saberem o resultado. Porque é assim: havia um regulamento que nós aprovámos, e que regulava todo este procedimento, e era perfeitamente legítimo eles poderem vir aqui apresentar reclamações, tentar impugnar o ato, chamar a polícia ou registar alguma anomalia acontecida durante o ato eleitoral. Não, não houve nada disso. É de salientar que não houve também um voto nulo. Houve dois votos em branco. Não houve uma única reclamação durante o ato eleitoral. Portanto o ato eleitoral decorreu, eu diria, sem macula. Correu lindamente. À posteriori, e depois dos resultados saírem, resolveram começar a reclamar. Acima de tudo, a meu ver, houve aqui a tentativa de ganhar-se algum protagonismo, porque para alguns, estas coisas políticas até são sempre muito giras, com saídas na primeira página do Diário de Notícias, reportagens televisivas, aparecer nos ecrãs da SIC e da RTP... . Bom isto é um assunto que é sério demais para ser giro.

É claro que não podia haver uma campanha nacional e não teve impacto na comunicação social. Só à posteriori como se lhe disse anteriormente. Foi um acontecimento a nível de freguesia e depois também sabemos que as pessoas não estão minimamente habituadas a participar neste tipo de situações como foi o caso desta consulta aos cidadãos locais. A maioria dos políticos também critica este tipo de soluções. É muito mais simples assinar um papel, decidir e tudo continua a andar sobre rodas. Eu acho que integrar este mecanismo de uma delegação da decisão, sobre deliberações que não digam respeito diretamente ao quotidiano, apenas a um mandato mas sim, aos outros seguintes, 3, 4, 5, 6. Tem de se tomar isso em consideração cada vez mais nos dias de hoje. Porque isto de alterar o chão da maioria destas ruas ficando numa coexistência de dois pisos tem que se lhe diga. Eu tenho 30 anos, espero viver muitos aqui em Campolide, vivo na freguesia e por cá pretendo viver, e, provavelmente esse piso será o chão que provavelmente irei pisar quando tiver 70, 80

anos, se lá chegar. Isto é uma decisão que eu posso tomar sozinho mas que não diz respeito ao meu mandato mas diz respeito às próximas décadas. Deste modo, o piso que lá está agora é para lá ficar umas dezenas de anos. O que lá estava antes, tinha para cima de 60 anos. O piso que colocámos agora ficará para os meus netos e esta decisão, que eu acho que faz todo o sentido, é que seja cada vez mais alargada e que não seja apenas fruto da vontade de alguns timoneiros aqui do executivo. Portanto a partilha desta decisão, também apela à consciencialização e sensibilização das pessoas. Chamar as pessoas a serem elas a decidir estas questões estratégicas da sua freguesia e sobre as intervenções que digam respeito não apenas àqueles 4 anos mas às décadas seguintes. Na verdade deveria ser quase uma obrigação, porque eu não sinto que fui eleito para 4 anos e tenha a obrigação de decidir sozinho para as próximas décadas. É vital partilhar a decisão para o futuro. Portanto se eu puder chamar mais gente para tomar a decisão das próximas décadas, eu acho que isso é muito bom e muito positivo. Acima de tudo percebi que a população valoriza estes mecanismos. Não sei se me estou a adiantar a outras perguntas, pois provavelmente ainda aí tem mais?

– Entrevistador –

- Como á pouco referi, sendo o senhor um participante direto no ato é sem dúvida relevante para este trabalho, sabermos esta experiência de consulta popular local ou mini referendo destinado aos residentes de determinada área da Freguesia de Campolide e o rol de acontecimentos surgidos antes e depois deste tipo de ato institucional de consulta popular. Como sabe hoje é cada vez mais importante olharmos para este movimento incessante da globalização, porque o que é hoje local, pode vir a tornar-se amanhã nacional e mundial, e isto pode trazer tantas oportunidades como desvantagens. Uns vão ficando novos ricos e aqueles que o eram, hoje estão pobres. Temos o caso que nos toca que é o continente europeu. A Europa já foi uma senhora muito rica, mas hoje, ela está parecida com uma velha outrora supermilionária, cheia de vícios e falida. Naturalmente que as localidades, os núcleos base, os municípios, as freguesias, não conseguem fugir a esta nova conjuntura política, social, económica e financeira global. Perante isto Senhor Presidente, acha que, quer a nível local quer mesmo a nível nacional, têm os mecanismos de Democracia semidireta (plebiscitos, referendos, iniciativas legislativas populares, petições, consultas populares locais e até para além destes, como é o caso dos Orçamento Participativos, mesmo condições para se imponem e consolidarem no sistema político português, de modo que combinados com a nossa erodida democracia representativa, possam ser elementos de peso no figurino da sua renovação?

– Entrevistado –

- Sim, sem dúvida. Faz aí uma ponte relevante que é o Orçamento Participativo. Já somos tradicionais vencedores no Orçamento Participativo (OP) de Lisboa. Não obstante sermos uma das freguesias mais pequenas em termos populacionais, somos uma das freguesias da cidade que tem tido mais projetos vencedores mesmo nos dois escalões. Todos os anos temos tido projetos vencedores. Um escalão vai de 150.000 a 500.000 Euros, o outro vai até 150.000. O primeiro escalão depende muito do valor dos projetos. Nós costumamos ganhar à volta de dez projetos nos dois escalões por ano. No escalão de 150.000 a 500.000 Euros, à volta de dois por ano. Tem surgido ao longo dos anos de Orçamento Participativo de Lisboa aqui na nossa sociedade e principalmente nos meios mais pequenos, fruto da informação que fazemos e passamos, uma sensibilização e mobilização da parte dos cidadãos que já é tradicional. As pessoas já se consciencializaram que têm um papel preponderante para este tipo de acontecimentos. Nós na edição do ano passado, conseguimos então ganhar 2 projetos de 500.000 Euros. A mobilização aqui tem índices tão grandes que já conseguimos ser, eu diria, a 3ª ou 4ª freguesia mais pequena com maiores obras na cidade. A segunda a seguir a Carnide que é a maior. Nós conseguimos já ganhar projetos de 150.000 com relativa facilidade. Este ano como lhe disse, também conseguimos ganhar projetos da chamada 1ª divisão do Orçamento Participativo. E conseguimos mesmo ganhá-los! É bonito que uma das freguesias maiores mas com menos moradores da cidade de Lisboa, consiga impor-se na 1ª divisão do Orçamento Participativo. Isto em termos de linguagem futebolística é quase como o Leicester poder ser campeão em Inglaterra. De facto isto é fruto de alguma evolução que nós fomos fazendo desde 2010. E é fruto também de conseguirmos consciencializar as pessoas de como é importante tê-las mobilizadas para este tipo de votações, e que é uma forma de nós aferirmos investimentos indispensáveis à nossa freguesia.

Nós com o tempo, com as várias lições aprendidas do Orçamento Participativo, construímos um jardim na Quinta da Bela Flor, construímos uma Universidade Sénior equipada com auditório, com sala de informática, com posto médico e conseguimos já também ter várias intervenções ao nível da reabilitação dos passeios e pavimentos pedonais. O sensibilizar das pessoas na participação do Orçamento Participativo em Campolide tem corrido bem e até acho o mesmo no resto da cidade. É uma forma das pessoas saberem decidir. Numa parte do Orçamento do Município, as pessoas escolhem qual é a prioridade e quanto mais pessoas se mobilizarem, tendencialmente por uma causa mais importante para todos, melhor efeito ele tem. A Câmara reconhecer valor e dar importância a essa mobilização das pessoas é essencial. São de facto experiências que as pessoas cada vez mais validam e reconhecem. Aliás acho que basta ver as estatísticas do OP. Ano após ano têm surgido mais

propostas, ano após ano tem havido mais votantes. Aliás, isso comprova também a importância deste tipo de experiência. Talvez aí a Câmara Municipal de Lisboa não se tenha debruçado ainda sobre um problema, pois para mim é a única falha que encontro neste processo, calculando também que para o Presidente seja complicado, pois a estrutura do funcionamento da Câmara é muito mais pesada e complexa que o funcionamento de uma Junta de Freguesia: existem muitos projetos vencedores dos anos anteriores por concretizar. E isso aí é acho que é a única pecha que existe, pois algumas pessoas que se mobilizaram para votar em determinado projeto e passam 3, 4 anos e esse projeto não se materializou, naturalmente saem frustradas deste processo e desincentiva-as a participarem numa próxima votação porque esta também falha como as outros. Seja como for e felizmente, a maioria dos projetos já se encontram finalizados. Nós em Campolide já tivemos várias vitórias e estamos agora a concretizar o quarto de seis projetos vencedores. Portanto há dois que ainda estão por concretizar. Tem demorado uma média de dois, três anos a serem concretizados, mas acho que mesmo assim tem valido a pena, dando-se sempre *feed back* às pessoas e como tal estamos perante o dinamismo da vida democrática.

– **Entrevistador** –

- Dr. André Couto, dentro das linhas de força que temos vindo a abordar, sabendo-se que estamos consubstanciados não apenas na questão local mas também nacional, perguntava-lhe o seguinte: no seu entender que modificações se podem operar no sistema político português, para que os mecanismos de Democracia semidireta em Portugal, se consubstanciem (se concretizem)? Será através deste apelar aos cidadãos para que participe diretamente no apoio à tomada da decisão de políticas públicas, como é o caso do Orçamento Participativo, um processo que como sabemos é oriundo da cidade brasileira de Porto Alegre, com históricas tradições democráticas, a capital de Rio Grande do Sul, sendo ainda hoje palco de visitas feitas por reputados académicos, cientistas sociais, economistas, políticos e representantes oficiais do poder local de inúmeros Estados mundiais e transportado mais tarde para a especificidade de cada cidade, sendo Lisboa um flagrante exemplo disso, pois tem características muito próprias e diferentes de Porto Alegre ou de qualquer outra cidade? Ou melhor, acha o Senhor Presidente que se pode fazer ainda mais alguma coisa para que estes mecanismos se consolidem de vez no sistema político do nosso País, no fundo, tendo em vista melhorar a própria democracia representativa que como sentimos atualmente, se apresenta desgastada?

– **Entrevistado** –

- Há aqui subjacentes duas questões. Devia estar de alguma forma explícita e consignada de maneira formal, haver incentivos para que o poder local utilizasse estes instrumentos mais vezes. Procurar um enquadramento legal no sentido de se quisermos fazer uma consulta popular local aqui na Junta de Freguesia, haver maior agilização no processo. Ninguém imagina a carga burocrática e decisões que estão por detrás desta consulta popular local. Algumas delas absurdas. Isto tem de circular por órgãos que ainda mais complicam e permita-me a expressão, isto não lembra ao diabo. Por exemplo, no decurso deste processo, ele ter de passar pelo crivo do Tribunal Constitucional (TC). Se eu quiser fazer uma consulta popular local tenho de contar pelo menos com nove meses de espera para o conseguir levar por diante e conseguir aprovar tudo, isto se os prazos forem respeitados e cumpridos. Fazer uma consulta popular local com todas as regras do regime jurídico da consulta popular local é uma coisa complicadíssima e esse regime a meu ver devia ser aligeirado ou então, se quiserem manter o peso desse regime jurídico, deveria existir um procedimento paralelo, semelhante mas baseado num regime mais leve, porque eu acho que não faz sentido, aliás tanto que não faz sentido que não cumpra essa regra, porque eu acho que cabe na plena autonomia do poder local, como Presidente da Junta de Freguesia de Campolide mais o meu executivo, poder consultar a minha população e querer saber a sua opinião. Eu posso enviar um e-mail mesmo aos 15.000 eleitores da nossa Freguesia, posso mandar-lhes um comunicado e auscultar a opinião de cada um sobre determinada matéria que lhes diz diretamente respeito. Posso convidá-los a vir votar ou para responder a uma pergunta, porque eu quero partilhar a decisão com eles, e a decisão é alguma coisa que tem de ser fundamentada e não pode ser uma coisa que seja limitada ou até censurada. Aquilo que reparei, em especial neste processo da calçada, foi que surgiram uma série de críticos, provavelmente nem queria ir tão longe chamá-los velhos do Restelo, a por em causa a autonomia do poder local. Pessoas que nunca meteram os pés dentro de uma autarquia, nunca se candidataram, que têm, eu até diria, algum desprezo e olham de lado para as juntas de freguesia e veem-nos como órgãos institucionais menores, e não compreendem porque é que um presidente de junta de freguesia, quer ouvir a sua população, e quer saber a sua opinião.

Portanto houve aqui uma série de queixas à Procuradoria Geral da República, ao Provedor da Justiça e a mais uma série de órgãos institucionais. Tenho inclusive até o exemplo do Senhor Provedor que me merece todo o respeito, a pronunciar-se no sentido de que me devia ter absterido em realizar este procedimento de consulta popular local Isto é uma coisa recente e a este procedimento que o senhor Provedor teve, ainda nem sequer lhe respondi. Eu tenho esse documento administrativo, tanto que se o quiser pedir eu posso-lhe

facultar uma cópia. Acho que seria relevante até anexá-lo ao seu trabalho. É de facto uma coisa que não tem pés nem cabeça. Afirmou-me que eu não devia ter seguido com aquele procedimento, a indicar-me que eu não posso retirar daqui qualquer consequência prática política e jurídica, que não podia tornar vinculativo este resultado eleitoral e a recomendar-me que não o voltasse a repetir. Mas eu pensei e vou responder-lhe que dentro da minha autonomia, tenho todo o direito em ouvir as pessoas da minha Freguesia, aqueles que me elegem, da forma que eu entender e como uma forma de os incentivar a participar, e, sinceramente não reconheço a nenhum órgão, imposições desta forma numa democracia. Uma decisão do provedor, não é uma decisão judicial, é apenas uma recomendação, não tem efeitos vinculativos. E eu vou-lhe explicar que entendo como um direito perfeitamente legítimo, ouvir a população da minha Freguesia. E se eu quiser ouvir a opinião de pessoas de três ruas, não posso reconhecer ao Senhor Provedor nem a ninguém, autoridade para me dizer o que devo fazer ou não posso fazer ou não podes fazer isso, como Presidente desta Junta para a qual fui eleito e ainda poder para se intrometer no legítimo trabalho do nosso executivo. Ao menos expliquem-se de uma forma diferente. Há aqui uns certos críticos da autonomia do poder local, inquietos com um certo crescimento do poder local. Não sei se sentem assustados pela força da ideia da descentralização do Estado. Às vezes sinceramente não compreendo. Eu acho que este movimento que tem sido feito em Portugal, de passar poderes para as bases da pirâmide, vai continuar para a frente e vai vencer. Segundo as intenções deste novo governo, está presente passar poderes da administração central para as autarquias e destas para as juntas de freguesia. Esta distribuição de poderes coloca-nos numa situação que a todos beneficia.

Há aqui mais uma coisa que se pode fazer: A lei eleitoral tem de ser revista porque é essencial haver uma maior ligação entre eleitores e eleitos, representantes e representados, não só a nível de freguesia, de município, como também ao nível dos deputados da Assembleia da República (AR), sem esquecermos igualmente ao próprio governo. Eventualmente os círculos uninominais podem preencher esta lacuna e ser uma solução para este problema. Mas pode ao mesmo tempo ter um efeito perverso de afunilar mais o espectro partidário, pois neste nível não é algo que muito se deseje. Mas existem mecanismos de equilibrar os restantes votos perdidos. E até lhe garanto quase que uma representação das minorias a um nível semelhante do que acontece hoje em dia ou até a um nível superior, tendo em vista complementar os círculos uninominais onde em cada círculo se pudesse contabilizar os restantes votos, não é descabido, pois permite de alguma maneira que essas minorias tenham a sua representação. Ninguém pode aproveitar nada de positivo o facto de criarmos círculos uninominais, só para satisfazer estrategicamente o PSD e PS que defendem esta ideia,

pois dá-lhes hipótese de praticamente apanharem quase tudo. Isto poderia levar ao desaparecimento quer do CDS-PP como do BE que muito dificilmente conseguiriam eleger alguém e o próprio PCP, também sofreria um grande rombo, salvando-se provavelmente por ainda ter alguns círculos tradicionais que lhe permanecem fiéis. Agora para os outros, pelo menos numa primeira fase, muito dificilmente conseguiriam eleger alguém. Portanto círculos uninominais puros, não! Agora conjugados com outras variáveis, nomeadamente as pessoas saberem quem são os deputados do seu círculo e poderem em listas abertas escolhê-los mesmo fora da lógica partidária e ainda se possam dirigir a eles da mesma forma como se dirigem ao Presidente da Junta de Freguesia. Mesmo que não se revejam simpatia no partido ao qual o candidato pertence, reconhecem-lhe competência técnica e profissional. Agora deve-se acentuar ainda mais em relação ao que existe hoje, o direito de representação das minorias. Era uma mudança complementar para se associar a esta questão dos mecanismos referendários.

Segundo Tópico : As Eleições Primárias no Partido Socialista realizadas em 28 de Setembro de 2014

– Entrevistador –

- Senhor Presidente estamos quase a terminar mas eu não quero deixar passar esta oportunidade sem abordarmos as Eleições Primárias no PS. Vou tentar ser rápido e vou – lhe fazer um género de duas perguntas numa só.

Dr. André Couto , como sabe, foi sobre a vigência do Dr. António José Seguro, na altura em funções como Secretário - Geral do Partido Socialista , que se criou e avançou para o processo das eleições primárias neste Partido do Arco do poder em Portugal, um atípico ato eleitoral na história dos partidos políticos e da democracia portuguesa, uma inovação na organização da vida partidária do nosso País. Apesar de ter saído derrotado neste tipo de consulta aos cidadãos ou seja, englobando militantes e simpatizantes, o Dr. António José Seguro poderá ter ficado para história, pois foi sob a sua égide, responsabilidade e orientação, que este tipo de sufrágio entrou diretamente na política do nosso Estado Democrático de Direitos, Liberdades e Garantias.

Eleições Primárias abertas a militantes e simpatizantes do PS, a funcionar como um instrumento de seleção com a finalidade de designar o candidato do PS a primeiro-ministro, registadas com excelentes indicadores, numa adesão significativa que mobilizou inicialmente a inscrição de 248.573 eleitores – 98.657 militantes e 149.916 simpatizantes – e contou com expressiva participação neste ato eleitoral, *sui generis* no país, com 70,31% dos eleitores inscritos a votarem – 174.770 deste universo eleitoral – com uma taxa de abstenção inferior a

30%, acontecimento apenas equiparável em termos de percentagem, às legislativas de 1987. Consequentemente, uma taxa de participação assaz positiva tendo em conta os habituais padrões de envolvimento eleitoral e de cidadania ativa dos portugueses.

Também no PSD já existem algumas simpatias com este modelo iniciado em Portugal pelo PS, nomeadamente a JSD que avançou no último Congresso dos sociais-democratas, realizado em Espinho entre 01 e 03 de Abril últimos, com uma moção – ao que tudo indica, terá ficado por enquanto na gaveta e a aguardar uma melhor oportunidade, mesmo sendo um tema relevante, polémico, fraturante mas acima de tudo que dinamiza o debate interno –, a defender eleições primárias, similares às realizadas pelo PS ou seja, abertas a militantes e a simpatizantes. Igualmente alguns subscritores de peso do CDS-PP, e sendo este um partido de quadros, ainda mais curioso se torna pois, nomeadamente os ex-secretários de Estado, Adolfo Mesquita Nunes e João Almeida que sem renunciarem às linhas ideológicas da democracia cristã, albergando no seu seio segmentos conservadores e liberais, veem reafirmar a ideia de um partido mais aberto e com um nível superior de participação, integrando nestas reflexões, a possibilidade daquele tipo de eleições para o seu Partido. Estas propostas foram formalmente apresentadas no 26º Congresso do CDS-PP – que consagrou Assunção Cristas como nova líder sucedânea de Paulo Portas –, realizado no pavilhão Multiusos em Gondomar, nos dias 12 e 13 de Março últimos, através da moção “Fazer melhor”. (Expresso, 27 de Fevereiro de 2016, p.15) . Provavelmente por aquilo que sabemos, vai ainda ter que esperar mais algum tempo pois também assim vai continuar na gaveta.

Dr. André Couto, acha que com estas Eleições Primárias realizadas no Partido Socialista, estamos perante o emergir de uma inovadora expressão partidária com consequências relevantes para o exercício de cidadania em Portugal e que também pode tomar forma noutros partidos, nomeadamente naqueles que têm assento parlamentar?

Por outro lado, qual a sua opinião acerca da possibilidade de, se por um lado, as Primárias realizadas no seio do Partido Socialista em 28 de Setembro de 2014, poderem alargar o leque à participação direta dos cidadãos, nomeadamente aos simpatizantes, para elegerem um líder que sai reforçado com dupla legitimidade – do próprio partido e da sociedade portuguesa – e ainda acrescentarem oportunidades de estreitarem o topo e as bases da hierarquia do Partido, por outro, facilitarem o papel da instrumentalização partidária e de um protagonismo respaldado na fulanização do poder na pessoa do seu Secretário Geral ou seja, abre-se caminho para a personalização do partido, perdendo-se desta maneira o debate interno, direcionando a vida partidária no caminho de tornar-se menos dinâmica, motivante e mais fragilizada, confrontando-se então aqui duas faces da mesma moeda, a poderem até

sugerir que afinal, com estes instrumentos não é tão linear a realidade do alargamento da democraticidade na vida interna dos partidos políticos em Portugal, especialmente aqueles com assento parlamentar na AR? Qual então a sua opinião sobre esta dualidade de critérios, Dr. André Couto?

– Entrevistado –

Antes de mais queria dizer uma coisa, atenção à experiência do Partido Livre que foi esquecido e passou praticamente despercebido nestas questões. A primeira grande experiência deste tipo, a experiência de primárias foi feita no Partido Livre do Rui Tavares. Eu por acaso participei, e até achei uma experiência muito positiva e assumo por inteiro isso. Apesar de ser militante do PS, eu inscrevi-me formalmente desde o início como simpatizante do Partido Livre e nunca o escondi. Este partido acolhe no seu seio simpatizantes conferindo-lhes quase os mesmos direitos que os militantes. Foram as Primárias para saber qual o candidato a apoiar para a Presidência da República e que acabou por ser o Doutor Sampaio da Nóvoa. Fui um bocado criticado por ser Presidente de Junta, eleito pelo Partido, militante e dirigente do PS e ao mesmo tomar parte naquele processo como simpatizante do Partido Livre. Mas foi uma opção pessoal e fiz mesmo questão de estar presente num processo que já por diversas vezes dentro do PS, tinha feito questão de manifestar o meu apoio. Foi um momento histórico no País e penso ser um mecanismo que tem todas as possibilidades para crescer. É relevante tomarmos este exemplo dado pelo Livre, como de participação dos cidadãos dentro dos partidos. No Partido Socialista acabou por ter feito esta experiência de uma maneira um pouco diferente e foi de facto o partido do arco do poder e com assento parlamentar a introduzir as Primárias. Orgulho-me imenso dessa iniciativa do António José Seguro. Apesar de nunca o ter apoiado, reconheço que nesse aspeto fica para a história, sem dúvida.

A participação dos cidadãos dentro dos partidos em Portugal, para os militantes dos partidos, a esmagadora maioria recebe muito mal essa participação, agora digo-lhe porque sou suspeito, como militante do PS já há uns bons anos, eu não fiz carreira na Juventude Socialista (JS), aderi a este partido por questões ideológicas, pessoais e de consciência, por ser um homem de liberdade e acima de tudo por concordar com a ação política do primeiro governo de Sócrates que ia bastante ao meu encontro. Inscrevi-me e como pessoa que está dentro da estrutura, eu acho que um dos grandes problemas do País, é a forma como os partidos políticos funcionam e é o facto de tendencialmente ao longo dos anos, nós termos um decréscimo na qualidade dos eleitos, um decréscimo na qualidade dos membros dos governos, um decréscimo na qualidade dos deputados. E isto porquê? Porque os partidos políticos são tendencialmente estruturas altamente fechadas, às quais, eu diria, existe um suposto acesso

livre, mas o cidadão comum senão for puxado por alguém que esteja dentro da estrutura, não vai entrar, e portanto nós perante a Constituição da República, não podemos fechar a porta aos cidadãos no acesso à AR, ao contrário do que sucede nas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Tem havido experiências positivas como houve em Oeiras com a candidatura de Grupos de Cidadãos Eleitores (GCE), independentemente de todas as polémicas. No Porto com o Rui Moreira, temos outra excelente experiência desse género. A questão agora a saber é a seguinte: se alguém se quiser candidatar como independente e não filiado num partido político e quiser juntar-se a um grupo de amigos, ou a um grupo de conhecidos ou de pessoas da sua confiança e que partilham a mesma visão para o País e para a sociedade, e se quiser candidatar-se à AR, e até mais tarde quiser inclusive constituir governo, a verdade é que isso não é permitido. E portanto, os principais órgãos de governo do País, estão limitados basicamente aos militantes dos partidos e às estruturas partidárias de topo, as suas elites. Eu acho que este é um dos pontos mais críticos, o ponto-chave também da crise da democracia. No fundo estamos aqui a meter um pouco o dedo na ferida. Repare, eu não vejo acontecer numas eleições, um cenário onde nós tenhamos a possibilidade de dizer aos eleitores que se candidataram por determinado círculo às eleições legislativas, que devem fazer a ponte com as autárquicas. À priori teríamos quase a garantia que esses candidatos, GCE, às legislativas, conseguiriam eleger muitas vezes deputados. E de facto nós temos deputados que surgem completamente fora do espectro partidário, a obrigar a que os partidos de certa forma que verifiquem e façam uma reflexão, sobre qual a melhor forma de responder a esta nova realidade. A bipolarização nunca será o melhor caminho para fortalecer a saúde da democracia. Aliás eu sou entre ásperas um fanático pelos processos eleitorais nos EUA que gosto bastante de acompanhar e estudar, muito em particular o atual das Primárias. Estão-nos a dar o cenário de um fenómeno perigoso em que um candidato tipo populista pode ganhar as primárias republicanas mesmo com imensas críticas dentro do próprio Partido, capitalizando o descontentamento das próprias pessoas. São fenómenos que podem aparecer quando as pessoas perdem confiança nos políticos. Isto é motivo de nos obrigar a uma profunda reflexão. Seja como for é de salvaguardar, a quantidade de pessoas não militantes do PS, que vieram nestas primárias votar e participar, muito para além do que era a realidade até aí. Inscreveram-se e vieram votar no dia destas eleições. Foi muito bom sinal, essa abertura que o PS resolveu dar à sociedade. Não sei até que forma isso foi bem compreendido na sociedade, talvez por ter sido o primeiro procedimento feito no género em Portugal, mas acho que com os anos se esta situação se for repetindo, esse é o caminho que o PS deveria percorrer, é uma onda que se deveria surfar, não apenas para eleger o líder do partido no combate eleitoral para

ser governo como para outras votações, designadamente para as autárquicas. Só temos vantagens com isso. É uma das formas de resolver a crise da democracia, a crise dos partidos e esta questão da abertura da Constituição aos GCE candidatos nas legislativas à AR, seria outro relevante meio para o fazer.

– **Entrevistador** –

- Senhor Presidente, Dr. André Couto, sei que já lhe tomei tempo a mais, mas muito obrigado então por este seu depoimento pois ele irá certamente acrescentar qualidade ao produto final desta dissertação. A presente entrevista registada em gravador de voz digital será posteriormente tratada e transposta para a norma escrita. De seguida apresentar-se-á na íntegra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, para proceder às alterações que por si considere como relevantes ou pertinentes ou que entenda como necessárias e vitais ao esclarecimento do conhecimento e finalmente, depois desta revisão, autorizar o seu destino para que final e formalmente figure como Apêndice a esta dissertação de Mestrado em Ciência Política. Senhor Presidente mais uma vez, muito obrigado.

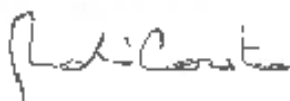
– **Entrevistado** –

- Muito obrigado também, e já sabe, qualquer coisa que precise, pode contar connosco.

Autorizo que esta entrevista, concedida a António Carlos Diegues Lopes, seja incluída como Apêndice ao seu trabalho de Dissertação de Mestrado – A Democracia semidireta em Portugal. Condições e possibilidades da sua consolidação no sistema político português –.

Lisboa, 22 de Setembro de 2016

Assinatura:



APÊNDICE 7

Entrevista Semi-Estruturada ao Dr. Nuno Trindade Gusmão (integra o Conselho Nacional do CDS-PP)

– Entrevistador –

- Conforme previsto e acordado com o entrevistado, esta entrevista do tipo semi-estruturada, constituída por dois tópicos, efetuada no Corte Inglês em 19 de Julho de 2016 (Terça – Feira) pelas 15H10m, ao Dr. Nuno Trindade Gusmão, será reproduzida depois da sua autorização, em Apêndice como parte integrante da Dissertação de Mestrado em Ciência Política “ A Democracia semidireta em Portugal – condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português – “ conferida pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/UL).

A temática correlata ao título anteriormente mencionado está articulada a um projeto de investigação cuja linha denomina-se Política e Governação enquadrando-se na área científica deste curso, a saber : Regimes Políticos e Processo Democrático.

O Dr. Nuno Trindade Gusmão integra uma nova geração de políticos portugueses e é atualmente o Presidente da Concelhia de Oeiras do CDS – PP. Também, na sequência do XXVI Congresso nacional do CDS-PP realizado em Gondomar nos dias 12 e 13 de Março, de 2016 foi eleito pela Lista A de Assunção Cristas, atual Presidente deste Partido, um dos representantes no Conselho Nacional do CDS-PP. Recentemente, no dia 14 de Julho, tomou posse como Vogal da Comissão Política da Distrital de Lisboa deste Partido.

- Dr. Nuno Trindade Gusmão, sendo um participante, informador e observador privilegiado na e da vida política nacional, agradeço desde já a oportunidade e a disponibilidade demonstradas para a concessão desta entrevista, no intuito de ela fazer parte integrante da produção relativa à dissertação supramencionada. Estamos certos e convictos que ela representará um certificado de garantia qualitativa, relativamente à fiabilidade deste trabalho no que concerne à temática e problemática propostas.

Primeiro Tópico: A conjugação em Portugal da Democracia semidireta com a atual (erodida) democracia representativa

– Entrevistador –

- Dr. Nuno Trindade Gusmão, antes de avançarmos desde já importa esclarecer algumas ideias subjacentes a este estudo. Nesta dissertação de mestrado a apresentar futuramente, não estão refletidas dúvidas quanto à validade da democracia representativa – apesar de alguns relevantes investigadores, autores e pensadores a considerarem em processo de erosão –,

quanto à relevância dos partidos políticos no peso do nosso espaço democrático e muito menos, a conceção da democracia direta ter como escopo, ser uma panaceia para as degenerescências da democracia representativa – mas sim como seu mecanismo de apoio, orientação, complemento e correção –. No objetivo geral deste estudo ou seja o primeiro, o mais abrangente, pretende-se analisar a possibilidade dos mecanismos de democracia direta ao dispor do cidadão nacional e consagrados na sua Lei Fundamental, a CRP, de terem condições para se firmarem no sistema político português, de modo que combinados com a legítima democracia representativa possam ser elementos de peso na renovação do seu figurino, sujeita como na generalidade dos países da UE, à erosão e a acérrimas críticas de várias correntes de pensamento, em especial aquelas que tocam nas dúvidas quanto à força da sua legitimidade, face à conhecida realidade das elevadas taxas de abstenção patentes nos diversos atos eleitorais. Na realidade, enquadrámos o nosso estudo numa conceção de que a democracia participativa é um mecanismo inclusivo da democracia representativa a englobar naturalmente instrumentos de democracia direta, nomeadamente a Iniciativa Legislativa Popular e o Referendo, dando-se então a esta conjugação de duas formas de regimes democráticos, o nome de democracia semidireta. Ao mesmo tempo tentaremos desmontar o mito de que a democracia semidireta pode ser por si só, um fator de peso motivacional para a participação cidadã nas democracias representativas.

Há uma série de autores que se enquadram na linha de orientação deste trabalho e na relevância da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões de políticas públicas, conferindo-lhe um lugar de destaque na desconstrução da temática e problemática propostas. Por exemplo, Giddens, no contexto complexo e controverso do movimento imparável da globalização, a viver crescentemente com democracias liberais desgastadas, discutidas e onde as vantagens de uns podem – se converter em tragédias de outros, afirma – nos: “ Os governos devem restabelecer contactos directos com os cidadãos, e estes com os governos, através de «experiências em democracia» – democracia local directa, referendos por via electrónica, júris de cidadãos e outras possibilidades. Estas não poderão substituir os mecanismos normais de voto para instituições locais e centrais da governação, mas poderiam tornar-se um complemento importante para elas “ . (Giddens, Anthony 2000 – *Para uma Terceira Via* . Lisboa : Editorial Presença, p. 72.).

Também Pasquino não foge a emitir sem rodeios, a sua opinião relativamente a toda esta controvérsia. Segundo o notável politólogo italiano “ Estas experiências são tão importantes que sugeriram aos pensadores políticos a possibilidade de formas de democracia directa, que poderiam integrar (...) a democracia representativa. E as formas de democracia

directa, em particular os vários tipos de referendo, as petições, as iniciativas legislativas populares e até a eventual «revogação» dos representantes eleitos constituem precisamente as mais amplas e incisivas oportunidades de participação política “ (2007 : 52) . (Pasquino, Gianfranco (2005 – *Sistemas Políticos Comparados*. Cascais: Principia, p.52.).

Freire, ao interpretar os resultados dos três referendos realizados em Portugal – dois em 1998 sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e Regionalização, e um, em 2007 novamente sobre a IVG –, não deixa de considerar que, apesar da abstenção verificada naquelas três consultas populares e dos objetivos terem ficado um pouco aquém das expectativas, os referendos jamais podem deixar de ser , “ estudos de caso privilegiados para se analisar a vitalidade da sociedade civil num determinado país, no caso vertente em Portugal “. (Freire, André 2002 – *Sistemas Políticos Comparados*. Cascais: Principia, p. 15).

Também não posso deixar de passar um precioso estudo empírico, apresentado por Ana Maria Belchior onde a autora lança-nos dados indicativos de relevância para a orientação desta investigação: “ No que respeita à realização regular de referendos para auscultação da vontade das populações, verifica-se (...) que 90,1% dos eleitores inquiridos a consideram uma boa ou muito boa forma de governar o país, enquanto apenas 68% dos deputados partilham esta opinião “. Ou seja, aqui a vontade dos representados, não coincide propriamente com a vontade dos representantes. (Belchior, Ana Maria 2010 – *Democracia e representação Partidária . A Elite parlamentar e os cidadãos*. Lisboa: ICS, p. 202). Mesmo assim, não podemos considerar insignificantes, estes últimos indicativos percentuais dos deputados.

Neste contexto, parece não ser despropositado apresentar aqui, uma sondagem/estudo de opinião efetuado pela Pitagórica – Investigação e Estudos de Mercado SA – para o jornal diário *i*, em que, 67, 1% dos portugueses aprovam o referendo como um mecanismo de democracia direta, possível de ser integrado no seio da ação da democracia representativa, tendo em conta até, melhorá-la e atualizá-la.

- Dr. Nuno Trindade Gusmão, face ao que antecede, lançava-lhe então uma primeira pergunta, relativamente a este primeiro tópico. Na sua conceção, quais são os porquês (que causas, motivos, ou razões que assistem para a...) da falta de consolidação dos mecanismos de Democracia semidireta no sistema político português?

– Entrevistado –

- Bom antes de mais quero agradecer-lhe aqui a confiança depositada na minha pessoa para esta entrevista, é um privilégio ter sido contactado de forma a poder ajudá-lo neste estudo com a minha modesta contribuição. Relativamente à questão em concreto, não é de agora, é algo que se tem vindo a agravar a questão do afastamento que tem estado patente

entre eleitores e os eleitos. Na minha opinião isto decorre de um afastamento que tem vindo a acontecer, face às propostas que são apresentadas, ao contacto com os próprios eleitores, enfim há uma pouca política de terreno. Ou seja, eu acho que cada vez mais, as políticas que são discutidas e tentadas a implementar, normalmente pela classe política em geral, tem muito pouco a ver com as verdadeiras necessidades que as pessoas sentem. O descrédito da classe política facilmente tem existido. Existe a falta de respostas presentes para os problemas em concreto. Ainda muito recentemente, e ainda vivemos um bocadinho sobre esse clima que foi a intervenção da *troika*. A intervenção da *troika* em Portugal só existiu em resultado de nós não termos dinheiro para pagarmos os nossos compromissos, não porque fosse vontade de alguém em trazer um diretório internacional a impor-nos uma série de regras causando-nos inclusive problemas de soberania na tomada de decisões. Nós deixámos de ser soberanos com a tomada de algumas decisões dessas entidades supranacionais! Infelizmente não foi a primeira vez na nossa história que isto aconteceu. Todo este contexto deriva muito da existência de um afastamento como referi inicialmente. Porque é que esse afastamento existe? A nossa classe política tornou-se muito hermética. Ao longo dos anos, sempre cada vez mais hermética, um género de funcionamento em círculo fechado, manobrando sobretudo para um ciclo eleitoral, e já digo há muito tempo que nós não temos políticos em lugar chave com capacidade de decisão e com verdadeiro desígnio para o País. São tomadas uma série de decisões com base no calendário eleitoral, e não com uma visão alargada do País, por exemplo para dez, vinte anos. Para além disto, eu acho que, o nosso sistema eleitoral tem que avançar. Toda a gente fala nisto mas depois quando chega a altura da verdade, ninguém faz nada em concreto para que isto aconteça. Tem que se avançar rapidamente para os círculos uninominais, as pessoas saberem aonde é que votam, porque isso vai implicar o acréscimo de responsabilidade. Claro que isto pode dar aqui azo a alguns populismos. Se calhar surgem mais populistas com um discurso fácil, a quererem fazer passar uma mensagem fácil. Tem de facto essa parte perniciosa. Mas por outro lado, pedem-se mais responsabilidades na ação dos eleitos, da parte dos eleitores que votaram neles. A questão de tudo ser fechado num círculo partidário, seja ele de que partido for, acaba por fazer com que haja uma desresponsabilização mais pessoal, de quem toma as decisões políticas. Torna uma decisão política má. Leva apenas a uma responsabilidade coletiva em determinado partido. E daí eu achar, que uma das formas que nós temos de combater isso, é avançar rapidamente, e isso exige partilhar algumas revisões que podem passar ao nível constitucional, nomeadamente em termos da lei eleitoral para que se possa avançar para esse modelo. Acho que isso vai permitir também uma maior responsabilização dos políticos em sede da Assembleia da República (AR). Mais do que isso,

permite, aos próprios partidos, ter aqui uma escolha mais eficaz de candidatos. Muitas vezes elege-se aqui uma figura, e depois por detrás dessa figura, surgem não sei quantas pessoas que não sabemos quem são nem donde vêm. Não se sabe em que é que se está a votar, a quem é que se pode exigir. Excetuando o principal candidato, não é relevante alguma pessoa ter um rosto no movimento ao qual vai atrás. Esse sistema permitiria nós responsabilizarmos individualmente e sermos mais exigentes com as pessoas que elegemos. Portanto temos de começar por aqui, antes de irmos aos mecanismos de democracia semidireta de modo a implantarem-se no sistema político português. Esta reforma é necessária pelo menos há vinte anos. Falta aqui muitas vezes, no nosso sistema político, a responsabilização. As pessoas têm de ser responsabilidades pela ação dos seus atos políticos e pelas decisões políticas que tomam no seu mandato que lhe é conferido. E não há nada como dever-se ser responsabilizado individualmente por isso. É uma atitude séria e que credibiliza o sistema.

Sobre a crise da representatividade, eu não creio que uma alteração grande em termos de passarmos a ter com maior assiduidade figuras de democracia semidireta como petições, iniciativas legislativas populares, referendos, vá resolvê-la. Nós com isso podemos eventualmente cair em situações menos positivas. Todos os referendos nacionais que existiram em Portugal, tiveram por base sempre, não aquela expressão que é utilizada como uma vontade de maioria popular, da sociedade, mas uma emanção das estruturas partidárias, dos partidos políticos. Ou seja, eu acho que ninguém consegue dizer que nenhum daqueles três referendos nacionais não tiveram a mão dos partidos políticos. Como tal, a figura do referendo em vez de ser um mecanismo sério da vontade popular, um dispositivo para os representantes reflectirem com outra profundidade, constitui na verdade, um dispositivo de instrumentalização partidária. Houve aqui uma grande carga ideológica.

Quanto à figura das petições, nós em Portugal somos das sociedades menos participativas e com menos capacidade associativa, com exceção do desporto. Falamos claro, dentro das sociedades ocidentais. Temos das menores taxas de participação associativa ou seja, falo em associações da sociedade civil e pronuncio-me aqui sem questões partidárias por trás. Fora da lógica partidária. Nós somos dos países que menos temos esse tipo de participação. Tudo isto pode igualmente implicar questões estruturais e históricas da nossa população. O próprio sistema também não permite isso, a própria lei, também não facilita esses mecanismos.

– **Entrevistador** –

- E haverá vontade política Dr. Gusmão?

– **Entrevistado** –

- Não sei. Sinceramente não sei. Não lhe consigo responder a isso. Eu acho que ainda não se conseguiu fazer em Portugal, uma verdadeira reflexão acerca disto e também sobre a importância que tem efetivamente a sociedade civil e a sua capacidade de organização, seja pelo que for. Porque isso é a base em termos de questões de cidadania. E nós não temos uma boa base para isso. Deveria ser o próprio Estado a promover e a facilitar essa capacidade de organização. E parece-me que não vejo, não conheço, não sei de nada em que o Estado tenha verdadeiramente fomentado isto. E normalmente aquilo que nós vemos, são aqueles que fazem mais barulho, que não tem de ser necessariamente os mais representativos, os que mais se fazem ouvir. Veja, vou-lhe dar um exemplo: em termos de questões sindicais, até porque conheço a realidade prática pois já desempenhei várias funções sindicais, nós temos sempre a ideia que os mais representativos, os maiores sindicatos, são aqueles ligados à CGTP. Nada mais falso! Não é verdade! Aliás os sindicatos da CGTP, têm perdido em termos de representatividade, de forma atroz! Mantêm alguma no setor público o que é normal, mas tem perdido muito. Nós numa análise mais fria e objetiva, e observando os *media*, sabemos que esse mito não é verdade. O que quero dizer com isto é que nem sempre quem fala mais alto, se alvitra aqui como o verdadeiro representante de. Não estou a colocar em causa, nem a questionar a legitimidade de ninguém. De forma alguma. Agora, a ideia que passa para o comum dos cidadãos, é que, a CGTP é muito representativa. Isto para lhe dizer também que falta-nos a nós, enquanto sociedade civil, essa verdadeira organização e, tem de ser o Estado a promover e a legislar, para que existam condições para as pessoas exercerem atividades de cidadania. Muita gente fala disto, parece uma palavra que está muito na moda e eu confesso que não tenho visto prática quase nenhuma.

– **Entrevistador** –

- Então na sua visão, o Estado tem responsabilidade no combate ao débil exercício de cidadania dos portugueses?

– **Entrevistado** –

- Sim. O Estado é o principal responsável pela falta de participação das pessoas. Não basta dizer que somos um povo, pouco participativo por natureza.

– **Entrevistador** –

- Dr. Nuno Gusmão , no seguimento destas linhas de força então diga-me o seguinte : acha que também não interessa às elites políticas dirigentes, a participação da sociedade civil?

– **Entrevistado** –

- Não. Claro que não. Qualquer elite, está interessada em manter-se como elite, seja-se de esquerda ou de direita, sejam as elites de esquerda, sejam as elites de direita, todas elas

estão interessadas em manter-se pela via democrática no poder. Quanto à questão dos referendos realizados em Portugal é por demais evidente ter havido instrumentalização partidária. O que nós temos em mão e observado bem isso, é que normalmente quando um referendo não dá resultado ou seja, teve o efeito inverso pretendido, daqui mais um tempo, volta-se novamente à carga. Há aqui pouca aceitação de quem perde. Faz parte da luta partidária. Perde-se uma eleição e volta-se para tentar ganhar. É como a luta pelo Poder. É normal, faz parte do jogo político. Isso em democracia até pode ser salutar. Das questões que têm existido dos referendos, a questão central aqui é que devido à polarização política, o apoio dos partidos políticos, de um lado e do outro da barricada, torna este assunto nas vias de ser meramente eleitoral.

– Entrevistador –

- Dr. Nuno Trindade Gusmão, as sete revisões constitucionais – 1982,1989,1992,1997,2001,2004,2005 – da Lei Fundamental, a CRP, ainda não conseguirem inverter as regras do tabuleiro jurídico do nosso Estado de Direito Democrático, e de apenas por exemplo, se acolher no seu seio, a iniciativa popular da proposta do referendo, com petição não obrigatória, sob a dependência do consentimento formal dos deputados eleitos por sufrágio direto e universal. Como nos lembra a jurista Maria de Fátima Abrantes Mendes “ O referendo mesmo que impulsionado por iniciativa de grupos dos cidadãos eleitores, tem de obrigatoriamente passar pelo crivo da Assembleia da República, o que demonstra, mais uma vez, a forte implicação política das questões susceptíveis de ser submetidas a referendo; “

(Mendes, Maria de Fátima Abrantes (2006) – *Lei Orgânica do Regime do Referendo. Atualizada, Anotada e Comentada*. Lisboa: CNE, p.10).

Neste contexto, talvez seja oportuno recordar que em Portugal, ao abrigo do nº 1 do artigo 15º – Requerimento – da Lei Orgânica nº 2/2003 de 22 de Agosto – a Lei dos Partidos Políticos – com as alterações introduzidas pela Lei orgânica nº 2 / 2008 de 14 de maio, bastam 7.500 assinaturas legalmente reconhecidas para oficialmente se formar um partido. Contudo, conforme prescrito no artigo 16º da LORR são necessárias 75. 000 subscrições de cidadãos devidamente recenseados no território nacional, para uma Petição – Iniciativa Legislativa Popular – tomar peso e obrigar a agenda política à sua discussão em plenário da AR e poder levá-la mesmo à realização de um referendo sobre determinada matéria em apreço.

Como é do nosso conhecimento, já anteriormente referido e citando André Freire, na história da democracia portuguesa realizaram-se timidamente três referendos a nível nacional e algumas iniciativas legislativas populares e entre estas últimas, lembramo-nos da Petição

germinada em 2009 sobre o Acordo Ortográfico institucionalizado em 1990, um processo de participação direta popular mas enquadrado em diferentes normas jurídicas e legislativas que não nos permite aferir o abstencionismo mas sim, apenas os números e o nível de participação. Naturalmente, ao recolher-se um elevado número de assinaturas, a visibilidade da petição ganha outra dimensão e maior será a probabilidade do seu impacto nos meios de comunicação social, nos partidos políticos e nas suas elites dirigentes em especial, respeitantes às forças partidárias do arco do poder, no seio dos outros partidos também com representação parlamentar e, na própria sociedade em geral. Destaque-se para o facto do já então deputado Feliciano Barreiras Duarte, ter tido um papel relevante neste processo. Para além de ter sido constituído Deputado Relator da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, este deputado eleito pelo círculo eleitoral de Leiria, numa entrevista concedida ao Diário de Notícias, chamava a atenção para a responsabilidade na celeridade desmedida do executivo da altura sob a batuta de José Sócrates, pois as novas regras ortográficas careciam essencialmente da antecedência de estudos cuja investigação, elaboração e reflexão, deveriam ser trabalhados por parte dos especialistas na matéria, com outra atenção. (...) "o Governo deveria promover e valorizar, ao longo de todo o processo de aplicação do acordo ortográfico, a colaboração e parecer da comunidade científica e demais sectores cujo conhecimento ou actividade são de inegável utilidade. (...) A reacção da comunidade científica e educativa (...) é preocupante e evidencia a falta de diálogo e a ausência de uma metodologia por parte do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura com vista à aplicação do Acordo Ortográfico “. (Feliciano Barreiras Duarte, entrevista ao Diário de Notícias 26/04/09 , acedido em www.dn.pt , consulta a 09/07/2015.) . Foi um acontecimento aludido na época pelo saudoso Vasco Graça Moura, como o triunfo da petição – A Petição nº 495/X/3ª, deu entrada então na AR a 08 de Maio de 2008 –.

O debate parlamentar sobre o Acordo Ortográfico pela força desta petição, acaba por se realizar em 21 de maio de 2009, aonde se destacou mais uma vez o deputado do PSD, Feliciano Barreiras Duarte que reafirmava : “ Estas petições, concordando-se ou não com elas, na totalidade ou só com algumas das suas partes, devem merecer elogio parlamentar positivo porquanto, ao abrigo do direito de petição consagrado constitucional e legalmente, vieram contribuir para o debate e para a chamada de atenção de uma matéria de relevante interesse público. Mesmo discordando-se de algumas ou de várias das suas intenções, nos seus peticionários encontramos homens e mulheres que têm prestado relevantes serviços a Portugal e aos portugueses, na política, na cultura, na economia e na sociedade, e que por isso mesmo devem merecer o nosso respeito. “ (Acedido em www.parlamento.pt, consulta a 10/07/15.)

No dia deste debate em 21 de Maio de 2009, a Petição contava com 113. 206 assinaturas válidas e em Julho , no seguimento deste processo que não parou por aqui , reunia 121.000 subscritores. Tinha força jurídica e constitucional para ser baixada a referendo mas inexplicavelmente para muitos portugueses, não se concretizou.

- Dr. Nuno Trindade Gusmão, então no seu entender, quais poderão ter sido as razões para que esta Petição, não se tenha traduzido numa consulta popular através de um referendo?

– Entrevistado –

- Primeiramente deixa-me fazer aqui um enquadramento e deixe-me dar a minha opinião sobre o que eu acho do Acordo Ortográfico (AO). Nós temos uma língua inglesa. Há o inglês britânico, há o inglês americano, há o inglês australiano, há o inglês sul africano, há o inglês indiano, e parece que toda a gente convive bem com isso. Em Portugal estranhamente, quis-se uniformizar uma língua que face à dispersão geográfica que nós tivemos noutras épocas, quase que nos pusemos aqui numa situação de uniformizar uma coisa que é algo muito dinâmico: a língua. Seja ela portuguesa, inglesa seja outra que for. Até porque a nossa é das mais faladas do mundo. Eu não consigo entender, o porquê de um acordo ortográfico. A não ser por motivos editoriais, que podem não ser necessariamente os nossos. Eu vou muitas vezes ao Brasil, e não conheço um único brasileiro que seja favorável ao Acordo Ortográfico. Face a isto eu não percebo porque é que ainda não se acabou com isso. Acho que não faz sentido nenhum. Portanto se tinha força jurídica para isso devia ter sido feita essa consulta aos portugueses. Acho que toda a gente sabe também, tirando algumas elites, que há um espaço muito curto mesmo dentro dessas próprias elites e citou aí uma das pessoas mais ilustres, um autor inesquecível, o Vasco Graça Moura. Não foi só ele, há também muitos outros. Sempre foram frontalmente contra este Acordo Ortográfico. Isto é daquelas coisas em que o consenso é tão alargado que nem sequer ninguém que tomou essa decisão quer correr o risco de se fazer um referendo sobre o assunto. Aliás os números da Petição são demonstrativos, são óbvios. Na minha opinião, confesso que se fizessem essa pergunta no Brasil, o País que catapulta a dimensão da língua portuguesa universalmente, face aos mais de 200 milhões de habitantes que tem, a maior parte dos brasileiros manifestaria o seu desagrado. Eu verdadeiramente, não conheço, não tenho de memória ninguém que concorde com o AO. Esses números que revelou desta Petição, se ela continuasse, iriam sempre aumentar. Como tal houve interesses subjacentes que estiveram para além da vontade dos portugueses. O que nós temos aqui é que verdadeiramente, não houve a polarização política que falámos há pouco. Eu acho que genericamente ninguém está de acordo com isso. Mas vais sendo algo que também não chateia muito, vai-se andando e depois ninguém tem coragem para tomar uma posição pública

sobre isso. A língua é uma coisa dinâmica, e não é por aí que obrigatoriamente tenhamos que fazer um acordo ortográfico. Como lhe disse, isto corresponde acima de tudo com interesses editoriais que não necessariamente, interesses editoriais portugueses. Porque são muitos mais, implicou naturalmente interesses editoriais brasileiros. É uma forma também de expandir para o outro lado do Atlântico do que olhar verdadeiramente para o interesse nacional. Eu continuo a escrever com base na anterior ortografia. Mas sei que quem anda na vida académica tem de seguir a obrigação de respeitar este Acordo Ortográfico. Essa é outra imposição que nunca deveria ter existido.

– Entrevistador –

- Dr. Nuno Trindade Gusmão, assiste-se hoje – e não apenas em Portugal, como na generalidade dos países da UE e EUA –, ao desmontar da mobilização cidadã, acentuado alheamento, letargia, indiferença e descrédito dos cidadãos portugueses na sua erodida democracia representativa, nas suas instituições nacionais e supranacionais, nos seus representantes, à desmobilização das populações para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania. Este cenário é sentido e visível em altos níveis de abstenção nos atos eleitorais nacionais, confirmados, com os indicadores das ultimas legislativas de 04 de Outubro de 2015, com 43,07%, números aliás, a baterem o recorde da abstenção neste tipo de eleições em Portugal, ou seja mais de 4 milhões de eleitores inscritos não votaram, números à volta de 300 mil votos caíram em partidos que não elegeram sequer um deputado e na ordem dos 200 mil votos ficaram em branco ou foram considerados nulos. Há também quem considere esta conjuntura, uma forma de participação ou mesmo para legitimar a desconfiança política nos representantes. As eleições para o Parlamento Europeu, também não fogem a esta regra, bem pelo contrário, acentua-se nitidamente para cima, com valores médios a atingirem quase os 60%, a suscitarem igualmente incertezas quanto à legitimidade da representação, e, acima de tudo, a provocar apreensão, face à desmobilização e desgaste das populações para usufruírem ativamente do exercício dos seus direitos de cidadania.

Alem disso e seja como for, naquelas três consultas referendárias supramencionadas, tal como também já aludido por André Freire, o fenómeno abstencionista foi idêntico e os indicadores foram até superiores em relação às últimas legislativas. Recorda-se que nos referendos à despenalização do aborto (IVG) em 28 de junho de 1998 e 11 de fevereiro de 2007 e no referendo sobre a Regionalização em 08 de novembro de 1998, registaram-se respetivamente 68,11 %, 56,43% e 51,88% de abstenção.

Seja como for, referendo e petição podem ser figurinos de peso em como o sistema democrático e político pode encontrar soluções para os seus problemas. São típicos

mecanismos de democracia semidireta que poderão melhorar a qualidade e transparência do nosso Estado de Direito Democrático. Mesmo com o modelo traçado no atual desenho jurídico-constitucional, a limitar substancialmente a sua ação prática, eles continuam a ser dispositivos de exceção à disposição dos cidadãos. Na prática são os novos instrumentos que os sistemas políticos se socorrem, tendo em vista aprofundar a qualidade e o funcionamento da democracia e ainda, uma tentativa de corrigir o desprendimento, imobilismo e o mitigado papel dos cidadãos no desenrolar e dinamismo da vida democrática.

A tomada de posição de uma boa parte da classe política portuguesa e acima de tudo da sua elite dirigente, ainda hoje apresentam-nos algumas linhas de força, no sentido de não se diminuir e chauscar o direito de petição para referendo, considerando que ele é obrigado a ter critério político e jurídico ou seja, o seu uso não é para qualquer matéria, nomeadamente para a discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado e outros de relevante interesse nacional, como foi o caso da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, onde era impensável para a elite política portuguesa da época, submeter este processo à decisão direta dos portugueses.

Os mecanismos de democracia semidireta em Portugal, postos à disposição dos cidadãos nacionais e dentro da democracia representativa, nos termos da Constituição e da Lei, podem ser instrumentos de democracia participativa fora da lógica partidária. Contudo eles na verdade têm existido como ferramentas jurídicas de instrumentalização político – partidária, e como tal vão estando sob o monopólio do Poder Político em Portugal ou seja, podemos de certa maneira sentir que transparece neste processo, algum receio dos partidos políticos, principalmente os do arco da governação – PS e PSD –, de perda do seu espaço como atores principais e influentes na sociedade portuguesa e no peso do sistema político e institucional do País e por consequência existir a necessidade do poder político refrear a participação ativa dos cidadãos no processo da tomada de decisões políticas. Mas a participação política dos portugueses não se regista ou limita apenas nos partidos.

Dr. Nuno Trindade Gusmão, sendo uma pessoa intimamente ligado à concelhia de Oeiras do seu Partido, como é que entende a dinâmica dos Orçamentos Participativos que paulatinamente vão-se integrando no contexto do sistema político português, um típico dispositivo de democracia semidireta que está para além de referendos, petições e iniciativas legislativas populares? Como é que encara este modelo de participação cidadã no processo da tomada de decisão? Encara-o com agrado?

– Entrevistado –

- Olhe eu vou-lhe falar com conhecimento de causa no Concelho de Oeiras, de uma situação em particular. Noutros lugares, noutros Concelhos onde foi implementado o Orçamento Participativo (OP), não sei se acontece o mesmo, e se acontece não sei se talvez de um modo diferente. Mas em Oeiras sabemos da existência disso. Tenho experiência no Orçamento Participativo, e acho que caímos aqui um bocadinho nisto: em tese, o propósito é muito bom mas na prática, voltamos àquele ponto da pouca capacidade associativa que normalmente nós demonstramos. Contudo aqui a internet ajuda imenso. O problema aqui que nós temos é de colocar ao serviço dos cidadãos, instrumentos para que se possam associar em diversas direções ou várias causas, seja elas quais forem.

Nós notámos em Oeiras o seguinte : basicamente quem ganha as propostas são as corporações de bombeiros. Sublinhe-se isto: não tenho nada contra os bombeiros voluntários, pois eles são indispensáveis na nossa sociedade. Agora no meu entender acho que no Concelho de Oeiras existem mesmo bombeiros a mais. Não estamos concretamente a falar do bombeiro em si, mas das corporações. Deveria haver aqui uma fusão destas corporações. Para o seu funcionamento, algumas ficam dependentes da autarquia. Aliás, ficam muito dependentes. Começa a existir aqui um certo caciquismo. Não é só no interior que existe caciquismo. Nos concelhos metropolitanos quer da área de Lisboa quer da área do Porto existe muito caciquismo. Temos esta tendência de achar que ele apanha fundamentalmente as zonas e concelhos do interior do País, e do mundo rural, mas não é verdade. Também aqui existe e muito! E em Lisboa com o António Costa, ainda mais se acentuou. Falo-lhe por exemplo das associações de moradores onde passou a haver um caciquismo como nunca existiu. Isso provavelmente também explica muito a votação que o António Costa teve nas últimas eleições autárquicas. No fundo o que é que eu quero dizer com isto? Nós temos à partida, o que deveria ser um Orçamento Participativo, participativo com os moradores do Concelho. Primeira questão, em Oeiras não foram só os moradores do concelho que votaram, mas mesmo para quem não podia votar. Lá está! A internet também aqui ajuda , mas neste caso a deturpar. Denotámos que havia um grande lobby talvez metido entre áspersas ou um pouco exagerado. É lógico que uma corporação de bombeiros, tem uma força que possivelmente uma associação de moradores não consegue ter. Um grupo de cidadãos que se reúne para uma determinada causa, também não. E nós com isto, estamos a subverter o verdadeiro sentido do que é uma proposta que deve vingar no OP.

– Entrevistador –

- É de facto curioso. Então o Dr. Gusmão está-me a querer dizer que todo este processo pode igualmente ser instrumentalizado?

– Entrevistado –

- Não tenha a menor dúvida disso. Eu não conheço outros, mas este já passou a ser um caso típico. Em Oeiras, isso acontece. Nós atualmente temos ambulâncias e outros veículos que provavelmente estão para além do necessário. Mais uma vez repito, isto não é nada contra os bombeiros e não quer dizer que esse material logístico não seja necessário. Falo é no modo como as propostas do OP em Oeiras saem vencedoras! No sentido verdadeiro de que é um orçamento participativo acho que as regras têm de ser afinadas, definidas de outra forma porque senão, deixa de ser um orçamento participado pelos cidadãos e passa a ser um orçamento participado pelas corporações de maior peso. O poder político tem de assumir as decisões que toma. Fomos nós que quisemos comprar uma carrinha para os bombeiros? Depois respondem que foi a proposta mais votada do OP e porque se quer ajudar uma corporação de bombeiros, bem ou mal. Têm de se assumir que querem ajudar e que seja mais uma em detrimento de outras. Dou-lhe outro exemplo da realidade vivida aqui em Oeiras sobre o OP. Uma associação que vise o objetivo de ter umas instalações mais condignas para receber crianças deficientes, carenciadas e outras do género, não tem capacidade para num combate eleitoral de um orçamento participativo ganhar a uma corporação de bombeiros em Oeiras. Não têm qualquer tipo de hipóteses! Não vai ganhar de certeza. Outra questão que se lhe posso dizer, é relativa à ciclovía na marginal. Foi uma das propostas e as pessoas organizaram-se. Posso dizer-lhe que as pessoas constituíram-se num grupo organizado, com tanta ou maior capacidade organizativa que os bombeiros. Foi uma das propostas ganhadoras e que a Câmara de Oeiras não respeitou! Note, foi uma das propostas ganhadoras desse OP. Mais uma vez, percebemos que outros valores mais altos se levantaram. Ainda hoje ouvi o primeiro ministro dizer que quer implementar a nível nacional o mesmo sistema existente em Lisboa. Deu-nos números à volta de 3 milhões de Euros, para o Orçamento Participativo no próximo Orçamento de Estado. A intenção mais uma vez é muito boa mas depois das regras passadas à prática, não vão ser bem assim.

Se quisermos assumir e fazer com seriedade um orçamento participativo, primeira questão: temos de garantir a igualdade de acesso de todas as propostas. Quando nele começamos a colocar e a envolver corporações de bombeiros, ou outros lobbies de peso, em primeiro lugar está-se a deturpar, a subverter estes resultados, o modelo e a verdadeira capacidade do OP. O senhor como cidadão, pertencente a uma associação da sociedade civil, não vai conseguir os mesmos votos e ultrapassar os interesses de uma corporação de bombeiros. Tem a minha garantia! Logo á partida a vontade dessa determinada corporação de bombeiros, ganha a tudo e a todos. Basta consultar os vários resultados das votações. As

propostas mais votadas são dessas corporações de bombeiros. E repito, digo isto sem desprimor algum pelos bombeiros, bem pelo contrário. Acho que se alguma vez entrarmos em guerra vamos ser defendidos em Portugal é pelos bombeiros (o facto de não haver meios aéreos próprios, quer dos bombeiros quer da FAP) para combate aos fogos, comprova. Não precisamos do exército para nada, pois temos um corpo de bombeiros tão grande e com tantos meios terrestres, que vamos ser defendidos pelos bombeiros de certeza absoluta. Mas pronto isso já são contas de outro rosário!

A questão não tem que ver com os meios de que os bombeiros dispõe, mas sim da falta que as forças armadas tem dos mesmos meios.

(Risos do entrevistado e do entrevistador)

Segundo Tópico: As Eleições Primárias no Partido Socialista realizadas em 28 de Setembro de 2014

– Entrevistador –

- O proeminente cientista político holandês Arend Lijphart na obra "*As Democracias Contemporâneas. Trajectos.*" (1989), produz uma importante análise comparativa de vinte e cinco regimes democráticos. Ele examina e desconstrói a conjuntura dos referendos como complementaridade das democracias representativas. Para Lijphart, os mecanismos de democracia direta empregues nas democracias representativas, são vistas sibilinamente pelas elites políticas dirigentes – e Portugal poderá ser um flagrante exemplo disso –, ainda como elementos estranhos e perigosos para o regular funcionamento dos sistemas democráticos mas para o autor, não é de modo nenhum descabido que a intercalação destes meios, possa reforçar o peso da representatividade democrática, dando-lhe nomeadamente qualidade e clareza. O autor vai mais longe e fundamenta que as Primárias conjuntamente com Presidencialismo, Destituição, Referendo e Iniciativa, são os quatro elementos da democracia direta.

- Dr. Nuno Trindade Gusmão, como sabe, foi sobre a vigência de António José Seguro, na altura em funções como Secretário - Geral do Partido Socialista que se criou e avançou para o processo das Eleições Primárias neste Partido do Arco do poder em Portugal, um atípico ato eleitoral na história dos partidos políticos e da democracia portuguesa, com base e origem nas Primárias norte americanas que como sabe estão atualmente em foco nos EUA, confrontando mais uma vez democratas e republicanos. Apesar de ter saído derrotado neste tipo de consulta referendária, o Dr. António José Seguro poderá ter ficado para história, pois foi sob a sua égide, responsabilidade e orientação, que este tipo de sufrágio entrou diretamente na política do nosso Estado Democrático de Direitos, Liberdades e Garantias.

Eleições Primárias abertas a militantes e simpatizantes do PS, a funcionar como um instrumento de seleção com a finalidade de designar o candidato do PS a primeiro-ministro, registadas com relevantes indicadores na adesão significativa que mobilizou inicialmente a inscrição de 248.573 eleitores – 98.657 militantes e 149.916 simpatizantes – e contou com expressiva participação neste ato eleitoral, *sui generis* no país, com 70,31% dos eleitores inscritos – 174.770 deste universo eleitoral – com uma taxa de abstenção inferior a 30%, acontecimento apenas equiparável em termos de percentagem, às legislativas de 1987. Consequentemente, uma taxa de participação positiva tendo em conta os habituais padrões de envolvimento eleitoral e de cidadania ativa dos portugueses.

Alguns subscritores de peso do CDS-PP, nomeadamente os ex-secretários de Estado, Adolfo Mesquita Nunes e João Almeida que sem renunciarem às linhas ideológicas da democracia cristã, veem reafirmar a ideia de um partido mais aberto e com um nível superior de participação, sabendo nós que a classificação tradicional do CDS-PP, basicamente enquadra-se num partido de quadros, de notáveis, integrando nestas reflexões a possibilidade daquele tipo de eleições para o seu Partido. Estas propostas foram formalmente apresentadas no 26º Congresso do CDS-PP, realizado no pavilhão Multiusos em Gondomar, nos dias 12 e 13 de Março últimos através da moção “ Fazer melhor “. (Expresso, 27 de Fevereiro de 2016, p.15) . Por aquilo que sabemos não houve seguimento desta proposta **(confirmado pelo entrevistado, esclarecendo-nos que já no anterior Congresso, o mesmo tinha acontecido, ou seja estas propostas foram fundidas com outras).**

- Senhor Nuno Trindade Gusmão, acha que com aquelas eleições primárias realizadas no Partido Socialista, principal adversário político do PSD, estamos perante o emergir de uma inovadora expressão partidária com consequências relevantes para o exercício de cidadania em Portugal e que também pode tomar forma noutros partidos?

– **Entrevistado** –

- Sabe antes de avançar e indo ainda atrás sobre o OP ter como origem a cidade brasileira de Porto Alegre, existem duas cidades no Brasil que estão completa e objetivamente falidas : como mais mediática, uma delas é o Rio de Janeiro e a outra, precisamente Porto Alegre. Para além de cortes financeiros, os seus funcionários municipais andam com os ordenados atrasados e têm vindo a ser pagos em várias tranches, em várias prestações. É um dado relevante e que não podemos esquecer.

Quanto à questão concreta que me pôs, eu creio que não. O que se passou no PS foi uma situação *sui generis* e que protagonizou o António Costa. Aliás dele já estamos habituados a estas coisas. Foi *sui generis* mas iria novamente tocar noutra situação *sui generis* , que

aconteceu após as eleições legislativas de Outubro de 2015. Foi uma situação em que na altura foi encontrada pelo António José Seguro, derivado à pressão política que existia em resolverem um enquadramento político – partidário eleitoral que não poderia existir . Não creio por tudo o que se viu que tivesse resultado grande coisa, muito sinceramente. Aliás se tivesse resultado verdadeiramente no entusiasmo popular, tendo em conta que toda a gente poderia votar desde que assinasse uma declaração como simpatizante, provavelmente o PS teria ganho as eleições com uma elevada expressão eleitoral, não sei se com a maioria absoluta, mas pelo menos sair vencedor delas. Mas a verdade é que o PS não ganhou as eleições. O que é certo é que depois das Primárias no PS, este modelo se desvaneceu. Não vejo, e acho que a situação do PS não é isenta para umas diretas, e não vi essas primárias como bom exemplo. Não se resolvem os problemas dos partidos assim. Aquilo foi uma solução arranjada, objetivamente para aquele momento. Não algo foi bem pensado, devidamente estudado, meditado com os militantes, não se dialogou com as estruturas base do partido. Não foi isso que aconteceu nem a que nós assistimos. Desengane-se quem ache que não foi assim. Tenho sérias dúvidas, que o António Costa venha – e até posso estar enganado –, a repetir esse modelo numa próximas eleições internas no PS.

– **Entrevistador** –

- Então Dr. Nuno Trindade Gusmão, seguindo aquilo que tem vindo a referir e sendo um homem pertencente a uma nova geração de políticos que paulatinamente se vão impondo em Portugal, vou-lhe fazer uma derradeira questão, motivada até por uma chamada de atenção neste particular, feita por uma Professora de quem fui aluno: a Doutora Maria da Conceição Pequito Teixeira. Isso despertou em mim uma profunda reflexão sobre estas Eleições Primárias no PS. Sendo assim, qual a sua opinião acerca da possibilidade de, se por um lado, as Primárias realizadas no seio do Partido Socialista em 28 de Setembro de 2014, poderem alargar o leque à participação direta dos cidadãos, nomeadamente aos simpatizantes – que podem até nem ser do PS –, para elegerem um líder que pode sair reforçado com dupla legitimidade – do próprio partido e de uma parte sociedade portuguesa – e ainda acrescentarem oportunidades de estreitarem o topo e as bases da hierarquia do Partido, por outro, facilitarem o papel da instrumentalização partidária e de um protagonismo respaldado e centrado na fulanização do poder, na pessoa do seu Secretário Geral ou seja, abre-se caminho para a personalização do partido, perdendo-se desta maneira o debate interno, direcionando a vida interna partidária no caminho de tornar-se menos dinâmica, motivante e mais fragilizada, confrontando-se então aqui duas faces da mesma moeda, a poderem até sugerir que afinal, com estes instrumentos não é tão linear a realidade do alargamento da democraticidade na

vida interna dos partidos políticos em Portugal, especialmente aqueles com assento parlamentar na AR? Qual então a sua opinião sobre esta dualidade de critérios?

– Entrevistado –

- Tocou aí num ponto fulcral. Conheço pessoas que não são do PS e foram votar nestas Primárias. E não nos podemos esquecer de uma coisa. Nós por vezes temos tendência a não nos lembrarmos que nos EUA, estamos perante um regime Presidencialista, o que não é o nosso caso. Houve logo aqui à partida uma contradição. Acho que nós em Portugal, estamos habituados, a grosso modo, em que o cidadão esteja habituado a votar numa pessoa. O cidadão por si próprio já fulaniza a questão política. Isso acontece normalmente. Por exemplo, no CDS-PP era o Paulo Portas, agora é a Assunção Cristas, no PPD-PSD, o Passos Coelho. O cidadão sente que é assim que está a votar, o seu voto insere-se dentro da conceção de existência de um líder partidário. Como tal, a fulanização na política portuguesa existe e começa no pensamento dos cidadãos. Eu por acaso sempre fui do CDS e evidentemente sempre gostei mais de uns líderes do que de outros, mas votei sempre no CDS. Entendo que é o ideário político, mais parecido com aquilo que são os meus valores, até porque nós também vamos evoluindo na forma de ver a política e a sociedade, porque há uns anos atrás provavelmente seria muito mais liberal do que sou agora. Quem é que pode dizer que será sempre assim? Nós vamos amadurecendo com a experiência da vida. É uma forma de refletirmos sobre a verdade. Como seres humanos, uma coisa é darmos uma cambalhota política, outra é coisa é não termos uma visão abrangente. Agora a fulanização da política é uma coisa quase que normal dentro dos vários quadrantes sociais. E ela consiste numa pequena minoria que existente em Portugal, afeta a determinado partido. Normalmente onde se registam esses maiores índices? Em partidos radicais ou no PCP e no CDS-PP, por incrível que pareça. São neste tipo de partidos onde existe uma maior militância ativa. O PCP que é em termos de linha ideológica, programática e em termos do seu posicionamento político completamente antagonista ao CDS-PP. É de facto curioso registar a existência nestes dois partidos, de um cenário com maior militância ativa. As pessoas são militantes deste ou doutro partido independentemente de quem lidera e votam no seu partido independentemente do líder. Depois existe aquela grande massa eleitoral flutuante, em que nós vemos que podem vacilar para um lado ou para outro. Nós em Portugal até temos uma situação *sui generis* em termos políticos. Nós temos o CDS-PP e temos um PSD que disputam basicamente o mesmo eleitorado e sobretudo a sua parte mais à direita, tocam no mesmo espaço político. E temos o PS, o BE e o PCP. Há uma grande franja do PS que se calhar, sente-se mais próxima ideologicamente de um BE e de um PCP. Isso observa-se hoje em Portugal relativamente a

quem detêm o poder. Se formos para Espanha as coisas são diferentes. Na França as coisas são diferentes. Na Alemanha a mesma coisa. A Itália é outro caso *sui generis*. Portanto nós temos uma situação em termos políticos – sistema político, partidos políticos – não é muito comparável com o resto da Europa. Se calhar um PSD na sua parte mais à direita, e o CDS, provavelmente em termos ideológicos poderiam ser do mesmo partido. Basicamente é o que acontece em Portugal. Aqui quanto a esta questão da fulanização, ela existe e sem legitimidade para o ser. Voltando um pouco atrás quando falava acerca dos círculos uninominais, teremos a fulanização mas com responsabilização em quem os eleitores estão a votar. Você vota aqui em Lisboa e sabe que está a votar naquele fulano pertencente a determinado partido. Naqueles círculos irá haver uma fulanização mas com responsabilidade direta. Aqui, nós temos a fulanização quando as coisas correm bem, onde o líder chama a si tudo o que foi feito de bom. O líder, as suas decisões e o seu governo. Quando as coisas correm mal, é uma responsabilidade diluída no coletivo partidário. O que é que ainda lhe posso dizer com isto? Indo novamente um bocadinho atrás, relativamente à questão das Primárias no PS, eu não vejo uma grande necessidade disso. Quer dizer um partido por ele próprio deve poder decidir e se houver primárias que seja dentro do partido. As primárias abertas a toda a gente e só assinando um compromisso? Então e o papel dos militantes ? Lá está, no meu entender isto foi uma solução típica à PS! O PS é muito pródigo nestas situações. Tudo isto contribui ainda mais para a personalização absoluta do Partido Socialista centrada no seu Secretário Geral, neste caso o António Costa. Estava-se a votar para escolher quem seria o candidato do PS a primeiro ministro. O António Costa ganhou e o Seguro naturalmente demitiu-se, facto perfeitamente normal em democracia. Aliás entendendo toda esta atitude dele, como bastante digna. Muito digna mesmo. Concorde-se com ele ou não, goste-se dele ou não. Se o António José Seguro quisesse, o António Costa nunca seria o candidato a primeiro ministro, mas ele mesmo. A questão ficou assim resolvida com a vitória do António Costa . Então e dentro do próprio PS ? Repare, sendo Secretário Geral, seria o António José Seguro e tinha toda a legitimidade para o ser. Portanto foi mais uma solução muito típica do PS, desbaratada e com tudo muito em cima do joelho. Eu confesso, não percebi muito bem aonde se queria chegar. Não percebi muito bem porque é que o António José Seguro cedeu, quando como é óbvio, tinha a força da legitimidade que lhe deram para ser o Secretario Geral do PS. A história diz-nos de facto que o Partido Socialista é o partido mais pródigo no fomento deste tipo de situações caricatas.

– Entrevistador –

- Dr. Nuno Trindade Gusmão, muito obrigado então por este seu depoimento pois como fonte direta, ele irá certamente acrescentar qualidade ao produto final desta dissertação. A presente entrevista registada em gravador de voz digital será posteriormente tratada e transposta para a norma escrita. De seguida apresentar-se-á na íntegra ao entrevistado, para proceder às alterações que por si considere como relevantes ou pertinentes ou que entenda como necessárias e vitais ao esclarecimento do conhecimento e finalmente, depois desta revisão, autorizar o seu destino para que final e formalmente figure como Apêndice a esta dissertação de Mestrado em Ciência Política. Bem-haja e mais uma vez então o meu muito obrigado.

– Entrevistado –

Eu é que agradeço a oportunidade e sinceramente espero que a minha opinião venha a contribuir para algo de muito positivo neste trabalho. Falando agora em meu nome pessoal, a única razão e a única motivação para a qual eu me envolvi, inicialmente de uma forma algo renitente na política, mas assumindo efetivamente em eleições termos ganho, fazendo parte da minha equipa. Gostava pois de dar o meu contributo para termos um País melhor. Pelo menos tentaremos.

Autorizo que esta entrevista, concedida a António Carlos Dietrich Lopes, seja incluída como

Apêndice ao seu trabalho de Dissertação de Mestrado.

Lisboa, 1 de Novembro de 2016

Assinatura :

